

MARCO CÍCERO CAVALLINI

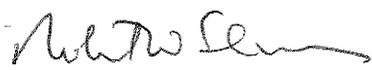
LETRAS POLÍTICAS: A CRÍTICA SOCIAL DO SEGUNDO REINADO NA FICÇÃO DE MACHADO DE ASSIS

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação
do Prof. Dr. Sidney Chalhoub.

Este exemplar corresponde à redação final
da Tese defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
10/03/2005

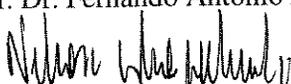
BANCA


Prof. Dr. Sidney Chalhoub (orientador)


Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes (membro)


Prof. Dr. Luiz Carlos da Silva Dantas (membro)


Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (membro)


Prof. Dr. Nelson Schapochnik (membro)

Prof. Dr. Jefferson Cano (suplente)

Profa. Dra. Silvia Hunold Lara (suplente)

MARÇO/2005

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	BC
CHAMADA	FUNICAMP
	C314L
EX	
COMBO BC/	64089
PROC.	16-P-00086-05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	01/06/05
CPD	811.1251042

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

C314L

Cavallini, Marco Cícero.

Letras políticas : a crítica social do Segundo Reinado na ficção de Machado de Assis / Marco Cícero Cavallini. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador: Sidney Chalhoub.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

1. Assis, Machado de, 1839-1908. Dom Casmurro.
2. Ficção brasileira. 3. Imprensa. 4. Literatura e história.
5. Brasil – História – II Reinado, 1840-1889. I. Chalhoub, Sidney, 1957- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Tradução do título e subtítulo em inglês:

Political letters : the social criticism in the fiction of Machado de Assis.

Palavras - chave em inglês (Keywords): Brazilian fiction.

Press.

Literature and history.

Brazil – History – 1840-1889.

Área de concentração: História.

Titulação: Doutor em história.

Banca examinadora: Sidney Chalhoub, Robert Wayne Slenes, Luíz Carlos da Silva Dantas, Fernando Antônio Lourenço, Nelson Schapochnik.

Data da defesa: 10/03/2005.

RESUMO

Este estudo pretende ampliar o diálogo entre a crítica social e política de Machado de Assis e a de seus contemporâneos. O percurso da análise passa pelos anos da juventude do escritor, destacando sua participação como cronista em meio ao debate entre Liberais e Conservadores na década de 1860. Depois, o foco se volta para *Dom Casmurro*, procurando relações entre a obra da maturidade e a experiência no jornalismo. A análise prossegue com um conto de Machado, buscando evidenciar a similaridade entre a condição feminina e a escravidão, além de aproximar os aspectos da aventura aos temas políticos da época: o abolicionismo e a reforma eleitoral de 1879. Ao final, a tese retorna ao romance para, de modo mais incisivo, relacionar a ficção com a história política do Segundo Reinado no Brasil e o declínio da classe senhorial.

ABSTRACT

This study intends to enlarge on the dialogues between Machado de Assis's social and political criticism and that of his contemporaries. The analysis sets off at his youth, emphasizing his role as chronicler among debates of Liberals and Conservatives in the 1860's. Further on, it focuses on *Dom Casmurro* as it searches for continuity between his experience in journalism and his late works. It proceeds with the analyses of a Machado's short story, both underlining the similarities between women's condition and slavery, and colligating the character's adventure to political issues at the time: abolitionism and the electoral reform of 1879. At the end, the thesis resumes the analyses of the novel in order to incisively relate fiction to the political history of the Second Reign and the decline of the seigneurial class.

200510701

AGRADECIMENTOS

A Fapesp permitiu que este trabalho fosse realizado através do apoio financeiro.

Quanto ao apoio humano, em primeiro lugar, agradeço a orientação de Sidney Chalhoub, cujas lições, paciência e profissionalismo ajudaram a concluir mais este trabalho.

As leituras atenciosas e sugestões de Robert Wayne Slenes e Luiz Carlos da Silva Dantas, quando da minha qualificação, foram um grande estímulo para a continuidade e finalização do texto.

Cláudia Leal e Cristiana Schettini leram o terceiro capítulo e contribuíram com observações valiosas. Cláudia ainda auxiliou com uma assessoria impecável na língua inglesa.

Ana Paula Palamarchuk, Elciene Azevedo, Cristiana Schettini, Maurício de Carvalho e, novamente, Cláudia Leal são minhas amigas “históricas” e foram determinantes no longo caminho percorrido até aqui. Nossa rejuvenecedora amizade, continua envelhecendo, como os bons vinhos nas caves. Elci, Maurício e Paula acompanharam mais de perto as angústias da entrega e me incentivaram e apoiaram até a linha final.

Sempre terei dívidas imensas de gratidão e carinho para com Nia, Tuta, Dinda, Aylton, Sérgio, Celso e Zé Roberto, irmãs e irmãos que, se muitas vezes estão distantes, estão presentes em tudo na minha vida. Junto destes estão Nilsa e Aylton, minha mãe e meu pai, que iniciaram toda minha história e que também me acompanham e apóiam sempre.

Nestes anos, continuei contando com a amizade sossegada de Jerson, que teve paciência de ouvir sobre as idéias fixas desta tese. Jefferson Cano compartilhou em várias conversas seus conhecimentos sobre a história e a biblioteca.

Sou grato a Flávia do Cecult, que foi fundamental para a impressão das cópias finais.

*Este trabalho é dedicado
a Elisa, que nestes anos, fez tudo valer a pena.
E a Letícia, minha Alegria.*

Sumário

Introdução.

Capítulo I

A crônica e a
estátua.....1

Capítulo II

A melancolia e o
riso.....37

Capítulo III

Sob os
Chapéus.....79

Capítulo IV

O estômago da
alma.....118

Fontes e
Bibliografia.....169

Introdução.

1. Grande parte das questões que orientaram minha pesquisa surgiram da leitura dos estudos de Roberto Schwarz e John Gledson. Esses dois autores desvendaram uma dimensão até então oculta, ou não percebida pela crítica literária, na ficção machadiana. Demonstraram que havia uma analogia íntima entre as relações de poder retratadas no pequeno universo doméstico, núcleo dos romances de Machado de Assis, e a história política e social do Brasil oitocentista.

John Gledson revelou-nos a preocupação do bruxo do Cosme Velho em estabelecer paralelos sistemáticos entre os enredos ficcionais e os da vida política do império através de referências alegóricas e simbólicas. Esta perspectiva encontrar-se-ia dissimulada, o que exigiria um esforço de interpretação de sinais e pistas e decifração de enigmas. Sob este ponto de vista, o literato se empenharia em mostrar “uma ordem social conservadora numa tentativa dolorosa e, sob muitas formas, fracassada e autodestruidora de manter seu poder e sua autoconfiança: o microcosmo familiar, visto como uma metáfora de toda a classe dominante, também desvenda verdades sobre a composição política, ideológica e religiosa do Segundo Reinado.”¹ O caráter rigorosamente crítico e o método de veicular determinada realidade política aproximam as obras machadianas da sátira ou alegoria, pois requer que o leitor enxergue as paridades entre o âmbito privado do romance e a história pública do período focalizado.²

O livro de Gledson proveio diretamente, como nos informa o próprio autor, de uma leitura de Ao vencedor as batatas. Neste estudo, Schwarz cristaliza a famosa divisão entre os romances de Machado detendo-se na análise da chamada primeira fase (*Ressurreição, A mão e a luva, Helena e Iaiá Garcia*). Tais romances trariam uma racionalização do *paternalismo* através de um exame da posição ambígua dos dependentes em uma situação na qual a agregada apaixonava-se pelo filho e herdeiro da família. As tensões criadas por este impasse permitiriam ao escritor explorar a verdadeira atuação do poder testando os limites do paternalismo. A família, de preferência rica, seria a depositária da ordem e do sentido da vida, o centro irradiador da moralidade e da racionalidade das ações humanas, e os desencontros desta formariam o cerne dos livros.

Os romances da primeira fase ficariam, assim, limitados a um conformismo social e moral e a uma reflexão sobre a temática da arbitrariedade dentro da relação paternalista de dominação.³ Quanto aos romances da segunda fase, estes seriam marcados pela “reintegração abundante do temário liberal e moderno, das doutrinas sociais, científicas, da vida política, da nova civilização material” que servirá para mascarar a continuidade das mesmas relações paternalistas.⁴ Mas é na inovação formal que os romances da maturidade de Machado dariam o grande salto qualitativo: “...o arbítrio da classe dominante no trato com seus dependentes, que era o tema dos romances da primeira fase, tornou-se o princípio formal dos romances da segunda fase.”⁵

O estudo de Schwarz enfatizou a importância de uma análise mais detida das categorias do favor e da dependência, fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira do oitocentos. O crítico demonstra com êxito que a ligação entre a ficção de Machado e a sociedade em que viveu não deve ser considerada como secundária, sendo, muito ao contrário, absolutamente essencial para a apreensão da visão analítica do escritor e para o entendimento dos aspectos literários e estruturais de sua obra. Aliás, é justamente na correspondência intrínseca entre a crítica social e as estruturas formais da narrativa que residiria a característica principal dos romances da “segunda fase”, e o que atestaria a genialidade do romancista.

“Ao adotar um narrador unilateral, fazendo dele o eixo da forma literária, Machado se inscrevia entre os romancistas inovadores, além de ficar em linha com os espíritos adiantados da Europa, que sabiam que toda a *representação* comporta um elemento de *vontade* ou *interesse*, o dado oculto a examinar, *o indício da crise da civilização burguesa*. (...) Quando, pela primeira vez em nossas letras, com Machado de Assis, a inteligência da forma bem como as idéias modernas comparecem livres de inadequação e diminuição provinciana, já não é dentro do anterior espírito de *missão*. Por exemplo, os excelentes recursos intelectuais vinculados a Bento Santiago não representam uma contribuição a mais para a civilização do país, e sim, ousadamente, a cobertura cultural da opressão de classe. Longe de ser a solução, o refinamento intelectual da elite passa a ser uma face - com aspectos diversos, positivos e também negativos - da configuração social que o romance saudosamente relembra, ou desencantadamente põe a nu.”⁶ (grifos no original)

Considerando-se mais detidamente a dissimulação da opressão de classe, através da capa de idéias “modernas” e sofisticadas vindas da cultuada civilização européia, é possível ampliar o exame das relações de dominação no Brasil do século XIX. Ao se evitar uma oposição radical entre centro *adiantado*, Europa, e periferia *provinciana e atrasada*, Brasil e outros países fora do compasso industrial, podemos tentar compreender os momentos de transição, ou, adaptação por que passou a mentalidade dos senhores de escravos. A assimilação das fórmulas burguesas produzidas em meio às turbulências sociais e políticas do velho continente ocorre em ocasiões especiais e propícias, preenchendo fissuras, cada vez mais profundas, na legitimação do poder senhorial. Assim como a burguesia européia lutava para consolidar seus privilégios, a “aristocracia” brasileira também travava suas batalhas e buscava se precaver contra a mudança dos tempos e das relações de exploração que moldavam sua visão de mundo. O fato de Bento Santiago, um proprietário nascido e educado sob o Segundo Reinado, escrever uma homilia de seus preconceitos tão mais polida, refinada e dissimulada que a de Brás Cubas, um homem do Primeiro Reinado, parece indicar algo além do apuramento da forma narrativa por parte de seu criador. Levando-se em conta a historicidade do discurso dessas personagens, que representam gerações diversas da mesma *fidalgua*, podemos melhor refletir sobre as razões históricas que permitiram aos “senhores de escravos” se apropriarem de termos e ideais, que aparentemente apontam para a civilização e para o progresso, para legitimar e prolongar o mesmo *status quo*.

Outro ponto que convida a uma reflexão cuidadosa sobre os aspectos peculiares das relações de dominação no Brasil são seus modelos de referência. Em primeiro viria a devoção religiosa, acompanhada da submissão ao *Senhor Deus e Pai*, o que é ressaltado pelo próprio Schwarz, e em segundo, orientando grande parte dos rituais e valores católicos, encontram-se as raízes profundas do patriarcalismo antigo e do direito romano.⁷

Assim como é inegável a presença e o peso destes modelos nas características do “paternalismo” brasileiro, acho importante relativizar a idéia de que os “interesses modernos”, liberais e burgueses, ameaçavam as relações de autoridade e submissão nos termos deste mesmo paternalismo. Antes eles parecem se articular, tal como na amizade de Bento Santiago e Escobar, aproveitando os mecanismos do favor e da gratidão para assentar os alicerces das relações de dominação que corroboram o processo de produção baseado na

mão de obra assalariada. Caberia perguntar aqui se a sofisticação da autoridade, da submissão, da vigilância, da punição etc., visando sempre a um maior incremento da produtividade, são um rompimento drástico com as relações de dominação presentes na produção escravista, ou se, generalizando-se o exemplo de *Casmurro* para além dos seus limites “provincianos”, muito do que a modernidade, o progresso e a civilização européia propuseram nada mais foi do que uma otimização da exploração envolta em muitos eufemismos. Seria o caso de se refletir sobre, apropriando-me das palavras tão precisas de Schwarz, se o discurso da modernidade não favoreceria em grande parte a “desfaçatez de classe”. Talvez por isso, tais prelúdios devam ser cuidadosamente contextualizados quando provém das bocas dos *Cubas*, dos *Casmurros* ou de algum outro representante qualquer da elite e do poder.

Recentemente, acompanhando de perto as mudanças de perspectiva na crítica literária, o livro de Sidney Chalhoub, Machado de Assis: historiador, fruto de longa pesquisa e leitura dos textos machadianos, veio acrescentar mais elementos para a compreensão das opiniões políticas do escritor e da crítica histórica e social presentes em sua obra. Valendo-se dos conhecimentos adquiridos em seus estudos sobre a escravidão e a história social do Brasil do século XIX, Chalhoub mostra através da análise de contos e romances como Machado é minucioso e preciso na pintura da mentalidade senhorial e na descrição das estratégias de ação dos dependentes, sempre atentos aos mecanismos da lógica de dominação, que buscam desvendar e manipular. Por trás dos diálogos entre as personagens, configura-se, de modo acentuado, um antagonismo de classes entre dependentes e senhores. Entretanto, observado com atenção, esse antagonismo remeteria sempre a uma oposição entre livres e escravos, sendo que a liberdade dos dependentes estaria condicionada à vontade de seus protetores.⁸

A lógica do favor e do arbítrio senhorial seria combatida por Machado de Assis quando foi chefe de uma repartição do Ministério da Agricultura. Sua seção teve a responsabilidade de acompanhar e garantir a aplicação da lei de 28 de setembro de 1871, posteriormente Lei do Ventre Livre. Chalhoub identificou as intervenções de Machado e verificou que o funcionário privilegiava as interpretações da lei que favoreciam a liberdade dos escravos. Por esse diagnóstico é que o historiador consegue fundamentar sua análise da

ficção machadiana e embasar “o sentido das mudanças históricas” que ela representa em seu conjunto.

Beneficiando-me destes trabalhos e de outros igualmente importantes, aos quais farei referência durante o percurso do texto, o que proponho nesta tese é, em grande parte, ampliar o diálogo entre as apreciações de Machado e a visão de seus contemporâneos. Afinal, a temática das relações de poder e dominação, o esforço de análise crítica, a representação das transformações históricas e políticas, o engajamento em movimentos sociais e as inquietações com a poética do romance, fizeram parte das preocupações dos literatos do XIX e apontam uma cultura comum.

2. O primeiro capítulo deste estudo se ocupa com os anos da juventude de Machado de Assis e sua experiência na imprensa política. A intenção é inserir as crônicas do jovem escritor no debate entre liberais e conservadores na década de 1860, e mostrar que as opiniões do cronista refletiam a crítica liberal ao domínio *saquarema* e ao *regresso* conservador. Ótica que teria contribuído em muito para a visão de Machado sobre a sociedade brasileira do Segundo Reinado e a história do Império.

Na segunda parte, a tese se volta para o romance *Dom Casmurro* e, a princípio, se concentra em apontar o sentido geral das memórias de Bento Albuquerque Santiago, para depois deslindar os significados que encerram sua alcunha. Detenho-me, então, sobre o tema da melancolia, freqüente tanto na obra machadiana como nos autores apreciados pelo escritor. Ao focar este assunto, tenciono apresentá-lo como elemento essencial na crítica do literato à oligarquia escravista, derivado, em parte, de sua experiência de juventude na imprensa liberal.

O conto “Capítulo dos Chapéus” de 1883 é o centro da análise do terceiro capítulo. A composição foi escolhida pelo momento político ao qual faz referência, abril de 1879, e pelas suas qualidades, que permitem conjeturar sobre os significados da figura feminina na ficção do bruxo do Cosme Velho. O objetivo é evidenciar o intenso diálogo do escritor com as questões políticas e sociais de seu tempo e, muito provavelmente, com suas leitoras e leitores contemporâneos. A pequena aventura de Mariana Seabra admite pensar não só a condição feminina no Brasil do oitocentos como a das classes de dependentes e escravos, além de sugerir relações com o abolicionismo e a reforma eleitoral do ano de 1879.

Quanto ao quarto capítulo, ele tem por objetivo aprofundar a caracterização das personagens de Santiago e Capitu como representativas de classes sociais antagônicas. O propósito é estender a reflexão sobre o sentido da história de *Dom Casmurro*, relacionando-a, de modo mais incisivo, com a história política e social do Segundo Reinado no Brasil e o declínio da classe senhorial.

¹ Gledson, John. Machado de Assis: impostura e realismo. - São Paulo: Cia das Letras - 1991, p.13. Ver também: Machado de Assis: ficção e história. - São Paulo: Paz e Terra, 1986.

² Gledson nota que José Veríssimo, em uma leitura coeva do romance *Memórias Póstumas...*, havia sugerido este paralelismo. O texto foi originalmente publicado no *Jornal do Comércio* em 19 de março de 1900 e republicado como “Um irmão de Brás Cubas”, em *Estudos de Literatura Brasileira*, terceira série, Rio de Janeiro - Garnier, 1903. pp. 33-45.

³ Schwarz, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades - 1981, p. 66. Ver também a continuidade da análise de Schwarz, sobre as obras da “segunda fase” de Machado em: Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis - São Paulo: Duas Cidades, 1990. E em: “Quien me dice que este personaje no sea el Brasil?”; Prólogo a Machado de Assis, Quincas Borba, trad. Juan Garcia Goyo. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979.

⁴ *Ibidem*, p. 66.

⁵ Schwarz, Roberto. “A novidade das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*” in Machado de Assis – uma revisão. Org. A. C. Secchin, J. G. de Almeida e Ronaldo de Melo e Souza, p. 60.

⁶ Schwarz, Roberto. Duas meninas - São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 13

⁷ “Examinadas nas suas relações, a população de *D. Casmurro* compõe uma *parentela*, uma dessas grandes moléculas sociais características do Brasil tradicional. No centro está um proprietário mais considerável - inicialmente D. Glória -, cercado de parentes, dependentes, aderentes e escravos, todos mais ou menos atados à vontade e aos obséquios daquele. A dominação toma a forma de autoridade paternal, e a subordinação, de respeito filial, ambas tingidas de devoção religiosa, já que o bom exemplo vem da relação com Deus Pai. A preeminência dos motivos católicos-familiares empurra para uma decorosa clandestinidade as razões estritamente individuais e econômicas, que nem por isso deixam de existir, na forma mesma que o capitalismo e o liberalismo oitocentista haviam criado. Em confronto com esses interesses modernos, ainda que submersos, o universo das expressões, dos vínculos e raciocínios paternalistas, colhidos e apurados com mão de mestre, faz figura risível, datada como anacronismo com tintura provinciana. A apreciação inversa está igualmente posta em cena, quando então os valores tradicionais suspeitam a racionalidade burguesa de materialismo, egoísmo, calculismo etc. De outro ângulo, digamos que o mandonismo e a independência pessoal direta, o seu complemento, excluem a conduta autônoma, cujas presunções entretanto são indispensáveis à dignidade do cidadão evoluído - em pleno século XIX e num país que aspira explicitamente à civilização e ao progresso.” Schwarz, R.; Duas meninas, p. 18.

⁸ Chalhoub, Sidney. Machado de Assis: historiador. São Paulo – Cia das Letras, 2003. Ao comentar as semelhanças entre os enredos do conto “Mariana” de 1871 e do romance *Helena*, o autor comenta que ambos “nos levam à imbricação entre escravidão e ‘liberdade’ em situação de dependência, mostrando que havia uma e somente uma lógica hegemônica de reprodução das hierarquias e desigualdades sociais”. Pp. 134-5.

Capítulo I

A crônica e a estátua.

1. Em 1º de abril de 1862, Machado de Assis escrevia, em sua crônica semanal no *Diário do Rio de Janeiro*, a respeito da inauguração da estátua que rendera homenagens a D. Pedro I e celebrara, simultaneamente, a independência e a constituição do Império:

“Está inaugurada a estátua eqüestre do primeiro imperador.

Os que a consideram como saldo de uma dívida nacional nadam hoje em júbilo e satisfação.

Os que, inquirindo a história, negam a esse bronze o caráter de uma legítima memória, filha da vontade nacional e do dever da posteridade, esses reconhecem-se vencidos, e, como o filósofo antigo, querem apanhar mas serem ouvidos.

Já é de mau auguro se à ereção de um monumento que se diz derivar dos desejos unânimes do país precedeu uma discussão renhida, acompanhada de adesões e aplausos.

O historiador futuro que quizer tirar dos debates da imprensa os elementos do seu estudo da história do império, há de vacilar sobre a expressão da memória que hoje domina a praça do Rocio.

A imprensa oficial, que parece haver arrematado para si toda a honestidade política, e que não consente aos cidadãos a discussão de uma obra que se levanta em nome da nação, caluniou a seu modo as intenções da imprensa oposicionista.

Mas o país sabe o que valem as arengas pagas das colunas anônimas do *Jornal do Commercio*.

O que é fato, é que a estátua inaugurou-se, e o bronze lá se acha no Rocio, como uma pirâmide de época civilizada, desafiando a ira dos tempos.”¹

Resolvi seguir, em parte, o conselho do jovem cronista, que naquele ano contava apenas vinte e três anos incompletos, e utilizar-me dos debates ocorridos na imprensa sobre a inauguração da estátua para extrair alguns elementos sobre a história e a memória política do segundo reinado. Ao mesmo tempo, este capítulo pretende caracterizar a experiência de Machado de Assis na imprensa através das crônicas que escreveu no período conhecido como o “renascimento liberal”.

2. O *Diário do Rio de Janeiro* reiniciara sua publicação sob a bandeira liberal em 25 de março de 1860, tendo como redator principal – ou seja, aquele que era responsável pelos artigos editoriais e não necessariamente o autor – Joaquim Saldanha Marinho. Os outros que compunham a equipe eram Quintino de Souza Bocaiúva, Henrique César Múzzio, Joaquim Maria Machado de Assis e eventualmente Francisco Pinheiro Guimarães, que escrevia para o *Correio Mercantil*. Participariam ainda Francisco Ramos Paz, Charles Ribeyrolles, o proscrito republicano francês, e Remígio de Sena Pereira, também redator da folha *O Paraíba*, de Emílio Zaluar.²

Machado de Assis redigiu, além de várias contribuições esparsas e anônimas, três séries de artigos no *Diário do Rio*: a primeira, intitulada “Comentários da Semana”, iria de outubro de 1861 a maio de 1862, totalizando 20 crônicas; a segunda, chamada “Ao Acaso”, de junho de 1864 a maio de 1865, contando 42 folhetins. Por último, a série “Semana Literária”, com 30 artigos escritos entre janeiro e junho de 1866, ano em que a direção da folha havia passado a Quintino Bocaiúva.

Junto ao *Correio Mercantil* e a *Actualidade*, o *Diário do Rio* atuaria como “órgão da opinião liberal” na corte durante a efervescência política da década de 1860, atacando em suas páginas o *regresso* conservador e reanimando os ideais da ala histórica do partido liberal.

3. O trabalho de Jean-Michel Massa concentra-se principalmente sobre o período em que Machado participou da redação do *Diário do Rio de Janeiro*. Apesar de ser um dos estudos que mais fez por ligar as idéias do jovem jornalista ao discurso liberal da época, a análise das crônicas padece muito ao tratar isoladamente as opiniões do escritor.

O engajamento efetivo de Machado de Assis dataria de sua entrada para a folha de Saldanha Marinho; de março de 1860 a julho de 1861, publica apenas três “Revistas literárias” assinadas, e a 12 de outubro de 1861 iniciava a série de crônicas “Comentários da Semana”. Segundo Massa, é nesta série que a política absorvera o essencial da atividade do jovem jornalista.³ A partir de fevereiro de 1862, ao notar alterações no plano das crônicas, o crítico assinala o princípio de uma crise que conduziria Machado para a “liberdade literária”.⁴

A análise de Massa sobre as crônicas deste período assenta-se no hipotético descompasso entre as idéias exaltadas do jovem escritor e os interesses moderados da direção do jornal.⁵ A idéia pré-concebida do “desgosto pela política” vicia a leitura que busca demarcar o começo da carreira propriamente literária de Machado de Assis a partir do seu silêncio sobre os assuntos da política e do desmonte do grupo do *Diário* no ano de 1867.⁶

Acredito que o problema do estudo de Jean-Michel Massa é não tomar as crônicas, sejam elas de variedades ou de crítica literária e teatral, em sua relação orgânica com a linha partidária da folha em que foram escritas.

4. Quando da morte de Pedro Luís Pereira de Souza, um dos moços que pertencera “à geração que começou por 1860”, Machado de Assis escreveu um artigo em 5 de outubro de 1884. Nele relembra que o amigo havia iniciado sua “vida política” como redator da folha liberal de Flávio Farnese, a *Actualidade*, em colaboração com Lafayette Rodrigues Pereira:

“A figura de Flávio Farnese surge debaixo da pena e incita a recompor com ela uma quadra inteira de fé e de entusiasmo liberal. (...) Sobre tal tempo é passado um quarto de século, o espaço de uma vida ou de um reinado. Olha-se para ele com saudade e com orgulho.”⁷

E em carta de 9 de fevereiro de 1897, para noticiar a Salvador de Mendonça sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, Machado outra vez pontuaria suas saudades da década de 1860. Referindo-se ao tempo em que escrevera os *Deuses de Casaca*, em 1864, concluía:

“Os tais acabaram trocando a casaca pelo sudário e foram-se com os tempos. Bons tempos que eram! Todos rapazes, todos divinos, mofando da gentelha humana; ai tempos!”⁸

Machado de Assis foi um jornalista político durante o período em que trabalhou no *Diário*, o que provavelmente lhe tenha rendido muitos *cacoetes*, além das saudades. Por essa época os assuntos de seus artigos são freqüentemente costurados com as linhas dadas pelas concepções e valores partilhados com seus companheiros de redação.⁹

A influência, na obra mais consagrada do bruxo do Cosme Velho, da experiência como redator, por quase sete anos, em um jornal que serviu para reavivar os ideais liberais na corte foi quase que totalmente desconsiderada pelos estudiosos. Recuperar a relação entre estes anos de jornalismo militante e a formação literária de Machado é necessário para se compreender melhor não só a crítica social e política embutida em sua produção ficcional, como também as diversas ligações da política com a imprensa e a literatura da época.¹⁰

5. Salvador de Mendonça, em suas lembranças sobre a imprensa dos tempos de sua mocidade, conta no *Imparcial*, a 30 de março de 1913, que a grande influência alcançada entre os liberais pela *Actualidade*, folha fundada em 1858 por Lafayette Rodrigues Pereira e Flávio Farnese da Paixão, residira “antes de tudo na personalidade de Teófilo Ottoni”, um dos principais líderes “do ramo mais adiantado do Liberalismo”. Haveria uma grande diferença entre o grupo dos senadores Nabuco, Saraiva, Zacarias de Góes e Souza Franco, que foram tidos, na década de 1860, como os “diretores” e “doutrinadores” do partido liberal, e os chefes liberais que se encontravam na Câmara dos Deputados, dentre os quais se destacavam Saldanha Marinho, Francisco Otaviano, Martinho Campos, José Bonifácio, Martim Francisco, Souza Dantas, Afonso Celso, Gaspar Martins e Teófilo Ottoni, que ocupara o lugar mais proeminente dentre esses. Salvador de Mendonça explica que os senadores, por terem pertencido anteriormente ao partido conservador, não conseguiram exercer a mesma autoridade e nem inspirar a mesma confiança entre os membros do partido liberal que o grupo dos deputados que, sendo mais novos em idade, “eram na realidade liberais mais antigos e mais provados”.

“Esta última era a falange política a que o Partido votava maior simpatia.

Essa geração liberal viera eivada de ódio à Monarquia. Não se educara nas lições do sistema constitucional representativo; educara-se nos reveses e nos desastres dos movimentos revolucionários de Minas, Pernambuco e São Paulo. Os seus ídolos não eram os portadores de pasta de regime Imperial; eram os mártires da Inconfidência, os revolucionários de Pernambuco de 1817, 24 e 48, os fundadores da República de Piratini e os vencidos de Santa Luzia. Voltando ao campo ativo da política, Teófilo Ottoni como Mahomet, o Alcorão do Partido na mão esquerda e na direita a espada exterminadora. E durante meia dúzia de anos, até que a morte o arredou do combate, foi ele a alma e a inspiração do Partido, e nenhum outro órgão, além de sua própria palavra, falou com maior autoridade ao povo que a ‘Actualidade’.”¹¹

As folhas liberais dos anos de 1860 se caracterizariam como campo de atuação de um grupo apegado à história e ao simbolismo dos movimentos revolucionários e defensores de uma certa pureza de princípios. Vale sublinhar que estas reminiscências são de alguém que participou ativamente tanto da redação da *Actualidade* como do *Diário do Rio*, ainda que por pouco tempo, e de outros periódicos (liberais e republicanos), portanto, há que se tomar alguns cuidados. Ainda assim, ao indicar Teófilo Ottoni como uma personagem chave do período sobre o qual me debruço, Salvador de Mendonça oferece um caminho para mapear os referenciais políticos daquela imprensa.

6. Ottoni se afastara do palco político em 1848, quando havia perdido as esperanças na atuação dos liberais no governo e na câmara, para dedicar-se ao seu projeto que visava desenvolver a navegação comercial no Mucuri; abrindo um canal de escoamento para a produção agrícola de Minas e colonizando, por meio de pequenas propriedades, uma região ainda não explorada, território de tribos indígenas. Só em 1856 é que Ottoni voltou a se manifestar na política em uma pequena circular aos eleitores mineiros, também assinada por seu irmão Cristiano, em que se posicionava contra a vitaliciedade do Senado. Em 1859, ele se apresentaria abertamente como candidato à vaga de senador por Minas, sendo eleito em primeiro lugar na lista tríplice. Ottoni só não ocuparia o posto devido à escolha do imperador, que preferiu o segundo colocado da lista, o conselheiro Luís Antonio Barbosa.

A história se repetiria em fevereiro de 1860, em outra eleição para o senado pela mesma província. Desta vez Ottoni ganhara com uma larga folga sobre os outros candidatos, mas D. Pedro II optaria pelo que ocupava o terceiro lugar na lista tríplice, deixando claro uma resistência em ter o “luzia” entre os senadores.

Esse incidente foi comentado por Ottoni em sua famosa *Circular aos Srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais*. Datada de 19 de setembro de 1860, ela é um relato de sua vida política e uma síntese da história do Império segundo a ótica de um “liberal histórico”, tendo por objetivo último lançar sua candidatura, desta vez, à Câmara dos Deputados por Minas. Ao se referir às eleições senatoriais, conta que a atitude do imperador, que se colocara por duas vezes contrário à preferência dos eleitores, provocou a multiplicação das publicações, em jornais e panfletos, acerca das atribuições e limites do Poder Moderador, destacando-se dentre estas: **Monarquia e Democracia** de J. J. da Rocha, publicada no *Jornal do Commercio*; **O Poder Moderador e o Sr. T. B. Ottoni**, de um autor anônimo da província de São Paulo; e **Da Natureza e Limites do Poder Moderador**, de Zacarias de Góes e Vasconcellos.

O caso é que a própria *Circular* pode ser vista como um panfleto que discute a formação e a influência do “poder pessoal” do imperador, o qual seria intencionalmente alimentado pela oligarquia saquarema como forma de mascarar e justificar a implementação da política *regressista*. Ao mesmo tempo, o mais popular “luzia” retoma e reedita algumas das diretrizes do partido liberal, restabelecendo seu programa “sagrado”. Daí é que, certamente, viria a imagem do “Alcorão” lembrada por Salvador de Mendonça.

As críticas de Ottoni à política do governo reforçavam e faziam coro às vozes das três folhas liberais na corte: o *Diário do Rio de Janeiro*, a *Actualidade* e o *Correio Mercantil*. Os ataques eram dirigidos ao projeto saquarema executado no período que Justiniano José da Rocha definiu como “Reação”, e também conhecido como o “regresso conservador”. Entre os anos de 1836 e 1852 as transformações ocorridas na política imperial tenderam ao avanço e à afirmação do que o jornalista conservador chamou de “princípio da autoridade”. As mudanças consistiram basicamente na centralização do poder através da recuperação do prestígio da Coroa e do aumento das prerrogativas do Executivo.¹²

Seguindo em parte a síntese da história política do império apresentada por J. J. da Rocha, Ilmar R. Mattos salienta que o “regresso conservador” se fez no momento em que a política liberal iniciada em 1831 evidenciara seus limites. O país enfrentava o aumento das insurreições de escravos, distúrbios das “malts” e rebeliões em diferentes pontos do império que ameaçavam a integridade do território nacional. Assim, diante dos riscos da “desordem” e da “anarquia”, que eram alardeados pela própria oposição conservadora, justificou-se a ascensão da “oligarquia” ao poder e a implementação de uma política que tinha por lema a “ordem e a segurança social”.¹³

Tomo aqui o mesmo exemplo que Mattos utiliza para demonstrar o impulso que alçou ao poder a força conservadora, lembrando Bernardo Pereira de Vasconcelos que declarou que fora liberal e tornava-se regressista para melhor servir à sociedade, que corria perigo “pela desorganização e pela anarquia”.¹⁴

7. Pelas opiniões expressas na *Circular*, Ottoni fora acusado pelos conservadores ligados à oligarquia saquarema, através de artigos anônimos publicados no *Jornal do Commercio*, de sustentar princípios subversivos e incitar revoltas. Para estes, a *Circular* era injuriosa, falsa, revolucionária e até republicana, porque se dirigira ao chefe do poder executivo alardeando a anulação das garantias constitucionais causada pela forma desproporcional com que se exercia o poder moderador.

Em fevereiro de 1862, um dos artigos editoriais do *Diário do Rio* que saíram em defesa de Ottoni, afirmava que o que mais incomodara os conservadores na *Circular* fora a larga argumentação para demonstrar que os ministros de estado no império nem ao menos eram oficiais de gabinete, mas sim meros “escreventes de palácio” e que, anulada como estava a liberdade de voto, e podendo o governo compor as câmaras como bem lhe parecesse, estaria revogado o sistema constitucional.¹⁵

Continuando os contra-ataques, outro editorial de 11 de fevereiro de 1862 declarava que a reação da oligarquia obedecera à seguinte lógica:

“Os monarquistas, por excelência homens da *ordem*, como se dizem, têm nestes últimos tempos, sobretudo, apregoado doutrinas subversivas da liberdade e do direito público brasileiro. Pior do que isso a nação tem observado que se pratica melhor do que se prega o sistema da confiscação de todas as garantias constitucionais. Em nome da coroa e

com todo o prestígio oficial fazem-se correr e divulgar princípios repugnantes à índole de nosso sistema político, isso é o que praticam.

E o que tem propalado mesmo pela imprensa?

*Não se pode ser ministro duas vezes porque a coroa não quer ministros, mas chanceleres, porque a coroa entende que deve mais governar do que reinar; porque a coroa envolve-se em todas as questões e usurpando até atribuições que não lhe pertencem, decide de nomeações insignificantes; porque a coroa, no caráter de poder moderador, não admite responsabilidade de ninguém pelos seus atos; é mais do que livre, é soberana e anterior a todo direito, a toda soberania, a toda convenção!”*¹⁶ (grifos no original)

A ofensiva era direcionada às opiniões atribuídas, particularmente, a Eusébio de Queirós, o “papa” do *Consistório*, que só participara do gabinete conservador Olinda-Monte Alegre, recusando-se a aceitar por uma segunda vez a pasta ministerial. Sérgio Buarque de Holanda comenta que Eusébio de Queirós guardaria “ressentimentos contra o ‘poder pessoal’ do imperador e atribuíam-lhe o dito de que um homem de dignidade não podia ser duas vezes ministro do Senhor D. Pedro II.”¹⁷

Enquanto isso, na coluna que se seguia às notícias do *Diário do Rio*, o jovem Machado de Assis, após tecer considerações sobre o *Compêndio de Gramática Portuguesa*, de Vergueiro C. Pertence, duas memórias escritas pelos irmãos Castilho e a publicação do drama *Mãe*, terminava a sua crônica da semana de 22 de fevereiro de 1862 com algumas palavras a respeito do desgosto causado pela política, desejando que outras obras aparecessem para distrair a apatia do público:

“Hoje é necessário que alguma coisa assim satisfaça e entretenha o espírito público, desgostoso e enjoado com as misérias políticas de que nos dão espetáculo os homens que a aura da fortuna ou o mau gênio das nações, colocou na direção, patente ou clandestina, das coisas do país.

Causa tédio ver como se caluniam os caracteres, como se deturpam as opiniões, como se invertem as idéias, a favor de interesses transitórios e materiais, e da exclusão de toda a opinião que não comunga com a dominante. Para estes resultados nem os mais altos escapam, e é tecendo defesas gratuitas ao príncipe que se procura provar a má fé alheia e os próprios fervores.

Nem fazem rir como D. Quixote, porque o namorado da Dulcinéia investindo para

os moinhos de vento, nem armava à recompensa, nem queria medir amores por lançadas. Tinha a boa fé da sua mania e a sinceridade do seu ridículo. Estes não.”¹⁸

Essas considerações, que Jean-Michel Massa utilizou como uma indicação do afastamento gradativo de Machado de Assis dos assuntos políticos, aludem às acusações que Ottoni e a imprensa oposicionista vinham sofrendo e são, antes, a confirmação de que o cronista harmonizava suas opiniões com a da redação do *Diário*.¹⁹ Os homens que mantinham a direção “patente ou clandestina” do país devido à “aura da fortuna” ou ao “mau gênio das nações”, que defendiam seus “interesses transitórios e materiais”, que exigiam o exclusivismo de sua “opinião” e praticavam a lisonja perante o imperador são referências diretas à oligarquia conservadora e constituem os motes da crítica dos liberais históricos ao domínio saquarema. Reformulando o argumento que perpassa esse capítulo, diria que a chave para a leitura das crônicas da década de 1860 está em considerar Machado de Assis e os outros redatores como um grupo político coeso que tinha a imprensa como centro de operações.

8. Os debates na imprensa entre conservadores e liberais também giravam em torno das funções da coroa na política do país. A oligarquia assumia a posição tão bem traduzida no **Ensaio sobre o Direito Administrativo**, publicado em 1862, de Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, que junto com Rodrigues Torres, então Visconde de Itaboraá, e Eusébio de Queirós formavam a “trindade saquarema”. Paulino de Souza alegava que as instituições administrativas deveriam ser moldadas e desenvolvidas considerando-se as particularidades e as circunstâncias do país, dentre as quais ressaltava a “educação, hábitos e caráter nacionais”. Por esse modo, a supremacia do poder moderador além de responder às conveniências da ordem social vigente atendia ao mesmo tempo às atribuições conferidas ao imperador na Constituição.²⁰

Já o *Diário* buscava apontar contradições na posição dos conservadores, pois, segundo a sua visão liberal, em uma monarquia constitucional todos deveriam se sujeitar às condições de um sistema onde a soberania da lei se origina na soberania da vontade do “povo”, expressa por meio das eleições do legislativo.

“Neste regime não há soberanos absolutos, nem vassallos humildes. O único soberano é o povo, e o imperador é o primeiro súdito da lei. Sua existência prova a sua origem e desde que não descende de Deus, mas do povo, desde que tem a coroa, não por direito de nascimento mas por vontade da nação, esta tem o direito de censurar livremente todas as opiniões, todas as deliberações, todos os atos contrários à sua liberdade e o de qualificá-las como muito bem entender.”²¹

Aparentemente se retornava ao campo de reflexão marcado por J. J. da Rocha em seu panfleto editado em 1856, que sintetiza a evolução política do Império na oposição entre Liberdade e Autoridade, entre o princípio democrático e o princípio monárquico.²²

Como bem nota Ilmar R. Mattos, grande parte da historiografia sobre o Império delimitou sua análise por esta proposição de J. J. da Rocha.²³ Contudo, estes pares analíticos encontram limitações e podem falsear a compreensão da atuação política dos liberais e dos conservadores. Primeiro, porque os liberais não eram contra o princípio da autoridade, da ordem e da segurança social, e nem os conservadores eram contra o princípio da liberdade, a “representação nacional” e os direitos constitucionais; segundo, porque ambos compartilhavam uma visão de mundo que hierarquizava a sociedade (“classe dirigente”, o povo e os escravos). Tinham semelhanças entre si, mas, ao mesmo tempo, encontravam-se em uma disputa que envolvia concepções políticas distintas.²⁴

9. O sistema bi-partidário surgiu durante a Regência, quase como um ajuste feito à Constituição de 1824. Esta, que fora inspirada na constituição francesa da Restauração e em certas idéias de Benjamin Constant, dava ao imperador a liberdade de escolha dos ministros, não pretendia servir a um regime parlamentarista e não fazia depender o governo da câmara temporária. Observa Buarque de Holanda que o bi-partidarismo, denominado na época por “espírito do regime”, foi a maneira encontrada para diminuir os atritos entre o governo e a representação nacional e contara com a cooperação, a princípio, de conservadores e, depois, de liberais. Em 1837, sob uma situação conservadora, surgiria ainda o chamado “governo das maiorias” que junto à figura do presidente do conselho, estabelecida definitivamente em 1847, completará a “fachada parlamentarista” do Segundo Reinado. Estes seriam os elementos que comporiam uma espécie de constituição “não escrita” sem a qual “difícilmente se podem compreender os traços dominantes da política

imperial”, pois ela, “com a complacência dos dois partidos, se sobrepõe em geral à carta de 24 e ao mesmo tempo vai solapá-la.”²⁵

Se as regras deste jogo bi-partidário, aceitas como o “espírito do regime”, servem como pressuposto para a compreensão das evoluções políticas mais aparentes, elas não devem ser tomadas como restrições passivamente assimiladas por ambos os lados, vale enfatizar ainda, que os tais “lados” nunca se constituíram em todos homogêneos e estanques.

Salvador de Mendonça recordaria uma significativa conversa em que o conselheiro Saraiva, na época em que se precipitava o que chamou de “abdicação de D. Pedro II”, se queixara da comum “inversão da obra dos Partidos no Brasil” durante o Segundo Reinado.

“Se a Coroa, disse ele [Saraiva], não incumbisse sempre os conservadores de levarem a efeito as idéias propugnadas pelos liberais, e deixasse a cada Partido o papel que lhe cabia, os liberais e não os conservadores deveriam ter feito a abolição do cativo, e neste momento o Partido Conservador e não o Liberal seria o incumbido naturalmente da defesa do trono. Tudo porém se tinha invertido e o Partido Liberal era agora chamado a combater a sua própria vanguarda, procurando, sem probabilidade de êxito, derrotar os republicanos.”²⁶

Conta, ainda, Salvador de Mendonça, que para se impedir o advento da República, seria “preciso dar um passo atrás”. Uma vez decretada a abolição pelos conservadores, estes deveriam deixar o governo, sendo que não poderiam “retroceder à situação anterior a emancipação dos escravos, nem continuar a política do gabinete que a realizara”. Caberia aos liberais oferecerem “alguma indenização aos proprietários rurais, sob o disfarce de favores à lavoura”. Tal seria o pensamento da Coroa, segundo o informante citado.²⁷

Longe de querer avaliar as diversas implicações que suscitam este episódio, minha intenção é antes a de utilizá-lo como pretexto para algumas reflexões. Se por um lado, tais comentários sustentam a afirmação de que os partidos imperiais obedeciam a regras previamente estabelecidas do jogo bi-partidário, ainda que muitas vezes invertendo os papéis de cada partido; por outro lado, oferecem também a indicação de certa inconsistência desse mesmo jogo e de conflitos em torno de suas regras, que afloravam em situações que envolviam reformas sociais e políticas mais profundas, sobretudo quando

comprometiam o *status quo* senhorial. Ao que parece o “espírito do regime” ou dividia o corpo político com outra entidade de interesses divergentes ou seu *cavalo* muitas vezes é que o montava.

Adotando-se estas considerações, seria interessante avaliar a *Circular* de Ottoni não só como a reedição de um programa liberal, mas também, sob a perspectiva da contestação das regras do jogo que tanto favoreceram o lado saquarema, a partir de uma visão que salienta o conflito entre projetos políticos distintos na formação da conturbada *alma do regime*.

A *Circular* fora escrita num momento de agitação e recrudescimento das posições políticas, com o propósito de contrapor-se, não aos conservadores de modo geral, mas a atuação de um grupo específico.

“A oligarquia do sul nunca foi um partido político, mas sim um grupo de homens que associaram a sua influência e a sua inteligência, para explorar em próprio proveito o segundo reinado.

Criando terrores imaginários e imaginários perigos para a monarquia, conseguiram acastelar-se em posições vitalícias rendosas, donde suscitam a seu bel-prazer manifestações populares, abalos financeiros e verdadeiras sedições, que, na qualidade de mestres do ofício, são chamados a comprimir. É a sua faina mais lucrativa.

Que o digam a revolução de Minas em 1842 e a de Pernambuco em 1849. Formam uma espécie de companhia dominica com o seu geral e capítulos, recrutando os talentos sem consciência, que, certos da onipotência da ordem na distribuição dos dons do Estado, são nas mãos dos seus superiores **perinde ac cadaver**.

Governem liberais ou palacianos, se um noviço da confraria é convocado para servir em qualquer posição eminente, ministério ou presidência, antes de ir, como é de regra, levar sua resposta ao palácio, vai consultar a vontade do sinedrim e receber as devidas instruções.

Por via de regra aceita.

Ministro não discute em conferência com os seus colegas, ou mesmo em despacho com o Imperador, assunto que não tenha sido suficientemente esclarecido nos capítulos da ordem, que assim imprime sua ação e direção ao governo do Estado. Esta explicação deve aclarar o que há de obscuro, e às vezes de incompreensível, mesmo no procedimento de

certos ministérios, instrumentos involuntários da associação misteriosa.”²⁸ (grifos no original)

Há três pontos a sublinhar nesta citação. O primeiro é a insistência de Ottoni em declarar que a oligarquia saquarema não compõe um partido político. É antes um grupo que encampou o Estado por meio de cargos estratégicos e vitalícios, e que consegue uma tal hegemonia que governa ainda que não esteja efetivamente no ministério. O segundo é a distinção da seita “palaciana”, políticos que se prendem à órbita do imperador e que, por isso, permanecem quase que independentes da dos partidos, mas que comumente se põem do lado conservador, embora não se confundam com a “oligarquia”. Por último, destaca-se a afirmação de Ottoni de que os liberais, quando no governo, não conseguiam resistir às influências do “sinedrim” saquarema.

Ottoni explica o “nascimento do governo pessoal”, pela fusão, acontecida por volta de 1841, de conservadores e palacianos. Fusão dirigida por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, fundador e pontífice da “seita palaciana”, que após ter participado como ministro dos Negócios Estrangeiros, no primeiro gabinete da maioria, composto em sua maior parte por liberais, se voltara para uma aliança com a oligarquia no ministério de 24 de março de 1841.

Tanto os acontecimentos que antecederam como os que se seguiram à maioria, são apresentados na *Circular* como momentos de tensão, em que as forças conservadoras ganham terreno sobre o governo, influenciando sobre a *vontade* do monarca e congregando os palacianos, a oligarquia e os liberais moderados. O interesse de Ottoni é justificar a derrocada do projeto liberal que se havia ensaiado no início da Regência e celebrado no Ato Adicional de 1834. É sob essa perspectiva que a revolução de 7 de abril de 1831 ganhará status de símbolo na revitalização do movimento liberal nos anos 1860.

O 7 de abril como chave da história política do império; aparecerá no episódio de *Esau e Jacó* em que os irmãos gêmeos Pedro e Paulo, ao serem perguntados sobre que idade tinham, responderiam de modo bastante significativo.

“ Paulo respondeu: - Nasci no aniversário do dia em que Pedro I caiu do trono.

E Pedro: - Nasci no aniversário do dia em que Sua Majestade subiu ao trono.

As respostas foram simultâneas, não sucessivas, tanto que a pessoa pediu-lhes que falasse cada um por vez. A mãe explicou:

- Nasceram no dia 7 de abril de 1870.

Pedro repetiu vagorosamente:

- Nasci no dia em que Sua Majestade subiu ao trono.

E Paulo, em seguida:

- Nasci no dia em que Pedro I caiu do trono.

Natividade repreendeu a Paulo a sua resposta subversiva. Paulo explicou-se, Pedro contestou a explicação e deu outra, e a sala viraria clube, se a mãe não os acomodasse por esta maneira:

- Isto hão de ser grupos de colégios; vocês não estão em idade de falar em política. Quando tiverem barbas.”²⁹

Na *Circular*, o 7 de abril é amplo de significações, aliás Ottoni concordaria em gênero, número e grau com a afirmação de Paulo, o 7 de abril foi o dia em que D. Pedro I caiu do trono.³⁰

“O 7 de abril foi um verdadeiro **journée de dupes**. Projetado por homens de idéias muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratcliffs, o movimento tinha por fim o estabelecimento do Governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra.” (...)

“Vimos em 1860 em um folheto que saiu dos prelos da folha oficial com o título **Monarquia e democracia** proclamar-se que era tradicional a monarquia brasileira, derivados do campo de Ourique os seus direitos e anuladas consequentemente a nossa independência e emancipação.

Na Corte é teoria banal que o dia 7 de abril significa pura e simplesmente o princípio do segundo reinado pela ordem natural de sucessão.

Não querem compreender que no dia 7 de abril de 1831 povo e tropa reunidos no campo de Honra ao grito significativo de - Viva a federação! - quando simultaneamente se faziam pronunciamentos idênticos em Minas e Bahia, haviam consumado uma revolução como a de 1688 na Inglaterra.

Não querem compreender que a Nação quebrou no dia 7 de abril o que podia haver de aspiração tradicional no primeiro reinado, e marcou soberanamente as condições de existência do segundo.

Não querem compreender que as instituições no dia 7 de abril receberam nova têmpera, e que nesse dia foi, por antecipação, inaugurada a reforma federativa ou ato adicional.

Não querem compreender que a abdicação publicada no ato do embarque para a nau inglesa **Warspite** foi uma inspiração feliz, mas não ato espontâneo, e que realmente nesse dia o Brasil tirou o trono ao príncipe português e o devolveu regenerado ao príncipe brasileiro.”³¹

Otoni classificava a revolu o de jornada de idiotas devido a posterior “traic o” que esta sofrera com a mudança de rumo empreendida com o apoio dos moderados. Na *Circular* também se encontra transcrito o artigo da *Sentinela do Serro* de 25 de junho de 1831, em que Otoni ressaltara o caráter republicano do 7 de abril e se apresentou como um dos defensores de significativas reformas na Constitui o de 1824, que mais tarde seriam contempladas, quase que inteiramente, no Ato Adicional de 12 de agosto de 1834.³²

A partir da leitura da *Circular*, dois aspectos devem ser ressaltados: primeiro, a crença desses liberais na a o da imprensa como vetor de mudanças sociais e políticas profundas. Neste mesmo artigo de 1831, Otoni afirmara que o 7 de abril fora resultado da “espantosa revolu o” que operou “no espírito nacional a imprensa livre”.

O segundo aspecto diz respeito ao deslocamento do foco de análise da disputa partidária, que opunha conservadores e liberais no campo do direito constitucional, para o embate mais restrito entre os projetos políticos saquarema e luzia. Os liberais *históricos* lutavam pelas reformas esboçadas no Ato Adicional e não por uma interpreta o do texto da Constitui o. Seu programa se resumia na conversão dos conselhos gerais das províncias em assembleias provinciais e na quase anula o da a o do poder moderador, através da supressão do Conselho de Estado e da vitaliciedade do Senado, o que causaria uma maior dependência dos ministérios em rela o   câmara temporária e legaria ao imperador um papel passivo. Para Otoni e os outros liberais da imprensa, o domínio saquarema estabelecera-se através da Lei de Interpreta o do Ato Adicional, da lei de reforma do Código de Processo Criminal e da reabilita o do Conselho de Estado, que praticamente derrogaram as reformas propostas pelo Ato de 1834, revitalizando o poder moderador pela centraliza o política e administrativa.

Ao localizar os comentários políticos do jovem Machado de Assis dentro dos debates na imprensa podemos melhor compreender suas críticas, que correspondiam às do grupo liberal ao qual pertencia. Assim, o cronista entoava a mesma ária daqueles que pediam reformas para moralizar o sistema representativo e destronar a oligarquia do poder ao atacar, por exemplo, a vitaliciedade do senado:

“Vagou uma cadeira no senado. É a que ao eleito por Mato Grosso João Antonio de Miranda, que acaba de falecer, levando consigo a experiência e o conhecimento do egoísmo de um partido político. Tão gorda posta fez arregalar o olho a mais de um; e eis que todos quantos gozam da inefável ventura de andarem entredetes no outono da vida começam a fazer valer os seus direitos e os seus serviços.”

E, após apontar os ovos que o “partido do governo” estaria incubando para gerar o pinto que haveria de ocupar o lugar vago no poleiro, concluía:

“É tão bom ter uma cadeira no senado! A gente faz o seu testamento, e ocupa o resto do tempo em precauções higiênicas, a bem de dilatar a vida e gozar por mais tempo das honrarias inerentes ao posto de príncipe do império. Alguns não observam tão salutar preceito, e esfalfam-se em orações políticas contra os abusos do poder; por isso vão mais depressa à sepultura, onde ninguém é senador nem tem honrarias de príncipe.”³³

Já em 24 de março de 1862, ao finalizar seus “Comentários da Semana”, Machado de Assis celebraria a estréia, prometida justamente para o dia 7 de abril, de um novo jornal político:

“Para 7 de abril anuncia-se a publicação de um jornal político que terá por título *Jornal do Povo*. É redigido por dois talentos jovens, mas que já fizeram as suas primeiras armas nesta liça da imprensa. O *Jornal do Povo* não representa escola alguma, não acompanha princípios estatuídos de nenhuma parcialidade política, é simplesmente um jornal consagrado a doutrinar o povo e a pugnar pelos interesses dele. Sendo assim o *Jornal do Povo* será logicamente conduzido a por-se ao lado liberal que corresponde imediatamente às aspirações populares. E o concurso dele será tanto mais valioso quanto que não pode haver dúvida sobre as opiniões liberais de seus redatores.”³⁴

O programa do *Jornal do Povo* pode ser visto como a apresentação resumida das linhas básicas do que Machado, naquela época, e seus companheiros de redação entendiam por *lado liberal* que correspondia “às aspirações populares”. Declaravam os redatores do “novo campeão”:

“O povo antes do rei./O direito antes do privilégio./A lei antes da autoridade./No sistema representativo só o povo delega poderes./Todos os poderes são responsáveis perante a nação./Não há poder permanente senão a soberania nacional.

Hoje, porém, não entendem assim os homens do governo: o rei vale mais que o povo; o privilégio suplanta o direito; a autoridade está acima da lei./O trono faz grande mercê em governar o povo: todos os poderes lhe são responsáveis: só ele é permanente, porque a sua origem é a divindade.”³⁵

Na seqüência o manifesto exaltava o papel da imprensa, ou *opinião*, na regeneração das instituições políticas e tomava a divisa dos inconfidentes como símbolo da ação contra a “inconstitucionalidade e egoísmo das leis compressivas” do *regresso*.³⁶

10. Dias antes, no início daquele agitado mês de março de 1862, o artigo editorial do *Diário* denunciara uma “nova intriga” envolvendo os liberais. Protestava a redação que, apesar de há alguns dias o governo haver explicado os motivos por que estava “embalando cartuchames e afiando espadas”, já se havia espalhado, *oficiosamente*, rumores de uma revolução, que chegaram a algumas províncias antes mesmo de serem percebidos na capital, evidentemente com má fé:

“Por essas novelas da meia-noite constava o seguinte: que o Sr. T. Ottoni achava-se em Minas promovendo uma revolução e que até tinham sido apreendidos alguns caixões com armamentos; que a 25 de março, ao inaugurar-se a estátua equestre do primeiro imperador, igual movimento deveria rebentar aqui; finalmente, que o governo preparava-se com toda a energia para sufocar a revolta.”³⁷

O editorial comentava que a cautela do governo de preparar-se “antes que a bomba

arrebente”, como fora declarado em um artigo “oficial”, era perfeitamente inútil. O aparato para demonstrar energia e ostentar coragem poderia, aproveitando-se o período de festa, figurar um “arreganho carnavalesco”.

As acusações feitas aos liberais eram produto das exacerbações de que fora vítima Teófilo Ottoni e sua *Circular*. Tinham por motivo a insistência da imprensa liberal em professar a submissão do imperador e seus ministros ao poder legislativo. A reação apresentada pelo *Diário do Rio* e por Ottoni, também ecoou, de forma substancial, na crônica de Machado de Assis:

“É amanhã a inauguração da memória do Rócio. É também amanhã o aniversário da proclamação da nossa carta política. Por último, na opinião do ministério, é amanhã a realização de uma revolta popular, preparada pelos chefes liberais a bem de se apossarem do governo.

Nada direi do aniversário que festejamos, mesmo por não entrar em atos pecaminosos que hão desvirtuado o nosso código político. Não me autorizarei mesmo de uma circunstância que alguém notou, a de estar a figura do primeiro imperador, que hoje se há de descobrir, com a constituição estendida para o lado do teatro, querendo daí concluir o malévolo que o pacto fundamental é uma comédia.

Tampouco me ocuparei com a estátua que se vai inaugurar.

Fora preciso recorrer aos fastos da história e cotejar atos e apreciações, talvez em detrimento de opinião aceita, e por mal das constringências públicas e solenes, que o sol da manhã vai presenciar.

Já não pratico assim com o boato da revolução. Devo investigar se o ministério com estas preocupações que toma, e com estes boatos que assoalha, tende à parvoíce ou à esperteza. É difícil o problema. Existem ambos os elementos no gabinete, e decidir qual deles prepondera na questão é um trabalho de minuciosa análise.

Por onde descobriria o ministério que o dia 25 seria ensangüentado pelos dentes do tigre popular? Onde encontrou sintomas denunciadores? Na imprensa? Não. Nunca ela foi mais moderada, nem mais sóbria no apontar os erros administrativos. Nenhuma doutrina que cheire a subversão tem sido alardeada e proclamada nas folhas liberais. Nos clubes? Onde existem eles? Onde se reúnem? Ninguém os conhece. O ministério compreende bem que uma revolução, no sentido literal da palavra, pede o concurso da maioria, e que esse concurso não deve ser eventual e filho do momento.”³⁸

Assim o jovem Machado de Assis abriu sua crônica de 24 de março que concluiria com o anúncio da publicação próxima do *Jornal do Povo*. Seria a véspera da inauguração da estátua de Pedro I, se essa não fosse adiada para 30 de março devido a um forte temporal que caíra sobre a cidade a 25 daquele mês.

No breve comentário, o cronista alude aos questionamentos dos liberais sobre a homenagem ao duque de Bragança. A imprensa oposicionista negava ao primeiro imperador o papel principal no processo de independência e na elaboração da constituição. Viam, ainda, a sobreposição da imagem de Pedro I à carta política como uma deturpação da história da nação, uma afronta à dignidade da Constituição e uma traição à memória dos verdadeiros mártires da liberdade. Daí a necessidade de se recorrer aos “fastos da história”, relembrar os “atos pecaminosos” que deturparam o “código político”, referência às leis do *regresso*, e de inquirir o passado para verificar se aquele bronze encerrava os atributos de uma “legítima memória”.

11. A edição do *Diário do Rio* de 25 de março de 1862 foi toda preparada para criticar a atitude do governo que se armara para uma revolta, dando ouvidos aos boatos de revolução. O gabinete 3 de março era presidido por Luis Alves de Lima e Silva, então marquês de Caxias, que ocupava o ministério da Guerra, e composto ainda por Souza Ramos (Império), Saião Lobato (Justiça), Magalhães Taques (Estrangeiros), Silva Paranhos (Fazenda), Visconde de Inhaúma (Marinha) e por Manuel F. Sousa e Melo (Agricultura).

A folha liberal trazia a primeira parte de um artigo intitulado “Uma página de história” e um texto de Teófilo Ottoni, “A estátua eqüestre”. Ambos eram um protesto veemente contra o monumento a D. Pedro I.

Em seu artigo, Ottoni se negava a prestar as homenagens por não reconhecer os méritos que queriam atribuir ao duque de Bragança. Para o *luzia*, a origem do monumento da praça da constituição em vista de seus antecedentes, significava:

“1 - Que a independência de 1822 foi uma doação do monarca, cujos augustos dependentes imperam sobre os dois reinos em que se dividem a família portuguesa.

2 - Que a constituição foi, senão uma outorga do direito divino, ao menos espontânea concessão da filosofia do príncipe, e documento de sua adesão às idéias liberais.

3 - Que o 7 de abril de 1831 foi um crime de rebeldia, de que o Brasil contrito deve pedir anistia, anulando por injusta a sentença que lavrou aquele dia contra o primeiro reinado.

Ao menos, é isto o que eu leio na praça da constituição.”³⁹

Otoni argumentava que o acontecimento de 1822 fora o resultado dos esforços de mais de uma geração. O Brasil foi a primeira dentre as colônias americanas em que repercutira simpática a revolução dos Estados Unidos, influenciando o movimento da inconfidência mineira. Tiradentes seria, assim, o primeiro herói da luta pela emancipação do país. O drama da independência teria outro capítulo no ano de 1817. A revolução pernambucana fizera de Martins, Mendonça, padre Miguel, Silveira e Peregrino os outros mártires da liberdade.

O artigo procurava evidenciar que a independência fora uma aspiração nacional, desqualificando a intenção de tornar D. Pedro I o seu patriarca e precursor. Salientava a influência de José Bonifácio sobre o duque de Bragança e a fidelidade desse ao seu pai D. João VI. Apresentando as feições equívocas dos serviços prestados pelo príncipe à independência e à constituição brasileira, não haveria razões para celebrar sua estátua. Comentava Otoni que o monumento ficaria bem em Portugal, onde teria uma significação de justiça e de verdade, pois lá D. Pedro I combatera o governo absoluto com valor e heroísmo e restaurara o sistema constitucional. Explicariam-se, assim, os valiosos donativos recebidos pela comissão da estátua dos “bons e leais portugueses”.

Em “Uma página de história”, a redação do *Diário* tratava, mais detidamente, da atuação de D. Pedro I na independência e durante o primeiro reinado. A análise seguia a mesma linha de argumentação do texto de Otoni. A folha liberal impunha-se o dever de não concorrer com o silêncio para uma “fraude histórica”. Intervir no julgamento póstumo do primeiro reinado que “a lisonja dos cortesãos” e a ignorância geral comemoravam na figura de um imperador de bronze era, naquele momento, fundamental para que não se deixasse rasgar o capítulo da revolução de 7 de abril. A estátua equiestre aniquilaria por um ato leviano e perverso os próprios fundamentos em que se apoiava o trono, “tão *generosamente concedido* e conservado ao atual imperador o Sr. D. Pedro II.” (grifos meus)

“O segundo reinado seria todo ele, uma espécie de usurpação consentida, uma

espécie de surpresa não repelida, se lhe faltasse a única base legal em que se assenta - a revolução de 7 de abril de 1831.”⁴⁰

Neste ponto explicita-se uma diferença sutil, mas significativa para a imprensa liberal, entre a sua interpretação da história e a de seus opositores. A estátua de Pedro I indicava que a constituição era uma “concessão” do imperador ao povo, enquanto que para os liberais o trono é que havia sido uma “generosa concessão” do povo à realeza. Por esses tempos, determinar quem *concedia* a quem, era fundamental para estabelecer quem era superior a quem.

A resposta do governo viria simultaneamente aos ataques da oposição nas edições do *Jornal do Commercio*. De 28 a 30 de março, esta folha publicaria uma série de artigos que se contrapunham às apreciações de Ottoni e das redações do *Diário* e do *Correio Mercantil*, acusado-as de serem falsas e caluniadoras.

“A se tomar ao sério esta farsa de feição política, é o caso de se inquirir – o que pretende a trindade oposicionista com tal desabrimento? – Querem seriamente conquistar as posições oficiais com vistas de felicitar o Brasil tornando uma realidade a constituição do Estado, que dizem letra morta? E principiam por corromper a opinião, perverter a doutrina e desprestigiar o princípio da autoridade, sem o mínimo cometimento, sem ao menos guardar as regras mais triviais da civilidade e cortesia!!

Da diuturna mentira e calúnia empregada contra as pessoas e atos dos ministros chegam à blasfêmia, com que conspurcam os sentimentos generosos da população brasileira, estigmatizando a gloriosa geração da independência na pessoa augusta do príncipe que a simboliza, e escandalizando a atual com demonstração tão avessa aos sentimentos de grata recordação que vota aos heróis da independência e aos de respeitosa deferência ao chefe de Estado, seu digno filho e sucessor.”⁴¹

Os contra-ataques se dirigiam principalmente ao mais destacado *luzia*:

“É fácil de reconhecer, porque ei-lo aí patente – é o ódio insensato do Sr. Ottoni, que se levanta como juiz competente para julgar o primeiro reinado e lavrar a sentença de condenação contra o príncipe em quem nenhuns serviços reconhece!... Também o seu herói é o Tiradentes, no seu conceito o primeiro homem da independência nacional!!

Contra o Sr. Ottoni protesta a verdade histórica, o bom senso nacional e a generosidade dos Brasileiros.”⁴²

Eusébio de Queirós, como presidente da comissão encarregada de erigir a estátua, fizera um longo discurso, também publicado no *Jornal do Commercio*. Nele, o *papa saquarema* resumia as razões da homenagem, exaltava a figura do primeiro imperador e rebatia, indiretamente, as críticas da oposição.

“É a consciência e não a lisonja que lega à posteridade neste monumento um testemunho de sua gratidão. É ele o símbolo da independência, integridade e liberdade do Brasil, na sua personificação mais pura e mais elevada.”⁴³

Obrigada a rebater os ataques da imprensa liberal, a oligarquia procurou ressaltar o que parecia ser o único motivo de *gratidão* que restara, ou, que não fora posto em dúvida: o duque de Bragança teria garantido a unidade e a integridade do território nacional. A argumentação dos representantes da “opinião oficial” valorizava ainda, em D. Pedro I, o exercício de um “poder que deveria ser rigoroso no meio das ambições que se erguiam, dos interesses que se agitavam, das utopias mais ou menos sinceras”, repassavam assim o discurso da ordem e da segurança pública, afirmando que fora justamente pela ação da força e da autoridade vigorosa que o império livrara-se da desordem social e política e da fragmentação de seu território.

12. No período de 1831 a 1836, J. J. da Rocha marcara o “triunfo da ação”, que se iniciara em 1822, ou de predomínio do princípio democrático. Ilmar R. Mattos assinala que os ideais de liberdade definiam-se, na época da Regência, por meio dos princípios de isonomia e isegoria (igualdade de todos os homens perante a lei e igual direito de expressão). Como argumenta Mattos, é justamente a concepção de igualdade que ressaltaria as fraquezas do projeto liberal e que seria alvo das críticas regressistas.

Embora a idéia de igualdade nem sempre ameaçasse as fronteiras dos “três mundos” da sociedade imperial, ela conduzia a um potencial “aniquilamento das diferenças que também deveriam distinguir o interior do Mundo do Governo, segundo eles próprios [os liberais] reconheciam. A Igualdade que se insinuava não apenas conduzia à defecção de

antigos aliados, como ainda ameaçava a todos com uma desordem.”⁴⁴

A conclusão a que chega Ilmar R. Mattos é que, prisioneiros das contradições de suas propostas e pressionados pela ameaça de desordem social, os liberais aderiram ao discurso da *ordem*, ou seja, respaldaram eles próprios o projeto de seus opositores, os regressistas. Um exemplo indicativo da atração irresistível exercida pela orientação política saquarema é o de Paula Souza - um dos representantes do liberalismo paulista -, que ao renunciar à chefia do gabinete em 1848, evocara a imagem de um índio que lutava contra a correnteza; quando exaurido, desfaz-se dos remos e abandona-se ao que é inevitável. “A atitude de Paula Souza - a ‘quebra dos remos’ pelos liberais - revela a impossibilidade de reverter uma direção que tomava, dia a dia, cada um dos luzias semelhante aos saquaremas.”⁴⁵

O que Mattos observa é que a proposta liberal, na forma em que se apresentava no período da regência de Feijó, era inviável em uma sociedade fundada na hierarquia e organizada pelo “espírito aristocrático”. Para estarem no governo do Estado os luzias tinham de assemelhar-se aos saquaremas, tal como sugeria o provérbio atribuído a Holanda Cavalcanti: *nada tão parecido com um saquarema quanto um luzia no poder*.

Ora, isso não queria dizer, que luzias e saquaremas fossem iguais o tempo todo e não possuíssem divergências profundas. Mas que a estrutura e a organização política e social do império *exigiam*, se é que assim se pode dizer, uma administração coerente, ou seja, calcada em uma ideologia da ordem e da segurança pública segundo os valores de uma classe senhorial.

Os liberais que protestavam contra a homenagem a D. Pedro I faziam política e marcavam sua diferença através da imprensa, posteriormente, em 1870, vários membros deste mesmo grupo, seriam os fundadores do partido republicano, cujo manifesto foi ditado integralmente por Quintino Bocaiúva a Salvador de Mendonça.

Há uma linha clara e pouco explorada que liga o chamado período de “renascimento liberal”, a memória da Regência e a formação do partido republicano. Pode-se observar que na década de 1860 o projeto e a identidade liberal dependem e renascem da própria reconstrução de sua memória. Por essa época ainda persistia a ambigüidade, preservada cuidadosamente na memória, de serem liberais monarquistas com feições republicanas, ambigüidade que só desapareceria em 1870.⁴⁶

É intrigante ainda o fato de Tiradentes, bem antes de ser o herói dos republicanos, surgir aqui como herói liberal. Como ressaltou José Murilo de Carvalho, foi por ocasião da inauguração da estátua equestre que se deu o primeiro confronto entre as figuras de D. Pedro I e do Inconfidente.⁴⁷ Muito provavelmente a razão da celebração de Tiradentes durante aquele embate, é porque ele sintetizava o princípio da liberdade, definidor do caráter liberal, em oposição ao princípio da autoridade, de feição conservadora, encerrado na imagem do duque de Bragança. Naquele momento não era valorizado o caráter republicano da conjuração mineira, embora os grupos políticos que se debatiam não descartassem os benefícios desta dubiedade. Entretanto, se a figura de Tiradentes possuía essa incompatibilidade com o regime monárquico, a de D. Pedro I também tinha a sua inconveniência, pois se ligara às ameaças de restauração do império português pela unificação das coroas.

Essas incongruências entre a história e a memória cívica só afloravam devido ao conflito acirrado entre as duas facções, e são nesses momentos privilegiados que se pode visualizar como a demarcação de valores e ideais necessita da legitimidade histórica construída por uma memória cuja coerência fora convenientemente elaborada. O que interessava naquela disputa não era a verdade histórica, mas sim a desqualificação do grupo rival pela estigmatização de seus símbolos.

Três anos depois dos debates sobre a inauguração da estátua equestre, em um de seus folhetins no *Diário do Rio*, Machado de Assis daria um exemplo de que a celebração da memória de Tiradentes não era, necessariamente, uma afronta à monarquia e de que não só poderia como deveria conviver ao lado da memória de Pedro I.⁴⁸

O cronista cobrava do ministério da liga progressista, no “Ao acaso” de 25 de abril de 1865, a consagração oficial do Inconfidente como herói nacional e patriarca da independência. Machado iniciava declarando que “os povos devem ter os seus santos” como forma de garantir o respeito da história e as conquistas futuras. O Brasil possuía e venerava os seus, mas era preciso que todos os que tivessem “direito à santificação da história” não se perdessem “nas sombras da memória do povo”. Comemorava-se o 7 de setembro e “quem se lembra do dia 21 de abril? Qual é a cerimônia, a manifestação pública?” Repetindo os argumentos dos liberais que defendiam Tiradentes como o

precursor das idéias de liberdade e independência do Brasil, argumentava que seu “crime” fora o mesmo de D. Pedro I e José Bonifácio:

“...Ele apenas queria apressar o relógio do tempo; queria que o século XVIII, data de tantas liberdades, não caísse nos abismos do nada, sem deixar de pé a liberdade brasileira.(...)”

Entre os vencidos de 1792, e os vencedores de 1822, não há senão a diferença dos resultados. Mas o livro de uma nação não é o livro de um merceiro; ela não deve contar só os resultados práticos, os ganhos positivos; a idéia, vencida ou triunfante, cinge de uma auréola a cabeça em que ardeu. A justiça real podia lavrar essa sentença (a de Tiradentes) digna dos tempos sombrios de Tibério; a justiça nacional, o povo de 7 de Setembro, devia resgatar a memória dos mártires, e colocá-los no panteon dos heróis.”⁴⁹

O cronista reclamava uma reparação na história do país e a demonstração de gratidão ao mártir da conjuração mineira, através da comemoração cívica. Se até aquele momento não havia nenhuma tradição de celebração da “lutuosa tragédia do Rocio”, caberia criá-la para as gerações futuras pelo culto à memória daqueles primeiros patriotas, independentemente da derrota de sua causa: “aos olhos do povo a vitória não deve ser o *criterium* da homenagem.”

“Falando assim, não nos dirigimos ao povo, que carece de iniciativa.

Tão pouco alimentamos a idéia de uma dissensão política; conservadores ou liberais, todos são filhos da terra que Tiradentes queria tornar independente. Todavia, há razão para perguntar ao partido liberal, ao partido dos impulsos generosos, se não era uma bela ação, tomar ele a iniciativa de uma reparação semelhante, em vez de preocupar-se com as questões de subdelegados de paróquia e de influências de campanário.”⁵⁰

Sugerindo a impossibilidade de ser atendido pelos liberais do governo que, naquele momento, não convergiam com os da imprensa, Machado voltava-se, “em desespero de causa”, para D. Pedro II. E, dando como certo que os “aduladores” deste haviam-no lembrado que Tiradentes queria a república, esperava que o imperador, sendo “um homem ilustrado”, repelisse os escrúpulos que viam naquela idéia uma ofensa à monarquia e

tomasse a iniciativa de oficializar uma celebração da memória do mártir, “um ato que seria uma das mais belas páginas do seu reinado.”⁵¹

Implicitamente o que o cronista cobrava era um lugar no panteão cívico nacional de um herói cujo vínculo simbólico aos ideais propalados pela imprensa liberal já havia sido consumado anos antes. Explicitamente havia uma ironia em relação ao gabinete progressista de Francisco José Furtado, que não se empenhara em cumprir as reformas propostas no programa do ministério e defendidas pelos liberais.

13. Depois de recompor parte dos debates que agitavam a imprensa no início da década de 1860, é possível refletir a respeito da experiência de Machado de Assis no *Diário do Rio* sob sua perspectiva específica; como um cronista em “tempos de fé e entusiasmo liberal”.

Voltemos a tão citada definição de folhetim que Machado escrevera a 30 de outubro de 1859 em *O Espelho*:

“...o folhetim nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista.(...)”

O folhetinista é a fusão agradável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. (...)

O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar de colibri na esfera vegetal: salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espanja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política.”⁵²

Das três séries de artigos que Machado escreveu no *Diário do Rio* só a “Ao acaso” ocupou o espaço do folhetim, ou o rodapé do jornal, os “Comentários da Semana” vieram inicialmente na secção **Comunicado** e depois passaram a seguir-se ao noticiário. Essas duas séries se encaixam na categoria de crônica de variedades, cumprindo a função de fazer uma *revista semanal*.⁵³ Tendo-se em mente o caráter político da folha em que Machado escreveu estas séries, podemos considerar sobre outro ângulo a relação que ele estabeleceu no trecho citado se a emendássemos da seguinte forma: a crônica nasceu do jornal, o cronista do jornalista e o jornal da política.

O folhetim de variedades e a crônica confundem-se com a própria popularização dos periódicos. Como conta Marlyse Meyer, a importância desse espaço “da liberdade e da recreação” logo foi percebida pelo jornalista Émile de Girardin e seu ex-sócio Dutacq, os

mesmos que redefiniram as diretrizes do jornalismo após a Revolução Burguesa de 1830. Elevado ao lugar de honra do jornal o *feuilleton* aumentaria a vendagem e garantiria alta rentabilidade; no Brasil, como na França, ele também se tornou o principal chamariz da imprensa. Sob o título de *Variedades* surgiriam “na imprensa brasileira da primeira metade do século XIX as primeiras manifestações da ficção, como de um espaço livre à criação e à transformação do jornal.”⁵⁴

Além de ser a mola propulsora das vendas, o folhetim influenciaria também o estilo dos escritores que praticavam suas diversas modalidades. Sônia Brayner ressalta que a obra de Machado de Assis aproveitou muito das características da crônica, seus movimentos e ritmos narrativos permitiam recuperar no texto escrito a oralidade das conversas informais e os assuntos sérios da política misturavam-se e diluíam-se aos do cotidiano.⁵⁵

As observações de Meyer e Brayner apontam para um processo, desencadeado pela popularização dos jornais, de transformação da linguagem, ou de adaptação da linguagem escrita à linguagem mais informal, mais próxima do novo público consumidor, da “massa” que surge com o crescimento urbano exigindo, de certo modo, textos ao seu gosto.

A opinião de um correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* em Paris, que informava sobre uma mudança que ocorria nos jornais europeus na década de 1860, devido aos caprichos de uma nova entidade, o *Sr. Público*, reforça a idéia de se considerar a relação entre os leitores e a maneira como são tratados os assuntos naquela imprensa:

“Uma transformação opera-se atualmente no jornalismo.

Há pouco tempo, vos notei o desenvolvimento, que toma a pequena imprensa, isto é, os jornais não políticos. Agora eis os políticos, que seguem o mesmo caminho e colocam em meio de seus graves artigos, crônicas parisienses, em que se fala de tudo, de senhoras e de mulheres, dos cavalos do Sr. de Lagrange e dos dentes de Coroa Kearn... Os cronistas estão na moda e os redatores entram em toda parte... O público é o autor de tudo isto; não quer que o instruem, quer que o divirtam. E como é preciso que um jornal viva, ele esforça-se por satisfazer as fantasias de seu amo o Sr. Público.”⁵⁶

O correspondente ressalta um ponto fundamental na confecção das crônicas de variedades: os leitores têm que ser levados em consideração. Além disso, afirma que a pequena imprensa já vinha praticando o tipo de crônica na qual “se fala de tudo”.

Em uma dos folhetins da série “Ao acaso” do *Diário do Rio de Janeiro*, Machado recordaria as reuniões literárias da Petalógica, das quais Macedo e Antônio de Almeida participaram, ao apreciar a segunda edição das *Lembranças* de José Antônio da Silva:

“Este livro é uma recordação, - é a recordação da Petalógica dos primeiros tempos, a Petalógica de Paula Brito, - o café Procópio de certa época, - onde ia toda a gente, os políticos, os poetas, os dramaturgos, os artistas, os viajantes, os simples amadores, amigos e curiosos, - onde se conversava de tudo, - desde a retirada de um ministro até a piroeta da dançarina da moda; onde se discutia de tudo, desde o dó de peito de Tamberlick até os discursos do marquês de Paraná, verdadeiro campo neutro onde o estreado das letras se encontrava com o conselheiro, onde o cantor italiano dialogava com o ex-ministro. (...)”

Quereis saber do último acontecimento parlamentar? Era ir à Petalógica. Da nova ópera italiana? Do novo livro publicado? Do último baile de E***? Da última peça de Macedo ou Alencar? Do estado da praça? Dos boatos de qualquer espécie? Não precisava ir mais longe, era ir à Petalógica. (...)

Assim como tinham entrada os conservadores e os liberais, tinham igualmente entrada os *lagruistas* e os *chartonistas*: no mesmo banco, às vezes, se discutia a superioridade das *divas* do tempo e as vantagens do ato adicional; os sorvetes do José Tomás e as nomeações de confiança que aqueciam igualmente os espíritos: era um verdadeiro *pèle mèle* de todas as coisas e de todos os homens”⁵⁷ (grifos no original)

A Petalógica possuía o mesmo princípio do jornal da época, tanto que Paula Brito até imprimia a *Marmota* tendo por base as reuniões do café Procópio. Machado dizia que ali “era a família da rua” para todos os que participavam, e que os petalógicos espalhavam-se pela cidade “colhendo e levando notícias, examinando boatos, farejando acontecimentos”, sem que abandonassem seus respectivos negócios.

A imprensa como a crônica, “em que se fala de tudo”, se apresentam aqui como metáforas do espaço público. E, sob tal aspecto, elas se tornam um elemento essencial no processo de formação desse espaço em que interagem pessoas, classes sociais, assuntos e interesses diversos. Dessa perspectiva, pode-se compreender por que os jornais quase sempre possuíam, naqueles tempos, uma orientação política explícita, uma vez que como lugar de opinião pública a imprensa torna-se, ao menos potencialmente, meio de expressão e discussão da própria cidadania. Vale lembrar aqui a relação que Ottoni estabelecera

entre o 7 de abril e a força da ação da imprensa livre, força igualmente celebrada pelos jornais liberais da década de 1860.

Machado de Assis, antes de começar a trabalhar no *Diário do Rio*, havia colaborado em alguns jornais como: *A Marmota* de Paula Brito, *O Paraíba* de A. E. Zaluar, *O Espelho* de F. Eleutério de Souza e o *Correio Mercantil*. Para esses periódicos, contribuía sem muita regularidade, com poesias e alguns artigos. Três dos textos escritos em 1859 repassavam uma visão sobre imprensa comum entre os jornalistas liberais. Os dois primeiros foram publicados no *Correio Mercantil* nos dias 10 e 12 de janeiro; intitulavam-se “O jornal e o livro” e pretendiam traçar algumas idéias sobre “um sintoma do adiantamento moral da humanidade”. Estes artigos glorificavam, em tom bastante exaltado, a criação da imprensa que viria libertar a humanidade do jugo da ignorância, a base de toda a tirania. Dividia o progresso alcançado por essa invenção em duas etapas: o aparecimento do livro, que preencheria apenas em parte as condições necessárias ao desenvolvimento do pensamento humano, e o surgimento do jornal:

“O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagens para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das idéias e o fogo das convicções.”⁵⁸

Em suas primeiras edições, o *Diário do Rio* não só se definira como uma folha liberal como também entrelaçara aos seus princípios políticos as diretrizes de uma imprensa que se auto-proclamava democrática e civilizadora. Repetindo as mesmas imagens utilizadas pelo jovem Machado, o editorial publicado no dia 27 de março de 1860 e intitulado “A Imprensa na Atualidade”, declarava que o jornal era a “locomotiva intelectual” que cobriria todas as distâncias levando a luz da razão aos mais miseráveis e ameaçando os alicerces do despotismo:

“Sendo um meio mais fácil e mais numeroso de reprodução, punha ao alcance de todos uma arma para discussão, uma chave para exame. Quando a idéia tem muitos poros para filtrar, vem mais abundante, mais fremente e mais disseminada; ora, a idéia é a luz e desde que há mais luz, por um princípio da física, há menos escuridade; desde que há mais

exame, por um axioma filosófico, há menos aceitação de doutrinas caducas, menos fé de princípios velhos.”⁵⁹

O artigo seguia distinguindo os dois moldes da imprensa: o livro e o jornal. Enquanto o primeiro comparava-se a “uma arca” que conservava o passado, a uma “catedral portátil”, o jornal era o desmembramento do livro, a crônica atual, a tribuna contemporânea, tão barato que se colocava ao alcance de “todas as fortunas”, e daí viria o seu cunho democrático.

Esse caráter proselitista, que remetia aos arroubos do romantismo social à Victor Hugo, o principal mestre para os liberais daquela imprensa, atenuava-se, ou, disfarçava-se por meio do entretenimento e do aspecto *ameno* dos folhetins e crônicas. O periódico o *Espelho*, ao definir o propósito da publicação em seu prospecto, não levantava explicitamente nenhuma bandeira partidária, mas pretendia oferecer “uma variedade que deleite e instrua, que moralize e sirva de recreio, quer nos salões do rico, como no tugúrio do pobre”.⁶⁰

Instruir e entreter parece ter sido a intenção do jovem Machado de Assis e de outras penas ágeis ao confeccionarem suas crônicas. Além de soar bem como diretriz para os folhetins em que os *assuntos sérios* se misturavam com o *frívolo* e o *fútil*. Ou, como escreveria Machado ao tocar em assuntos mais “graves” num trecho de “Ao acaso”:⁶¹

“Resumi o programa no título. O folhetim não é outra coisa mais do que o acaso, o vago, o indeterminado; é o acontecimento que há de haver, o livro que se há de imprimir, o sarau que se há de dar; é o dito que escapa, a anedota que circula, o boato que se espalha; é o capricho do tempo, o capricho da pena, o capricho da fantasia; é a chuva e o sol, a elegia e o cântico; o folhetim reside no dia seguinte, vive do futuro, sai do ventre de todas as semanas, - às vezes Minerva armada - às vezes ridiculus mus. (...) Vinha aqui muito a pêlo fazer uma divagação política a respeito dos ministérios que fazem programas, mesmo quando não têm nenhum, e dos programas que ainda estão à espera de ministérios. Mas eu não quero de modo algum tornar demasiado séria a fisionomia destes escritos. Só farei exceção para os assuntos de política amena.”⁶²

O cronista fazia ainda distinção entre a política amena e a política torva: “Sem querer, vou dando ao folhetim uns ares de política torva. Mudo de rumo”.⁶³ Nestes textos, em que “se fala de tudo”, a política, as artes, a literatura e o cotidiano fundem-se muitas vezes pela utilização de recursos de linguagem, metáforas, ambigüidades, paródias, alusões, que permitem a prática da “arte das transições”. É dentro desta *técnica*, necessária à urdidura das crônicas da semana, que se desenvolvem grande parte das peculiaridades da crítica social e política desses literatos jornalistas. Não se pode esquecer, ainda, que o *estilo* empregado nessas crônicas era, em grande medida, uma exigência da própria modalidade do texto, basta lembrar que, antes de Machado, Alencar, Macedo e Manoel Antônio de Almeida, para ficar nos mais conhecidos, escreveram crônicas que imitavam o vôo do colibri.

José de Alencar, no tempo em que compunha com os liberais, escrevera a maior parte de seus folhetins “Ao correr da pena” no *Correio Mercantil*, num deles comentara sobre o ofício:

“Obrigado um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade; e isto com a mesma graça e a mesma *nonchalance* com que uma senhora volta as páginas douradas do seu álbum, com toda a finura e delicadeza com que uma mocinha loureira dá sota e basto a três dúzias de adoradores! Fazerem do escritor uma espécie de colibri a esvoaçar em ziguezague, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato o mais comezinho!”⁶⁴

Não deve ser considerado um acaso que esses cronistas, folhetinistas, literatos, jornalistas etc. tenham misturado os assuntos da política séria em seus textos amenos. É necessário reler suas crônicas interagindo com os debates políticos da época, levando-se em consideração a linha partidária da folha em que escreveram, buscando não só a opinião particular, mas a expressão de grupos políticos. Dessa forma, pode-se repensar a política no segundo reinado de uma perspectiva mais ampla, em um diálogo insistente com o cotidiano da cidade através da imprensa, da literatura, do teatro etc. Diálogo urdido nas crônicas que *falam de tudo* - um indicativo de que elas não eram destinadas somente a leitores alfabetizados, mas também a possíveis leitores ouvintes de um texto escrito em ritmo de

conversação. É nessa informalidade que o mundo da política, privilégio institucionalmente restrito à classe dominante, se desmistifica. Através das anedotas, dos boatos, da convivência com outros assuntos e da visão crítica do cronista a política acaba por contaminar o dia a dia das classes excluídas. Pois, os jornais não se destinavam só aos homens com direito reconhecido à cidadania, as leitoras eram sempre muito requisitadas pelos cronistas.

Ao final, vejo que acabei *influenciado* pelas crônicas e falei de tudo, ou quase tudo. Como forma de me emendar, afirmo que se “todo o mundo” pertence à crônica, então todo o mundo pode pertencer ao capítulo que a estuda. E para não falar de mais nada além da crônica, concluo: a crônica era uma *revista*, quase sempre semanal, dentro do próprio jornal, e o jornal e a crônica eram parte das praças e das ruas em letras de forma, para serem lidas e ouvidas.

¹ D.R.J., “Comentários da Semana”, 01/04/1862.

² Salvador de Mendonça, “Cousas do Meu Tempo”; *Revista do Livro*, XX - Rio de Janeiro, 1960. Ver *A gente do ‘Diário do Rio’*, pp. 119-21.

³ Massa, J.-M., *A juventude de Machado de Assis (1839- 1870): Ensaio de biografia intelectual* - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. Cap. VI.

⁴ Sobre os “Comentários da Semana” ver Massa, J.-M., op. cit., pp. 291-310. Nas conclusões de seu estudo, Jean-Michel Massa escreve: “1862 marcará o ápice do engajamento, 1867 o ano 1 da liberdade literária e, seguro de sua vocação, entrou na literatura como se entra numa ordem religiosa” *Ibidem*, p. 626..

⁵ “Formulemos a hipótese de que, num momento dado, as pessoas se sentissem perturbadas nas altas esferas liberais ou talvez apenas no plano da direção do jornal, por determinadas idéias excessivas do jovem brigão. Certas tiradas, certos pensamentos, poderiam parecer perigosos, porque demasiadamente revolucionários.” J.-M. Massa, op. cit., pp. 304-5.

⁶ Massa tende a apresentar a série de artigos de crítica literária de 1866 como um dos indícios do distanciamento de Machado de Assis da política, mas em suas conclusões ele não consegue estabelecer uma relação muito convincente, exceto por uma presumível *hesitação* do escritor deduzida a partir do fim dos folhetins “Ao acaso” e do início dos artigos da “Semana Literária”: “Entre 1865 e 1867, Machado de Assis parecia hesitar entre os brilhos e as servidões da política e a atração de uma liberdade sem compromissos que ele cobiçava; mas não é possível determinar em que momento escolheu entre os dois caminhos. A obra só esclarece imperfeitamente a alternativa, porque os textos assinados aderiam menos aos acontecimentos cotidianos. Machado de Assis cessou de escrever crônica e enveredou na crítica literária.” Massa, op. cit., p. 484.

⁷ Machado de Assis, in *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. Vol. III, p. 1008.

⁸ *Ibidem*, p. 1041.

⁹ As saudades de Machado dos tempos de juventude também estão impressas nas páginas de *O Velho Senado*, originalmente publicado na *Revista Brasileira*, e que fora reeditado nas *Páginas Recolhidas*. Machado de Assis, in *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. Vol. III, p. 636-44.

¹⁰ Ver Astrojildo Pereira, *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. - São Paulo: Oficina de Livros, 1991, pp. 20 e 32. Brito Broca, *Machado de Assis e a política e mais outros estudos* - Rio de Janeiro: Ed. Org. Simões, 1957, p. 13. Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. - São Paulo: Ed. Nacional, 1969. R. Magalhães Jr., *Vida e Obra de Machado de Assis*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, principalmente vol. I e vol. II, cap. I. Estes autores também se opuseram à tese do absentismo machadiano, que trata o escritor como alheado da vida política e social da época em que viveu. Astrojildo Pereira e Brito Broca dão algum destaque à fase em que Machado de Assis foi redator político do *Diário do Rio*, porém,

nesses estudos não há nenhum esforço para relacionar as opiniões e a crítica do jovem cronista com os debates políticos da época; assim como no trabalho de Magalhães Jr., que retoma textos de seus livros anteriores Ao redor de Machado de Assis e Machado de Assis desconhecido.

¹¹ Salvador de Mendonça, “Cousas do Meu Tempo”; *Revista do Livro*, XX - Rio de Janeiro, 1960, p. 128.

¹² Cf. o panfleto de Justiniano José da Rocha - “Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade política no Brasil”, in Raimundo Magalhães Júnior - Três Panfletários do Segundo Reinado. Cia. Editora Nacional, São Paulo-SP, 1956.

¹³ Mantive aqui as expressões que Ilmar Mattos utiliza em seu texto entre aspas. Ver Mattos, Ilmar R., O Tempo Saquarema: a formação do estado imperial; ed. Huicitec, 1990, São Paulo-SP. Capítulo II.

¹⁴ *Ibidem*, p. 140.

¹⁵ O *Diário* transcrevia o trecho da *Circular* em que tal fato fora censurado ao mesmo tempo em que, na opinião da folha, se preservara a coroa das responsabilidades em relação aos “vícios” do sistema de governo.

“Estou convencido, disse o Sr. Ottoni à pag. 133 do seu livro dedicado aos mineiros, que no ânimo constitucional do Sr. D. Pedro II não se aninha a mais remota idéia de usurpação.

É a subserviência dos ministros e cortesãos, que proclamam uníssonos a *omnipotência imperial*, quem perverteu a nossa forma de governo.

Se, em vez de se guiar pelo preceito constitucional, consentem os ministros em que somente se lhes conceda a posição de meros copistas e amanuenses de palácio, bem se vê que a monarquia constitucional ficará transformada em monarquia pessoal, que de balde denunciou o distinto mineiro o Sr. Vasconcellos.” (grifos no original). D.R.J., 06/02/1862.

¹⁶ D.R.J., 11/02/1862.

¹⁷ Holanda, Sérgio Buarque de. *Do Império à República; História Geral da Civilização Brasileira*, vol. 5. São Paulo, DIFEL, 4a ed., p.23. Em discurso de abril de 1879, Saldanha Marinho faria referência à famosa opinião de Eusébio de Queirós de que, sob o reinado de D. Pedro II, não se podia ser ministro duas vezes. É claro que esse juízo atribuído ao chefe do partido conservador, “monarquista extremado”, começou a ganhar mais peso conforme se intensificou as críticas ao poder pessoal do imperador. Em 1879, com o republicanismo aberto e franco do *Ganganeli*, a citação serviria para atacar também o próprio regime. *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 23 de Abril de 1979, p. 689.

¹⁸ D.R.J., “Comentários da Semana”, 22/02/1862.

¹⁹ Massa, Jean-Michel, A juventude de Machado de Assis (1839-1870): Ensaio de biografia intelectual – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 306-10.

²⁰ Visconde do Uruguai. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Org. e introdução José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 2002. Verificar especialmente capítulos 29 e 30. Ilmar R. Mattos, op. cit., p. 150-51. Sobre a trindade saquarema Ilmar R. Mattos observa: “Todavia, o apelido saquarema não deixou de guardar para sempre um traço marcadamente particular. Por saquarema se denominariam sempre e antes de tudo os conservadores fluminenses, e se assim ocorria era porque eles tendiam a se apresentar organizados e a ser dirigidos pela ‘trindade saquarema’: Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraá, Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai, e Eusébio de Queirós. A propósito dos três, comenta Joaquim Nabuco que, na Sessão de 1843, ‘se não tinham o renome dos chefes do Senado, Olinda, Vasconcelos e Honório, tinham já de fato a direção do partido.’ ”

“Efetivando muitas das proposições ‘regressistas’ de Vasconcelos, tendo a seu lado a figura ímpar de Honório Hermeto Carneiro Leão, e contando com o apoio de José da Costa Carvalho na província paulista, a ‘trindade saquarema’ constituiria o núcleo do grupo que deu forma e expressão à força que, entre os últimos anos do Período Regencial e o renascer liberal dos anos sessenta, não só alterou os rumos da ‘Ação’ mas sobretudo imprimiu o tom e definiu o conteúdo do Estado Imperial.” Op. cit., p. 108.

Ver também Joaquim Nabuco; Um estadista do Império, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 4a ed., 1975, pp.76-82.

²¹ D.R.J., 11/02/1862.

²² No famoso trecho de “Ação, reação e transação”, J. J. da Rocha declarava: “Na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação; períodos de reação; por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano, e se firma a conquista da civilização”. Rocha, Justiniano José da; op. cit., p. 163.

²³ Mattos, Ilmar R.; op. cit., 133.

²⁴ *Ibidem*, ver “Um império e três mundos”, p. 109.

²⁵ Holanda, Sérgio Buarque de. *Do Império à República*; in História Geral da Civilização Brasileira, vol. 5. São Paulo, DIFEL, 4a ed., p.21-22.

²⁶ Salvador de Mendonça, op. cit., p. 131. No artigo de 12 de março de 1913, Salvador de Mendonça defende a idéia de que D. Pedro II teria *abdicado*, concluindo: “E foi assim que no dia 5 de julho de 1889 deu-se a abdicção do Sr. Dom Pedro II.” Ver pp. 122-24.

²⁷ *Ibidem*, p. 122.

²⁸ Ottoni, Teófilo Benedito. *Circular dedicada aos Srs. eleitores de senadores...* in Textos políticos da história do Brasil, org. Paulo Bonavides e Roberto Amaral; ed. Senado Federal, 1996. vol. 2, pp. 255-6. Todas as próximas citações da *Circular* foram tiradas desta mesma edição.

²⁹ Machado de Assis, *Esau e Jacó*. Cap. XXIII.

³⁰ John Gledson dedica um capítulo a interpretação do romance *Esau e Jacó* em seu livro Machado de Assis: Ficção e História, porém não desenvolve nenhuma relação importante entre os significados do 7 de abril para os liberais históricos e os primeiros republicanos. Gledson explica a escolha da data de nascimento dos gêmeos, “o controverso 7 de abril” em uma nota pouco esclarecedora: “Machado escolhe esta data por ser mais indicativa do processo difícil de independência do que, por exemplo, o mais tradicional 7 de setembro de 1822, que aliás identificaria o processo de maneira bem mais unívoca com a pessoa do Imperador.” Gledson, John, Machado de Assis: Ficção e História, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.171, nota 10.

³¹ Ottoni, Teófilo. op. cit., pp. 204; 292-3.

³² O trecho da *Sentinela do Serro* à que me refiro, reproduzido na *Circular*, declarava: “Hoje os cidadãos têm conhecido que a sua felicidade ou desgraça depende essencialmente do corpo político; que todos os sacrifícios se devem fazer para evitar os horrores do despotismo; já ninguém ousa negar a soberania da Nação, e o conseqüente direito que tem qualquer povo para alterar e modificar sua Constituição; que ninguém pode ser punido senão em virtude das leis; em uma palavra, conhecemos nossos direitos e estamos na firme resolução de sustentá-los.

(...) Somos da opinião que se deve republicanizar a Constituição do Brasil, cerceando as fatais atribuições do poder moderador, organizando em assembléias provinciais os Conselhos Gerais de Província, abolindo a vitaliciedade do Senado, e isto desde já. Mas se, contra a nossa humilde opinião, a Câmara dos Deputados se conservar estacionária, nem por isso apelaremos para golpes da Nação; mas, pelo contrário, continuaremos a reprovar todos os meios violentos, que podem nos levar a anarquia e depois ao despotismo militar, que oprime a quase todas as chamadas repúblicas da América ex-espanhola.” Ottoni, T. op. cit., pp. 206-7.

³³ D.R.J., “Comentários da Semana”, 10/11/1861.

³⁴ D.R.J., “Comentários da semana”, 24/03/1862.

³⁵ D.R.J., 09/04/1862.

³⁶ Assim continuava o programa do *Jornal do Povo*: “(...) Mas o que faz o povo?/Assiste indiferente às festas da realza, mas ferve-lhe de indignação o coração patriota./A opinião existe; a opinião levanta-se: só não desenrolou ainda a sua bandeira./No momento presente, com a aurora deste dia da liberdade, postado no campo da honra, desdobra-se, afinal, o estandarte./Tem uma legenda: *Libertas que sera tamen!* O verbo que primeiro traduziu a independência do país na voz do mártir da inconfidência, está destinado a ser na voz da geração moderna o fanal das liberdades públicas.

Era tempo. Os males desta terra, nascidos da inconstitucionalidade e egoísmo de leis compressivas, reclamam remédio pronto, enérgico e eficaz./O processo eleitoral falseado pelos agentes do governo;/O senado e o conselho de estado acastelados nos degraus do trono;/A morte das franquezas comerciais e industriais;/O gravame dos impostos sobre a agricultura;/A guarda nacional, instrumento eleitoral dos governadores;/O aviltamento do exército e armada; a lei da chibata; os regulamentos do conde de Lippe;/O exclusivismo do culto religioso;/A paternal instrução pública;/A férrea lei de 3 de Dezembro, com a sua centralização absurda;/A inconstitucional interpretação do ato adicional, cerceando as garantias municipais e provinciais;/Tal é o cancro ominoso que solapa e destrói o seio da nação./Filhos da democracia e da constituição, advogamos a causa dos livres./Que nos julgue o futuro.” D.R.J., 09/04/1862.

³⁷ D.R.J., 03/03/1862.

³⁸ D.R.J., “Comentários da Semana”, 24/03/1862.

³⁹ D.R.J., “A estátua eqüestre”, 25/03/1862.

⁴⁰ D.R.J., “Uma página de história”, 25/03/1862.

⁴¹ *Jornal do Commercio*, “O Sr. D. Pedro de Bragança”, 30/03/1862.

⁴² *Jornal do Commercio*, *Ibidem*.

⁴³ Jornal do Commercio, 30/03/1862.

⁴⁴ Mattos, Ilmar R., op. cit., p. 141.

⁴⁵ Ibidem, p. 108

⁴⁶ Na verdade, inúmeros indícios corroboram a “acusação” dos conservadores de que os liberais exaltados da imprensa de fins da década da 1850 e da seguinte eram republicanos. Porém, parece-me que somente após o advento do gabinete Itaboraí, de 16 de julho de 1868, é que esses liberais declaram-se abertamente. Saldanha Marinho, em 23 de abril de 1879, abria seu discurso contra o projeto de reforma eleitoral do gabinete Sinimbu afirmando que falava como republicano: “profissão de fé política que manifestei sem reboço na primeira ocasião em que usei da palavra nesta casa”; seu partido seria o mais antigo do Brasil, “originário dos tempos coloniais”, referindo-se a inconfidência mineira. (Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 23 de Abril de 1879, p. 680). O caso é que na década de 1860 os liberais exaltados não assumiam sua verdadeira convicção política, embora parecesse óbvia, um pouco por receio da repressão e talvez porque não se incompatibilizassem com a monarquia constitucional, encarando-a como uma etapa *evolutiva*, ou, de preparação para a república. Em aparte à fala de Saldanha Marinho acima citada, Joaquim de Souza Breves, um liberal representante da grande propriedade, concluiria: “A república é a suma perfeição das aspirações do partido liberal”. Vale sublinhar ainda que Joaquim Nabuco, na obra Um Estadista do Império, define como republicanos os redatores da *Actualidade* (ver op. cit., livro 3º, cap. IV, p. 370). Sobre o manifesto de 1870 e as relações que os republicanos estabeleceram com os partidos imperiais ver: Holanda, Sérgio Buarque de. *Do Império à República*; in História Geral da Civilização Brasileira, vol. 5. São Paulo: DIFEL, 4a ed., caps. III e IV do livro quarto, p.255-279.

⁴⁷ Carvalho, José Murilo. *A formação das almas. Tiradentes: um herói para a república*. São Paulo: Cia das Letras – 1990, pp. 60-1.

⁴⁸ Em 4 de abril de 1864, Machado de Assis recitaria em um sarau lítero-musical, no qual se reuniram seus companheiros da imprensa, a poesia satírica “os Arlequins”, em que ressoavam ainda as críticas à estátua equestre de D. Pedro I. Ver R. Magalhães Jr., Vida e Obra de Machado de Assis. Cap. 24.

⁴⁹ D.R.J., “Ao acaso”, 25/04/1865.

⁵⁰ D.R.J., Ibidem.

⁵¹ Machado de Assis concluía assim seu apelo: “Um príncipe esclarecido e patriota não podia fazer uma ação mais nobre, nem dar uma lição mais severa.

Uma cerimônia anual, com a presença do chefe da nação, com a assistência do povo e dos funcionários do estado, - eis uma cousa simples de fazer-se, e necessária para desarmar a justiça da história.

Não sabemos até que ponto devemos confiar nesta esperança; mas, ao menos, deixamos consignada a idéia”. D.R.J., “Ao acaso”, 25/04/1865.

⁵² Machado de Assis, in *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Clássicos Jackson - 1962, vol. XXII, p. 33. Como observa Marlyse Meyer, essa acepção só circunscribe a variedade do que hoje chamamos crônica. A história do folhetim se confunde com a da crônica porque a palavra *folhetim*, de início, designava um lugar preciso do jornal: o rodapé, geralmente, da primeira página. Era o espaço que sobrava, a princípio, na diagramação do jornal, e que passou a servir ao entretenimento. Sendo ocupado de diversas formas, constituiu-se em um lugar de experimentação onde se contavam piadas e histórias fantásticas, falava-se de política, crimes, teatro, livros, curiosidades, publicava-se receitas etc. Por seu caráter aberto o folhetim oferecia aos escritores, consagrados e novatos, um campo para experiências narrativas: a crônica de variedades, os contos e os romances. Ver Meyer, Marlyse; *Voláteis e Versáteis. De variedades e folhetins se fez a chronica*. In A Crônica - O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. - Campinas-SP: ed. Unicamp, 1992, pp. 94-9. E também Meyer, Marlyse; Folhetim. Uma História. - São Paulo: Cia das Letras, 1996.

⁵³ A “Semana Literária” compôs-se de textos de crítica literária e teatral, quando o *Diário*, sob a direção de Quintino Bocaiúva, apresentou uma nova diagramação, desmembrando-se a crônica semanal em colunas de artigos divididas por assuntos específicos: “Semana Política”, “Semana Financeira”, “Semana Estatística”, “Semana Comercial”, “Semana Literária” etc.

⁵⁴ Meyer, M., *Voláteis e Versáteis. De variedades e folhetins se fez a chronica*. pp. 96-104.

⁵⁵ “...os assuntos ‘nobres’ - política, administração do Império, fatos internacionais - democratizam-se, agora redistribuídos pela voz do cronista desatento às hierarquias sociais. Ou melhor, reagrupando-as para uma nova leitura, relacional, contrastante e fora da norma prescrita. É uma escrita da sociabilidade em que ele supervaloriza as ligações de reciprocidade provocadas no texto, nessa transição da cultura brasileira oitocentista de uma técnica oral para uma técnica escrita que o jornal, naquele momento, desencadeia com

ansiedade.” Brayner, Sônia; *Machado de Assis: um cronista de quatro décadas*; In *A Crônica - O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, p. 414.

⁵⁶ D.R.J., 07/01/1866.

⁵⁷ D.R.J., 03/01/1865. Sobre a Petalógica ver: J.-M. Massa, *A juventude de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira - 1982, pp. 81-90. Ver também R. Magalhães Jr., *Vida e Obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira - 1981, vol. I cap. 6.

⁵⁸ Machado de Assis, *Obras Completas*. Nova Aguilar, vol. III, p. 945.

⁵⁹ D.R.J., 27/03/1860.

⁶⁰ *O Espelho*, 04/09/1859 n.4 - apud Massa, op. cit., p.239. Jean-Michel Massa mostra que as idéias de Machado de Assis sobre a imprensa como *Fiat* da civilização e do progresso do espírito humano eram influências diretas de Victor Hugo, Eugène Pelletan e Charles Ribeyrolles. Esses autores eram igualmente cultuados pelos liberais da imprensa aos quais o escritor se ligara na juventude. Ver J-M. Massa, op. cit., Segunda Parte, *O Engajamento*. Vale lembrar que a mistura do útil ao agradável remete ao preceito horaciano do “*utili dulci*” e foi difundido por Erasmo e Thomas More através da tradução de textos de Luciano de Samosata. Ver Guinzburg, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: Quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Cia das Letras, 2004. Cap.1- *O velho e o novo mundo visto de Utopia*.

⁶¹ Brayner vê ainda uma ligação entre a experiência narrativa da crônica e o estilo dos narradores criados por Machado: “A *relativização textual* é um princípio heurístico nas crônicas de nosso autor. Ela irá contaminar, gradativamente, a partir dos anos 70, o campo do conto e do romance, permitindo-lhe descobertas e empregos de formas de tonalidades de ampla extensão e expressividade. A aparente desordem do folhetinista transforma-se em estratégia narrativa, centrada em um narrador auto-referente, narcisista, que intervém com frequência para se comentar enquanto agente do ato de escrever, acenando para a modulação de seu momento literário”. (Brayner, S., op. cit., pp. 411-13)

⁶² D.R.J., “Ao acaso”, 05/06/1864.

⁶³ D.R.J., 20/06/1864

⁶⁴ José de Alencar. “Ao correr da pena”, 24 de setembro de 1854. in *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar –1960. Vol. IV, p. 648.

Capítulo II

A melancolia e o riso.

“Nada se emenda nos livros confusos, mas tudo se pode meter nos livros omissos. Eu, quando leio algum desta outra casta, não me aflijo nunca. O que faço, em chegando ao fim, é cerrar os olhos e evocar todas as coisas que não achei nele. Quantas idéias finas me acodem então! Que de reflexões profundas! Os rios, as montanhas, as igrejas que não vi nas folhas lidas, todos me aparecem agora com as suas águas, as suas árvores, os seus altares, e os generais sacam das espadas que tinham ficado na bainha, e os clarins soltam as notas que dormiam no metal, e tudo marcha com uma alma imprevista.

É que tudo se acha fora de um livro falho, leitor amigo. Assim preencho as lacunas alheias; assim podes também preencher as minhas.”

(Dom Casmurro, cap. LIX)

“Ora, há só um modo de escrever a própria essência, é contá-la toda, o bem e o mal. Tal faço eu, à medida que me vai lembrando e convindo à construção ou reconstrução de mim mesmo.”

(idem, cap. LXIX)

Do sentido e da coerência.

Pode a história da vida de uma pessoa apreender a essência e o sentido de sua existência? O gênero biográfico parece, quase sempre, prisioneiro de um modelo narrativo que busca ligar os pontos mais relevantes e importantes de uma vida. Essa amarradura, muitas vezes, cria a impressão de que a biografia traduz o sentido mais profundo da história de alguém, como se houvesse um sentido único e intrínseco à vida e este não fosse, antes, um caráter da própria narrativa.

Para imprimir a aparência de realidade que exige essa forma de *ficção*, o biógrafo esforça-se por revesti-la com signos aos quais atribui um poder de revelação íntima, ao mesmo tempo em que justifica a relevância e expõe os conteúdos. Mas se só visualizamos o que é representativo, resta perguntarmo-nos sobre o que foi omitido, sobre os espaços vazios e silenciosos do que não foi considerado significativo ou relevante. Essas lacunas são um apelo à imaginação do leitor. É o seu preenchimento que permite à representação assemelhar-se à própria vida, pois esses espaços da imaginação aceitam diversas interpretações, significados, sentidos, coerências e incoerências. A imaginação do leitor é que sopra para dentro do texto morto as experiências que não foram expressas.

Escreveu certo poeta que a coerência é filha do esquecimento; comparava-a a uma bebida cujo excesso causava a alucinação da *compreensão*, pois não permitia aos sentidos notar o que era incoerente. Neste capítulo proponho uma reflexão sobre algumas lacunas de um famoso romance, que aqui tratarei como a autobiografia de Bento de Albuquerque Santiago e como biografia de sua classe social. Seguindo os conselhos do próprio narrador, que destaquei nas epígrafes, cerrarei os olhos e invocarei as omissões e incoerências que convieram à construção ou reconstrução de sua essência. Mas, não sem antes solicitar o auxílio que, em um momento de aperto, o *gentleman* Tristram Shandy suplicou.

“Ó Poderes! (pois poderes sois, e dos grandes) – que habilitais um mortal a narrar uma história digna de se ouvir, – que bondosamente lhe mostrais onde deve começá-la, – e onde acabá-la, – o que deve nela incluir, – e o que deve excluir, – quanto deve ser deixado na sombra – e onde se deve lançar luz! – Vós, que presidis a este vasto império de flibusteiros biográficos e vedes em quantos atoleiros e transes vossos súditos se metem a toda hora, – quereis fazer algo por mim?

Peço e rogo-vos (caso não chegueis a fazer nada melhor por nós) que onde quer que, em vossos domínios, aconteça de três caminhos distintos se encontrarem num ponto, como acabaram de fazê-lo aqui, – coloqueis ao menos um poste indicador no centro da encruzilhada, por uma questão de mera caridade, a fim de orientar o pobre-diabo que esteja incerto quanto a qual dos três caminhos tomar”.¹

Crendo-me em parte amparado por tais poderes, que certamente presidiram a composição de Santiago, convido o leitor a não beber da taça do Casmurro e, como todo contador de histórias, ofereço outra, que espero aprecie.

Do autor do autor.

Certa vez, lá pelo ano de 1885, Machado de Assis convidou seus leitores para subirem à cabeça de um tal cônego Matias, no momento em que ele se dedicava a compor um sermão encomendado para uma festa próxima. O contista queria que seus convidados acompanhassem um “idílio psíquico” em que um substantivo e um adjetivo buscavam um ao outro, embalados pela melodia dos *Cânticos*, para celebrarem seu consórcio perfeito e *ab eterno*. O pequeno drama serviria para ilustrar uma “grande memória psicolexicológica”, ainda inacabada, em que o autor exporia sua descoberta: as palavras têm sexo, amam-se e casam-se e o seu casamento é o que denominamos estilo. Os vocábulos nascem em hemisférios cerebrais distintos, segundo as diferenças sexuais. Assim, os adjetivos, que conforme a teoria eram femininos, nasceriam no hemisfério esquerdo, enquanto os substantivos iniciavam a vida no lado oposto.

“O cônego ou a metafísica do estilo” nos proporciona uma curiosa viagem pela cabeça eclesiástica de Matias. Cito este conto para justificar parte do procedimento que tomo no capítulo que ora começo, cujo objetivo é estudar a cabeça de um *Casmurro* e contribuir para enriquecer as próximas visitas que o leitor fizer àquela alma agitada pela ressaca marítima. A idéia não é nova, mas é idéia que ainda não deu todos os frutos e o que pretendo é colher alguns com estas páginas.

Há detalhes no romance *Dom Casmurro* que intrigam e desafiam aqueles que se interessam por compreender esse “vasto mundo incógnito” que é o passado.² Para desvendar alguns enigmas da obra de Machado de Assis, procuro abordá-la em sua perspectiva histórica e sociológica. Este ponto de vista exige um trabalho que estabeleça as relações entre a *ópera* de Bento Santiago e parte da história de sua classe e de seu tempo, que é o tempo do Segundo Reinado.³ Encontrar uma unidade que nos dê a significação de alguns pequenos enigmas da época e do espírito de seus homens ilustres, talvez produza a impressão de que adentramos mentalmente naquela “caverna do Engenho Novo”. Não

saberia dizer se as palavras têm ou não sexo, mas com certeza elas carregam algum fluído vital quando suscitam idéias e sensações.

De um conto passo a duas crônicas que ajudam a surpreender as intenções do velho Bruxo que criou o autor casmurro. São duas *Notas Semanais* do ano de 1878. Na primeira delas, de 11 de agosto, Machado comenta que o partido Republicano, “não obstante as convicções dos seus correligionários”, nascera sobretudo de um equívoco e de uma metáfora: “a metáfora do poder pessoal”. E para melhor explicar o significado de sua afirmação, o cronista conta-nos um apólogo persa, que resumo a seguir.

Um jovem de Teerã resolve seguir os conselhos do pai para que arranje um ofício qualquer em que possa empregar seu tempo, suas forças e capacidades. Com a permissão do pai, o filho sai a percorrer toda a Pérsia com o fim de conhecer as diferentes profissões, compará-las e escolher a que melhor lhe conviesse. Após um ano ele regressa e decide lavrar a terra e cultivar limas – pois de todos os ofícios este foi o que se lhe afigurou o mais nobre e mais livre. Comprou terras e sementes, semeou e invocou o auxílio de todas as forças da natureza, do sol e da chuva. Já imaginava quando as limeiras dessem flores e frutos e planejava um banquete, que ofereceria aos parentes em comemoração.

Mas os arbustos não se desenvolveram conforme o esperado, alguns ressecaram, outros nem cresceram. O jovem lavrador fazia esforços sinceros, porém inúteis para que a plantação vingasse, tentou dobrar a quantidade de água e até mandou enfeitiçá-la por um mago. Nenhum resultado alcançava e o rapaz tornava-se cada vez mais impaciente, pois lembrava que vira belas limeiras em outras províncias e que, nos mercados de Teerã, compravam-se limas excelentes. Não podendo compreender a causa do mal, o jovem não cogitou da sua falta de prática, da ausência de alguns sais no adubo, da disposição do terreno, dos ares pouco lavados etc, atribuiu logo o acanhamento das plantas ao sol que era ardente e as requeimava, “era ele o culpado visível, o sol”. Convicto da razão que achara, desfez-se da plantação, vendeu a terra e com o dinheiro no bolso voltou a passear pelas ruas de Teerã, ficando sem ofício. A conclusão que nos deixa o cronista é: “se soubéssemos um pouco mais de química social...”⁴

Por esse apólogo, nota-se a divergência de Machado em relação a certas convicções dos seus antigos companheiros do *Diário do Rio de Janeiro* que fundaram o partido Republicano. Ao lermos o manifesto Republicano de 1870, que fora ditado por Quintino

Bocaiúva a Salvador de Mendonça, não há como deixar de notar que a principal justificativa daquele movimento era a imputação da culpa de todos os males sociais e políticos da época ao poder do imperador D. Pedro II e conseqüentemente ao regime monárquico. Não há elementos para determinar até que ponto chegavam tais discordâncias, e nem é esse o objetivo. O principal é assinalar a preocupação do escritor em compreender a *química* que gerava e mantinha a sociedade do Segundo Reinado, e impedia que as “boas intenções” e os esforços para transformá-la surtisses o esperado efeito.

Esta preocupação se expressa de modo mais acentuado em outra *Nota Semanal*. Em 1º de setembro, Machado volta a fazer algumas “reflexões sérias” em seu folhetim a respeito de uma proposta que Saldanha Marinho apresentara na Câmara Municipal, a qual lhe foi favorável. Tratava-se de nomear uma comissão encarregada de estudar e elaborar um plano de reformas para restaurar e restituir àquela instituição a força e o prestígio que perdera com a centralização política. O cronista não põe em dúvida as intenções retas e animadas de “sentimentos liberais” do seu antigo chefe de redação e dos vereadores que manifestaram seu apoio, mas é cauteloso quanto aos resultados que se iria alcançar. Segundo Machado qualquer que fosse a anuência dos poderes executivo e legislativo, a proposta não traria os resultados desejados, “e isto por um motivo estranho aos intuitos da Câmara e do Governo”. Argumenta que embora ninguém conteste a utilidade e a conveniência de se desenvolver o elemento municipal, não há maneira de dar vida a uma instituição que não corresponda “às condições morais e mentais da sociedade.” O resultado seria sempre o de um corpo sem alma.

“Não há muito quem brade contra a centralização política e administrativa? É uma flor de retórica de todo o discurso de estréia; um velho bardão; uma perpétua chapa. Raros vêem que a centralização não se operou ao sabor de alguns iniciadores, mas porque era um efeito inevitável de causas preexistentes. Supõe-se que ela matou a vida local, quando a falta de vida local foi um dos produtores da centralização. Os homens não passaram de simples instrumentos das coisas. É o que acontece com o poder municipal; esvaiu-se-lhe a vida não por ato de um poder cioso, mas por força de uma lei inelutável, em virtude da qual a vida é frouxa, mórbida ou intensa, segundo as condições do organismo e o meio em que ele se desenvolve. É o que acontece com o direito de voto; a reforma que reduzir a eleição a um grau será um melhoramento no processo e por isso desejável; mas dará todas as

vantagens políticas e morais que dela esperamos? Há uma série de fatores, que a lei não substitui, e esses são o estado mental da nação, os seus costumes, a sua infância constitucional...”⁵

À primeira vista, o que surpreende nesse comentário é o distanciamento que Machado de Assis assume de suas antigas concepções de juventude, quando combatera na imprensa os arquitetos da centralização e defendera as reformas do programa liberal. Novamente, não podemos precisar o que levou nosso escritor a esse desengano e a quase repetir as palavras de um visconde do Uruguai sobre a centralização. Também não é possível concluir que Machado esteja proferindo um dos conselhos que o pai dá ao filho quando o inicia nos segredos do ofício de medalhão, que recomenda a frase límpida e sintética: *antes das leis reformemos os costumes!* - para escapar ao estudo das causas da impotência de uma lei contra o mal que combate.⁶ Pois, no caso em questão o cronista não está defendendo a inércia política e não descarta os benefícios de mudanças como a da legislação eleitoral.

É bem provável que essa cautela diante da política tenha algo a ver com a experiência de Machado com uma lei que lutou contra forças poderosas da sociedade em que viveu. Em 1878, ou mesmo antes, os resultados da lei do Ventre Livre ofereciam, aos que a defenderam e a comemoraram como uma grande vitória sobre a escravidão, o maior exemplo da precaução que se deveria ter contra o entusiasmo pelas reformas legislativas.

Em estudo recente, Sidney Chalhoub mostrou que Machado de Assis, como chefe de repartição do Ministério da Agricultura, se empenhara intensamente na aplicação e cumprimento da lei de 28 de setembro, buscando sempre, quando requisitado a dar algum parecer, interpretá-la a favor do escravo e da liberdade deste. O historiador evidencia, em sua pesquisa, que o literato não só acreditou que a lei de 1871 abalara os alicerces da escravidão, “pois que impusera derrota decisiva à classe senhorial, e nisso expusera-lhe as entranhas ideológicas”, como aproveitou boa parte da experiência na luta contra os ardis senhoriais em suas composições literárias.⁷ Porém, como nota Chalhoub, Machado de Assis não ficaria indiferente ao “processo de reinterpretção política” que sofrera a lei de emancipação dos nascituros no final da década de 1870, com o início da agitação abolicionista na câmara dos deputados. Essa mudança de significado da lei de 1871 está expressa n’O Abolicionismo de Joaquim Nabuco, escrito em 1883. Nesta obra,

encontramos elementos suficientes para termos uma idéia de como as esperanças de 1871 acabaram se transmutando em favor dos senhores de escravos.⁸

A questão central no comentário do cronista é alertar para a insuficiência da lei diante da tarefa de criar ou extinguir instituições que se fundam nas próprias forças de coesão da sociedade, as quais denomina condições morais e mentais da nação. Em minha opinião, essa preocupação em entender a *química* que condiciona a vida e a morte desses *organismos* sociais, contaminou profundamente a obra de Machado de Assis. E no Brasil a manutenção da escravidão até as portas do século XX, citada quase sempre como vergonhosa ao país até pelos que estavam intimamente comprometidos com ela, apresentava-se como o principal motivo de inquietações para aqueles que se dedicaram a estudar aquela sociedade como Machado. É sob essa ótica, que vejo nas engrenagens da cabeça de Dom Casmurro, tão bem desenhadas e montadas pelo relojoeiro do Cosme Velho, o retrato psíquico e moral dos que operaram o maior feito político do Brasil oitocentista, o de beber “as fezes todas do cálice” da escravidão.⁹

O percurso deste capítulo poderá parecer uma longa digressão, porém, ao final, espero justificar o aparente desvio de rota, retornando aos anos da juventude de Machado de Assis e buscando as ligações entre a crítica social da obra da maturidade e a experiência do escritor no jornalismo político da década de 1860.

O mapa das intenções casmurras.

Muitas dúvidas pairam sobre as intenções do narrador Bento Santiago e sobre a verdade a respeito da traição de Capitu. Dúvidas que não se dissiparam após a série de estudos sobre o romance, que acumularam mais interrogações a esse respeito. O que mostrou a qualidade da obra, cujo mistério e fascínio aumentaram após as várias análises.

No segundo capítulo de suas memórias, o Casmurro fala sobre os motivos que o levaram a escrever:

“O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência. Pois, senhor, não consegui recompor o que foi nem o que fui. Em tudo, se o rosto é igual, a fisionomia é diferente. Se só me faltasse os outros, vá; um homem consolasse mais ou menos das pessoas que perde; mas faltou eu mesmo, e esta lacuna é tudo. O que

aquí está é, mal comparando, semelhante à pintura que se põe na barba e nos cabelos, e que apenas conserva o hábito externo, como se diz nas autópsias; o interno não agüenta tinta. Uma certidão que me desse vinte anos de idade poderia enganar os estranhos, como todos os documentos falsos, mas não a mim.”¹⁰

Anterior à justificativa de atar as duas pontas de sua vida, o narrador conta que havia reproduzido no Engenho Novo a casa em que se criara na antiga rua de Matacavalos, buscando dar-lhe o mesmo aspecto e economia daquela outra, que desapareceu.

Há aqui, além de uma consciência da dificuldade de se restaurar o passado, uma obsessão e um enigma, obsessão pelo vivido e o enigma do próprio narrador não se reconhecer em suas reminiscências. Qual seria a causa deste sentimento de ausência de si?

Em meio às razões e justificativas de escrever sobre sua vida, Santiago oscila entre a luz e a sombra. Cansado da monotonia, ele pensa em escrever um livro sobre jurisprudência, já que fora um bom advogado, mas diz que não tivera ânimo para tal tarefa; então pensou em fazer uma *História dos Subúrbios*, o que exigiria documentos e datas, tudo muito árido e longo. Até que, sentado na sala principal de sua casa reconstituída, os bustos de César, Augusto, Nero e Massinissa, pintados ao centro das paredes, entram a falar-lhe e a dizer-lhe que uma vez que eles não podiam recompor-lhe os tempos idos, pegasse da pena e contasse alguns:

“...Talvez a narração me desse a ilusão, e as sombras viessem perpassar ligeiras, como ao poeta [...] do *Fausto: Aí vindes outra vez, inquietas sombras ...?*

Fiquei tão alegre com esta idéia, que ainda agora me treme a pena na mão. Sim, Nero, Augusto, Massinissa, e tu, grande César, que me incitas a fazer os meus comentários, agradeço-vos o conselho, e vou deitar ao papel as reminiscências que me vierem vindo. Deste modo, viverei o que vivi, e assentarei a mão para alguma obra de maior tomo.”¹¹
(grifos no original)

A restauração do passado pelas engenharias da construção civil e da narrativa, bustos conselheiros, inquietas sombras, a intenção de viver o que foi vivido e o sentimento de ausência de si mostram que o narrador, mesmo se descontando o possível lirismo, não é nada claro nas suas intenções e bastante perturbado com o que viveu. Em suas justificativas

há um clima de mistério e uma dubiedade mal dissimulada, como a tentativa de demonstrar desinteresse e objetividade no relato ao mesmo tempo em que diz estar emocionalmente tomado pelas lembranças (“Fiquei tão alegre....que ainda agora me treme a pena na mão.” “...viverei o que vivi, e assentarei a mão para alguma obra de maior tomo.”). Deparamo-nos com uma grande lacuna, a de quem nos conta a história, ou melhor, o único que nos pode contá-la deve ser lido com desconfiança. Mas se não podemos dar crédito àquele que nos relata suas lembranças, como será possível chegar a alguma certeza sobre o que nos vai ser contado?

D. Casmurro já foi lido, relido e debatido. Sabe-se que o narrador monta suas memórias com o intento de mostrar como foi seduzido, apaixonou-se, casou e foi traído por uma mulher *oblíqua e dissimulada*, Capitu. Pior que isso, é que sua companheira o traiu com seu melhor amigo (Escobar) e o filho que pensava ser seu era na verdade deste, fruto e prova da traição. Este é o sentido impresso pelo próprio Casmurro à história de sua vida.

Em livro intitulado Machado de Assis: impostura e realismo, John Gledson ofereceu uma reinterpretação de *Dom Casmurro*. O propósito da releitura era revelar este romance como “realista na concepção e no detalhe, cujo objetivo é nos proporcionar um panorama da sociedade brasileira do século XIX”.¹² A pedra-de-toque de toda a análise de Gledson é a diferença entre as opiniões do autor e dos narradores da chamada “segunda fase”. Machado de Assis estaria bem distante do ponto de vista de Brás Cubas, de Dom Casmurro e do conselheiro Aires; estes devem ser encarados como criações de seu autor.

As implicações dessa perspectiva transformam completamente a compreensão dos romances. Os narradores em primeira pessoa tornam a “verdade” mais relativa:

“...o fato de todos (os narradores) serem, em graus diversos, convincentes e simpáticos como personagens é parte essencial desse distanciamento - foram intencionalmente concebidos para agradar o leitor, aliciá-lo no sentido de aceitar o ponto de vista do narrador. Em grande medida o fazem não simplesmente com argumentos sutis ou apresentando os fatos de modo convincente: a arma fundamental de que dispõem é o preconceito social. Concordamos com eles porque compartilhamos suas atitudes - é por isso que a (possível) inocência de Capitu levou tanto tempo para ser descoberta e, talvez,

também por isso, foi descoberta por uma mulher. (...) Machado foi capaz de iludir o leitor por ter sido capaz de lisonjear seus preconceitos.”¹³

Helen Caldwell foi a primeira estudiosa a decifrar, em seu The Brazilian Othello of Machado de Assis, a armadilha narrativa preparada pelo autor de *D. Casmurro*. O trabalho de Caldwell, publicado sessenta e um anos após a obra de Machado, demonstrou a inconsistência das “evidências” de adultério apresentadas no romance e a injustiça feita a Capitu, que teria sido condenada (sem direito a defesa), pelos vários leitores que partilharam da argumentação do narrador, a carregar o estigma da mulher dissimulada e infiel. As memórias de Casmurro não passariam de uma peça de acusação muito bem urdida por um marido movido pelo ciúme patológico. Caldwell sugere esta interpretação a partir do paralelo que estabelece entre a história de Bentinho e a do drama *Othello* de Shakespeare, no qual a *cegueira* causada pelo ciúme extremo leva o personagem ao engano, o da acusação infundada da traição feminina, e ao assassinato de Desdêmona.¹⁴

O estudo de Gledson leva bem adiante as conclusões de Caldwell, e revela outros aspectos fundamentais da construção narrativa de Machado: a relação do leitor com o narrador condiciona o entendimento e a leitura do romance. O narrador é criado de modo a interferir na compreensão da história e o leitor só conseguirá enxergar por si próprio quando desconfiar das intenções ou da neutralidade deste. E ainda os romances da “segunda-fase” tornam-se verdadeiras expressões da mentalidade e da visão de mundo de seus narradores, que pertencem à classe senhorial. Desta forma, poder-se-ia, a partir de um estudo detalhado dos diálogos e das tentativas de aliciamento encetadas pelos narradores, mapear os valores que orientavam a política de dominação senhorial.

A simetria entre Casmurro e Othello, Capitu e Desdêmona levou a uma reviravolta na leitura do romance de Machado de Assis - ao menos entre os críticos literários. Desde então, a obra passou a ser lida sob outra perspectiva, como uma história do ciúmes de Bentinho e o narrador casmurro como alguém em quem não se podia confiar. O que proponho aqui é uma leitura que, além de aprofundar o estudo da relação entre o senhor ciumento e a dependente dissimulada, focalize as sensações enigmáticas de **falsificação** (“*Em tudo, se o rosto é igual, a fisionomia é diferente*”; “*semelhante à pintura que se põe na barba e nos cabelos*”) e de **ausência de si** (“*falto eu mesmo, e essa lacuna é tudo*”) que

declara o narrador a respeito do balanço de sua vida. A autópsia das memórias não é igual a de um cadáver, nelas há indícios de sentimentos e emoções que, não tendo a materialidade do corpo físico que permite a constatação objetiva da *causa mortis*, admitem, porém, a imaginação das possíveis causas da vida.

O pai-dos-burros.

Já que é para se desconfiar das intenções, comecemos por duvidar de tudo, o que para alguns já foi um bom começo. Desconfiemos do primeiro capítulo, ou antes, questionemos o próprio título do livro que é o seu assunto. Não abandonaremos, assim, o nosso misterioso narrador que afirma a importância dos títulos, pois “há livros que apenas terão isso dos seus autores; alguns nem tanto.”¹⁵

No início de sua história Bento de Albuquerque Santiago explica que o título da obra viera da alcunha que lhe lançou um poeta do bairro quando o encontrara, certa noite, no trem da Central, ao voltarem para o Engenho Novo. Chamara-o *casmurro* após zangar-se com o aparente descaso com que lhe ouvira os versos.

Tanto os vizinhos, que não simpatizavam com seus “hábitos reclusos e calados”, como os amigos da cidade, que freqüentemente o convidavam a deixar a “caverna do Engenho Novo”, aprovaram e deram curso ao apelido, acrescentando-lhe o *Dom* por ironia, para emprestar-lhe “fumos de fidalgo”.

Bento Santiago desobriga os leitores de consultar os dicionários, já que a palavra do título fora empregada no sentido que lhe dera o vulgo de “homem calado e metido consigo”. Porém, como a boa crítica nos meteu na cabeça a mania da dúvida, juntemos a ela a terapêutica mania da pesquisa, que nesse caso é, em parte, epistemológica, e contrariando as recomendações do narrador de si mesmo vamos atrás dos significados de sua alcunha.

Ao consultarmos os dicionários mais recentes vemos que eles atribuem dois sentidos a *casmurro*. A primeira definição repete a do Caldas Aulet de 1881, que por sua vez só registra a acepção de indivíduo teimoso, obstinado, cabeçudo.¹⁶ A segunda reproduz o que seria o significado que lhe dera o vulgo na época em que Santiago fora batizado pelo poeta do trem: indivíduo fechado em si mesmo, ensimesmado, sorumbático.

A etimologia de casmurro é controversa e a maioria dos especialistas dá sua origem como incerta e obscura, provavelmente pré-romana. O exame mais substancial sobre a procedência do termo encontra-se no Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispânico de Joan Corominas, e se assenta na correspondência entre casmurro e o espanhol *cazurro*, antigo *caçurro*, cujo sentido é de grosseiro, marralheiro, malicioso, insociável.¹⁷

Embora alguns vejam com cautela essa relação devido às acepções um pouco deslocadas entre os vocábulos, não há como negar a ligação pelo menos até 1864, quando o dicionário espanhol-português de Manuel do Canto e Castro Mascarenhas Valdez nos apresenta os correlativos de *cazurro* como: **“sorumbático; carrancudo, casmurro; diz-se da pessoa taciturna, de poucas palavras e metida consigo; em latim taciturnus, tristis, na forma antiga significava grosseiro, dizia-se do que usava expressões rudes”**. E indica para comparações os verbetes: injurioso, jocoso, festivo, avaro e tacanho.¹⁸

Tendo em vista essa correlação e a precedência do termo espanhol, acompanharemos o desenvolvimento do *cazurro* para descobrirmos algo mais sobre o nosso fidalgo Santiago.

Corominas descreve várias acepções do antigo *caçurro* que têm em comum a nota pejorativa. Nos séculos XIII e XIV foi freqüente seu emprego no sentido de grosseiro, desavergonhado e chocarreiro referindo-se ao comportamento impróprio diante das mulheres, ou para distinguir palavras desaconselhadas aos homens de qualidade e boa educação, principalmente os reis. Exemplo dessas *palavras caçurras* seria o nomear o membro genital de um ou de outro sexo. O termo significando “chocarreiro” também foi utilizado para qualificar os artistas de rua pobres, os *juglares cazurros* constituíram uma categoria especial, eram os jograis da Idade Média com seus gracejos ligados à malícia e à obscenidade.

O sentido pejorativo se agravará com o tempo, a palavra *cazurrias* será empregada para referir-se aos pecados da carne e em outras variações como adjetivo significando *obsceno* ou *vicioso*. Essa carga negativa atinge o máximo quando no *Auto de Caín e Abel*, do século XVI, um personagem acusa Caín de haver *cazurrado* seu irmão, querendo dizer, “matado traiçoeiramente”.¹⁹ Seguindo esta linha, em português o Elucidatário... de Viterbo de 1799 registrará *caçurrento* como “sujo, desonesto, ascoroso”.²⁰

É também no século XVI que a idéia de rusticidade adere ao vocábulo que passa a descrever algumas das qualidades atribuídas aos aldeões e camponeses, incorporando os significados de astuto, malicioso, reservado, insociável, de poucas palavras. Corominas observa que o dialeto mirandês será considerado *falar caçurro*, distinguindo-se do português literário, e daí caçurro chegará a significar “terreno inculto”.

Há ainda uma relação bastante próxima entre caçurro e os termos árabes *qadûr* e *qâdar*, e Corominas chama a atenção para a impressionante coincidência semântica. As variações desses vocábulos árabes também significam insociável, sujo, imundo, mau, avaro, mesquinho etc. No entanto, o lexicógrafo não admite a possibilidade de que venha daí a origem de caçurro, já que reconhece uma dificuldade de transposição fonética quase insuperável entre o *dal* árabe e a *ç* surda.

Quanto ao termo português *casmurro*, que é o que particularmente nos interessa, parece ser forma recente. Não se encontra registro no dicionário de Antônio de Moraes Silva (1813), no de Eduardo de Faria (1859), nem em Frei Domingos Vieira (1871-74), e Augusto Cortesão, em seus *Subsídios...* de 1900, cita somente exemplos do século dezanove.²¹

Já em 1932, o dicionário etimológico de Antenor Nascentes aponta para a correspondência entre *casmurro*, *caçurro* e o árabe *cadzur*, insociável. Há ainda uma sugestão na obra de José Pedro Machado de 1954, que vê relação com o vocábulo italiano *casmulo*, cujo significado principal é o de *burro*, animal híbrido e estéril, nascido do cruzamento do cavalo com a jumenta, ou da égua com o jumento; sendo o mesmo termo também empregado no sentido de *bastardo*.²² Essa linha é pouco explorada e aparentemente mais frágil, mas encontra algum paralelo com uma acepção de *caçurro* que não chegou a ter grande difusão a de *coiceador*, quando aplicado a montarias. Deve-se considerar ainda, com respeito a essa hipótese, as coincidências semânticas entre *casmurro* e algumas das acepções da palavra *burro* tais com *amuado*, *enfadado* e *taciturno*, que o Moraes registra, enquanto o Eduardo Faria define *burrão* com as mesmas sinonímias acrescentando que esse termo indica aquele que *faz renunciar à conversação*, daí derivando a expressão “*estar com o burro*” significando *estar amuado, enfadado, taciturno*. Nesse mesmo dicionário encontramos as variações de *amuado*, cuja origem latina é *mulo*, e que em razão da “emperrada obstinação deste animal” refere-se àquele que se agasta por

pequeno desgosto, que persiste com silêncio e obstinação no enfado ou que é mau humorado sem causa manifesta.

Sinonímia ternária.

Além de buscar na etimologia os contornos e os matizes dos significados de casmurro, é possível ampliar nossa compreensão examinando seus sinônimos. Ao se ponderar a relação entre eles se percebe que podem ser ordenados em três grupos. O primeiro descreve uma disposição moral de tristeza e abatimento. O segundo define um estado de agravamento da tristeza pelos termos taciturno e sorumbático, que se prendem a patologias bastante comuns no século XIX, a melancolia e a hipocondria. Já o terceiro grupo de sinonímias possuem conotações políticas de carácter conservador, junto ao teimoso e obstinado encontramos o caturra e o emperrado.

Quanto ao seu estado moral, Bento Santiago não deixa nenhuma dúvida, já que assume que é calado e metido consigo. Mas há que se destacar, ainda no campo da moral, as acepções antigas do caçurro como malicioso e marralheiro, que indica aquele que teima e insiste, pela persuasão astuta ou com objetivo de enganar, e que encontram eco na crítica que desvenda o narrador artiloso e advogado falaz por trás do atormentado Santiago.

Na área da psicopatologia Bentinho já foi comparado ao ciumento obsessivo, completamente tomado pela idéia da traição, que não deixa de ser o *ostinato* da ópera casmurra. Entretanto, esqueceu-se da melancolia patológica que aproxima o fidalgo Bento de Albuquerque Santiago de famosos personagens do século do desencanto, além de relacioná-lo de maneira intrínseca à sua classe por um distúrbio físico e espiritual característico daqueles que, segundo a expressão de Allan Pöe, pertenciam à “sociedade *ennuyée*”.²³ A moral, a patologia e a política estão intimamente unidas sob o signo *casmurro*, mas para melhor compreender essa trindade que anima àquela triste memória do Engenho Novo, a apreciação psicopatológica e política pedem *digests à part*.

Spleen e indigestão.

Por um momento, deixemos de lado os léxicos e tomemos as muletas do bom e velho Larousse, digo o *Grand Dictionnaire universel du XIX siècle*.²⁴ Em seus verbetes sobre a hipocondria e a melancolia encontramos o necessário para formar uma boa noção sobre estes dois males que tanto perturbaram as ilustres cabeças do oitocentos. Componho a seguir um resumo em que, se me atenho às expressões utilizadas na descrição da época, é porque as patologias também têm seu tempo e se vão como tudo nesse mundo. Dizem uns que elas apenas trocam de nome, mas para um historiador é preciso respeitar os *universais* antigos, pois eles encerram os segredos da vida passada e, conseqüentemente, os de seus tormentos.²⁵

A hipocondria era observada com mais freqüência em homens que em mulheres e se caracterizava por diversos distúrbios nas funções digestivas e circulatórias, notadamente por uma dispepsia flatulenta, palpitações e falta de ar, acompanhada de uma tendência à depressão decorrente de um exagero dos próprios sofrimentos. Segundo um especialista citado no *Larousse*, hipocondria era uma das numerosas formas de monomania melancólica, ou lipemania, que consiste basicamente em uma meditação exagerada e intensa sobre o seu *eu* psíquico, o estado de seu corpo e sua própria saúde. Em outras palavras, era um terror extremo de ser afetado por doenças que se julgava serem perigosas, incuráveis e suscetíveis de conduzirem à morte.

Na antiguidade esse estado doentio era conhecido. Platão referiu-se ao hipocondríaco em sua obra como o homem totalmente absorvido por seus sofrimentos imaginários e que terminava por perder toda a aptidão artística e científica, tornando-se incapaz de compreender e meditar.

Já no século XIX, distinguiam-se três períodos no desenvolvimento da hipocondria. No primeiro, a pessoa era assaltada por preocupações puramente imaginárias sobre o seu estado de saúde. Prisioneira de certos pressentimentos sinistros sua atenção se fixava sobre os sintomas característicos da doença que ela acreditava ter. A maior parte dos hipocondríacos preocupava-se com as vias digestivas, uns realizavam a todo instante um exame atento da língua e da boca, outros voltavam suas atenções para os resíduos da digestão chegando a provar de suas próprias fezes. Aqueles que se inquietavam com os órgãos da respiração logo se julgavam tuberculosos; enquanto que os que se fixavam sobre o sistema circulatório imediatamente imaginavam-se doentes do coração. Havia ainda

alguns que se afligiam com os genitais e outros que pensavam sofrer de problemas que afetavam a cabeça.

Essa primeira fase podia durar anos sem ser acompanhada das menores lesões físicas. Porém, depois de certo tempo exposto diariamente a um tratamento qualquer que acredita necessário ao seu mal, o indivíduo chegava a um verdadeiro estado patológico.

Definia-se então o segundo estágio, quando os órgãos ou as partes do corpo que o doente imaginava atacadas passavam a apresentar lesões reais. Assim, após um longo tempo preocupado com os órgãos da digestão, após haver ingerido muitos tônicos quando se sentia debilitado, ou emolientes quando supunha alguma inflamação, o hipocondríaco finalmente apresentará a digestão lenta e difícil da dispepsia, ou qualquer outro sintoma que caracterize a lesão das vias digestivas.

No terceiro período, o doente, sob a influência do regime das idéias melancólicas e das inquietações constantes, desenvolverá enfermidades orgânicas graves como a tuberculose e o câncer, que sucedem às perturbações puramente funcionais que existiam a princípio. Entretanto, a sucessão regular destes três estágios era rara de ser observada, e freqüentemente, a doença era surpreendida em suas duas primeiras etapas.

Desta forma, a hipocondria era considerada uma doença essencialmente crônica, e de longa duração. Segundo o *Larousse*, num pequeno número de casos, com tratamento adequado e a tempo de eliminar as influências e as causas do mal, conseguiu-se que a saúde fosse prontamente recobrada. O principal problema consistia em que a doença era muitas vezes vista como um hábito, conservando-se durante meses ou anos até que a pessoa se convencesse da necessidade de um tratamento específico sobre seu estado nervoso e impressionável. Quanto mais avançada a idade do doente mais difícil se tornava a sua recuperação, e ainda que se restabelecesse, ele conservava um estado nervoso sujeito a acessos súbitos e recaídas.

Os hipocondríacos eram tomados pela mais sombria tristeza, inquietude, irascibilidade e desgosto pela vida, chegando alguns ao suicídio; mas apesar de seus sofrimentos intensos a maior parte deles aparentava boa saúde, o que também dificultava um diagnóstico precoce. Geralmente, a manifestação da hipocondria era observada em homens entre os trinta e os quarenta anos de idade, dos quais se acreditava possuírem as faculdades sensitivas e morais extremamente excitadas e desenvolvidas. Conforme o

Larousse, essa predisposição da sensibilidade associada ao temperamento nervoso, as profissões intelectuais, ao abuso dos prazeres sexuais, uma má educação, e os estados contínuos de tristeza, vigília, ciúmes e medo, caracterizavam os quadros mais comuns dessa patologia.

Portanto, no século XIX a hipocondria era considerada na imensa maioria dos casos uma *afecção moral* e o seu tratamento deveria objetivar unicamente o restabelecimento do equilíbrio moral. Devido à sua origem imaginária, ou psíquica, os medicamentos eram considerados inúteis na cura, já que não podiam modificar o estado intelectual do paciente, mas mesmo assim eram administrados para combater as perturbações nervosas ou orgânicas conseqüentes. Visando a ação sobre as condições psicológicas e morais do hipocondríaco aconselhavam-se as distrações, as viagens, passeios a cavalo, exercícios físicos, ou qualquer ocupação que absorvesse as atenções do doente.

Notava-se uma extrema semelhança entre a hipocondria e a conhecida *doença negra* dos ingleses, denominada *spleen*. O *Larousse* sublinha as mesmas desordens nervosas, as febres e as dores na cabeça e nas entranhas, o mesmo estado habitual de tristeza, a ausência de desejo, de vontade, de inteligência etc. que resultavam no desgosto pela vida, na descrença na possibilidade de cura e em uma propensão ao suicídio que, algumas vezes, se efetivava.

É justamente pelo *baço* ou spleen, que o inglês deriva do grego *splénos* (baço), que se ligam hipocondria e melancolia. Desde a antiguidade acreditou-se que essa pequena víscera linfóide metida no hipocôndrio esquerdo fosse o órgão sede de um dos quatro humores que determinavam a índole de cada indivíduo, e que o excesso de secreção da bile negra produzida por ele era a causa daqueles dois males. A palavra grega *melankolía*, cuja correlata latina é *atrabilis*, não significa outra coisa que *bile negra* e dela decorrem a “cólera negra”, o “humor negro”, o “mau gênio” e o “mau humor” que os antigos associavam ao temperamento melancólico, à irascibilidade e à hipocondria.

Não é difícil perceber as relações que se estabeleceram entre esse suposto *humor* secretado pelo baço e as idéias de misantropia, soturnidade, taciturnidade, tédio etc. A melancolia no século XIX foi compreendida na linguagem usual como a indicação de um estado de espírito triste e sombrio, raras vezes como uma doença. Mas sob a ótica médica

do oitocentos ela não era vista apenas como uma predisposição à tristeza ou à meditação pessimista, e sim como uma patologia com contornos bem definidos.

A melancolia ou lipemania era caracterizada por idéias delirantes de natureza triste e por uma depressão que poderia levar ao estupor. A associação desses dois elementos, o delírio e a depressão, em proporções diversas, é que constituíam sua essência. Quanto maior era a atividade do delírio mais se acentuava a depressão, e quanto mais essa se aprofundava mais as idéias delirantes ganhavam energia e nitidez, até que a consciência se perdesse entre o vago e a confusão de espírito, e o delírio se revelasse por meio de manifestações automáticas, desconexas e sem vigor.

As causas habituais a que se atribuía a melancolia eram as contrariedades e a tristeza prolongada, os conflitos morais incessantes, as fadigas físicas e psíquicas, as privações, as lembranças dolorosas recorrentes, e toda a sorte de situações particularmente depressivas. Ela podia aparecer subitamente, mas em geral, desenvolvia-se de forma lenta. Na descrição do *Larousse*, a melancolia principiava por uma idéia fixa de natureza triste, que se insinuava ao espírito abatido e ganhava pouco a pouco terreno até invadir a inteligência, comunicando a todos os pensamentos uma nuance triste e uniforme. As ilusões e as alucinações começavam a ocorrer em seguida, provocando acessos de medo e pavor sem motivos. Sobrevinham então as idéias hipocondríacas que se misturavam e agravavam o estado de depressão, os doentes acreditavam que tinham o tubo digestivo obstruído, que seus intestinos estavam revertidos e lamentavam-se de não poderem urinar. Alguns imaginavam que partes de seu corpo se transformaram ou se anestesiaram, acreditavam que haviam mudado de sexo, que não tinham mais pernas etc. Outros sustentavam que seus corpos estavam em decomposição, que exalavam um odor pútrido e pensavam constantemente em suicídio.

Em conjunto com essas perturbações mentais registravam-se sintomas orgânicos não menos característicos. Os traços da face contraídos e enrijecidos exprimiam ansiedade e sofrimento, o olhar cabisbaixo, as sobrancelhas cerradas e a expressão severa, imóvel e insensível, indicavam uma profunda concentração do pensamento. (ver gravura de Dürel) Quando o estupor se completava, essa paralisia facial se impunha como uma máscara sobre o rosto, e o indivíduo assumia exatamente a aparência de quem é acometido por febre tifóide; a boca entreaberta, o lábio inferior proeminente e fuliginoso, as narinas

pulverulentas e o olhar assombrado e imbecil. As atitudes são extremamente apáticas, os movimentos são lentos e irregulares, a voz baixa e a fala vagarosa, enquanto todos os músculos do corpo entram numa espécie de resolução.

Como na hipocondria os melancólicos também apresentavam sérios distúrbios nas funções digestivas, na respiração, no sistema circulatório e no sono, quase nulo e muito agitado. Mas com relação à sensibilidade física, eram freqüentes fenômenos bem particulares como a anestesia e a analgesia, além de uma espécie de resfriamento das extremidades dos membros.

Conheciam-se várias formas distintas de manifestação da melancolia. Em alguns casos não ocorriam delírios, mas os doentes eram tomados de uma tal impotência e apatia que não tinham forças para se alimentar. Noutros o delírio e a depressão se associavam em proporções inversas, variando singularmente de acordo com cada pessoa. Na sua forma mais agressiva, a melancolia com estupor, em que domina a depressão, os doentes ficavam mudos, imóveis e o semblante apresentava um aniquilamento completo de todas as funções da inervação, como numa estupidez absoluta. Em qualquer dessas manifestações a lipemania poderia ser contínua, remittente ou intermitente, sendo que nessa última as crises podiam variar em anos, meses, dias ou em períodos irregulares.

Mesmo nos casos mais brandos a recuperação do doente não ocorria em menos de quinze dias, porque não se verificava um acesso passageiro do delírio, como em outras manias. Quando não tratada adequadamente a melancolia passava a um estado crônico, que perdurava por um longo tempo podendo levar à morte após desencadear uma série de afecções viscerais. Em seu estado agudo era comum o doente sucumbir em consequência da incapacidade de se alimentar. Algumas autópsias realizadas verificaram que o cérebro dos que apresentavam o estupor se encontrava em uma espécie de compressão característica.

O tratamento recomendado era praticamente o mesmo da hipocondria, compreendendo dois meios terapêuticos. Um para controlar as perturbações físicas que acometiam o paciente e o outro para combater diretamente a depressão e suas causas. Esperava-se uma cura lenta e gradual com um acompanhamento constante do quadro da doença. Aconselhavam-se as emissões sangüíneas, nos casos de congestão passiva, os purgativos aloéticos, as lavagens frias e purgativas administradas cada manhã, que exerceriam sobre os vasos cerebrais uma ação depletiva. As práticas hidroterápicas,

fricções com toalhas embebidas em loções, efusões e banhos, objetivavam reanimar a sensibilidade, aumentar o calor e ativar as secreções. Para combater a depressão eram importantes as distrações, os divertimentos, as leituras atraentes, os espetáculos e principalmente a música, como forma de despertar e estimular as emoções vivas, prender o interesse e a atenção do doente.

Não é necessário muito esforço para demonstrar que esses dois infernos são um só. Hipocondria e melancolia se unem pelo ventre e pela cabeça. São causadas pelo mesmo demônio que dilacera ora as entranhas, ora o pensamento, enfim, são frutos de uma mesma indigestão física e moral. Para desenvolver essas apreciações e relacioná-las com o estado mental de Bento de Albuquerque Santiago, é preciso antes começar por um caso clínico-literário exemplar, que fornecerá os indícios para analisar o *Casmurro*. Vamos ao Brás.

A volúpia do aborrecimento.

Quando retorna ao Rio de Janeiro em 1831, depois de bacharelar-se em “romantismo prático e liberalismo teórico” em Coimbra, passear por uma Europa remoçada pela agitação política e literária e “fazer poesia efetiva no regaço da Itália”, Brás Cubas reencontra sua mãe à beira da morte. O reumatismo era o menor dos males, um cancro comia-lhe o estômago de modo impiedoso e cruel. A enferma fora reduzida aos ossos, “que não emagrecem nunca”, e seu filho acompanha a longa e dolorosa agonia que a arrasta até o túmulo.

Conta-nos Brás que presenciar o espetáculo de ver sua mãe, uma criatura tão frágil, dócil, meiga e santa, lutar contra a morte, o deixara em estado de choque, “tinha os olhos estúpidos, a garganta presa, a consciência boquiaberta”. Mesmo seu espírito medíocre, superficial e presunçoso, ficara profundamente abalado. Confessa que jamais o problema da vida e da morte lhe oprimira o cérebro: “nunca até esse dia me debruçara sobre o abismo do Inexplicável; faltava-me o essencial, que é o estímulo, a vertigem...”²⁶

Após a missa fúnebre do sétimo dia, resolve retirar-se para a chácara da Tijuca de propriedade da família, levando apenas uma espingarda, livros, charutos e o moleque Prudêncio. Lá, isolado de tudo e atônito, é que algo especial começará a florir em seu íntimo.

“Creio que por então é que começou a desabotoar em mim a hipocondria, essa flor amarela, solitária e mórbida, de um cheiro inebriante e sutil. – ‘Que bom que é estar triste e não dizer coisa nenhuma!’ – Quando esta palavra de Shakespeare me chamou a atenção, confesso que senti em mim um eco, um eco delicioso. Lembra-me que estava sentado, debaixo de um tamarindeiro, com o livro do poeta aberto nas mãos, e o espírito ainda mais cabisbaixo do que a figura, - ou jururu, como dizemos das galinhas tristes. Apertava ao peito a minha dor taciturna, com uma sensação única, uma coisa a que poderia chamar volúpia do aborrecimento. Volúpia do aborrecimento: decora essa expressão, leitor; guarda-a, examina-a, e se não chegares a entendê-la, podes concluir que ignoras uma das sensações mais sutis desse mundo e daquele tempo.”²⁷

Foi o primeiro desabrochar da flor doentia do hipocôndrio, que prenunciava seus frutos amargos e indigestos. As *Memórias Póstumas...* ilustram um caso *gravíssimo* de lipemania, poderia se dizer até exagerado, mas o exagero é a substância ativa desse mal. O próprio Brás Cubas expõe sua doença de maneira ostensiva, quando declara que sua morte deveu-se menos a pneumonia que contraíra, do que a sua “idéia grandiosa e útil” do emplastro anti-hipocondríaco, “destinado a aliviar a nossa melancólica humanidade”.²⁸

A idéia que persegue o ilustre representante dos Cubas tem a natureza particular das idéias que anunciam um surto melancólico. E a forma como narra seu acesso derradeiro representa a intensificação de sua angústia e acompanha a seqüência dos sintomas descritos no item anterior.

No princípio a idéia se agarra ao trapézio do cérebro de Brás, que é uma alusão ao aflitivo pêndulo de um relógio sem ponteiros, depois sorve toda a atenção do desgraçado com “arrojadas cabriolas de volatim”, e no fim lhe impõe seu enigma insolúvel sob a ameaça da esfinge. Essa acrobata é filha do paradoxo e da obsessão, e prenuncia a tortura que sobrevêm aos espíritos melancólicos. Nas suas memórias Brás lhe dedicou os últimos momentos da vida e um capítulo especial: A Idéia Fixa.

“A minha idéia, depois de tantas cabriolas, constituíra-se idéia fixa. Deus te livre, leitor, de uma idéia fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho.”²⁹

Após algumas digressões que concluem pela volubilidade da história, o narrador proclama que são as “idéias fixas” que fazem “os varões fortes e os doudos”. E no capítulo seguinte arremata a argumentação sobre a causa de sua morte.

“Senão quando, estando eu ocupado em preparar e apurar a minha invenção, recebi em cheio um golpe de ar; adoeci logo e não me tratei. Tinha o emplasto no cérebro; trazia comigo a idéia fixa dos doudos e dos fortes. Via-me, ao longe, ascender do chão das turbas, e remontar ao céu, como uma águia imortal, e não é diante de tão excelso espetáculo que um homem pode sentir a dor que o punge.”³⁰

À idéia fixa seguem-se os delírios e as alucinações. Na transição intercala-se um capítulo de autocomiseração diante de Vigília, que vê apenas manha no desengano do antigo amante: “- Nhonhô, não repares nesse grande manhoso que aí está; não quer falar para fazer crer que está à morte.” Diz a “imponente ruína” de 54 anos, ao filho que a acompanha.³¹ Vem então o delírio, relatado e comentado pelo próprio “cérebro enfermo”, mas que reproduz em detalhes a sintomatologia observada em casos graves. Quando Brás Cubas se vê transformado na *Suma Teológica* de São Tomás de Aquino em volume único, encadernado em marroquim e com fechos de prata, seu corpo apresenta “a mais completa imobilidade”. Arrebatado pelo hipopótamo que o leva à origem dos séculos sente intensas vertigens com a alucinada velocidade da cavalgada; ao penetrar mentalmente na “região dos gelos eternos”, não deixa de experimentar um congelamento dos membros, e quando abre os olhos diante da imensa e fantástica paisagem de neve provavelmente exhibe na expressão uma *estupidez absoluta*.

“O silêncio daquela região era igual ao do sepulcro: dissera-se que a vida das cousas ficara estúpida diante do homem.”³²

Corrigindo a frase egocêntrica de Brás, conclui-se que ele é que ficara estúpido diante das cousas, ou seja, atingira o estado de *estupor* completo. Chegara ao estágio mais avançado de sua melancolia. No diálogo que imagina com sua mãe e algoz, a Natureza, o narrador experimenta sentimentos variados de aflição, medo, estupefação, fascínio, pânico, angústia, chegando ao “riso descompassado e idiota”. Porém, a sensação que melhor

caracteriza sua enfermidade e seu pavor à morte se dá diante da asserção mais incisiva da impassível Pandora.

“- ...; eu não sou somente a vida; sou também a morte, e tu está prestes a devolver-me o que te emprestei. Grande lascivo, espera-te a voluptuosidade do nada.

Quando esta palavra ecoou, como um trovão, naquele imenso vale, afigurou-se-me que era o último som que chegava a meus ouvidos; pareceu-me sentir a decomposição súbita de mim mesmo. Então, encarei-a com olhos súplices, e pedi mais alguns anos.”³³

A sensação de decomposição do próprio corpo é reveladora do alcance da afecção mental de Brás Cubas. A hipocondria atinge um nível tão agudo e extremo que o pavor da morte iguala-se a sua atração. Imaginar-se, ou antes, crer-se morto com uma consciência viva não deixa de ser o último lance de esperteza desesperada e inútil da vaidade humana para superar a morte, inflando o ego até à eternidade. Antes a voluptuosidade do aborrecimento que a angústia do nada, esta é a opção de Brás, que nunca experimentou em vida o ponto de vista do novilho, pois apenas preocupara-se, como uma onça humana e glutona, em saber se a presa era tenra ou não: “...coube-me a boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto.”³⁴

Não se deve desconsiderar a observação de Virgília sobre o “grande manhoso”, que nas palavras do seu criador “se pintou a si e a outros, conforme lhe pareceu melhor e mais certo”.³⁵ Também a declaração do *autor que se crê defunto* de que escrevera suas memórias “com a pena da galhofa e a tinta da melancolia” deve ser encarada como um aviso de que a obra é fruto de seu “cérebro enfermo”, ou para ser mais preciso, de sua indigestão mental, que é a consequência de toda idéia fixa. Sua obsessão mórbida é confirmada ainda na dedicatória ao verme que iniciaria a árdua e tediosa tarefa da decomposição de seu excelentíssimo cadáver.

O caso de Brás Cubas encontra paralelos em dois contos de Edgar Allan Pöe. Em *A queda da casa de Usher* o personagem Roderick e sua irmã gêmea Madeline sofrem de uma hipocondria cujas perturbações mentais e físicas são descritas de modo minucioso pelo narrador, que imagina a contaminação da própria mansão Usher, e sugere que a origem da doença tenha algo a ver com uma certa deficiência genealógica. Contava-se que do “tronco da estirpe dos Usher”, nunca surgira um ramo que vingasse e a família só se perpetuara em

linha direta, de pai para filho. As observações indicam uma relação entre a melancolia e o exclusivismo da aristocracia em suas alianças familiares.

Já no conto *Berenice* é o próprio lipemaníaco quem relata seu infortúnio, como nas *Memórias Póstumas*. Egeu é o herdeiro da família mais rica e ilustre de sua terra natal, que desenvolve uma espécie de monomania que lhe excita sobremodo o que chama de “faculdade de meditação” e o torna um prisioneiro perpétuo das idéias fixas. No seu caso a origem do mal além de se ligar a sua linhagem nobre, que fora chamada de “raça de visionários”, relaciona-se com sua educação espiritual adquirida em meio “aos estranhos domínios do pensamento e da erudição monásticos” que encontrava na grande biblioteca da mansão em que fora criado. Uma doença fatal que atingira sua prima Berenice, em quem operou terríveis transformações morais e físicas, desencadeia as crises agudas em Egeu. Seu relato, como não poderia deixar de ser, é extremamente angustiante e exemplar do ponto de vista clínico e literário.

“Essa monomania, se assim posso chamá-la, consistia de uma irritabilidade mórbida daquelas faculdades do espírito que, na ciência metafísica, são denominadas *atentas*. É mais que provável que eu não esteja sendo compreendido – mas receio que, na verdade, não haja maneira possível de dar à maioria dos leitores uma idéia adequada dessa nervosa *intensidade de interesse* com que, em meu caso, a faculdade de meditação (para não empregar termos técnicos) se ocupava e aprofundava na contemplação mesmo dos objetos mais triviais do universo.”³⁶ (grifos no original)

As memórias de Brás Cubas sugerem várias afinidades entre o desenvolvimento da hipocondria na maturidade e a origem social e educação dos que se esforçam por cultivar os sobrenomes ilustres e as genealogias heróicas, invariavelmente falsas. No capítulo “O menino é o pai do homem”, o narrador expõe os principais nutrientes que absorveu no seio familiar e que deram forma e substância ao seu caráter. Com a sinceridade dos mortos, ou melhor, dos loucos que se imaginam mortos, Brás resume a essência de seu meio doméstico: “ – vulgaridade de caracteres, amor das aparências rutilantes, do arruído, frouxidão da vontade, domínio do capricho, e o mais. Dessa terra e desse estrume é que nasceu esta flor.”³⁷ No capítulo seguinte proclama a filosofia pessoal que iluminara sua cabeça infantil em 1814: “Nunca mais deixei de pensar comigo que o nosso espadim é

sempre maior que a espada de Napoleão”.³⁸ Vaidade das vaidades, eis o eterno tormento dos gentis-homens que ocupam o tempo em conceber um meio de brilhar para sempre acima das turbas, tal qual águia imortal.

Porém, se nas *Memórias Póstumas...* a doença do protagonista e suas causas são expostas de um modo ostensivo, outro é o caso de *Dom Casmurro* cujo aspecto patológico a princípio só foi percebido quando se considerou o ciúme doentio. Entretanto, analisado com mais cuidado Bento Santiago apresenta vários indícios de crises melancólicas, aparentemente mais brandas que a de Brás Cubas.

Há várias aproximações possíveis entre os dois casos, começando-se pela classe social e pela filosofia egocêntrica. Não por acaso, Santiago aprecia certas sensações especiais, amanhadas pelo seu antecessor literário. Depois de relatar o seu desespero advindo de uma crise de ciúmes, quando desconfiou da troca de olhares entre Capitu e um cavaleiro que passara pela rua, o Casmurro dedica um capítulo ao “prazer das dores velhas”.

“Contando aquela crise do meu amor adolescente, sinto uma coisa que não sei se explico bem, e é que as dores daquela quadra, a tal ponto se espiritualizaram com o tempo, que chegam a diluir-se no prazer. Não é claro isto, mas nem tudo é claro na vida ou nos livros. A verdade é que sinto um gosto particular em referir tal aborrecimento, quando é certo que ele me lembra outros que não quisera lembrar por nada.”³⁹

Encontramos aqui o correlato da *volúpia do aborrecimento*, que na linguagem casmurra tornou-se o *prazer das dores velhas*. Esse aspecto peculiar à *melancolia* está brilhantemente condensado no *Corvo* de Edgar Allan Pöe, cuja versão para o português de Machado de Assis é famosa. No artigo em que explica o processo de elaboração do poema, Pöe descreve o mecanismo secreto que agitava os espíritos atormentados e entediados. A certa altura, após definir a extensão, a província e o tom do poema, que deveria ser a melancolia, “a mais legítima das tonalidades poéticas”, o autor se deparou com a dificuldade de combinar as idéias de um amante lamentando a perda da mulher amada e a de um corvo que, pela repetição monótona da mesma palavra – **Never more**, reproduziria o efeito artístico universal do refrão e as qualidades essenciais da tristeza profunda. A

maneira mais plausível de empregar a repetição contínua da mesma palavra e, ao mesmo tempo, variar sua aplicação, era imaginar que o Corvo respondia às perguntas do amante.

“E então aí vi, imediatamente, a oportunidade concedida para o efeito do qual eu tinha estado dependente, isto é, o efeito da *variação da aplicação*. Vi que poderia fazer da primeira pergunta, apresentada pelo amante – a primeira pergunta a que o Corvo deveria responder **Never more** –, que poderia fazer dessa primeira pergunta um lugar-comum, da segunda uma expressão menos comum, da terceira ainda menos, e assim por diante, até que o amante, arrancado de sua displicência primitiva, pelo caráter melancólico da própria palavra, pela sua freqüente repetição e pela consideração da sinistra reputação da ave que a pronunciava, fosse afinal excitado à superstição e loucamente fizesse perguntas de espécie muito diversa. Perguntas cujas respostas lhe interessavam apaixonadamente ao coração, fazendo-as num misto de superstição e daquela espécie de desespero que se deleita na própria tortura, fazendo-as não porque propriamente acreditasse no caráter profético, ou demoníaco da ave (que a razão lhe diz estar apenas repetindo uma lição aprendida rotineiramente), mas porque experimentaria um frenético prazer em organizar suas perguntas para receber, do *esperado never more*, a mais deliciosa, porque a mais intolerável, das tristezas. Percebendo a oportunidade que assim se me oferecia, ou, mais estritamente, que se me impunha no desenrolar da composição, estabeleci na mente o clímax, ou a pergunta conclusiva: aquela pergunta de que o **Never more** seria, pela última vez, a resposta; aquela pergunta em resposta à qual o **Never more** envolveria a máxima concentração possível de tristeza e de desespero.”⁴⁰

Pode-se transpor para Santiago muitas conclusões do caso Cubas, pois ambos os fidalgos foram afeiçoados “à contemplação da injustiça humana” e à “felicidade barata” da religião de São Brás, não o advogado da garganta, mas o da filosofia senhorial, que ensina a mortificar os pés para “desmortificá-los” depois.⁴¹ Contudo, seria proveitoso estudar as diferenças entre o estupor de 1869 e a taciturnidade de 1897. Um caminho seguro é pensar na influência que exerceu a escravidão na formação moral dos senhores de escravos, afinal, é essa instituição que caracteriza e distingue a aristocracia brasileira do império das suas irmãs da Europa.

“Não pode, para concluir, ser objeto de dúvida que a escravidão transportou da África para o Brasil mais de dois milhões de africanos; que, pelo interesse do senhor na produção do ventre escravo, ela favoreceu quanto pôde a fecundidade das mulheres negras; que os descendentes dessa população formam pelo menos dois terços do nosso povo atual; que durante três séculos a escravidão, operando sobre milhões de indivíduos, em grande parte desse período sobre a maioria da população nacional, impediu o aparecimento regular da família nas camadas fundamentais do país; reduziu a procriação humana a um interesse venal dos senhores; manteve toda aquela massa pensante em estado animal; não a alimentou, não a vestiu suficientemente; roubou-lhe as suas economias, e nunca lhe pagou os seus salários; deixou-a cobrir-se de doenças, e morrer ao abandono; tornou impossível para ela hábitos de previdência, de trabalho voluntário, de responsabilidade própria, de dignidade pessoal; fez dela o jogo de todas as paixões baixas, de todos os caprichos sensuais, de todas as vinditas cruéis de uma outra raça.

É quase impossível acompanhar a ação de tal processo nessa imensa escala – inúmeras vezes realizado por descendentes de escravos – em todas as direções morais e intelectuais em que ele operou e opera; nem há fator social que exerça a mesma extensa e profunda ação psicológica que a escravidão quando faz parte integrante da família.”⁴²

Esse trecho d’O Abolicionismo, de 1883, mostra a consciência que alguns contemporâneos de Machado de Assis tinham da profunda influência da escravidão sobre os hábitos mentais e a visão de mundo da classe senhorial, além de sublinhar a total responsabilidade dos senhores nessa tragédia humana.⁴³ Em outra passagem de sua obra, Joaquim Nabuco faz distinção entre a geração de 1850 e a que a sucedeu, uma fora educada na tolerância do tráfico enquanto a outra passou a considerá-lo o maior dos crimes, embora aceitasse a manutenção da escravidão tanto como a anterior. O caso é que a Lei Eusébio desconsiderou, mas não revogou, a de 7 de novembro de 1831, que já havia proibido o tráfico de africanos, e acabou legitimando a propriedade escrava ilegal introduzida após a lei da Regência.⁴⁴ Essa diferença de sensibilidade entre as gerações, talvez, seja a chave para se entender a diferença entre a volúpia e o prazer da classe senhorial, entre os Cubas e os Santiagos, problema que abordarei mais diretamente no quarto capítulo desta tese. No momento, é preciso explicitar a relação entre a *casmurrice* e a classe política que dominou o Segundo Reinado, que também faz parte da história da escravidão no Brasil.

O humorista liberal contra o barrigudo conservador.

Na secção **Comunicado** do *Diário do Rio de Janeiro*, em 20 de maio de 1861, iniciava-se uma série de artigos anônimos sobre o jornal *O Regenerador*, em um tom peculiar.

“Que fim levaram os humoristas do *Diário*? O público tem saudade daquela ironia fina e penetrante como um florete triangular, daquele vigor sem cólera, que rindo e castigando arrastava pelos cabelos o barrigudo *cavaleiro da indústria, escritor público*, e expunha-lhe a cara deslavada às apupadas do alegre povo.”⁴⁵ (grifos no original)

O articulista se propunha a escrever resenhas semanais da folha que se dizia “o órgão mais genuíno do *grande partido nacional conservador e protetor da monarquia*”.⁴⁶ Por esse meio, tencionava “compreender as vistas dos nossos estadistas” e apresentar “as suas *ortodoxas doutrinas*” aos seis mil assinantes do *Diário*. Um privilégio que outorgava ao *Regenerador*, que, “sem ter leitores”, teria seus artigos, ou “narcóticos”, anunciados “*urbi et orbi*”.⁴⁷

O Regenerador fora o último periódico de Justiniano José da Rocha, sendo publicado de 9 de fevereiro de 1860 a 28 de setembro de 1861. Além da feição política conservadora também professava idéias católicas e tinha por divisa “Fé em Deus, fé nas instituições, fé no futuro do Brasil”.⁴⁸ A ligação do famoso publicista com os saquaremas vinha de longa data e passava até por relações familiares. Salvador de Mendonça conta que quando Justiniano J. da Rocha fora inspetor do ensino na província do Rio de Janeiro, duas vezes por semana, ele ia à vila de Itaboraí ministrar lições de francês em um colégio de meninas dirigido pelas senhoras Matoso da Câmara, parentas de Eusébio de Queirós. Dentre as alunas da escola, cinco delas se tornaram célebres pela posição social alcançada. Pertenciam à família Azevedo Macedo, da fazenda de Itapacorá, e foram depois as esposas do Visconde de Itaboraí, do Visconde de Uruguai, do Desembargador Belisário de Sousa (pai do ministro Francisco Belisário), do Dr. Cirino Antônio de Lemos e do Barão de Maroím. Com exceção da última e mais nova, todas teriam sido discípulas de Justiniano José da Rocha e, conforme Salvador de Mendonça, nunca dele se esqueceram, sendo que

uma delas lhe auxiliou a educação das filhas e outra lhe forneceu os recursos necessários para a edição d'*O Regenerador*.⁴⁹

As resenhas do *Diário* apareceram após as críticas da folha conservadora ao panfleto “A opinião e a coroa” de Quintino Bocaiúva, que na época permanecera anônimo. *O Regenerador* acusara o folheto, cujo autor acreditava ser Félix da Cunha, de atacar o imperador e a monarquia com “frases veementes e odiosas”, superando todos os escritos do mesmo gênero produzidos até então no país.⁵⁰ O articulista do *Diário* procurava desqualificar as acusações reproduzindo e ironizando trechos do jornal de Justiniano José da Rocha, cujas intenções seriam a de agradar aos seus protetores e, ao mesmo tempo, alarmar e indispor a sociedade e o governo contra a oposição liberal.

“*Terça-feira.* – Comenta o programa do ministério, que é, já se sabe, expressivíssimo, sabiíssimo, patriotíssimo. O *Brasil*, o *Regenerador*, e certo colaborador do *Jornal do Commercio* a apreciarem programas, constituem a mais bonita das produções de indústria do *escrito público*.”

Venha o Sr. Visconde de Abaeté com a tolerância e justiça. Quem há que não se curve ante estas divindades tutelares? Um programa adornado com tais virtudes, quem pode rejeita-lo?

Surja a *regeneração política* do Sr. Visconde de Uruguaí. – É preciso recompor a máquina social em todos os seus aparelhos, coloca-la sobre novos eixos, que, girando suavemente, nos levarão à paz dourada.

Venha à lume a conciliação do Sr. Paraná. A autoridade já tem bastante força: cumpre acabar com a separação entre vencidos e vencedores; chamar ao serviço da pátria todas as habilitações, todas as forças sociais.

Cerrem fileira os Srs. Eusébio e Muritiba em favor de seus filhos e genros. A pátria está em perigo, e o pastel da conciliação está comido; cumpre organizar a resistência da sociedade ameaçada.

Vem afinal o Sr. Caxias, que, ou menos dominado de furores, ou *tendo mais tino*, quer só economia e observância das leis, isto é que é falar; estando tudo em paz, o *programa ministerial não poderia ser senão um programa administrativo, e neste sentido nos parece satisfatório*.

E o programa não podia ser político, diz ainda o bom do homem, porque *ninguém tenta inovações ou reformas, nem aparece o pensamento delas*. E todavia escreve a mesma pena, dois dias depois, com pedantismo patético.

‘Desde muito que a oposição não tem segredos para nós: *a experiência, a reflexão, o estudo dos livros* nos habilitam para levantar as máscaras, quaisquer que sejam, de que ela se cubra, e para *chamar-lhe* pelo seu verdadeiro nome – *sois a revolução!*... A revolução com todos os seus rancores, com todas as suas iniquidades, com todas as suas ameaças!’

Nada mais, além de quatro palavrões à propósito do folheto – *A opinião e a coroa.*”⁵¹ (grifos no original)

Pelo fragmento pode-se ver que a polêmica refletia o grande confronto entre *luzias* e *saquaremas*, abordado no capítulo primeiro. Ela se estenderia até setembro daquele ano, e um dos principais motivos que a incitava era a formação da liga progressista, que unia conservadores moderados e liberais. Para o *Regenerador*, a aliança era “ridícula” e até “desairoso” aos liberais, enquanto para seu oponente, ela representava o início do fim do monopólio político da *oligarquia*.⁵²

Conquanto, em sua primeira resenha, o anônimo se perguntasse sobre os *humoristas* do *Diário*, posteriormente, ele iria se declarar “o humorista mais pachorrento do Rio de Janeiro”.⁵³ Já em seu segundo artigo, ao comentar as desconfianças do *Regenerador* sobre sua identidade, assumira ser o mesmo liberal que por vezes, no mesmo *Diário*, cauterizara algumas das chagas do *barrigudo*: “o coitado ignora quem fosse o *liberal*, mas agora conhece bem o estilo dessa resenha. / Pedaco d’asno! O liberal era eu, e *ego sum qui sum*.”⁵⁴ Com tais indícios, é razoável supor que o autor destas resenhas pertencia aos antigos *humoristas* que anteriormente fizeram uma espécie de crônica semanal, às vezes quinzenal, à moda daquelas em que se falava de tudo, onde a política *regressista* era alvo da ironia e da sátira.

O que torna esse embate particularmente especial é o papel que assume o articulista do *Diário* e a caracterização que faz de seu adversário. Os termos *humorista* e *barrigudo*, mais que simples escolha casual de apelidos engraçados, escondem relações substanciais, que se revelam ao recordarmos uma curiosa história a respeito de Demócrito de Abdera, relatada em uma carta apócrifa de Hipócrates a Damageta.⁵⁵ Conta-se que, certa vez, Hipócrates fora chamado pelos moradores de Abdera para examinar seu amigo Demócrito,

que aparentava ter enlouquecido, uma vez que ria sem parar de tudo e de todos. No alto de uma colina, o médico se deparou com o filósofo sentado sob uma árvore, rodeado de vários animais estripados, tendo um livro sobre os joelhos. Demócrito explicou ao amigo, entre risadas constantes, que não enlouquecera e sim que estava escrevendo um tratado sobre a loucura, sua natureza, causas e meios de cura. Ele dissecava animais em busca da essência e da sede da bílis negra, que acreditava ser a causa da alienação, do delírio e da melancolia. Enquanto não chegasse a outra conclusão até o final de seu estudo, o riso lhe parecia ser o melhor remédio para essas moléstias que atormentavam a espécie humana. Hipócrates louvou o empenho do amigo, e lamentou não ter tanto tempo disponível como ele para o estudo, pois tinha que se dedicar à família, à casa, aos empregados e aos pacientes. Ao ouvir tal justificativa, o filósofo caiu na gargalhada. Explicado o acesso de riso, Hipócrates concluiria que Demócrito não só era o mais saudável de todos os homens como também o único capaz de acrescentar alguma sabedoria à humanidade.

Essa pequena narrativa, que se prende à história da sátira menipéia e a tradição literária legada por Luciano da Samosata, lança uma luz inequívoca sobre o nosso *humorista*.⁵⁶ Pois, tal epíteto não indica apenas a qualidade daquele que manifesta comicidade e graça, ou se expressa com ironia e intenção satírica. Em sua origem o termo está associado à antiga doutrina médica grega do *humoralismo*, que atribuía a saúde e o temperamento dos indivíduos à harmonia e à combinação dos quatro humores corpóreos: sangue, fleugma, bile amarela e bile negra. Sob essa perspectiva, dois elementos expressivos relacionam o *humorista* pachorrento do Rio de Janeiro ao filósofo risonho de Abdera: o uso terapêutico do riso e a prática da anatomia.

O *humorista* do *Diário* ao empregar o “estilo de ironia e de chacota” pretendia ridicularizar a política saquarema, simbolizada na folha de Justiniano J. da Rocha, expondo aquilo que considerava os vícios da oligarquia e de seu publicista maior “às apupadas do alegre povo”.⁵⁷ Em 10 de junho, ele ria do fato de Eusébio de Queirós declarar no senado que o *Regenerador* não era órgão de seu partido e que seu redator escreveria “por vocação, por gosto, seguindo o impulso de sua vontade individual”.⁵⁸ Na semana seguinte, voltaria à carga.

“Tomei sobre mim uma empresa, que tinha certa importância, enquanto se acreditava que o *Regenerador* era órgão de uma opinião política, e que por ele se podia compreender as vistas dos nossos estadistas antonomia: então, pois que ninguém o lê no decurso da semana, encarregava-me eu, *liberal gottozo, com pouco que fazer*, de informar o público ao domingo, das belezas do jornal, que eu queria valer mais em política, do que vale para a *religião e a moral pública*.

Mas, depois da declaração do Sr. Senador Eusébio a tarefa é ingrata, e virei talvez a suspende-la. Se como dizem o ministério dá uma subvenção ao *Regenerador*, tem tal consciência do desperdício, que a esconde, e disfarça em alguma verba, das que têm encoberto certas ajudas de custo. Se o partido conservador se cotiza para o mesmo fim, nega-o em público, e não aceita solidariedade com as *doutrinas* propaladas. Se anda no negócio o *dinheiro de São Pedro*, duvido que o santo porteiro vá escancarando facilmente os batentes aos que por tal modo servem a religião católica”.⁵⁹ (grifos no original)

A *falta do que fazer* é outro ponto em comum relevante entre o *humorista* e o filósofo. Entretanto, é no artigo de 1 de julho, que certos traços da caricatura do *barrigudo* ganham mais nitidez. Parodiando trechos do jornal conservador, o articulista desenha um *escritor público* inescrupuloso e concupiscente, de “macia pena de aço, dedos ágeis, inteligência de borracha em que pode qualquer gravar as impressões que lhe parecer, e cuja elasticidade repercute no papel”.

“O particular, o industrial, o financeiro, o político; indivíduo, associação, ou governo, todos são servidos, em prosa ou em verso, conforme recorrem aos mangues próximos à casa de correção, ou às alturas vizinhas ao quartel dos Janisaros de Loyola. E é o grão sacerdote quem escreve a meu respeito com impávida gravidade:

‘...rabiscador anônimo, que tanto tem de estulto como de insolente... o homem descobriu que somos *barrigudo*. (sic) Coitado! ...porque há de o *Diário* assalariar penas tão estúpidas!’

O infeliz está por tal modo dominado pela *barriga*, que nem percebe o sentido moral e figurado da palavra *barrigudo*, e acredita que eu aludo ao seu físico!...”⁶⁰ (grifos no original)

Depois de comentar as críticas do *Regenerador* aos conservadores moderados que aderiram à liga progressista, recusando a “fazer política para os famosos chefes” saquaremas, o *humorista* concluiria em tom de escárnio e ameaça:

“Continua, meu casmurro, a tisar reputações; e eu continuarei a dissecar perante o público a tua barriga.”⁶¹

A associação da casmurrice com a barriga física e moral, ainda que apareça nestas resenhas uma única vez, é extremamente significativa dentro do contexto que envolve a melancolia e sua representação. O *bom humor* associa-se ao equilíbrio, à harmonia e conseqüentemente à virtude, enquanto o *mau humor* denota desequilíbrio e o domínio de sentimentos negativos como a tristeza, a ira, a fúria, enfim tudo o que provém da *cólera negra* e que se prende ao vício e à loucura. A barriga física e moral é metáfora das paixões egoístas, cuja terapêutica recomendada seria a dissecação pelos escalpelos da ironia e da sátira. Encontramos a confirmação dessas relações no fabuloso romance de Sterne. A história de Tristram Shandy não tencionaria se opor “à predestinação, ou ao livre-arbítrio, ou aos impostos”.

“Se a algo se opõe, - permitam-me Vossas Senhorias dizer que é ao **spleen**; visa, mercê de elevação e depressão mais freqüente e mais convulsiva do diafragma, e das sucussões dos músculos intercostais e abdominais durante o riso, a expulsar a *bile* e outros *sucos amargos* da vesícula biliar, do fígado e do pâncreas dos súditos de Sua Majestade, de par com todas as paixões hostis que lhes são próprias, fazendo que se despejem nos duodenos deles”.⁶² (grifos no original)

Mais adiante, ao final do quarto volume, o narrador, como um risonho terapeuta, questionava seus gentis pacientes-leitores:

“E agora que chegastes ao fim destes quatro volumes – a coisa que tenho a *perguntar* é, como estão as vossas cabeças? A minha dói horripelmente – quanto às vossas saúdes, sei que estão bem melhores. – O verdadeiro shandefismo, pensai o que quiserdes contra ele, abre o coração e os pulmões e, como todas as afeições que partilham da sua

natureza, força o sangue e outros fluídos vitais do corpo a fluir livremente pelos seus respectivos canais e faz a roda da vida dar volta sobre volta, alegremente.

Fosse-me concedido, como a Sancho Pança, escolher meu reino, ele não seria marítimo – nem seria um reino de negros com que ganhar dinheiro; – seria, isto sim, um reino de súditos sempre a rir abertamente. E como as paixões biliosas e mais saturninas, com criar perturbações no sangue e nos humores, têm má influência, pelo que vejo, tanto no corpo político quanto no corpo natural – e como só o hábito da virtude pode realmente governar tais paixões e submetê-la à razão – eu acrescentaria à minha prece – que Deus dê aos meus súditos a graça de serem tão sábios quanto são ALEGRES; então, eu seria o mais feliz dos monarcas e eles o mais feliz dos povos sob o céu.”⁶³

Sob essa perspectiva, podemos melhor contextualizar os aspectos literários e a razão pela qual os liberais freqüentemente associavam a *oligarquia* aos vícios derivados do egoísmo: a avareza, a hipocrisia, a vaidade, a concupiscência etc. O símbolo cômico dessas paixões biliosas é a gula e a conseqüente protuberância abdominal que a acompanha. Justiniano José da Rocha tinha a desvantagem de corresponder à caricatura. Salvador de Mendonça fora testemunha, na juventude, de um duelo gastronômico em casa do senador Nabuco, que envolvera o publicista conservador e o jornalista liberal Francisco Otaviano, conhecidos naquele tempo como “os dois melhores garfos do Rio de Janeiro”. A presidência da mesa coube ao marquês de Abrantes que seria o único juiz do combate, cujas regras eram comerem, devagar ou depressa, conforme as boas maneiras, saindo vencedor quem conseguisse comer mais. Depois de devorarem fatias de presunto, pães, saladas, vinho branco, maioneses de peixes, perdizes trufadas, libras de rosbife, dois perus de forno recheados com farofa, azeitona e ovos, ambos chegaram bravamente aos doces e assaltaram, ao mesmo tempo, um grande prato de desmamadas. Ao ver a agilidade com que Justiniano as engolia, Otaviano desatou a rir, o que o impediu de continuar. Declarando-se vencido, brincaria com seu contendor – “Rocha, você já viu a última gravura de *Gargantua*, quando o padeiro lhe mete uma empada na boca com a pá? Você já não come desmamadas, enforna-as”.⁶⁴

Conta Salvador de Mendonça que um dos filhos de Justiniano dissera-lhe, dois dias depois, que o pai ainda havia devorado no caminho para casa um jacu, que levara do banquete para o almoço do dia seguinte. Mendonça visitaria Rocha, pela última vez, poucos

dias antes de sua morte, no início de julho de 1862. Encontrara-o enfrente à porta que dava para o jardim a contemplar sua bela criação de galinhas catalãs e francesas, de cor preta e cristas vermelhas. O mestre estava sentado em sua larga poltrona, “com o rosto emagrecido, o ventre volumoso, a espiar para fora, esquecido de que havia sido, ao lado de Bernardo de Vasconcelos, a âncora mais forte do Império, para só lembrar-se, naquela hora, ao olhar para as suas galinhas pretas, das boas canjas douradas que não chegaria a comer”.⁶⁵ Pode ser que haja qualquer coisa de alegórico nestas recordações, não saberia dizer. Todavia, o que interessa não é a confirmação de uma relação direta com qualquer personalidade política do império, mas sim o significado simbólico da gula como traço característico da mentalidade da classe senhorial, ou daqueles que a representaram.

Em fins do ano de 1867, ressurgiria em folhetim do *Jornal do Commercio* o personagem criado por Joaquim Manoel de Macedo em *A carteira de meu tio* de 1855. O Sobrinho de Meu Tio, pseudônimo utilizado pelo narrador para se preservar no anonimato, declarava que a história de sua vida “jeitosa e ilustre” fora tal qual a de muitos outros nobres varões de nossa pátria, que eram o seu retrato por dentro embora não quisessem se parecer com ele por fora.⁶⁶ As *Memórias do Sobrinho de Meu Tio* são uma sátira política que utiliza elementos comuns à dos *humoristas* do *Diário*, com duas diferenças: a crítica não é endereçada diretamente à *oligarquia* e quem domina a cena é o próprio *barrigudo*. O cinismo e a completa falta de escrúpulos do sobrinho-narrador, que relata a sua trajetória política pautada pela hipocrisia e pelo interesse próprio, dão o colorido à história. É através deste personagem, representante máximo do “partido do Eu”, que Macedo constrói sua crítica a toda uma “família” de políticos oportunistas e mercenários que atuavam no período do Segundo Reinado no Brasil. Informando-nos sobre as práticas destes e, ao mesmo tempo, discutindo problemas e propondo soluções, para se moralizar o sistema representativo e salvar a monarquia constitucional, através da personagem do compadre Paciência, representante do ideal liberal que acompanha o narrador em grande parte de suas memórias.

No decorrer da história, o Sobrinho vai “denunciando” práticas que lesavam o Estado em nome de interesses particulares. O motivo das revelações, segundo o próprio narrador, é de vingança, desforra e castigo. Ele se ligara ao círculo dos homens mais notáveis da sua “escola filosófica”, fazendo comércio de amizades e prestando-lhes favores

relevantes, sob a condição de adotarem sua candidatura a deputado da assembléia legislativa, por qualquer distrito de qualquer das províncias do Império: “...Firmou-se o contrato bilateral com juramento: quem não assinou o contrato foi o povo que me devia eleger; isso porém não me preocupou; porque o povo só por exceção elege aqui ou ali alguns deputados.” Terminada as apurações, o Sobrinho, que não fora eleito, sentiu-se trapaceado pelos seus “semelhantes” e prometeu vingança:

“Os Tartufos que me lograram e eu pertencemos todos a mesma escola filosófica e política, à escola do amor exclusivo do eu, do gozo do presente, a escola da barriga física e moral.”⁶⁷

O egoísmo e a gula são atributos de Brás Cubas, “o menino diabo”, que quebrara a cabeça de uma escrava porque esta lhe negara uma colher de doce de coco.⁶⁸ Quincas Borba, igualmente, partilha dos mesmos predicados. Pois, além de exibir suas teorias em meio às refeições, costuma ilustrá-las com analogias referentes ao bem-estar do estômago, e quando este bem-estar diz respeito à sua própria barriga, tanto melhor. Durante a exposição dos princípios do Humanitismo, enquanto Brás “digeria a filosofia nova”, Quincas Borba, que mal encobria “a satisfação do triunfo”, tinha diante de si “uma asa de frango no prato, e trincava-a com filosófica serenidade”. Uma vez justificada a guerra, em poucas palavras e num estalar dos dedos, como uma “operação conveniente”, o filósofo trataria da fome, “chupando filosoficamente a asa do frango”.

“...a fome é uma prova a que Humanitas submete a própria víscera. Mas eu não quero outro documento da sublimidade do meu sistema, senão este mesmo frango. Nutriu-se de milho, que foi plantado por um africano, suponhamos, importado de Angola. Nasceu esse africano, cresceu, foi vendido; um navio o trouxe, um navio construído de madeira cortada no mato por dez ou doze homens, levado por velas, que oito ou dez homens teceram, sem contar a cordoalha e outras partes do aparelho náutico. Assim, este frango, que eu almocei agora mesmo, é o resultado de uma multidão de esforços e lutas, executados com o único fim de dar mate ao meu apetite.”⁶⁹

Quincas contemplaria a beleza de seu sistema apreciando “o espetáculo” de uma briga de cães, que se mordiam e rosnavam, “com furor nos olhos”, por um osso que nem carne tinha, luta em que via a confirmação do Humanitismo e que parecia assistir em êxtase.⁷⁰ Emendaria um pensamento de Pascal - o de que o homem levava grande vantagem sobre o resto do universo porque possuía a consciência de sua morte - afirmando que, na realidade, um homem que disputasse um osso com um cão, teria a vantagem porque sabia que tinha fome.

“‘Sabe que morre’ é uma expressão profunda; creio todavia que é mais profunda a minha expressão: sabe que tem fome. Porquanto o fato da morte limita, por assim dizer, o entendimento humano; a consciência da extinção dura um breve instante e acaba para nunca mais, ao passo que a fome tem a vantagem de voltar, de prolongar o estado consciente. Parece-me (se não vai nisso alguma imodéstia) que a fórmula de Pascal é inferior à minha, sem todavia deixar de ser um grande pensamento, e Pascal um grande homem.”⁷¹

Traços destes vícios também estão presentes em Bentinho. O egoísmo não é difícil perceber, mas a gula talvez esteja indicada de modo mais sutil. Na infância, enquanto Capitu refletia sobre as reações de Dona Glória e pensava num plano para livrar o amigo do seminário, ele comprava doces; observando como casmurro que, “em meio da crise”, “conservava um canto para as cocadas”, o que poderia ser “tanto perfeição como imperfeição”.⁷² Quando brincavam de padre e sacristão, Bentinho e Capitu alteravam todo o ritual e precipitavam as cerimônias para dividirem logo as hóstias, que eram sempre alguns doces, tudo se abreviava “tal era a gulodice do padre e do sacristão”.⁷³ Como vimos no caso das cocadas, Capitu ao menos perdia a fome nos momentos de crise.

Seria interessante imaginarmos as impressões de Machado de Assis diante de toda essa glotonaria melancólica que transcrevia em suas obras, compondo-a minuciosamente de modo a revelar e disfarçar, ao mesmo tempo, a essência da mentalidade senhorial e seus aspectos grotescos. É provável que sua reação imitasse a de Nikolai Gógol em *Almas Mortas*, autor que Machado apreciava, e cujo plano de Tchítchicov imaginou transferir para o Brasil, para aproveitar as oportunidades do 13 de maio e da possível indenização aos proprietários de escravos.⁷⁴ No romance russo, a certa altura, o escritor interrompe a

narrativa para confidenciar aos leitores sua admiração pelo apetite das personagens e de outros senhores.

“O autor deve confessar que sente inveja do apetite e do estômago deste tipo de gente. Para o autor nada, absolutamente nada, significam todos esses grandes senhores, que vivem em Petersburgo e Moscou, e passam o seu tempo em meditações sobre o que irão comer amanhã e que espécie de almoço inventarão para depois de amanhã, e que não atacam o tal almoço sem antes despachar uma pílula garganta abaixo; gente que engole ostras, caranguejos marinhos e outros monstros, e depois viaja para as estações de águas de Carlsbad ou do Cáucaso. Não, esses senhores jamais despertaram a sua inveja. Mas os senhores de classe média, que numa parada pedem presunto, na outra um leitão, na terceira uma fatia de esturjão ou alguma lingüiça assada com cebola, e depois, como se nada tivesse acontecido, sentam-se à mesa a qualquer hora, e a sopa de esturjão com enguia e ovas lhes borbulha e chia entre os dentes, acompanhada de bolo de arroz ou pastel de salmão, de tal sorte que desperta o apetite do espectador – estes senhores, estes sim, gozam de um invejável dom divino! Mais de um dos senhores de classe alta sacrificaria no mesmo instante metade das almas de camponeses que possuísse e metade das suas propriedades, hipotecadas e não hipotecadas, com todas as benfeitorias à moda russa ou estrangeira, só para poder ser dono de um estômago igual àquele que tem o senhor de classe média; o azar é que por dinheiro nenhum, nem em troca de propriedades, com ou sem benfeitorias é possível adquirir um estômago desse de que são donos os senhores de classe média”.⁷⁵

Machado de Assis, em sua obra, retomou e reelaborou elementos que compunham a crítica liberal à política e ao domínio da oligarquia saquarema. Elementos que foram absorvidos de uma tradição literária que se liga à história da sátira menipéia, representada por escritores como Rabelais, Erasmo, Robert Burton, Swift, Sterne etc O bruxo do Cosme Velho utilizou-se dessas influências, políticas e literárias, para descrever e *anatomizar* a *psique* e as *paixões biliosas* da classe senhorial no Brasil. Compreender tais influências ajudam a contextualizar a visão crítica de Machado e a melhor apreciar as qualidades de sua obra. Em seus contos e romances encontramos o “retrato moral” dos homens que se acreditavam senhores de seu tempo, de suas mulheres, dependentes e escravos. Porém, nem tudo aconteceu como àqueles senhores imaginavam e a melancolia indica momentos de crise em que a realidade contradiz os desejos e mancha de negro o sonho senhorial. Isso nos

leva a refletir sobre as classes que tinham “mais apetite que jantares” e que se contrapunham à casmurrice patriarcal, o que é tema para o próximo capítulo.⁷⁶

¹ Sterne, Laurence. A vida e as opiniões do cavalheiro Tristram Shandy. Trad. José Paulo Paes. – 2ª ed. Corríg.- São Paulo: Cia das Letras, 1998. Vol. III, cap. 23, p. 214.

² Machado de Assis. Obras Completas. “O cônego ou a metafísica do estilo”. A expressão “vasto mundo incógnito” é utilizada para descrever a região do inconsciente. p. 570-73.

³ A analogia entre o livro e a ópera é sugestão do próprio Bento Santiago. “Agora é que eu ia começar a minha ópera.” Ver Dom Casmurro, cap. VIII.

⁴ Machado de Assis. Notas Semanais, 11 de agosto de 1878. OC, vol III. pp. 401-2.

⁵ Machado de Assis. Notas Semanais, 1º de setembro 1878. OC, vol. III, pp- 403-4.

⁶ Machado de Assis, Teoria do Medalhão. OC, vol. II, p. 288.

⁷ Chalhoub, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo – Cia das Letras, 2003. Especialmente capítulo 4 - “Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871”.

⁸ O testemunho deixado por Nabuco é bastante expressivo da mudança do significado político da lei de 1871 e, provavelmente, Machado não discordaria da apreciação de seu amigo: “A lei de 28 de setembro de 1871, seja dito incidentemente, foi um passo de gigante dado pelo país. Imperfeita, incompleta, impolítica, injusta, e até absurda, como nos parece hoje, essa lei foi nada menos do que o bloqueio moral da escravidão. A sua única parte definitiva e final foi este princípio: ‘Ninguém mais nasce escravo’. Tudo o mais, ou foi necessariamente transitório, como a entrega desses mesmos ingênuos ao cativo até os vinte e um anos; ou incompleto, como o sistema de resgate forçado; ou insignificante, como as classes de escravos libertados: ou absurdo, como o direito do senhor da escrava à indenização de uma apólice de 600\$000 pela criança de oito anos que não deixou morrer; ou injusto, como a separação do menor e da mãe, em caso de alienação desta. Isso quanto ao que se acha disposto na lei; quanto ao que foi esquecido o índice das omissões não teria fim”. Mais adiante, concluiria: “A não se ir além, da lei, esta ficaria sendo uma mentira nacional, um artifício fraudulento para enganar o mundo, os brasileiros, e, o que é mais triste ainda, os próprios escravos”. Joaquim Nabuco. O Abolicionismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000. Cap. VIII - “As promessas da ‘lei de emancipação’”, pp. 51 e 58.

⁹ A expressão é utilizada por Joaquim Nabuco em relação ao tráfico de escravos. Ver O Abolicionismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000, cap. IX, p. 67.

¹⁰ DC, cap. II. Quando a citação for de alguma romance de Machado de Assis, apenas indicarei a sigla da obra e o capítulo, o que facilitará a consulta de qualquer edição. DC – Dom Casmurro. BC – Memórias Póstumas de Brás Cubas.

¹¹ DC, cap. II.

¹² Gledson, John ; Machado de Assis: impostura e realismo. - São Paulo: Cia das Letras - 1991, p.07. Ver também: Gledson, J. ; Machado de Assis: ficção e história. - São Paulo: Paz e Terra, 1986.

¹³ Ibidem, pp. 07-08

¹⁴ Caldwell, Helen; The Brazilian Othello of Machado de Assis: Berkeley - University of California Press, 1960.

¹⁵ DC, cap. I.

¹⁶ Caldas Aulet, Francisco Júlio. Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. 1ª ed. Lisboa, 1881.

¹⁷ Joan Corominas e colab. José A. Pascual. Dicionário Crítico Etimológico Castellano e Hispânico. Madrid, 1991.

¹⁸ Mascarenhas Valdez, M. do C. e Castro. Dicionário Espanhol-Português. Lisboa- Imprensa Nacional, 1864.

¹⁹ Joan Corominas. Op. Cit.

²⁰ Viterbo, Joaquim de Sta Rosa de. Elucidatário das palavras, termos e frases [...] 1ª ed. 1798-9, 2ª ed. 1865.

²¹ Moraes Silva, A. de. Dicionário da Língua Portuguesa [...] 2ª ed., Lisboa, 1813.

Vieira, Frei Domingos. Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro da Língua Portugueza. Porto, 1871-4.

Faria, Eduardo de. Novo Dicionario da língua portugueza, 4ª ed., Rio de Janeiro, 1859.

Cortesão, A. Augusto. Subsídios para um dicionário completo histórico-etimológico da Língua Portuguesa. 1900.

²² Nascentes, Antenor. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro, 1932.

Machado, José Pedro. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Lisboa - Editorial Confluência, 1954.

²³ Ver o conto “A queda da casa de Usher” em que Pöe descreve a mórbida hipocondria de Roderick Usher um rico proprietário e herdeiro de família tradicional.

²⁴ Larousse, Pierre (org.) *Grand Dictionnaire Universel du XIXe Siècle*. Paris: Administration du Grand Dictionnaire Universel, 1866-1876. A expressão “as muletas do bom Larousse” é usada por Machado na crônica d’*A Semana* de 2 de outubro de 1892.

²⁵ O livro *The Anatomy of Melancholy* de Robert Burton, publicado em 1621 sob o pseudônimo de *Demócrito Júnior*, revisto e ampliado pelo autor até 1638, é a obra mais substancial sobre a melancolia do ponto de vista da representatividade literária, e está vinculada à tradição da sátira menipeia. No resumo em versos de Burton sobre a melancolia pode-se reconhecer os sintomas e as características principais desta enfermidade, comentados na seqüência deste texto. Já no frontispício da obra encontram-se em destaque a zelotipia, a solidão, o hipocondríaco, o maníaco, o apaixonado (Inamorato), o supersticioso e Demócrito de Abdera anatomizando animais em busca da sede da bile negra. Utilizo-me do *Larousse* por considerá-lo muito mais representativo da percepção do público leitor do século XIX. Vale lembrar ainda que o *Grand Dictionnaire* não só reproduz o conceito médico sobre a melancolia como faz referência às personagens literárias afetadas pelo mal. Também sua contextualização é bastante significativa para meus propósitos: “Aux époques de crise, après les grandes commotions sociales et politiques, la *mélancolie* reparaît, plus âpre e plus violente”. Entre a legião de personagens atormentados o *Larousse* citará o Werther de Goethe, o René de Chateaubriand, o Obermann de Sénancourt, o Adolphe de Benjamin Constant, o Child-Harold e o Manfred de Byron, o Joseph Delorme de Saint-Beuve etc. Outros tantos completarão a lista no verbete sobre o *spleen*. Sobre as relações entre a obra de Burton e a sátira menipeia ver: Frye, Northrop. *Anatomy of Criticism: Four essays*. Princeton: Princeton University Press, 1957. Sá Rego, Enylton José de. *O calundu e a panacéia: Machado de Assis, a sátira menipeia e a tradição luciânica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. Especialmente cap. II.

²⁶ BC, caps. XXIII-XXIV.

²⁷ BC, cap. XXV.

²⁸ BC, cap. II.

²⁹ BC, cap. IV.

³⁰ BC, cap. V.

³¹ BC, cap. VI.

³² BC, cap. VII.

³³ BC, cap. VII.

³⁴ BC, cap. CLX. A Pandora imaginária de Brás é quem explica a lei do egoísmo e da conservação pelo raciocínio da onça. Ver cap. VII.

³⁵ Essa observação é feita por Machado de Assis no prólogo à terceira edição das *Memórias Póstumas...*

³⁶ Allan Pöe, Edgar. *Histórias Extraordinárias*. São Paulo - Nova Cultural, 2003. pp. 53-4.

³⁷ BC, cap. XI.

³⁸ BC, cap. XII.

³⁹ DC, cap. LXXVII.

⁴⁰ Allan Pöe, Edgar. *A filosofia da composição*. In *Edgar Allan Pöe: Poemas e Ensaios*. Trad. Oscar Mendes e Milton Amado, 3ª ed. revista. São Paulo: Ed. Globo, 1999.

⁴¹ BC, cap. XI e XXXVI.

⁴² Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro – Nova Fronteira; São Paulo – Publifolha, 2000. Cap. XIII, p. 102.

⁴³ Sidney Chalhoub revela, em seu estudo, que a consciência de que a escravidão constituía toda “a base do edifício social” se tornou extremamente *aguda*, principalmente entre os defensores do *status quo* senhorial, durante os debates que envolveram o projeto da lei que posteriormente chamou-se *Ventre Livre*. Chalhoub, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo – Cia das Letras, 2003. Capítulo 4 - “Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871”. Ver especialmente as opiniões de Perdígão Malheiros, do deputado Pinto Moreira e de Paulino José Soares de Souza (o filho do visconde de Uruguai), no item *Pecúlio e alforria forçada*.

⁴⁴ Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*. Cap. X, p. 75

⁴⁵ D.R.J., 20 de maio de 1861.

⁴⁶ D.R.J., 27 de maio de 1861 (grifos no original). Em 26 de agosto, o resenhista do *Diário* fará referência ao *Regenerador* como a “folha do senador Eusébio, estipendiada (dizem) pelo Sr. Saião Lobato”.

⁴⁷ D.R.J., 17 de junho e 22 de julho de 1861. A referência aos artigos do *Regenerador* como “narcóticos” está no **Comunicado** de 26 de agosto de 1861.

⁴⁸ Blake, A. V. A. Sacramento. Diccionario Bibliographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902. Sobre as relações entre os jornais de J. J. da Rocha e os ministérios conservadores ver, por exemplo, Joaquim Nabuco. Um estadista do Império. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 4ª ed., 1975. Livro II, cap. III, pp. 182-187. Magalhães Jr., R. (org.) Três panfletários do Segundo Reinado. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1956. Souza, O. T. de. Fatos e personagens em torno de um regime. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. Dicionário do Brasil Imperial. Org. Ronaldo Vainfas, Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

⁴⁹ Salvador de Mendonça, “Cousas do Meu Tempo”, *Revista do Livro*, XX – Rio de Janeiro, 1960. Ver *Justiniano*, pp. 116-9.

⁵⁰ D.R.J., 18 de maio de 1861, seção *Correspondências* “A propósito de Timandro” e *O Regenerador*, 14 de maio de 1861.

⁵¹ D.R.J., 20 de maio de 1861.

⁵² Ver D.R.J., 20 e 27 de maio, 10 e 17 de junho, 1 e 8 de julho 1861.

⁵³ D.R.J., 26 de agosto de 1861. Jean-Michel Massa observa que o *Diário do Rio de Janeiro* publicaria 34 artigos com o título de *Os Comunicados* ou *Colaboração humorística*. Estas séries teriam seu caráter coletivo indicado pela assinatura: *Os humoristas* e pela epígrafe *E pluribus unum*. Eram crônicas que comentavam as notícias da semana ou da quinzena, onde se falava de política, literatura, teatro etc. Machado de Assis teria colaborado em algumas, mas a identificação é muito incerta e, para nosso objetivo, é irrelevante. Massa, J.-M., A juventude de Machado de Assis (1839- 1870): Ensaio de biografia intelectual - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. Cap. VI, pp. 282-3.

⁵⁴ D.R.J., 27 de maio 1861.

⁵⁵ Ver Sá Rego, Enylton José de. O calundu e a panacéia: Machado de Assis, a sátira menipéia e a tradição luciânica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. Cap. II, especialmente pp. 76-80. Como indica Sá Rego na nota 78 do capítulo II, o texto original dessa carta, em grego e traduzida para o francês, pode ser encontrada em E. Littré, *Oeuvres Complètes d’Hippocrate*. Amsterdam, Adolf M. Hakkert, 1962, v. 9, pp. 349-81. São interessantes também os comentários de Mikhail Bakhtin que relaciona esta história sobre Demócrito como fonte para a expressão literária do riso na época do Renascimento junto com a obra de Luciano de Samosata. Bakhtin, Mikhail. L’Oeuvre de François Rabelais et la Culture Populaire au Moyen Age et sous la Renaissance. Paris: Gallimard, 1970, pp. 76-9 e 358-9.

⁵⁶ Em um ensaio bastante sugestivo, Carlo Guinzburg aponta o caráter luciânico das obras de Erasmo e de Thomas More e a valorização e divulgação por estes autores do preceito horaciano do “*utili dulci*”, que formula a mistura da utilidade ao deleite, da utilidade à diversão, enfim do útil ao agradável, tal como nas crônicas que imitavam o vôo do colibri, que abordei no primeiro capítulo. Vale lembrar que Erasmo e More traduziram uma coletânea de escritos de Luciano em 1505, cujo título indicavam **opúsculos agradabilíssimos** (*opuscula festivissima*). Guinzburg, Carlo. Nenhuma ilha é uma ilha: Quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Cia das Letras, 2004. Cap.1- *O velho e o novo mundo visto de Utopia*.

⁵⁷ D.R.J., 20 de maio 1861.

⁵⁸ D.R.J., 10 de junho 1861.

⁵⁹ D.R.J., 17 de junho 1861.

⁶⁰ D.R.J., 1º de julho 1861. Grifos no original.

⁶¹ D.R.J., 1º de julho 1861.

⁶² Sterne, Laurence. A vida e as opiniões do cavalheiro Tristram Shandy. Trad. José Paulo Paes. – 2ª ed. Corríg.- São Paulo: Cia das Letras, 1998. Vol. IV, cap. 22, p. 296. Nesta citação mantenho o termo **spleen**, tal como se encontra no texto original, sendo que o grifo é meu. O tradutor da edição em português substituiu o termo por *mau humor*, o que dilui muito seu significado.

⁶³ Sterne, Laurence. A vida e as opiniões do cavalheiro Tristram Shandy. Trad. José Paulo Paes. – 2ª ed. Corríg.- São Paulo: Cia das Letras, 1998. Vol. IV, cap. 32, p. 327-8. O shandefismo é inspirado diretamente no pantagruelismo de Rabelais, o próprio Sterne deixa isso claro em sua obra, basta ler os prólogos de Gargantua e Pantagruel para ver que o riso é a terapêutica do mestre Alcofribas Nasier, extrator da quinta-essência, ou do doutor em medicina M. François Rabelais.

⁶⁴ Salvador de Mendonça, “Cousas do Meu Tempo”, *Revista do Livro*, XX – Rio de Janeiro, 1960. Ver *Justiniano*, pp. 118.

⁶⁵ Salvador de Mendonça, “Cousas do Meu Tempo”, *Revista do Livro*, XX – Rio de Janeiro, 1960. Ver *Justiniano*, pp. 119.

⁶⁶ Macedo, Joaquim Manuel de. Memórias do Sobrinho de Meu Tio, org. Flora Süssekind - São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Ver o *Prólogo*.

⁶⁷ Macedo, Joaquim Manuel de. Memórias do Sobrinho de Meu Tio, org. Flora Süssekind - São Paulo: Companhia das Letras, 1995. *Prólogo*, pp 51-53.

⁶⁸ BC, cap, XI. Há ainda o episódio da compota que motivara a vingança do menino contra o Dr. Vilaça no cap. XII.

⁶⁹ BC, cap. CXVII. Para outras relações entre a filosofia do Humanitismo e a ideologia senhorial ver: Chalhoub, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo – Cia das Letras, 2003. Capítulo 3 – Ciência e Ideologia em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

⁷⁰ BC, cap. CXLI.

⁷¹ BC, cap. CXLII.

⁷² DC, cap. XVIII.

⁷³ DC, cap. XI.

⁷⁴ Ver *Bons Dias!* de 26 de junho de 1888. Machado de Assis. *Bons Dias!* Introd. e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec e Ed. da Unicamp, 1990. Sobre as afinidades entre Machado e Gógol ver o artigo de Eugênio Gomes em Machado de Assis. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958, pp. 116-21.

⁷⁵ Gogol, Nikolai. Almas mortas. Trad. Tatiana Belinky. São Paulo: Nova Cultural, 2002. Cap. IV, pp. 78-9.

⁷⁶ Na crônica d'A *Semana* de 6 de Janeiro de 1985, Machado lembraria uma célebre definição que Chamfort forjou no século XVII, dizia ele que a sociedade se compunha de duas classes, “uma que tem mais apetite que jantares, outra que tem mais jantares que apetite”. *Obras Completas*, Nova Aguilar, vol. III, pp. 644-6.

Capítulo III

Sob os chapéus.

“As primeiras trinta páginas, disse meu pai, virando as folhas, - são um pouco áridas; e como não estão estritamente relacionadas com o assunto, - vamos pulá-las, por enquanto; trata-se de uma introdução prefaciatória, continuou ele, ou de um prefácio introdutório (ainda não me decidi quanto ao nome a dar-lhe) acerca do governo político ou civil, cujo fundamento fiz remontar à primeira conjunção de macho e fêmea para a procriação da espécie humana; - vi-me insensivelmente levado a isso. Era natural, disse Yorick.”¹

A marsehesa do matrimônio.

Deixemos por um momento os homens e seu mau humor para tratar das mulheres, ou, de um aspecto intrigante da figura feminina na obra de Machado de Assis. O conto *Capítulo dos Chapéus* de 1883, que foi incluído no volume das *Histórias sem Data*, parece oferecer a chave para desvendar alguns mistérios femininos daquela sociedade viril de senhores sisudos.

Mariana é esposa do advogado Conrado Seabra, que usa freqüentemente um chapéu simples e baixo para ir ao seu escritório na rua da Quitanda e às audiências, dispensando-o só em recepções, funerais, visitas de cerimônia e no teatro lírico. Em certa manhã de abril de 1879, após o almoço, ela pede “um sacrifício” ao marido: que não fosse mais à cidade com o tal chapéu e o reservasse apenas para caminhadas na vizinhança. Conrado graceja e desconversa, mas a teima da moça passa de “frouxa e súplice” a “imperiosa e áspera”, o que espanta o bacharel, pois sua mulher sempre fora “uma criatura passiva, meiga, de uma

plasticidade de encomenda, capaz de usar com a mesma divina indiferença tanto um diadema régio como uma touca”.²

O responsável por essa súbita aversão de Mariana ao chapéu baixo era seu próprio pai, um bom velho e ex-funcionário público, tão aferrado aos costumes antigos, que morria de saudades “do tempo em que os empregados iam de casaca para as suas repartições”. Esse apego aos hábitos era uma das razões da desaprovação do sogro ao chapéu do genro. O pai de Mariana apenas suportava o abjeto assessório em atenção “às qualidades da pessoa”. Até certo dia em que se surpreendeu ao vê-lo na rua conversando com outros “chapéus altos de homens públicos”. Foi então que, não se contendo, o velho abriu o coração à filha; “pintou-lhe o chapéu baixo como a abominação das abominações, e instou com ela para que o fizesse desterrar”.

O advogado desconhecia a circunstância que motivara o pedido e, não alcançando a razão daquela resistência que contrastava com a docilidade habitual da esposa, irritou-se profundamente com a teima, “porque era autoritário, e voluntarioso”. Entretanto, sendo um cavalheiro instruído, Conrado conteve sua exasperação inicial e se contrapôs à impertinência feminina com a polidez que se dispensa aos inferiores; preferiu mofar do caso e falou à esposa “com tal ironia e desdém, que a pobre dama se sentiu humilhada”. Após obrigá-la a sentar-se por duas vezes, “a primeira pegando-lhe levemente no pulso, a segunda subjugando-a com o olhar”, Seabra despeja sobre a consorte toda facúndia advocatícia para explicar-lhe o *princípio metafísico* que regia a escolha do chapéu, a qual não era “ação voluntária e livre” pois que obedeceria a um “determinismo obscuro”. Havia apenas uma “ilusão de liberdade” enraizada nos compradores e alimentada pelos chapeleiros, a verdade consistia em que o chapéu era “o prolongamento da cabeça, um complemento decretado *ab eterno*” e ninguém o poderia substituir sem mutilação.

Ao final da palestra repleta de motejo, Mariana apreende o essencial: “Não entendera nada daquela nomenclatura áspera nem da singular teoria; mas sentiu que era um sarcasmo, e, dentro de si, chorava de vergonha”. Passada a irritação, subsistia-lhe um “sentimento de humilhação” e um ódio profundo ao *torpíssimo* chapéu do esposo.

“Mariana não chorou, não clamou, como supunha que ia fazer; mas consigo mesma, recordou a simplicidade do pedido, os sarcasmos de Conrado, e, posto

reconhecesse que fora um pouco exigente, não achava justificação para tais excessos. (...) sentiu-se tomada de ódio contra essa peça ridícula; não compreendia como pudera suportá-la por tantos anos. E relembra os anos, pensava na docilidade de seus modos, na aquiescência a todas as vontades e caprichos do marido, e perguntava a si mesma se não seria essa justamente a causa do excesso daquela manhã.”

Conrado atua de acordo com o papel de um homem de boas maneiras em uma sociedade na qual a figura do marido segue o modelo patriarcal. A mulher, por não possuir autonomia e nunca atingir a maioridade, apenas troca de senhor quando se casa, passando do domínio do pai para o do esposo, que assume as responsabilidades e a tutela. Seabra é o senhor de sua casa, de sua consorte e dos filhos que viria a possuir, seu lar é seu império. Por essa razão quando Mariana ousa expressar sua vontade, ainda que a princípio revestida com as súplicas de uma prece, o seu pequeno deus doméstico, que não alcança o motivo do pedido, interpreta como um capricho de uma criatura a quem não são permitidos caprichos. A insistência de Mariana só poderia acarretar o desgosto de seu protetor, que não deve admitir a impertinência em seu lar sob a pena de ter sua autoridade e prerrogativa ameaçadas, além do perigo de ver estragar-se sua doce e obediente menina com mimos desnecessários. Como os antigos romanos, o bacharel Conrado rezava pela velha fórmula jurídica do *manus*, que igualava a autoridade do marido sobre a mulher à paterna.³

Mariana era o modelo ideal de mulher segundo a mentalidade de seu esposo, ela herdara do pai não apenas o apego aos costumes antigos e a monotonia, mas também, ao que tudo indica, o aceite de um grande favor, pois sua submissão exemplar parece dever-se à gratidão daquelas que desfrutam dos benefícios de um casamento um pouco acima de suas possibilidades. O mal estar causado pelo chapéu baixo aponta para uma constituição psicológica peculiar ao pai e à filha. É característico daqueles que possuem ou uma grande ambição de ascensão social ou um temor extremo de perder a posição conquistada. Sob esse aspecto explica-se o desenvolvimento extremo da sensibilidade aos códigos da hierarquia; ao que parece o sogro de Conrado é um observador minucioso das etiquetas, vestimentas, expressões, gestos, enfim, de todos os elementos que auxiliam na meticulosa tarefa de classificação dos indivíduos nas suas respectivas categorias sociais. Some-se a isso a importância dada à *qualidade* do genro, a afeição à praxe e à casaca de ex-

funcionário público, profissão que teria fornecido ao bom velho uma inestimável experiência no trato com os diversos níveis de autoridade.

A educação de Mariana denuncia-nos uma origem social modesta, o que ajuda a aprofundarmos seu perfil e compreender suas atitudes. Como explica o narrador, ela possuía “uma plasticidade de encomenda”, acomodar-se-ia tanto a *um diadema régio como a uma touca*, atributo assaz inadequado às caprichosas filhas da alta classe. Nos últimos dois anos de solteira levava “uma vida de andarilha” mas logo que casou “se afez aos hábitos quietos”. Só sentia-se à vontade em casa e saía às vezes por insistência do marido.

“Móveis, cortinas, ornatos supriam-lhe os filhos; tinha-lhes um amor de mãe; e tal era a concordância da pessoa com o meio, que ela saboreava os trastes na posição ocupada, as cortinas com as dobras do costume, e assim o resto. Uma das três janelas, por exemplo, que davam para a rua vivia sempre meia aberta; nunca era outra. Nem o gabinete do marido escapava às exigências monótonas da mulher, que mantinha sem alteração a desordem dos livros, e até chegava a restaurá-la. Os hábitos mentais seguiam a mesma uniformidade. Mariana dispunha de mui poucas noções, e nunca lera senão os mesmos livros: - a *Moreninha* de Macedo, sete vezes; *Ivanhoé* e o *Pirata* de Walter Scott, dez vezes; o *Mot de l'Énigme*, de *Madame Craven*, onze vezes.”

Aí temos toda a essência de Mariana, delineada e colorida com uma precisão impossível de reproduzir. O receio de ser avaliada em público, os cuidados obsessivos com a ordem e a reverência às desordens do senhorio, a leitura e releitura insistente das mesmas histórias romanceadas. Nada deve perturbar essa “santa monotonia”, símbolo de uma harmonia doméstica idealizada nos moldes patriarcais, na qual qualquer alteração representa uma ameaça que aponta para uma situação incerta e indesejada.

Porém, todo paraíso tem sua serpente e, no caso, o chapéu simples e baixo foi a nota fora de compasso que vibrou na audição apurada do sogro e logo feriu a de Mariana. Quando a moça, determinada a corrigir aquele detalhe incômodo, expressa-se de modo um tanto inapropriado aos ouvidos do senhor Seabra, ela descobre os limites estreitos de seu livre-arbítrio, o que a leva a avaliar os desconfortos morais que exigem o tão almejado conforto material. A humilhação sofrida ao sentir que seu esposo zombara de suas “mui poucas noções” falando em princípios metafísicos, citando Laplace e sua *Mecânica Celeste*,

Darwin e seu curioso livro das *Minhocas*, obrigou a dócil Mariana a refletir e a comparar sua situação com a de outras, particularmente Clara e Sofia - “que tratavam os maridos como deviam ser tratados”, não lhes acontecendo *nem uma sombra* do que lhe acontecera.

Com tais pensamentos, a sensação de injustiça e o sentimento de aversão ao marido, que transferira inconscientemente ao *ignóbil* complemento da cabeça, segundo a “singular teoria”, Mariana decide fazer uma visita a Sofia, sua antiga companheira de colégio.

A seqüência do conto apresenta índole e feição das duas amigas em uma série de contrastes. Sofia nos seus trinta anos era agitada, alegre, alta, forte e “muito senhora de si”. Adivinha logo que a outra traz um desgosto e, ao saber a causa, trata de animá-la. Aconselha Mariana a resistir, deixando de ser tola, sendo forte ao menos uma vez. Conta o caso da “pamonha da Beatriz”, cujo marido acabou por mandá-la para a roça, só porque implicara com um inglês que tinha o costume de passear a cavalo de tarde perto de sua casa. Do alto de sua sabedoria, ensinava que se podia viver muito bem com o marido, respeitando-se, sem contrariar os desejos um do outro, “sem pirraça, nem despotismo”. Mas suas experiências na lide doméstica mostravam que na prática a base de sua harmonia era bem outra; pois não havia *cousa* que pedisse ao seu querido Ricardo que ele não fizesse logo, mesmo quando não tinha vontade alguma - “basta que eu feche a cara, obedece logo”. E, para incitar a inveja em Mariana, concluía afirmando que seu esposo é que não teimaria como Conrado, pois mudaria de chapéu “quer quisesse, quer não”.

“Mariana ouvia com inveja essa bela definição do sossego conjugal. A rebelião de Eva embocava nela os seus clarins; e o contato da amiga dava-lhe um prurido de independência e vontade. Para completar a situação, esta Sofia não era só muito senhora de si, mas também dos outros; tinha olhos para todos os ingleses, a cavalo ou a pé.”

A Sofia de Mariana flertava “a torto e a direito” por um costume de solteira e certa necessidade natural. Namoradeira, mas honesta; apenas distribuía *o troco miúdo do amor* “a todos os pobres que lhe batiam à porta – um níquel a um, outro a outro; nunca uma nota de cinco mil réis, menos ainda uma apólice”. Possuía ainda uma qualidade especial, “o dom de fascinar, virtude de Napoleão”, e não dando tempo para que Mariana refletisse, logo a convenceu de irem passear na cidade e contemplar “a vista de outros chapéus bonitos e graves”. A pobre esposa de Conrado não tinha forças nem vontade para resistir à tentação e

acabou cedendo, “um certo demônio soprava nela as fúrias da vingança” e além do mais “estava cansada de viver cativa. Também queria gozar um pouco, etc, etc.”

Enquanto a outra foi arrumar-se, Mariana ficou na sala planejando toda aquela semana de desforra com os detalhes de “uma viagem oficial”. Ao notar da janela um rapaz a cavalo, lembrou-se da triste história de Beatriz, exilada na roça pelo marido, e sentiu “crescer-lhe o ódio contra a raça masculina”, com certas reservas aos moços que praticavam a equitação.

Quando Sofia finalmente retorna, com um infernal vestido de seda preto que lhe valorizava as formas do busto e um chapéu que “aumentava-lhe o ar senhoril”, propõe ir ao dentista, tirar um retrato, nada de que Mariana necessitasse, ainda menos de um retrato – “E para quê? Para dá-lo ‘àquele senhor’?”. Percebendo que o desgosto da amiga perdurava, Sofia se dispõe a instruí-la com lições de exímia estrategista.

“Disse-lhe que, embora fosse difícil, ainda era tempo de libertar-se. E ensinava-lhe um método para subtrair-se à tirania. Não convinha ir logo de um salto, mas devagar, com segurança, de maneira que ele desse por si quando ela lhe pusesse o pé no pescoço. Obra de algumas semanas, três a quatro, não mais. Ela, Sofia, estava pronta a ajudá-la. E repetia-lhe que não fosse mole, que não era escrava de ninguém, etc. Mariana ia cantando dentro do coração a marselhesa do matrimônio.”

A frequência e o agravamento da oposição entre Mariana e Sofia nos induzem a uma reflexão sobre a amplitude do significado das personagens. Nada mais natural do que se servir da analogia com uma instituição social bem familiar aos leitores da época como forma de explicitar aspectos da vida doméstica e da intimidade que perdem o viço imersos na água turva do cotidiano. Relacionar a condição feminina com a escravidão não deveria ser nenhuma novidade e algo já se falou das ligações entre os movimentos feminista e abolicionista.⁴ Essas aproximações encontram raízes profundas nos preceitos do patriarcalismo que fundamentam o princípio sagrado da propriedade privada. É um famoso historiador do oitocentos quem nos oferece um extrato do pensamento original que serviu de molde para definir a condição jurídica da mulher no direito hindu, grego, romano e em tantos outros. Assim rezavam os antigos, segundo a fórmula do código de Manu:

“A mulher durante a sua infância depende de seu pai; durante a mocidade, de seu marido; morrendo o marido, de seus filhos; se não tem filhos, dos parentes próximos de seu marido; porque a mulher nunca deve governar-se à sua vontade.”⁵

Como se sabe, as leis e as instituições da antiguidade influenciavam profundamente a jurisprudência do século XIX, constituindo quase toda sua base, mui particularmente em países escravocratas. É possível imaginar que a cabeça do bacharel Seabra operava não só segundo os hábitos mentais de sua época como também passara por um longo treinamento intelectual que lhe reforçara os valores de sua educação viril. A aproximação entre o mundo patriarcal e a realidade de Mariana está indicada desde o princípio do conto, com uma invocação à musa. Mas se a fórmula inicial remete ao modelo clássico dos cantos homéricos, o tema anuncia uma subversão. O auxílio já não é solicitado para cantar os feitos heróicos de varões insígnies e industriosos ou a ira de valorosos guerreiros; a musa é evocada para algo aparentemente insignificante - cantar *o despeito* de Mariana. Cabe perguntar se por trás deste pequeno incidente doméstico não haveria também uma boa parte da história de um povo ou *raça*, como nos poemas antigos, ou ainda, de determinada classe social sem prestígio, como nas cantigas revolucionárias. Anteriormente nos deparamos com o ódio da personagem a quase toda *raça masculina*, e a certa altura, estimulada pela amiga, ela chega a cantarolar dentro do coração a *marselhesa* do matrimônio, lembrando sua homônima francesa que entoara canções aos muitos oprimidos pela tirania de poucos.

A pirâmide e os chapéus.

“A origem da sociedade, continuou meu pai, e estou convencido disso, é conforme nos diz Poliziano, i.e., meramente conjugal; nada mais do que a união de um homem e de uma mulher; - aos quais (segundo Hesíodo) o filósofo acrescenta um servo; - todavia, supondo que no começo de tudo não houvesse homens nascidos servos – ele situa-lhe os alicerces num homem, - uma mulher – e um touro. – Creio que se trata de um boi, disse Yorick, citando a passagem (uma casa, uma mulher e um boi para o arado)- Um touro devia ter dado mais dor de cabeça do que a dele própria valia. – Mas há uma razão ainda melhor, disse meu pai (mergulhando a pena no tinteiro) a de o boi ser o mais paciente dos animais e também o mais útil para lavrar a terra e garantir-lhes a alimentação; - era o

instrumento, bem como o emblema, mais adequado da parêlha recém-constituída que a criação pudesse ter lhe dado.”⁶

Outros elementos do conto favorecem não só uma maior aproximação com aspectos da escravidão como apontam para a agitação política por que passou o Segundo Reinado naquele outono de 1879. Talvez, o mais elaborado desses elementos seja a oposição entre as esferas pública e privada, representadas pela diferença crucial entre as duas personagens femininas.

Quando as amigas chegam à Rua do Ouvidor, pouco depois do meio dia, a movimentação e o tumulto causam mal-estar e atordoam Mariana, cuja “uniformidade” e “placidez”, essências de seu caráter e de sua vida, sofrem a repulsa costumeira diante da agitação – “Ela mal podia andar por entre os grupos, menos ainda sabia onde fixasse os olhos, tal era a confusão das gentes, tal era a variedade das lojas.” Enquanto Sofia, “prática daqueles mares, transpunha, rasgava ou contornava as gentes com muita perícia e tranqüilidade.” Sua figura impunha-se a conhecidos e desconhecidos, que paravam para “admirar-lhe o garbo”. De boa vontade e *mui* senhora de si, a dama retribuía com olhares derramados “à direita e à esquerda”, sem escândalo, uma vez que Mariana, conchegada à amiga, servia a coonestar a atitude.

Na sala de espera do dentista, a esposa de Conrado, não conhecendo ninguém, corre à janela para “fugir ao exame das pessoas estranhas” e apreciar a rua a salvo da confusão. A amiga aproveita para dar aulas sobre a vida em sociedade, conta-lhe as aventuras de chapéus alheios, os pensamentos de Fulana e os amores de Sicrana, coisas tão extravagantes à quietude conhecida do pequeno universo doméstico dos Seabras, que Mariana escutava a tudo aturdida. Provavelmente, perturbada diante daquelas desordens por trás da ordem que acostumara imaginar e aceitar.

Como se não bastassem todas aquelas revelações que agitavam seu pacato espírito, ela ainda reencontra na sala de espera o seu primeiro namorado. O Dr. Viçoso viajara muito, da roça à Europa, até chegar à presidência de uma província do Sul. Chamava a atenção não só pela elegância, mas pelo chapéu que trazia à mão: “novo, alto, preto, grave, presidencial, administrativo, um chapéu adequado à pessoa e às ambições”. Mariana sentia-se confusa, desorientada, impaciente, opressa, a presença daquele homem “atava-lhe os

sentidos, lançava-a na luta e na confusão”. Chegava a culpar o marido por toda aquela situação, se não teimasse e não zombasse dela, tudo aquilo seria evitado, jurava desforra e sonhava com sua casa “tão sossegada, tão bonitinha”, onde poderia estar como de costume “sem os safanões da rua, sem a dependência da amiga”.

Sofia outra vez domina a cena entabulando uma conversa com o *alto chapéu presidencial* sobre os assuntos diversos que compunham a crônica da vida elegante. Com olhos para a antiga namorada e o ego inflamado, o Dr. Viçoso palestrava com a outra sobre o teatro lírico, o cansaço do barítono, a apresentação da ópera que vira em Londres, o Cassino, o último baile, as melhores *toilettes*. Sempre com algum sal de malícia sobre o próximo, falaram também do Jockey Club, das corridas de Epsom, Petrópolis, da diplomacia, da esposa de um ministro, do casamento, até o galante doutor soltar uma declaração que enrubescceu Mariana e os fizeram atentar para o adiantado da hora. Era perto das três, Viçoso tinha de ir a Câmara dos Deputados. Idéia que cintilou na ágil cabeça de Sofia que inesperadamente arrastou a ingênua companheira para sua última aventura pública daquele conturbado dia.

As amigas seguiram para a Cadeia Velha, escoltadas pelo prestimoso doutor. Mariana perdera o ímpeto e as forças que o *despeito* lhe havia insuflado, sua alma sentia-se dilacerada por toda àquela “confusão de cousas”. E as recordações da casa se intensificavam, onde tudo era tão quieto, “com todas as cousas nos seus lugares, metódicas, respeitosas umas com as outras, fazendo-se tudo sem atropelo, e, principalmente, sem mudança imprevista”. Chegando à Câmara, acomodaram-se em uma tribuna arranjada pelo antigo namorado; Mariana rezava para que as horas passassem depressa e na primeira oportunidade reclamou com Sofia daquela maluquice de andar para todo lado – “Que tenho eu com a Câmara? Que me importam discursos que não entendo?”

O inusitado da situação serve para completar a série de contrastes entre a domesticidade de Mariana e a independência de sua popular amiga. O barulho das saias havia chamado a atenção de vários deputados, que escutavam um discurso sobre o orçamento. Sofia com seu *natural* desembaraço sorriu, agitou o leque, recebeu o olhar de um dos secretários e chamou a atenção da companheira para o ministro da justiça.

“Muitos eram os olhos que a fitavam quando ela ia à Câmara, mas os do tal secretário tinham uma expressão mais especial, cálida e súplice. Entende-se, pois, que ela não o recebeu de supetão; pode mesmo entender-se que o procurou curiosa. Enquanto acolhia esse olhar legislativo ia respondendo à amiga, com brandura, que a culpa era dela, e que a sua intenção era boa, era restituir-lhe a posse de si mesma.”

Não há o que censurar na indisposição de Mariana em ouvir a costumeira fúria loquaz que arrebatava os deputados em seus discursos. Mas a resposta enigmática de Sofia à impaciência da amiga nos leva a pensar sobre o que ocorria na Câmara do Império naquele momento.

Nos dias de abril de 1879 discutiu-se principalmente o projeto de reforma eleitoral apresentado pelo gabinete liderado por Cansansão de Sinimbu. As eleições sempre foram um dos problemas crônicos do Segundo Reinado no Brasil. A representação das minorias era uma necessidade reclamada por todos, que divergiam apenas quanto à forma de se garantir um pleito limpo. Fracassada a tentativa com a lei dos círculos de 1856, elaborada durante a Conciliação, concentraram-se esforços sob o ministério Rio Branco na alteração de outras leis que se prestavam a abusos e favoreciam a manipulação das eleições. Com esse intuito, o 7 de março implementou as reformas da Guarda Nacional, do recrutamento e do judiciário, que transferira certas atribuições dos delegados e subdelegados para os juizes de direito. Mudanças que se mostraram infrutíferas, já que não se conseguiu eliminar nenhum dos excessos cometidos. A reforma judiciária, por exemplo, foi incompleta, pois os juizes continuavam sob a dependência do executivo, permitindo as transferências dos magistrados de sua comarca e as prisões arbitrárias por simples requisições.

A lei do terço, ou do voto incompleto, também fora engendrada no gabinete Rio Branco, mas só conseguiu ser aprovada sob o ministério que o seguiu a 25 de junho de 1875, o Caxias-Cotegipe. A falta de êxito do novo método comprovou-se nas duas únicas oportunidades em que foi aplicada a lei de 20 de outubro. Na primeira, presidida ainda pelo mesmo gabinete que a sancionara, os conservadores fizeram 6/7 das representações. Na segunda, já com o 5 de janeiro de 1878 comandado por Sinimbu, a câmara sairá unânime, conforme a orientação liberal do governo. Além das muitas fraudes e violências ocorridas neste ultimo pleito, apurou-se posteriormente que foram distribuídos cerca de 30.000 cargos públicos para afilhados do ministério.

Os primeiros resultados colhidos sob o 25 de junho contribuíram para eliminar algumas prevenções contra a adoção do sistema de eleição direta, antiga aspiração dos liberais. Mesmo alguns dos conservadores mais destacados já haviam aderido à causa, como Paulino de Sousa, filho do visconde do Uruguai, seu primo Francisco Belisário e Ferreira Viana. Agora o próprio D. Pedro II se empenharia chamando Sinimbu para organizar o gabinete com a incumbência de levar adiante tal projeto, que deveria ser feito por meio de reforma constitucional. Para tanto, o imperador decretou a dissolução da câmara a 11 de abril de 1878, convocando outra para 15 de dezembro. A 17ª legislatura, fruto dos vícios do sistema anterior, seria sagrada com a missão de moralizar as eleições no Império.

Em 10 de fevereiro de 1879, discursa José Bonifácio, o moço, tecendo críticas aos rumos que ia tomando a reforma. Iniciava-se uma cisão profunda naquela câmara liberal unânime, a partir da censura à imposição de limites à assembléia constitucional, com o intuito de forçá-la a aceitar o projeto do governo sem contestação. Para indicar a farsa parlamentar, o deputado paulista qualificou a futura convocação de “constituente constituída”, fórmula à qual recorreriam os oposicionista na tribuna e na imprensa.

A proposta foi apresentada à Câmara no dia 13 de fevereiro, tratava da reforma dos artigos 90 a 93 da constituição, para serem nomeados por eleição direta os deputados, senadores e membros das assembléias provinciais, e do artigo 94, estabelecendo como condições para votar, além de uma renda líquida anual de 400\$ mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego, o saber ler e escrever.

A oposição se agrupou em torno de razões diversas. Uns eram contra a que se recorresse a uma constituinte, o que dispensava a participação direta do senado, e defendiam uma reforma por lei ordinária. Outros estavam principalmente descontentes com a manutenção do artigo 95, que impedia a eleição dos que não professassem a religião do estado. Entretanto, a contestação de maior alcance era a que apontava para a “aristocratização do eleitorado”, em consequência do aumento do censo e da exclusão dos analfabetos, o número de eleitores ficaria reduzido a um vigésimo da população, considerando-se neste cálculo somente as pessoas livres.

Os debates iniciaram-se a 22 de abril e foram considerados, por um dos membros daquela legislatura, como os mais solenes ocorridos no parlamento desde que se tratou da

emancipação dos filhos de mulher escrava⁷. Das falas da oposição a que mais impacto causou foi a de José Bonifácio em 28 de abril, não só pela grande repercussão pública, acuidade e acidez crítica, como pela exibição de talento retórico bem ao gosto da época. Aspecto este talvez o mais considerado pela maioria dos homens públicos do oitocentos. Na opinião empolgada de um plenipotenciário norte-americano que deixou o entusiasmo contaminar sua correspondência burocrática, pois nunca presenciara exibição semelhante, a peça era digna “da melhor oratória da velha Atenas”, a “impressão fortíssima” e sua conclusão “esplêndida”.⁸

Outros testemunhos confirmam a impressão causada nos ministros, deputados e senadores presentes, mas a influência mais acentuada parece ter ocorrido sobre o público. A certa altura um tumulto nas galerias chegou a interromper o discurso. O espaço já não era suficiente para comportar a quantidade de pessoas que afluíam ao recinto. Após breve contenda entre parlamentares e um dos secretários sobre a permissão de entrada dos “barulhentos” nas tribunas, onde sobravam lugares, continuou-se a sessão, tendo-se restabelecido a ordem pela comissão de polícia.⁹

José Bonifácio principia sua fala com uma imagem que simbolizava a inversão da lógica do sistema representativo. Afirma que no país a “pirâmide do poder” encontrava-se invertida, apoiando-se sobre o vértice, com o poder executivo anulando a ação dos outros. Reiterava a antiga crítica da imprensa liberal que tomou corpo com a ascensão do gabinete Itaboraá em 1868, a qual Saldanha Marinho se referira dias antes. A 23 de abril, o *Ganganeli* lembrava a figura da pirâmide invertida como mote do *Diário do Povo*, jornal que se opusera ao “estelionato político” do 16 de julho, no qual escreveram Francisco Otaviano e Joaquim Manuel de Macedo. Também citou Nabuco de Araújo que no senado adotara o mesmo tema, criticando a supremacia do executivo e o abuso do poder moderador na ocasião da dispensa do terceiro ministério Zacarias.¹⁰

Diferentemente de Saldanha Marinho que falara como republicano e atacou abertamente o poder pessoal do imperador, chamado “imperialismo”, alegando que a reforma em pauta era um plano da Coroa e dos conservadores para desmoralizar os liberais, José Bonifácio fazia uma crítica mais direcionada às razões e conseqüências do projeto, evitando investir diretamente contra os arquitetos, ou, o *arquiteto*.¹¹ Segundo a aspiração liberal, o principal objetivo da eleição direta seria o de restaurar o equilíbrio entre os

poderes políticos, assentando a pirâmide do poder sobre sua base. O que se apresentava era a “negação do governo parlamentar” e “o suicídio moral” do partido, que, ao invés de mostrar-se fiel aos seus princípios, efetuava uma reforma de sua bandeira.

“O grande segredo político do projeto que se discute resume-se em uma fórmula capciosa, embora eu renda culto à sinceridade dos nobres ministros: a eleição indireta dos interesses gerais pela eleição direta do voto restrito. [...]

A reforma pedida quase pelo país inteiro, e sofismada pelo poder público, assemelha-se à celebrada estátua que em Roma servia para todas as festas de um novo imperador, mudando-se-lhe apenas a cabeça e ficando com o mesmo corpo.”¹²

Todo o maquinismo do projeto destinava-se à supressão dos direitos políticos da “massa do povo brasileiro”. Posto em prática, seus mecanismos de exclusão transformariam a soberania nacional em uma “sátira pungente”. Além de não resolver os problemas crônicos das eleições no país, a pretensa reforma legalizaria os vícios do sistema indireto de dois graus. O imperador continuaria a escolher os gabinetes, os gabinetes os deputados e estes, por sua vez, os eleitores, escolha que no último caso era eufemismo para fraudes e violências.

“A vossa representação é um simulacro odioso, uma ficção tirânica que violentamente constitui uma insignificante minoria, senhora de dez milhões de habitantes, e sacrifica os interesses do país, todos os interesses da maioria da nação brasileira. Dezenove partes da população sem voz no governo do Império, senhoreadas pelo resto... é um assombro!”¹³

O deputado paulista qualificava a proposta do governo com uma série de termos e expressões pejorativas, sua argumentação permaneceria sem uma resposta à altura. Inconstitucional, iníquo, repugnante, odioso, cheio de perigos; ironia, escárnio e terrível ameaça no futuro, tais eram os atributos que o sobrinho neto do patriarca José Bonifácio via naquele projeto.¹⁴

É possível estabelecer algumas relações interessantes entre esta crítica e a história de Mariana. A primeira que se apresenta é a equivalência *metafísica* entre o sistema do

bacharel Seabra e a ficção eleitoral do Segundo Reinado. Pode-se empregar, sem muito custo, a tese do esposo de Mariana sobre a escolha dos chapéus para esclarecer o sistema representativo no Império e sua aferrada resistência às mudanças legislativas. Como expunha Conrado à sua dócil consorte:

“- A escolha do chapéu não é ação indiferente, como você pode supor; é regida por um princípio metafísico. Não cuide que quem compra um chapéu exerce uma ação voluntária e livre; a verdade é que obedece a um determinismo obscuro. A ilusão da liberdade existe arraigada nos compradores, e é mantida pelos chapeleiros que, ao verem um freguês ensaiar trinta ou quarenta chapéus, e sair sem comprar nenhum, imaginam que ele está procurando livremente uma combinação elegante. O princípio metafísico é este: - o chapéu é a integração do homem, um prolongamento da cabeça, um complemento decretado *ab eterno*; ninguém o pode trocar sem mutilação. [...] Quem sabe? Pode ser até que nem mesmo o chapéu seja complemento do homem, mas o homem do chapéu...”

Uma ponderação como essa assentaria bem como caricatura do processo eleitoral, se esse já não fosse caricatural, e paródia da proposta que restringia drasticamente o número de eleitores. Tomar os chapéus pelos excelentíssimos da nação seria o complemento de uma operação sugerida no próprio conto, que freqüentemente brinca com a modalidade de sinédoque que toma a parte pelo todo. Dentro dos padrões estabelecidos pela constituição o eleitorado já era bem reduzido em relação à população livre. Em 1874, o estimado era de 1.114.066 votantes para quase 10.000.000 de habitantes; o que se previa era uma diminuição para 400.000 eleitores e o que se conseguiu, com a lei aprovada em 1881, foi a queda para 145.296.¹⁵ Não se deve esquecer o fato de que no final das diferentes tentativas de se moralizar as eleições no país, os grandes proprietários e senhores de escravos nunca deixaram de estar primorosamente representados no parlamento. Ou seja, o império nunca trocou o modelo de seus chapéus e deles serviu-se também a república. Talvez, a reforma que terminou por ser sancionada pelo gabinete Saraiva, que seguira ao Sinimbu, tivesse a vantagem de facilitar a escolha dos eleitores, pelos seus representantes *ab eterno*.¹⁶

Assim como o raciocínio de Conrado imita a lógica da reforma, a apreciação de Mariana aproxima-se da de José Bonifácio. Embora dispondo de “mui poucas noções” e ignorando a *áspera nomenclatura* empregada pelo marido, a moça não deixara de perceber

a ironia e o desdém, *sentindo* que a “singular teoria” não passava de “sarcasmo”. Já o moço Bonifácio, que era lente de direito e dominava não só as nomenclaturas ásperas e polidas, como também as leis, as letras e a oratória, ao julgar o projeto do governo classifica-o como “sátira pungente”, “formidável ironia”, “um escárnio cuspidado à face da nação” etc.

Para o Andrada, a concepção da reforma orientava-se pela “teoria estéril da tutela”, pretendendo instituir classes ou castas privilegiadas, as quais entregaria permanentemente o comando do país, “sem um corretivo qualquer”. A supressão da consciência individual da maioria em proveito de poucos, baseava-se na presunção de que a sociedade em geral não conhece suas necessidades, “não sabe escolher”. Diante desse seqüestro dos direitos políticos, aos que perderiam o título de cidadãos ativos garantido pela constituição, restaria uma única saída:

“Sr. Presidente, pelo censo e pela exclusão dos analfabetos, o projeto do governo finge mandatários sem mandato, constituindo uma fração mínima da população senhora de todos os habitantes do Império. Mas, se o mandato assim restrito continua a ser o mandato nacional, o mandatário tem obrigações e o mandante não pode deixar de ter direitos. Qual o direito dos mandantes excluídos?

Eles não votam, eles não podem deixar de reeleger, eles não renunciaram o direito de cidadãos brasileiros. De que modo hão de pedir contas aos mandatários infiéis?

Só lhes resta opor a força à força. O mandato restrito, transformado em mandato nacional, dá como última consequência o direito de insurreição.”

Igualmente Mariana - como toda a *raça* feminina por aqueles tempos - estava condenada a viver sob o regime da tutela, sem qualquer direito à contestação. Todavia, diante da humilhação e vergonha provocadas pela arbitrariedade desmedida do senhor Seabra, ela concebera um plano de desforra e, inspirada por Sofia, chegou a embocar os clarins da rebelião. No conto, a referência à desobediência de Eva não deixa de apontar para o perigo que representa à ordem patriarcal uma mulher que se governa segundo a sua própria vontade. Se pensarmos na consangüinidade entre a monarquia e a ordem antiga e no vigor do clientelismo e das relações de dependência no Brasil do oitocentos, é possível concluir que, naquela sociedade, uma ameaça de insurreição civil seria facilmente compreendida dentro dos mesmos termos de uma ameaça de insurreição doméstica. O

despeito de Mariana poderia ser comparado ao tumulto nas galerias da Cadeia Velha, um barulho passageiro por quase nada, mas um ruído incômodo para os senhores do poder.

A intimidade entre as esferas do poder público e privado no Segundo Reinado era mais evidente no que dizia respeito à escravidão. Conservadores, liberais e republicanos possuíam em comum a persistência em tratar esse assunto como um problema social, ou, o que é mais significativo, como uma *questão doméstica*; evitava-se a abordagem política por motivos óbvios, pois nenhum partido teria qualquer expressão institucional se não contasse com apoio senhorial.¹⁷ José Bonifácio não toca na *questão servil* diretamente em seu discurso, mas utiliza-se do tema para colorir um dos argumentos principais. Quando se refere ao estado de dependência a que ficariam reduzidos os cidadãos desqualificados pelo projeto de reforma eleitoral, o deputado emprega a imagem da servidão para descrever a condição dos que não possuem direitos políticos. Em outro momento, menciona o tratado celebrado entre Brasil e Portugal por ocasião da independência, que ficou conhecido “pela denominação expressiva” de “carta de alforria” - lembrando Teófilo Ottoni que, na *Circular* de 1860, definira o período colonial como “trezentos anos de escravidão”. A ausência da cidadania ou sua restrição aparecem tantas vezes relacionadas ao cativo nos textos e discursos políticos do século XIX que nos obriga a pensar em suas correlações para além da força de expressão. Tão delicada era essa analogia, que foi necessário elaborar uma engenhosa maneira de se contornar a indignação provocada por ela em homens que se consideravam *livres*. Por um artifício de retórica burguesa, cristalizou-se uma distinção entre direitos civis e direitos políticos: os primeiros seriam garantidos a todos os membros da nação, exceto aos escravos, no caso dos países que ainda cultivavam esse regime; os segundos estavam reservados àqueles que demonstrassem possuir certas capacidades, ou, em termos mais precisos, certas propriedades. O visconde do Uruguai, por exemplo, em seu *Ensaio... Administrativo* pregava muito ordeiramente essa lição apreendida junto a certos publicistas franceses, principalmente Guizot, o grande ministro do *enrichissez-vous*, que labutou pela garantia da manutenção dos privilégios conquistados pela burguesia durante a monarquia de Julho.¹⁸ Pena não ter o visconde imitado o doutrinário na sua demonstração de filantropia, quando esse assinou o manifesto do Comitê pour l'Abolition de l'Esclavage enviado à D. Pedro II em 1866, para pressionar pelo fim da escravatura.

Encontramos, assim, na escravidão uma analogia comum ao conto de Machado e ao discurso do Andrada, servindo de ilustração tanto à condição feminina numa sociedade patriarcal como à dependência política num Estado paternalista.¹⁹ Como afirmei anteriormente, nada mais natural do que utilizar tal comparação em uma sociedade escravocrata. No entanto, o ano de 1879 é um momento especial para a política brasileira no que diz respeito ao incômodo causado pela manutenção do regime servil. O Império parecia atravessar uma espécie de constrangimento internacional ao ostentar, ao lado de Cuba, essa instituição tão tradicional e tão indefensável perante os países que se consideravam civilizados e que temiam uma concorrência *desleal* na exploração de mão-de-obra barata. Esse mal-estar, ao que parece, impulsionou certos parlamentares a se mobilizarem em torno de uma nobre causa: acabar de vez com sua vergonha.²⁰

Joaquim Nabuco conta que foi na legislatura de 1879-80 que, pela primeira vez, um grupo de políticos se uniu em torno da bandeira da emancipação dos escravos.²¹ No mês anterior ao incidente doméstico de Mariana, Jerônimo Sodré faria o pronunciamento que, segundo o autor de Minha Formação, deu início ao movimento abolicionista na Câmara.²² O deputado pela Bahia pediu a palavra em 5 de março de 1879, quando se discutia o orçamento, para expor suas idéias a respeito das “três grandes questões” que agitavam, “mais que tudo, os espíritos dos homens, que tratam dos públicos negócios”.²³ Eram elas a instrução pública, a reforma religiosa e o elemento servil. Esse “filho de lavradores”, habituado desde a infância a “tocar a chaga com o dedo”, reconhecia perante seus pares que “nós senhores de escravos, vivemos acobertados com o manto da riqueza, quando aliás a miséria nos corrói as entranhas profundamente”. Mas, além da declaração de *mea-culpa*, que evidenciava boas intenções, há um aspecto importante a destacar. No final de sua fala, Sodré afirmaria que todos os problemas nacionais estavam ligados ao destino da escravidão.

“Senhores, bem compreendo: a câmara não está de acordo com as minhas idéias, mas eu tinha necessidade de expendê-las; e ainda de fazer um reclamo àqueles que dirigem os destinos do país.

Quereis a reforma da instrução? Quereis a elegibilidade dos acatólicos? Quereis a libertação do cidadão pela eleição direta? Quereis tudo isto, e entretanto conservais o cancro, que tudo deteriora, tudo contamina, e tudo corrói! (Apoiados).

(Cruzam-se diferentes apartes). [...]

- É uma convicção profunda que tenho, que nutro desde muitos anos e que não se pode separar de meu espírito: não acredito em nenhum progresso moral, nem intelectual, enquanto existir entre nós o elemento servil. Ele vedará, como sabem, a imigração estrangeira, a colonização nacional, e deturpará para sempre os costumes!”²⁴

Essas mesmas idéias estão presentes no famoso livro de Nabuco contra a instituição servil. Em vários momentos a convicção de Sodré é reiterada n’O Abolicionismo, particularmente em sua conclusão, onde o autor melhor sintetiza as influências deletérias da escravidão na sociedade brasileira.

“O que esse regime representa, já o sabemos. Moralmente é a destruição de todos os princípios e fundamentos da moralidade religiosa ou positiva – a família, a propriedade, a solidariedade social, a aspiração humanitária: politicamente, é o servilismo, a degradação do povo, a doença do funcionalismo, o enfraquecimento do amor da pátria, a divisão do interior em feudos, cada um com o seu regime penal, o seu sistema de provas, a sua inviolabilidade perante a polícia e a justiça; econômica e socialmente, é o bem estar de uma classe única, e essa decadente e sempre renovada; a eliminação do capital produzido, pela compra de escravos; a paralisação de cada energia individual para o trabalho na população nacional; o fechamento dos nossos portos aos imigrantes que buscam a América do Sul; [...], e o país, no meio de todo esse rebaixamento do caráter, do trabalho honrado, das virtudes obscuras, da pobreza que procura elevar-se honestamente, está, como se disse dos Estados do Sul, ‘apaixonado pela sua própria vergonha’”.²⁵

As razões apresentadas pelos deputados brasileiros repetiam os argumentos desenvolvidos por abolicionistas europeus e norte-americanos de velhas datas. A escravidão seria contrária aos princípios da moral cristã, feria o direito natural inalienável a todo ser humano e economicamente seria desvantajosa se comparada à produtividade do trabalho livre.²⁶ Uma diferença crucial era que se o governo brasileiro respeitasse sua própria lei de 7 de novembro de 1831, que proibira o tráfico a partir daquela data, praticamente toda escravidão seria considerada ilegal no país.²⁷ Apesar de haver pouca novidade e pouco mérito pessoal neste tardio movimento parlamentar, o que é felizmente reconhecido pelo próprio Nabuco, os trechos citados indicam o peso que assumiu a

escravidão na explicação dos problemas sociais, políticos e econômicos do Império.²⁸ Nesse sentido, as referências ao cativo como símile seja da condição feminina ou de qualquer outra forma de dependência social, no momento em que fora escrito o *Capítulo dos Chapéus*, adquirem um caráter especial devido à difusão destas convicções abolicionistas. Sob esse ponto de vista, o desfecho do conto de Machado parece guardar ainda mais algumas relações com o que podemos considerar o principal movimento político da época.

A *Sophia* dos romances, das ruas e dos flertes.

“[...] – E há ainda uma razão de maior peso do que todas, acrescentou meu tio Toby, para a escolha do boi. Meu pai não teve ânimo de tirar a pena do tinteiro antes de ouvir a razão do tio Toby. – Pois, uma vez lavrado o solo, disse esse, tornou-se necessário cercá-lo, e eles começaram a defendê-lo com muros e fossos, o que deu origem à fortificação. – Certo, certo, meu caro Toby, exclamou meu pai, riscando o touro e pondo-lhe o boi no lugar.”²⁹

Ao ver-se finalmente livre de Sofia, Mariana se apressa em tomar o caminho de casa, trazia “a alma doente dos encontrões, vertiginosa da diversidade de cousas e pessoas”, necessitando de “equilíbrio e saúde”. O alívio vem quando retorna ao lar e encontra tudo na mais perfeita ordem, exceto por um vaso, que o jardineiro prontamente recoloca no devido lugar. A moça, então, se deleita com a monorritmia e “uniformidade caseira”, tenta recapitular as aventuras do dia, mas logo desiste, já achava ridícula a figura de Viçoso e, ao repensar o motivo da briga com o esposo, conclui que fora uma teima boba e que a ela cabia o principal da culpa. Sentada na sala com o *Ivanhoé* nas mãos, “querendo ler e não lendo nada”, Mariana põe-se a esperar o marido.

“Os olhos iam até o fim da página, e tornavam ao princípio, em primeiro lugar, porque não apanhavam o sentido, em segundo lugar, porque uma ou outra vez desviavam-se para saborear a correção das cortinas ou qualquer outra feição particular da sala. Santa monotonia, tu a acalentavas no teu regaço eterno.”

Quando Conrado enfim chega, traz à cabeça outro chapéu, conforme lhe havia pedido sua mulher naquela manhã. Ao perceber a troca, o espírito da moça recebe um choque violento, igual ao que produzira o vaso fora de lugar – “ou ao que lhe daria uma lauda de Voltaire entre as folhas da *Moreninha* ou de *Ivanhoé*... Era a nota desigual no meio da harmoniosa sonata da vida”. Convencida do desalinho que feria o hábito de longos anos, Mariana acolhe o esposo entre os braços e, com “uma carícia divina”, pede-lhe que retome o chapéu baixo do costume.

Os contornos exagerados da personagem são bastante intrigantes e, a meu ver, indicam uma dimensão alegórica. Começamos a desconfiar dos seus hábitos de leitura, de sua atitude de ler e não ler nada, ou porque não apreende o sentido do texto ou porque se distrai com os trastes e as feições de sua adorada *cela* doméstica. As “mui poucas noções”, o maníaco apego à monotonia e conseqüente horror à agitação e às mudanças, levantam dúvidas sobre sua capacidade de discernimento. Ainda que tenha freqüentado um colégio para moças, onde conhecera Sofia, era de se esperar que houvesse aprendido mais a acatar o comportamento adequado às boas meninas e esperado pelos bons rapazes, do que qualquer forma de raciocínio crítico.

Embora o *Ivanhoé* devesse boa parte de seu êxito à distração que proporcionava aos leitores com uma excelente aventura de cavalaria, em certos momentos ele poderia estimular algumas reflexões sobre seu fundo histórico e moral. No primeiro capítulo, Walter Scott apresenta ligeiramente o contexto político e social do período final do reinado de Ricardo Coração de Leão, quando os súditos ingleses aguardavam ansiosos o seu regresso do longo cativeiro, fruto das intrigas urdidas entre o príncipe João, ligado ao rei da França, e o pérfido e cruel duque d’Áustria. Desde que Ricardo I partira para as Cruzadas, os nobres aproveitaram-se da ausência para readquirir suas antigas liberdades e ampliarem seu poder. Desprezando a interferência do Conselho de Estado, fortificaram seus castelos e aumentaram o número de seus dependentes, procurando reduzir a tudo o que os cercava a um estado de vassalagem, colocando-se à frente de forças que lhes dessem destaque nas insurreições nacionais iminentes. Os *franklins*, como eram chamados os que pertenciam à nobreza inferior, tiveram seus direitos desrespeitados e foram submetidos à tirania feudal, vendo-se obrigados a se colocarem sob a tutela de qualquer dos “pequenos reis da

vizinhança”. Os grandes barões usavam de todos os meios de opressão e vexame para perseguir os que tentassem escapar à sua autoridade e proteção.

Outra circunstância acentuava a tirania da nobreza e os sofrimentos das classes inferiores: o ódio recíproco entre normandos e anglo-saxões. Essas duas “raças hostis” mantinham-se separadas mesmo depois de quatro gerações de convivência. A primeira ainda ostentava a soberba do triunfo, enquanto a outra amargava todas as conseqüências da derrota. Vários dos nobres saxões haviam sido deserdados e subjugados pelas pesadas cadeias feudais, enquanto a nobreza normanda aumentava suas riquezas e seus domínios. Enfim, com a instabilidade provocada pela ausência do rei, a disputa pelo poder e por privilégios provocavam fortes turbulências nos diversos níveis da hierarquia social. A aristocracia dominante perdera os freios de suas ambições, e os mais fracos ficaram expostos a um maior grau de injustiças e humilhações.³⁰

Um pouco de atenção aos debates parlamentares do ano de 1879, talvez induzisse Mariana a conceber alguns paralelos entre os abusos da nobreza normanda e os da aristocracia senhorial no Brasil. Se uma leitura superficial e apressada lhe deixasse escapar os aspectos gerais das disputas políticas nas quais as elites se empenham com fervor, ela provavelmente não passaria os olhos inocentes sobre as personagens que dominam a cena inicial do romance. O porqueiro Gurth e bobo Wamba exibiam coleiras de metal em seus pescoços nas quais se liam seus respectivos nomes, filiação e o nome de seu senhor. Eram escravos do pai de Ivanhoé, Cedric de Rotherwood, um proprietário então classificado como simples *thane*, ou *franklin*, extremamente orgulhoso de sua raça e cioso das tradições anglo-saxônicas, que, no entanto, sofria com o jugo normando. Nos bosques da região oeste de Yorkshire, Wamba explicava ao companheiro como um *swine* se transformava em *pig*, um *Ox* em *Beef* e um *Calf* em *Monsieur de Veau*. Todos esses animais conservavam seus nomes em bom saxônio enquanto precisavam de cuidados e estavam sob a guarda de servos ou escravos, adquirindo o nome normando somente quando se transmutavam em matéria de prazer, ao serem levados à mesa dos castelos para deleite dos estômagos da nobreza. O porqueiro impressionado com a revelação de coisas tão sutis e que, depois de ditas, parecem tão óbvias que qualquer tolo enxergaria, agradecia a lição.

“... – Tu não dizes senão tristes verdades. A nós, pouco mais nos sobra do que o ar que respiramos, e, assim mesmo, parece que só no-lo deixaram depois de muita hesitação, unicamente com o fim de nos permitir suportar os trabalhos que nos lançam sobre os nossos ombros. Tudo quanto é bom e gordo vai para a mesa deles; as mais belas mulheres para os seus leitos; os melhores e mais bravos soldados para os seus exércitos, para branquear terras distantes com seus ossos, deixando aqui apenas um pequeno número, que não tem vontade nem força para proteger os infelizes saxônios. Deus abençoe o nosso amo Cedric! [...]”³¹

A aula do bobo, mesmo que limitada a aspectos da dominação normanda, poderia ajudar a desenvolver em Mariana alguma perspectiva crítica sobre as relações de poder em uma sociedade hierárquica. É claro que isso depende do interesse, aplicação e disposição da leitora, que não deveria, como Gurth, suspender o juízo diante de seu amo. Apesar da boa índole, Cedric não deixava de possuir os traços peculiares à sua classe: temperamento irascível e impetuoso, ânimo pronto, altivo, resoluto e um porte físico moldado nas fadigas da guerra e da caça. Seu mau-humor e impaciência intensificavam-se com o jejum e a demora da ceia, a causa mais comum, segundo o narrador, de irritação dos proprietários rurais dos tempos antigos e modernos. A mansão de Rotherwood era rude e simples conforme o estilo saxônio, mas as vestimentas dos muitos criados ofereciam diversas gradações entre a riqueza das roupas de seu senhor e o traje rústico do porquero, que ocupava uma das últimas posições em sua casta. O pai de Ivanhoé demonstrava, ainda, uma preferência especial pelos seus servos da espécie canina, galgos, cães de grande porte, *terriers*, além de um cão mestiço de lobo, que gozava as liberdades de um favorito.³²

As aventuras ficcionais preferidas da esposa de Conrado contrastam com a pasmaceira doméstica em que vive, oferecendo uma compensação emocional e um respiradouro para a rotina. Aparentemente, a leitura que ela realiza das obras, cujo caráter estimulariam, encaixa-se no padrão que Tristram Shandy qualificava como terrível infortúnio para toda a República das Letras. O gosto viciado de ler sempre em linha reta, mais à cata de aventura que de sabedoria.

“- A mente tem de acostumar-se a fazer reflexões sábias e tirar conclusões curiosas à medida que vai seguindo; hábito que fez Plínio, o Moço, afirmar: ‘que nunca lera livro tão mau que dele não pudesse tirar algum proveito. As histórias da Grécia e Roma, percorridas

sem esta disposição e aplicação, - prestam menor serviço, afirmo, do que a história de Parismus e Parismenus ou dos Sete Campeões da Inglaterra, quando lidas com ela.

[...] – que o mesmíssimo e vil prurido de novas aventuras em todas as coisas esteja tão fortemente inculcado em nossos hábitos e humores, - e tão totalmente preocupado nos vemos em satisfazer dessa maneira a impaciência de nosso desejo, - que só as partes mais avultadas e mais carnis de uma composição são deglutidas: - As sutis insinuações e as ardilosas comunicações da ciência voam, como espíritos, para cima; - e a pesada moralidade escapa para baixo; e tanto uma como a outra ficam tão perdidas para o mundo como se tivessem sido deixadas dentro do tinteiro.”³³

Guardadas as devidas proporções, os hábitos de leitura de Mariana lembram e contrastam com os de Emma Bovary. Essa famosa criatura do século XIX, que lia para dissipar o tédio, devorava o jornal de senhoras e as revistas de Paris para se colocar sempre a par dos últimos figurinos, do endereço dos melhores costureiros, das óperas e dos passeios, chegou a estudar descrições de mobiliário em Eugène Sue, enquanto em Balzac e George Sand, buscava “satisfações imaginárias para os seus apetites pessoais”.³⁴ Emma consumia romances para nutrir os sonhos luxuosos e egocêntricos despertados desde o baile no palácio do marquês d’Andervilliers, o que ajudou a aprofundar seu temperamento doentio. Certa vez experimentou as leituras graves de história e filosofia, que tiveram o mesmo destino dos tapetes, apenas começados, que enchiam seu armário. O agravamento de seus “ares vaporosos” e a frequência dos desmaios, levou o marido Charles a recorrer à mãe, que lhe deu diagnóstico e conselhos.

“- Sabe o que falta à sua mulher? – observava a mãe. – Ocupações obrigatórias, trabalhos manuais! Se ela fosse obrigada, como tantas outras, a ganhar a vida, não teria esses ares vaporosos, vindos desse mundo de idéias que se meteu na cabeça e dessa ociosidade em que vive.

- Mesmo assim, ela se ocupa – dizia Charles.

- Ah! Ela se ocupa? Em ler romances, maus livros, obras contra a religião, em que se zomba dos padres com discursos de Voltaire. Mas tudo isso tem fim, meu filho, e quem não tem religião termina sempre mal.

Ficou, daí, resolvido que seria vedada a Emma a leitura de romances.”³⁵

Mariana seguramente lia ou tentava ler para sublimar seus desejos e suportar a submissão, ela não possui o humor melancólico de Emma e sua ambição ainda não ousara ultrapassar os limites do casamento e da casa arrumada. A observação de que uma lauda de Voltaire chocaria seu espírito, além de sublinhar a ingenuidade com que lia sua restritíssima bibliografia, indica principalmente que ela mantinha os olhos fechados para qualquer coisa que polemizasse com os cânones, ou as superstições, como diria o filósofo, da religião patriarcal. A esposa de Conrado parece vítima de uma espécie de analfabetismo que compreende o significado das palavras, mas não alcança os sentidos de uma história; prisioneira da gramática social, ela aceita as normas como única realidade possível, sem perceber que na arte de manipular as *figuras* é que está toda graça dos textos e da vida.

Entretanto, é improvável que Machado de Assis tenha colocado o romance de Scott nas mãos da personagem apenas para sinalizar uma espécie de sublimação ou alienação. Era freqüente nas discussões políticas da época destacar-se o caráter feudal das relações de dependência no Brasil. José Bonifácio, atacando a intenção de se instituir classes ou castas privilegiadas apontara, para as correlações históricas entre a “teoria feudal da posse de terra” e os princípios que norteavam o projeto de reforma eleitoral, a tutela e a teoria censitária.³⁶ Saldanha Marinho, tendo sempre sob a alça de mira a coroa, recorreu às palavras de Francisco Otaviano, que vinculava a força do regime monárquico à idade das trevas, comparando seus defensores, os que vivem dos ofícios e benefícios do Estado, a servos e vassallos.

“Nos tempos feudais o culto da força elevou a monarquia a princípio fundamental da sociedade. Mas se desse arquivo da superstição e da ignorância se pretende retirar ainda a constituição com que Deus fez o mundo, então retiremo-la completamente – voltem o *vassallo* e o *servo*, livrem-nos do *importuno cidadão*. [...]

Os paladinos da realeza só podem ser os que vivem de empregos ou devem ao monarca favores pessoais. – Mas esses... são os primeiros que a desertam no dia da batalha, e a renegam no momento do infortúnio.”³⁷ (grifos no original)

A sujeição e o servilismo do funcionarismo era tema recorrente nos debates da Câmara. Em 15 de abril, Buarque de Macedo declarou que no Brasil todos sabiam que o empregado público era um “mendigo de casaca”; dois dias depois, Meira Vasconcellos

falaria da “emprego-mania”, do “filhotismo” e da “proteção escandalosa” no serviço público.³⁸ Esses pormenores lançam alguma luz sobre a figura do pai de Mariana, um “ex-funcionário público, ralado de saudades do tempo em que os empregados iam de casaca para as suas repartições”.

Outras coincidências expressivas são encontradas na obra O Abolicionismo. Ao explicar a amplitude de sentido da palavra *escravidão*, Nabuco afirmava que ela não se restringia à relação entre o escravo e o senhor, abrangendo a soma do “poderio, influência, capital e clientela dos senhores todos; o feudalismo estabelecido no interior; a dependência em que o comércio, a religião, a pobreza, a indústria, o Parlamento, a Coroa, o Estado, enfim, se acham perante o poder agregado da minoria aristocrática”.³⁹ Em capítulo dedicado a refutar as acusações de que o movimento era perigoso e perverso, pois instilava o ódio no coração do oprimido ou fazia nascer uma esperança irrealizável, o autor justificava ainda que a propaganda não se dirigia aos escravos e sim aos livres. Em relação aos cativos, os abolicionistas teriam adotado como divisa as palavras de *sir* Walter Scott: “Não acordeis o escravo que dorme, ele sonha talvez que é livre.”⁴⁰

Neste mesmo capítulo, uma justaposição curiosa traz mais substância às nossas suspeitas, a fidelidade e a abnegação heróica que Nabuco enfatiza como qualidades dos servos domésticos. Destacados abolicionistas brasileiros insistiram em ressaltar o papel de inimigo que o escravo assumiria inevitavelmente devido à sua condição.⁴¹ Certamente porque se empenhavam no árduo trabalho de despertar a iniciativa dos senhores, tentando convencê-los de que a escravidão era um mau negócio para eles próprios. O que resultava, quase sempre, na reprodução e amplificação dos preconceitos senhoriais em relação aos cativos. Encontramos o esboço dessa corrente dominante no horrível livro de Joaquim Manoel de Macedo, que formula a tese do “charco” que contamina a “fonte límpida”, sendo o charco os filhos da senzala e a fonte pura os da casa grande.⁴² De um modo mais cômico e com mais talento, José de Alencar, que só foi simpático às causas contrárias, igualmente retratara a influência negativa do escravo doméstico sobre a família senhorial, em sua peça “O demônio familiar” de 1857, apreciada por Machado de Assis na juventude.⁴³ Joaquim Nabuco, em alguns momentos, como no capítulo em questão, procurou apresentar o lado mais comovente da condição do cativo, de modo a inspirar mais simpatia e compaixão pela vítima do que medo e receio pelo inimigo.

“Os escravos, em geral, não sabem ler, não precisam, porém, soletrar a palavra liberdade para sentir a dureza de sua condição. A consciência neles pode estar adormecida, o coração resignado, a esperança morta: eles podem beijar com reconhecimento os ferros que lhes apertam os pulsos; exaltar-se, na sua triste e tocante degradação, com a posição, a fortuna, o luxo do seu senhor; recusar a alforria que este lhes ofereça, para não terem de se separar da casa onde foram crias; chamar-se quando libertos pelo nome de seus patronos; esquecer-se de si mesmos como o asceta, para viverem na adoração do deus que criaram, prontos a sacrificar-lhe tudo. Que prova isso senão que a escravidão, em certos casos isolados e domésticos, consegue criar um tipo heróico de abnegação e desinteresse, e esse não o senhor, mas o escravo?”⁴⁴

É quase impossível resistir às afinidades que suscitam essa descrição com a figura da dócil Mariana Seabra, que deveria ostentar com orgulho o sobrenome de seu *senhor*. Se levássemos adiante a paridade entre a personagem e a escravidão doméstica, o fato de Conrado ser advogado realça muito seu papel senhorial, pois sua profissão é sinônima de patrono, que não é só defensor, protetor e tutor, mas também definia, na antiguidade romana, as pessoas livres às quais estavam vinculados escravos. No entanto, é difícil extrair uma moral simples do conto, uma vez que seus elementos insinuem relações com vários aspectos sociais e políticos da época. Em minha opinião, fica evidente que Machado explora o potencial representativo da mulher como símile dos dependentes, sendo a escravidão a matriz que condiciona a vida pública e privada. Mariana, na qualidade de esposa de origem humilde numa sociedade patriarcal, concentra em si as aflições de todos aqueles considerados incapazes de se governarem segundo suas próprias vontades. A estes desqualificados resta sempre o recurso à rebelião ou à astúcia, atributo dos mais fracos, freqüentemente vista pelos fortes como trapaça e pela religião do Senhor e Pai como demoníaca. O que são as lições de Sofia senão conselhos satânicos que visam subverter a ordem e permitir alguma vantagem aos desfavorecidos? Como julgariam os contemporâneos seus hábitos de “namoradeira”? Seria com a mesma indulgência do contista, que destaca sua “honestidade”? A Sofia dos *Chapéus* tem algo da malícia ambiciosa e frívola da Sofia do *Quincas Borba*, mas possui também algo da malícia perspicaz da Capitu de *Dom Casmurro*.⁴⁵ Sua sabedoria advém da observação apurada do

preceituário que rege as relações domésticas e públicas do Brasil do oitocentos, o que lhe permite manipular, dentro de certos limites, a lógica dominante a seu favor. Contudo, não deveríamos desconsiderar as capacidades e o discernimento de Mariana. Se há necessidade de um juízo sobre seu grau de alienação, devemos antes inferir os parâmetros que oferecem o contexto social, político e literário aos quais remete sua história.

A *Sophia* doméstica.

“B – [...] E esse nevoeiro espesso, onde foi parar?”

A – Baixou.

B – E ainda ficaremos livres, depois do almoço, de sair ou de permanecer?”

A – Isso dependerá, creio, um pouco mais das mulheres do que de nós.

B – Sempre as mulheres! Não se poderia dar um passo sem encontrá-las atravessadas no caminho.

A – E se lhes lêssemos o diálogo do capelão e de Oru?”

B – A vosso ver, o que diriam elas?”

A – Não tenho a menor idéia.

B – E o que pensariam elas?”

A – Talvez o contrário do que diriam.”⁴⁶

José Bonifácio, em seu discurso de 28 de abril, faz uma defesa surpreendente dos analfabetos para uma época em que os mecanismos de exclusão social estavam sendo desvairadamente elaborados e reinventados. Contra a intenção de se instituir uma “soberania de gramáticos”, declarava que todo o homem na integridade de sua vontade e de seu juízo teria direito ao voto; “só o vadio, o criminoso, o dependente da vontade alheia, devem ser excluídos”.⁴⁷ O discernimento não derivava da alfabetização, alguém que vivesse do fruto de seu próprio trabalho comprovaria perante a sociedade sua capacidade intelectual, e daí seu interesse na manutenção da ordem. Desse raciocínio é que decorrera, segundo o orador, a definição de cidadãos ativos de que falava a constituição. As massas passivas seriam os que não trabalham, não produzem, e estão naturalmente subordinados à vontade de outrem, “assim como o filho família depende legalmente da vontade de seu pai”. A leitura e a escrita como condição do direito de votar seria insustentável, “porque,

nem a leitura por si só significa instrução, podendo o analfabeto saber mais do que o que escreve e lê, aprendendo pela palavra falada; nem tampouco o discernimento e a vontade dependem da imaginada condição. [...] se há meios de garantir as verdades dos atos da vida civil, praticados por analfabetos, por que excluí-los cruelmente do exercício da vida política?”⁴⁸

“A coletividade não precisa que lhe determinem capacidade alguma; é capaz porque é sociedade; é capaz porque governa-se. O voto individual não é exclusivamente o resultado do conhecimento próprio; o votante instrui-se na conversação diária, na prédica do vigário, no juízo dos tribunais, na discussão das câmaras, na execução das leis, na leitura própria ou alheia da imprensa, nas reuniões políticas, em tudo que o cerca. Quando se compara um sábio, um filósofo, publicista, historiador, a um camponês ou habitante da cidade, despido de instrução, para mostrar a diferença, esquecesse que a ciência faz parte da associação, e cria-se um mundo isolado para asilo mentido do privilégio. Por semelhante modo sofismam-se os direitos da nação, estreita-se perigosamente o voto, e substitui-se a liberdade disciplinada das massas ativas pela tirania das classes beneficiadas.”⁴⁹

Seria difícil rebater argumentação tão cerrada. O Andrada reclamaria uma resposta ao falar novamente contra o projeto no dia 28 de maio. Somente em 10 de julho, Rui Barbosa fará um pronunciamento em que defende as razões do governo e contesta seu antigo professor de Direito em São Paulo. Elogiando sempre o talento e a eloquência do mestre, o representante da Bahia criticará sua falta de senso da realidade e idealização exagerada, que fazem o pensamento, em meio às “abstrações ideológicas”, “como que vaporizado, perde-se entre longínquas nuvens”. Atacava a tese que derivava o direito de voto da coletividade desprezando as qualidades individuais, idéia que disfarçava entre bonitas palavras a “eiva do erro socialista”. Para Rui Barbosa, devia-se proteger o indivíduo contra a tirania da coletividade, pois, “o princípio de toda ciência, de toda liberdade, de toda inteligência, de toda energia, reside na molécula humana, no indivíduo vigoroso, instruído e livre”. Ao igualitarismo absoluto que se entrevia nas palavras de Bonifácio, opunha a única igualdade racional e liberal, “a igualdade conforme a democracia não socialista”, que é relativa, onde “a desigualdade social das condições” corresponda, numa exata proporção, à “desigualdade natural das aptidões”.⁵⁰

Conforme assinalou Sérgio Buarque de Holanda, o que se combatia no projeto de reforma era a intenção explícita de se consagrar uma situação que a lei deveria tentar corrigir ou mitigar.⁵¹ José Bonifácio estava bem longe do ideário socialista, sua luta era contra a legalização do governo da oligarquia, que todos sabiam era a realidade do império. Não defendia o sufrágio universal, conquanto lembrasse que “em todo o mundo civilizado a democracia celebra as suas festas populares pelo alargamento do voto, que tende a tornar-se universal”, sendo que famosos estadistas que condenaram esse preceito, como Thiers e Gladstone, haviam se rendido à causa.⁵² O radicalismo do Andrada iria apenas até o princípio democrático que acreditava ser o do projeto da “velha e dissolvida constituinte” de 1823. No art. 123, os legisladores haviam proposto o cálculo do rendimento anual pelo valor de 150 alqueires de farinha, conforme o preço médio da respectiva freguesia, sendo os alqueires regulados pelo padrão da capital do Império. Para o deputado paulista, o preço do alqueire significava a independência pessoal, e por isso calculado na freguesia do votante, enquanto o padrão marcado pela capital, simbolizava a coletividade, na qual residiria a garantia do exercício do voto.

Como se vê, no “igualitarismo absoluto” de Bonifácio, Mariana só encontraria algum amparo no que dizia respeito às suas parcas noções literárias, considerando-se os anos em que tivera “uma vida de andarilha”; nem mesmo sua amiga, que era *muito senhora de si*, teria lugar, pois estavam excluídas todas as mulheres. Mesmo assim, o Andrada parecia um radical perante seus pares, provavelmente pelos mesmos motivos que tornavam os comportados abolicionistas da câmara elementos ameaçadores para a ordem.

A fala de Rui Barbosa confirma que o objetivo da reforma eleitoral não era apenas o de civilizar as eleições, suprimindo-se a violência aberta do primeiro grau, ainda que se mantendo a fraude dos “emboladores de chapa” e “calígrafos de atas falsas”.⁵³ O que se queria garantir eram as condições *morais* para que as águias continuassem a levar vantagem sobre as lebres. Os argumentos do representante da Bahia eram corolários da ideologia burguesa então em moda, que se esforçava por explicar as desigualdades sociais relacionando-as a supostas diferenças naturais. Justificando, por esse modo, os privilégios das classes dominantes segundo as *boas-novas* das ciências e da economia política, já que as velhas teorias da desigualdade foram desacreditadas pelas revoluções que abalaram o antigo regime. No Brasil, as pressões para uma abolição total da escravatura exigiam

medidas preventivas contra o desmoronamento da base de sustentação do poder das oligarquias o que, conseqüentemente, transformaria o teatro da hierarquia social com seu espírito aristocrático em ópera bufa.

Posto não houvesse qualquer traço extremista nas manifestações parlamentares de 1879, são curiosos os freqüentes alarmas de perigo e os receios dos deputados, por um lado, com os excessos de aristocratismo e, por outro, com a divulgação de idéias equívocas sobre liberdade e igualdade, que confundiriam mentes pouco instruídas.⁵⁴ O próprio Bonifácio, a certa altura, alertou seus excelentíssimos colegas para a “questão social” que a reforma eleitoral trazia em seu bojo:

“Não temos a luta do proletariado; mas temos a crise do trabalho, a transição da grande propriedade, a desorganização dos costumes comerciais, e tudo isso quando o projeto diz às massas: Pagai impostos, mas não votareis!”⁵⁵

Jerônimo Sodré, em seu mesmo discurso abolicionista, aludira ao “gérmen pernicioso” que se instaura no espírito dos filhos dos operários devido aos descuidos com a educação. Falava a respeito da instrução primária e do exemplo que davam as nações adiantadas. O Brasil deveria aproveitar certas lições sem transplantar inteiramente qualquer sistema, porque “as circunstâncias variam, conforme a zona em que se vive, segundo o clima a raça e o povo”. Espaço, luz, ar e bons professores, era do que se necessitava para regenerar o ensino primário. Deviam-se evitar as “faustosas construções”, o “mármore de Carrara”, os “soberbos quadros” e a “suntuosidade dos adornos”, pois as crianças, mais tarde, submetidas à “dura lei da necessidade”, ficariam suscetíveis a idéias perigosas, ao contrastarem o luxo em que se educaram com a realidade da “tenda” e da “triste oficina” em que tomariam uma profissão.

“..., e não será isto, senhores, um gérmen pernicioso, que se incute no espírito do menino, não será daí, que, muita vez, se originam os princípios do socialismo, que, ultimamente, tem alagado em sangue o mundo, e que pretende abalar os alicerces das velhas sociedades da Europa?”

Não se obtêm por este modo inclinações funestas para espíritos, que ainda na idade da puerícia não estão arraigadas ao luxo?”⁵⁶

Havia algo no ar daquele ano que perturbava as mentes dos senhores e de seus representantes, as mudanças pareciam necessárias e inevitáveis e as incertezas excitavam as desconfianças e as sensibilidades. Sodré chamava a atenção de seus companheiros para as conseqüências do adiamento de uma solução definitiva para o grande problema do país, que fora tratada de forma incompleta pela lei “manca” de 28 de setembro. Era “a pedra, que rola da montanha, e que por força há de chegar ao abismo...”

“É preciso, que aqui, cogitemos do futuro; todos sabem; a sociedade brasileira está sobre um vulcão. Não nos iludamos. Todas as circunstâncias, os fatos de todos os dias aclaram bem o espírito; se reproduzem a todo o instante. E ainda a pouco a voz eloqüente do nobre senador por São Paulo acaba de pedir a este parlamento medidas repressivas contra o elemento servil.”⁵⁷

O deputado se referia aos crimes dos escravos e a falta de segurança para os senhores, “constantemente, presa de todas as atrocidades que os jornais diariamente registram” - enquanto, em aparte, outro parlamentar afirmava que os fatos aludidos só se reproduziam por falta de repressão. Estes sinais de preocupação poderiam ser encarados como simples argumentos que apelavam aos temores dos proprietários, se não tivesse o ministro da justiça, Lafayette Rodrigues Pereira, antigo signatário do manifesto republicano, apresentado a 20 de fevereiro o projeto de reforma da lei penal em relação aos escravos, propondo a substituição da pena de galés pela de prisão celular de 10 a 12 anos.⁵⁸ Projeto que atendia aos clamores por repressão e por maior energia nas punições ministradas pela justiça do Estado.⁵⁹ Sodré negava seu apoio a semelhante lei, pois contra ela protestariam a humanidade, a ciência e a civilização moderna. Assegurava aos seus pares que, antes de quatro anos de reclusão solitária, o indivíduo seria “vítima da alienação mental, ou da inanição ou estiolado pelas diferentes diatheses, que acompanham as prisões”. E apelando à filantropia daquela “augusta câmara” liberal, convocava os representantes das idéias democráticas a solucionar de vez o problema; além de libertarem o cidadão pela eleição, pelo voto e pela instrução, anunciassem à pátria que “todos os brasileiros são cidadãos, todos são livres! (*Muitos apoiados, aplausos das galerias e não apoiados. Grande interrupção pelos apartes que se trocam.*)”

Por essas considerações, percebe-se que tanto a oposição ao projeto de reforma eleitoral como o abolicionismo da câmara não defendiam idéias radicais, antes se preocupavam com elas, e por isso, cobravam cautela e propunham uma direção que acreditavam mais adequada à mudança dos tempos, as quais viam como necessidades impreteríveis.

Seguindo a hipótese de que o *Capítulo dos Chapéus* desenvolve uma analogia entre a condição feminina e a escravidão, sendo sua trama elaborada de modo a dialogar com o momento histórico ao qual faz referência, os elementos destacados acima, que dizem respeito ao ânimo senhorial, ajudam a contextualizar as escolhas de Mariana. Há um paralelo possível entre as prevenções e desconfianças dos proprietários e as dos maridos que se colocavam constantemente de atalaia contra quaisquer olhares, gestos e intenções duvidosas de suas mulheres. A punição de Beatriz, que fora mandada para a roça devido às suspeitas do esposo, seria um exemplo do estrito controle exercido pelos homens sobre as consortes e servia de aviso às Sofias descuidadas. No entanto, o que surpreende é que motivo e castigo encontram correspondências em casos de escravos que se aproveitaram das dificuldades de vigilância nas cidades maiores para escapar ou afrouxar os laços de sujeição.⁶⁰

Nas recordações de um proprietário que sofrera “um golpe terribilíssimo” com a abolição, deparamos com um episódio análogo, sob nosso ponto de vista, ao de Beatriz. Ferreira de Rezende conta que tendo sua sogra se mudado para a corte, levava consigo uma escrava, “já velha e cega de um olho”, a qual colocou a ganho em certa casa onde, “em muito pouco tempo”, além do dinheiro que dava à senhora, chegou a acumular um pecúlio de 100 mil réis. Foi então que um sujeito, sabendo do fato, apresentou-se à escrava e lhe disse que, com aquele valor, poderia alcançar sua liberdade por meio da confederação abolicionista. A pobre mulher concordou e, dias depois, entregava toda a economia ao homem, que lhe deu uma falsa carta de liberdade e o conselho de que deixasse a casa o quanto antes. A polícia, que “ainda tinha naquele tempo algum respeito pelo direito dos senhores”, logo trouxe de volta a escrava à sua senhora que, por sua vez, para que “não se tornasse de novo a extraviar”, mandou-a para Leopoldina para servir a um dos filhos. Segundo Ferreira de Rezende, até que a velha mulher alcançasse a liberdade pela abolição, ela quase que outra coisa não fizera, senão lamentar sua desapiedada sorte e amaldiçoar o

indigno e cruel autor da sua desgraça, primeiro porque a fizera deixar a corte “donde tanto gostava” e a casa onde tão bem se achava para ir acabar no “ermo da Leopoldina”, e depois por tê-la feito, no fim de sua vida, desgostar a sua senhora, que sempre a havia tratado tão bem.⁶¹

Para Ferreira de Rezende, esta história ilustra a “sórdida especulação” dos “papapecúlios” e da enorme “turbamulta de abolicionistas de carregação” que se aproveitaram de uma idéia que ele próprio, como senhor de escravos, considerava justa e, até mesmo, “generosa e quase santa”.⁶² Porém, deixando-se de lado a boa moral escravista, o que nos importa são as simetrias com o caso Beatriz, cujo marido desconfiara de sua suposta inclinação por um inglês a cavalo. Sabe-se que os britânicos ficaram famosos por incomodarem muito os traficantes e os senhores de escravos, além do próprio governo do império, que sempre defendera os interesses de seus privilegiados patronos.⁶³ Talvez aqui haja outra indicação sutil para nós, mas não tão sutil para a época, de que o conto de Machado abordava os temas políticos cruciais da ocasião: a escravidão e o abolicionismo. Se Beatriz flertava de sua janela com algum *dândi* montado ou a pé era porque desafiava o regime servil a que estava submetida como mulher, uma vez que pretendia dispor de suas vontades livremente. O perigo da corte e da agitação das ruas para a disciplina dos dependentes, escravos e mulheres é evidente. Os movimentados centros urbanos ofereciam condições para que os subordinados se subtraíssem ao controle de seus donos e estabelecessem redes de cooperação entre si. Coisas um tanto mais difíceis na roça e nas pequenas localidades, onde os ouvidos e os olhos senhorias se multiplicavam e o anonimato não existia.⁶⁴ É de se imaginar que, de seu exílio, Beatriz suspirasse, como a velha escrava, pela capital do império onde fora tão feliz, amaldiçoasse o atrevimento do inglês jurando fidelidade imaculada ao seu senhor, que *sempre a tratara tão bem*, e sonhasse com toda uma cavalaria, que viesse em seu auxílio.

Quanto à personagem principal, é possível compreender melhor suas escolhas levando-se em consideração os fatores que a condicionaram. Ampliando o simpático argumento de José Bonifácio em defesa dos analfabetos até os dependentes da vontade alheia, podemos concluir que Mariana atestara sua capacidade e discernimento uma vez que soube *arranjar-se* em uma sociedade tão desfavorável às de sua *raça*. Um bom casamento e uma casa confortável, com certeza, era uma conquista difícil para as filhas de humildes

funcionários públicos no Brasil do século XIX. Quando nos é apresentada, a esposa de Conrado aparenta a letargia das vítimas das diáteses mencionadas pelo Dr. Sodré, pois, após o casamento, ela passara seus anos em reclusão quase solitária no seu santuário doméstico. A arbitrariedade exagerada do bacharel Seabra é que a fizera despertar; por um dia, Mariana, ainda que atordoada, revivera algo dos tempos de andarilha ao lado da amiga. O fato era que as liberdades de Sofia tinham que ser conquistadas aos poucos e com muito jogo de cintura; mesmo assim, os riscos eram grandes e, uma hora ou outra, podia-se calcular mal e ser compreendida do pior modo. Afinal, lidava-se com homens adestrados para pensar e agir como potentados em seus lares, mentalidade que, exposta aos apelos e as exigências da vida social na corte, sensibilizaria sobremaneira os sentimentos de ciúmes. Poucos deviam ser como o ambicioso Cristiano de Almeida e Palha, “zangão da praça”, que tinha a vaidade singular de decotar sua mulher “sempre que podia, e até onde não podia, para mostrar aos outros as suas venturas particulares”.⁶⁵

No final de sua aventura, Mariana talvez lembrasse uma lição, fácil de assimilar, encontrada entre as páginas do *Ivanhoé*, se ela mesma já não a tivesse deduzido a partir da própria vivência. O porqueiro e o bobo, apesar de se igualarem pelo cativo, se opunham de várias maneiras. O primeiro estava ligado aos trabalhos e afazeres externos, possuía aspecto severo, bravio e selvagem, comportamento triste e soturno, e o semblante transparecia um profundo desânimo até quase a apatia, não fosse “o fogo que, de vez em quando, brilhava em seus olhos avermelhados, revelando que neles tremeluzia, debaixo da aparência do tético desalento, um sentimento de opressão, e uma disposição para a resistência”.⁶⁶ O segundo era inquieto, curioso e impaciente, na fisionomia exibia uma expressão meio idiota e meio astuta, o que “o indicava, de maneira suficiente, como pertencente à raça doméstica dos palhaços ou bobos, mantida nas casas dos ricos para ajudar a dissipar o tédio das longas horas que estes eram obrigados a passar encerrados”.⁶⁷ Gurth, como foi dito, usava os trajes mais simples e rústicos, era tido por ignorante, mas confiável o suficiente para portar uma arma, ainda que não escondesse o descontentamento com sua condição. Wamba gozava de privilégios e contava com a tolerância do amo, por ser sua tarefa diverti-lo, suas vestes eram especiais, seus braceletes e sua coleira eram de prata, sentava-se durante as ceias em uma cadeira decorada com duas orelhas de asno, colocada a dois passos atrás da de seu senhor, onde podia repartir os restos do prato de

Cedric com os cães prediletos deste.⁶⁸ No entanto, ao bobo só se permitia o uso de uma espada de pau, pois pertencia a uma classe considerada perigosa para se confiar instrumentos cortantes.

Estas particularidades, que se assemelham em alguns aspectos as de Mariana e Sofia, determinam as idiossincrasias das personagens diante de sua condição. Quando Gurth recebe a liberdade, deixando de ser *thew and esne* para se tornar *folkfree and sacless*, além de ganhar quarenta jeiras de terra de seu senhor, como recompensa pela bravura e fidelidade, sua alegria e gratidão não poderiam ser maiores, era a realização de um sonho por muito acalentado. Acreditando que Wamba compartilhasse dos mesmos anseios, o porquero incentiva o amigo a pedir o benefício, o qual Cedric certamente não negaria, pois sua coragem salvara o amo da morte. O bobo, que quase sempre é a figura mais sensata do romance, recusa o privilégio com uma justificativa desconcertante.

“- Não – disse Wamba. – Não penses que te invejo, amigo Gurth. O servo fica sentado junto à lareira, enquanto os homens livres vão para o campo de batalha. E, como bem disse Oldhelm de Malmsbury, ‘mais vale ser um bobo num festim do que um inteligente no campo de batalha’.”⁶⁹

Talvez fosse essa a conclusão de Mariana ao fim de sua conturbada aventura pelas ruas e câmara da corte. Mas a experiência junto à Sofia permaneceria latente na memória, e poderia influir de outro modo em escolhas futuras, provavelmente quando a liberdade lhe parecesse menos perigosa e mais vantajosa que seu confortável cativo.

¹ Sterne, Laurence. A vida e as opiniões do cavalheiro Tristram Shandy. Trad. José Paulo Paes. – 2ª ed. Corrig.- São Paulo: Cia das Letras, 1998. Vol. V, cap. 31, p. 373.

² Machado de Assis. Capítulo dos Chapéus. Obras Completas, Nova Aguilar, Vol. II, pp. 401-11. Textobase: Rio de Janeiro, B. L. Garnier, Livreiro-Editor, 1884.

³ Ver Fustel de Coulanges. A cidade antiga. Martins Fontes – São Paulo, 4ª ed., 1998. Livro II, cap. VIII. Contudo, essa afinidade com os antigos não era exclusividade do advogado carioca, encontramos a mesma

mentalidade no seu colega de profissão norueguês Torvald Helmer, o personagem da *Casa de Bonecas* de Ibsen, datada de 1879.

⁴ Não por acaso o abolicionismo foi umas das lutas do feminismo do século 19, entre outras “cruzadas morais” que as habilitaram a falar no espaço público sem a tutela masculina; em seu clássico estudo, Walkowitz sugere que o trabalho de resgate moral das prostitutas por parte das feministas inglesas surgiu de suas experiências nas campanhas abolicionistas ao longo do século XIX. Judith Walkowitz, Prostitution and Victorian Society. Women, class, and the state. New York: Cambridge University Press, 1980, 123-125. Mais recentemente, Louise Michele Newman delineou as raízes profundamente racistas e racializadas do movimento feminista norte-americano, relativizando uma suposta simpatia das mulheres brancas de classe média com os escravos negros, com base na opressão que ambos grupos sofreriam. Ver Louise Michele Newman, White Women’s Rights. The racial origins of feminism in the United States. New York: Oxford University Press, 1999. Ver também, sobre as conexões entre raça e gênero no pensamento evolucionista do século XIX, especialmente em contextos imperiais, Anne McClintock, Imperial leather: race, gender and sexuality in the colonial contest. New York: Routledge, 1995. Agradeço essa valiosa indicação bibliográfica a Cristiana Schettini Pereira.

⁵ Apud. Fustel Coulanges, Numa-Denis. A cidade antiga: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. 4ª ed., São Paulo – Martins Fontes, 1998. p. 87. A primeira edição desta obra de Coulanges é de 1864 e alcançou grande repercussão na época, sendo laureada pela Sorbonne. Machado de Assis possuía em sua biblioteca um exemplar da 6ª edição publicada pela Hachette et Cie de 1876. Acredito que elementos do patriarcalismo antigo, descritos por Coulanges, ajudaram na caracterização de certos aspectos da classe senhorial por Machado. Abordarei mais detidamente esta questão no capítulo 4 desta tese. Ver A Biblioteca de Machado de Assis. Org. José Luís Jobim. Rio de Janeiro – ABL/Topbooks, 2001, p. 38.

⁶ Sterne, Laurence. A vida e as opiniões do cavalheiro Tristram Shandy. Trad. José Paulo Paes. – 2ª ed. Corrig.- São Paulo: Cia das Letras, 1998. Vol. V, cap. 31, pp. 373-4.

⁷ Colhi essa informação assim como outras a respeito da reforma eleitoral em Sérgio Buarque de Holanda, O Brasil monárquico: Do Império à República, 4ª ed., São Paulo – Difel, 1985. Tomo 2, vol. 5. Ver p. 202. Como não consegui rastrear sua origem confio aqui no autor, que não identifica a fonte. Sobre as eleições no império, ver também: João Francisco Lisboa, Crônica política do Império. Introdução e seleção de Hildo Rocha, Rio de Janeiro – Francisco Alves, 1984. Souza, Francisco Belizário de. O sistema eleitoral no Império. (com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-89). Brasília – Senado Federal, 1979 (1ª ed. 1872). Graham, Richard, Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro – UFRJ, 1997.

⁸ Apud. Sérgio Buarque de Holanda. Do Império à República, p. 203.

⁹ Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 28 de Abril de 1879, pp. 753-55. A expressão “os barulhentos” é de um deputado que não está identificado nos anais.

¹⁰ Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 23 de Abril de 1879, pp. 689-92.

¹¹ Sobre o pretenso complô entre os conservadores e a coroa ver: Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 23 de Abril de 1879, p. 684.

¹² Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 28 de Abril de 1879, pp. 747-62.

¹³ Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 28 de Abril de 1879, p. 752.

¹⁴ É importante ressaltar que o próprio D. Pedro II não discordava da crítica geral sobre os vícios do sistema eleitoral. A diferença é que via na intervenção de seu poder pessoal uma forma de compensação. Buarque de Holanda observa que o imperador deixara subentendido, em várias ocasiões, que seu poder pessoal existia independentemente de sua vontade. Em nota ao livro de Tito Franco de Almeida, que atacava os excessos do “imperialismo”, Pedro II escreveria: “O que me quadra é o resultado indubitável de eleições livres. Estimarei que haja uma eleição, que faça cair um ministério para que na maioria saia o novo. Sempre falo no sentido da liberdade das eleições, e alguma cousa tenho conseguido. A boa nomeação de presidentes é o meu maior empenho, e os que eu souber que intervieram em eleições, nunca serão mais presidentes, se minha opinião prevalecer. Não digo que não tenha errado; mas o fundamento principal da acusação de Imperialismo provém do modo por que se fazem as eleições, para o qual tem concorrido a maior parte dos ministros das épocas eleitorais”. Almeida, Tito Franco de. O conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea. São Paulo – Cia Ed. Nacional, 1944. Nota 48, p. 100. No entanto, parece que a crença de que a política dependia quase que exclusivamente do arbítrio da Coroa era generalizada, embora ela tenha sido alimentada, ganhando cada vez mais força, pelos freqüentes desgostos dos chefes partidários, quando algum deles sofria algum revés. Mesmo o Conde d’Eu, certa vez, escrevera ao pai sobre a pequena importância dos partidos ou políticos no poder, uma vez que o imperador tinha as condições de impor sua

vontade. Em outra ocasião, comentara em carta a Jules Gauthier: “no Brasil, as eleições se fazem de um modo muito diverso do que na França, ou melhor, constituem simples mascaradas que já não iludem ninguém”. Ver Sérgio Buarque de Holanda. Do Império à República. *O sorites imperial*, pp.187-92.

¹⁵ Ver Sérgio Buarque de Holanda. Do Império à República, p.223-5.

¹⁶ Os pretensos benefícios da reforma eleitoral, implementada pelo 28 de março de 1880, como o de eliminar as constantes dissoluções da Câmara, sempre com o intuito de se compor outras que fossem inteiramente favoráveis aos ministérios, não se concretizariam. Já no ano de 1885, com a sucessão dos gabinetes Dantas, Saraiva e Cotegipe, retornava-se aos velhos tempos das mascaradas eleitorais. Sérgio Buarque de Holanda. Do Império à República. *A experiência da eleição direta*, pp.243-45.

¹⁷ Nabuco, Joaquim, O Abolicionismo. Cap. II. Sobre o partido republicano Nabuco comenta: “O abolicionismo afetou esse partido de um modo profundo, e a nenhum fez tanto bem. Foi a lei de 28 de setembro e a idéia, adrede espalhada entre fazendeiros, de que o imperador era o chefe do movimento contra a escravidão, que de repente engrossou as fileiras republicanas com uma leva de voluntários saídos de onde menos se imaginava. A *República* compreendeu a oportunidade dourada que se lhe oferecia, e não a desprezou; o partido, não falo da opinião, mas da associação, aproveitou largamente as simpatias que lhe procurava a corajosa defesa, empreendida notavelmente pelo sr. Cristiano Ottoni, dos interesses da grande propriedade.” A respeito dos dois partidos constitucionais, Nabuco é ainda mais incisivo: “Nenhuma opinião remotamente distante do governo pode ostentar o pessoal numeroso dos dois partidos que se alternam no exercício do patronado e na guarda do cofre das graças, distribuem empresas e favores, e por isso têm em torno de si, ou a suas ordens e sob seu mando – num país que a escravidão empobreceu e carcomeu -, todos os elementos dependentes e necessitados da população. Isso mesmo caracteriza a diferença entre o abolicionismo e os dois partidos constitucionais: o poder destes é, praticamente, o poder da escravidão toda, como instituição privada e como instituição política; o daquele é tão-somente o poder das forças que começam a rebelar-se contra semelhante monopólio – da terra, do capital e do trabalho – que faz da escravidão um estado no Estado, cem vezes mais forte do que a própria nação.” Op. cit, pp. 7-11.

¹⁸ Visconde do Uruguai, Ensaio sobre o direito administrativo. In Coleção Formadores do Brasil, organização e introdução de José Murilo de Carvalho – São Paulo: Ed. 34, 2002. Conferir a introdução de Murilo de Carvalho e especialmente os caps. 1 a 7. Sobre Guizot ver Rosanvalon, Pierre. Le moment Guizot. Paris – Gallimard, 1985.

¹⁹ Na crônica d’*A semana* de 18 de março de 1896, Machado de Assis faz uma interessante comparação entre o Estado e a família, ao lembrar uma definição do presidente democrata Cleveland, que se opunha ao protecionismo e ao poder dos partidos políticos: “Talvez algum americanista, exaltado ou não, ainda se lembre da palavra de Cleveland quando pela segunda vez assumiu o governo dos Estados Unidos. A palavra é *paternalismo* e foi empregada para definir o sistema dos que querem fazer do governo um pai. Cleveland condena fortemente esse sistema; mas ele nada pode contra a natureza. O Estado não é mais que uma grande família, cujo chefe deve ser pai de todos”(grifo no original). Ver, *Obras Completas*, p. 698-700.

²⁰ O constrangimento e a vergonha que a escravidão causava em certos representantes do país são assinalados, em diversos momentos, por Joaquim Nabuco n’O Abolicionismo. Ver, por exemplo, o cap. VI e o cap. XII, especialmente a nota 2.

²¹ Joaquim Nabuco, O Abolicionismo. Cap. 1, p.1

²² Ver Joaquim Nabuco, Minha Formação. 10ª ed. Brasília – Ed. UNB, 1981. Capítulo 21, A abolição.

²³ Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 5 de março de 1879, pp. 191-6.

²⁴ Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 5 de março de 1879, p. 196.

²⁵ Joaquim Nabuco, O Abolicionismo. Cap. XVII, p. 164.

²⁶ Davis, David Brion, O problema da escravidão na cultura Ocidental. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²⁷ Ver Joaquim Nabuco, O Abolicionismo. Cap. X.

²⁸ “Nenhum de nós pode aspirar à glória pessoal, porque não há glória no fim do século XIX em homens educados nas idéias e na cultura intelectual de uma época tão adiantada como a nossa, pedirem a emancipação de escravos”. Joaquim Nabuco, O Abolicionismo. Cap. XVII, p. 171.

²⁹ Sterne, Laurence. A vida e as opiniões do cavalheiro Tristram Shandy. Trad. José Paulo Paes. – 2ª ed. Corrig.- São Paulo: Cia das Letras, 1998. Vol. V, cap. 31, p. 374.

³⁰ Scott, Walter. Ivanhoé. São Paulo - Nova Cultural, 2003. Trad. Roberto N. Witaker.

³¹ Scott, Walter. Ivanhoé. São Paulo - Nova Cultural, 2003. Trad. Roberto N. Witaker. Cap. I, p. 14.

³² Scott, Walter. Ivanhoé. São Paulo - Nova Cultural, 2003. Trad. Roberto N. Witaker. Cap. III.

- ³³ Sterne, Laurence. A vida e as opiniões do cavalheiro Tristram Shandy. Trad. José Paulo Paes. – 2ª ed. Corrig.- São Paulo: Cia das Letras, 1998. Vol. I, cap. 20, pp. 89-90.
- ³⁴ Flaubert, Gustave. Madame Bovary. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo- Nova Cultural. 2002. Ver Primeira Parte, cap. 9, p. 72.
- ³⁵ Flaubert, Gustave. Madame Bovary. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo- Nova Cultural. 2002. Ver Segunda Parte, cap. 7, pp. 151-2.
- ³⁶ Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 28 de Abril de 1879, p. 759.
- ³⁷ Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 23 de Abril de 1879, p. 680.
- ³⁸ Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 15 de Abril de 1879, p. 492 e Sessão de 17 de Abril, p. 557.
- ³⁹ Joaquim Nabuco, O Abolicionismo. Cap. I, p. 04. Conferir também a citação anterior, referente ao cap. XVII, p. 164.
- ⁴⁰ Joaquim Nabuco, O Abolicionismo. p. 21. Não consegui identificar de que obra de Scott é retirada essa frase.
- ⁴¹ Ver Marinho de Azevedo, Célia. Irmão ou Inimigo: O escravo no imaginário abolicionista dos EUA e do Brasil. Revista USP - São Paulo, número 28, Dezembro/Fevereiro 95/96.
- ⁴² Joaquim Manoel de Macedo, As vítimas-algozes. Quadros da escravidão. Rio de Janeiro, Typ. Americana, 1869, vol. 2, pp. 30-1.
- ⁴³ Chalhoub, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo – Cia das Letras, 2003, especialmente capítulo 4. Ver também Silva, Sílvia Cristina Martins de Souza e, “Idéias encenadas: uma interpretação de *O demônio familiar*, de José de Alencar”, dissertação de mestrado em História, Unicamp, 1996.
- ⁴⁴ Joaquim Nabuco, O Abolicionismo, p. 20.
- ⁴⁵ Para quem se lembra da Sofia do *Quincas Borba*, não há de vacilar em reconhecer nesta de 1883 traços da genética psíquica daquela de 1891. Ver *Quincas Borba*, Cap. XXXV. Quanto à semelhança com Capitu, bastará lembrar do método recomendado à Mariana para subtrair-se à tirania, “não convinha ir logo de um salto, mas devagar, com segurança”, à maneira dos “saltinhos” da amiga de infância de Bento Santiago.
- ⁴⁶ Diderot, Denis. Suplemento à viagem de Bougainville. In Diderot: Obras II – Estética, poética e contos. Trad. J. Guinsburg, São Paulo – Perspectiva, 2000, pp. 304-5.
- ⁴⁷ José Bonifácio, Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 28 de Abril de 1879, p. 758.
- ⁴⁸ José Bonifácio, Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 28 de Abril de 1879, p. 759.
- ⁴⁹ José Bonifácio, Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 28 de Abril de 1879, p. 755.
- ⁵⁰ Sérgio Buarque de Holanda. Do Império à República. p.218-22.
- ⁵¹ Sérgio Buarque de Holanda. Do Império à República. p.222.
- ⁵² José Bonifácio, Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 28 de Abril de 1879, p. 748 e 752.
- ⁵³ As expressões são de Joaquim Nabuco, Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 29 de Abril de 1879. Ver o comentário de Sérgio Buarque de Holanda em Do Império à República, p.223.
- ⁵⁴ É certo que muitas das opiniões de parlamentares do Império eram contraditórias e inconsistentes. Talvez porque se preocupassem mais com exercícios de oratória e em agradar a seus benfeitores do que com o conteúdo e a coerência das idéias, coisas do ofício e da espécie. Ainda assim, certas expressões não deixam de ilustrar aspectos da mentalidade da classe a qual pertenciam. Um exemplo de que a contradição não é problema em política foi dado pelo deputado Belfort Duarte, cujo discurso Buarque de Holanda destaca no item *Um “liberal” contra a igualdade*. A certa altura, pressionado por Nabuco, o representante do Maranhão não hesitaria em afirmar que da Revolução Francesa resultara o “princípio da igualdade, que é o maior perigo que se encontra na sociedade”. Do Império à República, p.210.
- ⁵⁵ José Bonifácio, Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 28 de Abril de 1879, p. 761.
- ⁵⁶ Jerônimo Sodré, Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 5 de Março de 1879, p. 191.
- ⁵⁷ Jerônimo Sodré, Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 5 de Março de 1879, p. 194.
- ⁵⁸ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 21 de Fevereiro de 1879, p. 66. Joaquim Nabuco reproduz em nota o argumento que Lafayette Rodrigues usou para tranquilizar os senadores que duvidavam da eficácia da prisão celular: “Hoje está reconhecido que não há pessoa ainda a mais robusta que possa resistir a uma prisão solitária de 10 a 12 anos, o que quase equivale a uma nova pena de morte”. Ver O Abolicionismo, Cap. XII, nota 5.
- ⁵⁹ Chalhoub, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo – Cia das Letras, 1990. Na nota 13 do cap. 3, *Cenas da cidade negra*, Chalhoub reproduz o seguinte trecho de um despacho da presidência da província do Rio de Janeiro de 1876, sobre a pena de galés: “[...] é um melhoramento da condição servil. Os escravos assassinam para serem condenados a galés, como consta de

informações oficiais. Todos os dias se registra a imprensa assassinatos de senhores por seus escravos, que são arrastados aos crimes, não pelos maus tratos que têm desaparecido de nossos hábitos, mas pelo desgosto da condição, pelo natural desejo de melhorar dela; e sem dúvida alguma melhoram, porque deixam de ser obrigados ao trabalho – e, quando condenados a galés perpétuas, i.é., quando matam seus senhores e feitores, adquirem uma quase liberdade, que em tanto importa a certeza de não voltarem ao cativo e a esperança de liberdade completa – pelo perdão ou remissão, aliás não difícil, de parte da pena! Esta pois não é em relação ao escravo um mal, infligido como punição; parecendo, pelo contrário, um bem conferido como recompensa”. Apud. Chalhoub, Sidney, op. cit., p. 268.

⁶⁰ Chalhoub, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo – Cia das Letras, 1990. Ver cap. 3 - *Cenas da cidade negra*. São interessantes ainda os estudos destacados e comentados por Chalhoub sobre a escravidão urbana, principalmente as obras de Richard Waden, Slavery in the cities: the south, 1820 –1860. Londres/Nova York – Oxford University Press, 1964. Barbara Jeanne Fields, Slavery and freedom on the Middle Ground: Maryland during the nineteenth century. Londres/New Haven – Yale University Press, 1985. Claudia Goldin, Urban slavery in the American South, 1820-1860: a quantitative history. Chicago – University of Chicago Press, 1976.

⁶¹ Ferreira de Rezende, Francisco de Paula. Minhas recordações. Belo Horizonte – Itatiaia; São Paulo – Ed. USP, 1988. Cap. LIV, pp. 428-29.

⁶² Ferreira de Rezende, Francisco de Paula. Minhas recordações. Belo Horizonte – Itatiaia; São Paulo – Ed. USP, 1988. Ver caps. LIII e LIV.

⁶³ Ver Bethell, Leslie. A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. São Paulo: Edusp, 1976.

⁶⁴ A respeito da relação entre a atração que os grandes centros urbanos exerciam sobre os espíritos femininos e as possibilidades de uma maior liberdade para as mulheres, seria interessante considerar o conto *Três Conseqüências*, de 1883, em que uma jovem viúva rica do interior, D. Mariana Vaz, novamente o nome é sugestivo, recusa a se casar outra vez, até que visita a corte, conhece a Rua do Ouvidor e seu pretendente aceite morar na cidade do Rio de Janeiro.

⁶⁵ Quincas Borba, cap. XXXV.

⁶⁶ Scott, Walter. Ivanhoé. São Paulo - Nova Cultural, 2003. Trad. Roberto N. Witaker. Cap. I, p. 12.

⁶⁷ Scott, Walter. Ivanhoé. São Paulo - Nova Cultural, 2003. Trad. Roberto N. Witaker. Cap. I, p. 12.

⁶⁸ Scott, Walter. Ivanhoé. São Paulo - Nova Cultural, 2003. Trad. Roberto N. Witaker. Cap. I, p. 11-2 e 43.

⁶⁹ Scott, Walter. Ivanhoé. São Paulo - Nova Cultural, 2003. Trad. Roberto N. Witaker. Cap. XXXIII, pp. 321-2.

Capítulo IV

O estômago da alma.

“Nisto entra um galo. O galo é um maometano vadio, relógio certo, cantor medíocre, ruim vianda. Entra o galo e faz com a cigarra um concerto de vozes, que me acorda inteiramente. Sacudo a preguiça, colijo os trechos de sonho que me ficaram, se algum tive, e fito o dossel da cama ou as tábuas do teto. Às vezes fito um quintal de Roma, de onde algum velho galo acorda o ilustre Virgílio, e pergunto se não será o mesmo galo que me acorda, e se eu não serei o mesmíssimo Virgílio. É o período de loucura mansa, que em mim sucede ao sono. Subo então pela Via Àppia, dobro a Rua do Ouvidor, esbarro com Mecenas, que me convida a cear com Augusto e um remanescente da Companhia Geral. Segue-se a vez de um passarinho, que me canta no jardim, depois outro, mais outro. Pássaros, galo, cigarra, entoam a sinfonia matutina, até que salto da cama e

abro a janela.

Bom dia, belo sol!...”¹

Velha casa patriarcal.

Em *Casa Velha*, conto publicado no periódico *A Estação* entre janeiro de 1885 e fevereiro de 1886, chama a atenção uma passagem em que o narrador descrever “o pequeno mundo” governado com “muita discrição, brandura e justiça” por D. Antônia, viúva de um ex-ministro de Pedro I.

“Casa, hábitos, pessoas davam-me ares de outro tempo, exalavam um cheiro de vida clássica. Não era raro o uso de capela particular; o que me pareceu único foi a disposição daquela, a tribuna de família, a sepultura do chefe, ali mesmo, ao pé dos seus, fazendo lembrar as primitivas sociedades em que florescia a religião doméstica e o culto privado dos mortos. [...] Com efeito, a casa era uma espécie de vila ou fazenda, onde os dias, ao contrário de um rifão peregrino, pareciam-se uns com os outros; as pessoas eram as mesmas, nada quebrava a uniformidade das cousas, tudo quieto e patriarcal.”²

John Gledson abordou *Casa Velha* como um elo fundamental para a compreensão de *Dom Casmurro*. Esse conto, que em vários aspectos anuncia a obra prima posterior, teria sido o ensaio mais ambicioso em que Machado procurou articular o enredo ficcional a um tema político e histórico. Assim como as memórias de Bento Santiago derivam diretamente de *Brás Cubas* e *Quincas Borba* quanto à “técnica narrativa”, com respeito à trama, elas descendem dos primeiros romances. Conforme observou Gledson, *Casa Velha* se apresenta como a primeira tentativa de fusão destas duas correntes. O drama familiar que data do ano de 1839, centrado no interdito que pesa sobre o amor entre o filho herdeiro (Félix) e a agregada (Lalau), refletiria o drama político que culminou com a Maioridade. O crítico interpreta as manobras da matriarca D. Antônia, para impedir a união indigna de seu filho, como expressão da reação da oligarquia à experiência republicana da Regência. Período que a classe dominante percebera como uma ameaça de caos e desordem social, tratando de empreender a política do *regresso* conservador para *frear o carro revolucionário*.³

Quanto ao trecho acima citado, Gledson o destaca como exemplo notável de que Machado “levava suas especulações sobre a natureza da sociedade e a família até um nível antropológico, comparando a família ampliada a uma tribo primitiva, em seu reduto autoprotetor”.⁴ Realmente é um parágrafo curioso e parece destoar um pouco da descrição geral da casa que encarna o *ancien régime*, pois que fora construída pelo avô de D. Antônia em 1780, depois que voltara da Europa - “donde trouxe idéias de solar e costumes fidalgos”. Do avô e da mãe é que aquela filha de Minas Gerais, criada no Rio de Janeiro, herdara uma “pontazinha de orgulho” que lhe quebrava a “unidade da índole, essencialmente chã”. Nhãtonia trazia sempre na lembrança o que lhe dissera este mesmo avô “com um modo muito sério”, quando ainda mocinha, impressionada e com medo, teve de encarar e cumprimentar o rei que aportara no Rio de Janeiro: “Menina, uma Quintanilha não treme nunca!”⁵

Os enquadramentos sobrepostos no retrato do “pequeno mundo” de *Casa Velha*, que misturam motivos de uma sociedade primitiva aos da antiguidade clássica e da aristocracia européia, perdem seu ar arbitrário e ganham um realce inesperado se relacionarmos o comentário em destaque ao famoso livro de Fustel de Coulanges. A cidade antiga teve sua primeira edição publicada no ano de 1864, Machado possuía em sua biblioteca a sexta edição da livraria Hachette et Cie de 1876. No subtítulo da obra se

entrevê a perspectiva da análise: *Étude sur le culte, le droit, les institutions de Grèce e de Rome...*; já a introdução não deixa dúvidas sobre o ponto de partida: *Da necessidade de estudar as mais velhas crenças dos antigos para conhecer as suas instituições*. O que aproxima esse estudo da observação sobre a capela particular e o túmulo do patriarca no conto é justamente o argumento principal da tese de Coulanges, que parte dos indícios de “crenças primitivas” encontradas na história indo-européia sobre a alma e a morte para narrar o florescimento, a força e a influência da religião doméstica na formação e desenvolvimento das instituições familiares, jurídicas e políticas da antiguidade. O culto dos deuses domésticos, chamados *lares* ou *penates*, que representariam os antepassados das famílias aristocráticas, assume um papel fundamental na compreensão do direito, da ordem social e da história greco-latina.

“Cada família tinha o seu túmulo, onde os seus mortos repousavam juntos, um após o outro. Todos os do mesmo sangue deviam ser enterrados ali, com exclusão de toda e qualquer pessoa de outra família. Ali se celebravam as cerimônias e se festejavam os aniversários. Cada família julgava ter ali os seus sagrados antepassados. Em tempos muito antigos, o túmulo estava no próprio seio da família, no centro da casa, não longe da porta, ‘a fim de que’, cita um antigo, ‘os filhos, tanto ao entrar como ao sair de sua casa, encontrem sempre a seus pais, e, de que cada vez que o façam, lhes dirijam uma invocação’. Deste modo, o antepassado vivia no grêmio dos seus familiares; invisível, mas sempre presente, continuava fazendo parte da família, nesta sendo sempre o pai. Imortal, propício, divino, interessava-se pelo que tinha deixado de mortal sobre a terra; conhecia as suas necessidades, ajudava os seus nas suas fraquezas. E o homem ainda vivo, o que trabalhava, o que, no dizer dos antigos, não tinha ainda se divorciado da existência, esse tinha sempre junto de si, como seus guias e auxiliares, a seus próprios pais. No meio das suas dificuldades, invocava-os pela sua antiga sabedoria; nas ocasiões de perigo, suplica-lhes o seu auxílio; depois da falta, implora-lhes o perdão.”⁶

Essa passagem nos faz pensar na freqüente ausência física do pai na ficção machadiana e na sua suposta presença sobrenatural e influência de além-túmulo sobre o destino de sua família, recurso que Schwarz assinalou como estratégia do escritor para abordar a ação do poder patriarcal sobre os subordinados e que Gledson desenvolveu em sua análise.⁷ No entanto, se Machado encontrou na tese de Coulanges um respaldo histórico

para sua crítica, ele provavelmente não recorreu a ela apenas para dar um colorido clássico ao mundo da oligarquia escravista. Suspeito que seu interesse ultrapassasse uma aproximação superficial entre o universo senhorial e o da aristocracia antiga. O que nos convida a refletir sobre o emprego desse anacronismo é que, com seu estudo, Coulanges pretendia justamente estabelecer uma distinção profunda entre o passado e o presente. Na introdução de sua obra o historiador declara que, além de mostrar os princípios e as regras que governaram a sociedade grega e a romana, seu principal esforço foi o de evidenciar “as diferenças radicais e essenciais que, para sempre, hão de distinguir estes povos antigos dos da sociedade moderna”.

“O nosso sistema de educação obrigando-nos a viver desde a infância na tradição dos gregos e dos romanos, habituou-nos a compará-los sempre conosco, a julgar a sua história pela nossa e a explicar as nossas revoluções pelas deles. Tudo o que de gregos e romanos conservamos e por estes nos foi legado faz-nos ver quanto a estes povos nos assemelhamos; pesa-nos, pois, ter de considerá-los como povos estrangeiros; e assim, a estes, quase sempre, os interpretamos como a nós mesmos. Deste modo de ver procedem inúmeros erros. Enganamo-nos redondamente quando só apreciamos estes povos antigos através de opiniões e à luz de fatos do nosso tempo.

Esta noção errada da matéria tem seus perigos. A idéia formada sobre Grécia e Roma muitas vezes perturba as nossas gerações. Por uma observação errada das instituições da cidade antiga, imagina-se poder fazê-las reviver entre nós nas leis da atualidade. Iludem-se, assim, quanto à noção de liberdade que tiveram os antigos e destarte a liberdade entre os modernos tem corrido os seus riscos. Os nossos últimos oitenta anos mostram-nos claramente como uma das grandes dificuldades a opor-se à marcha da sociedade moderna está neste nosso inveterado costume de termos a Antiguidade grega e romana sempre diante dos olhos.”⁸

Tais considerações seguramente não escapariam a Machado de Assis e, no geral, poderiam ser aplicadas à percepção da elite brasileira do oitocentos, que adorava se mirar e se maquilar em uma *psyché* francesa. Nota-se que Coulanges insere sua obra em uma ampla discussão política. Os “últimos oitenta anos”, considerando-se o ano da primeira edição, levam a 1784 e demarcam um período que abarca a Revolução Francesa, Primeiro Império, Restauração, Monarquia de Julho, Segunda República e o Segundo Império. Não é meu

propósito aqui entrar no debate sobre a apropriação da antiguidade clássica por revolucionários e contra-revolucionários, ou discutir a posição particular do autor, minha intenção é focalizar a denúncia desta *imitatio perversa* do passado.⁹

Ao apoiar minha análise sobre a obra de Fustel de Coulanges, não estou querendo exagerar sua influência sobre a ficção de Machado, o que seria difícil sustentar. Utilizo-me d' A cidade antiga simplesmente porque ela enfoca aspectos do patriarcalismo sob uma perspectiva histórica do século XIX, o que permite distinguir, comparar e avaliar as alusões à ordem antiga no romance *Dom Casmurro*. Ao que parece, a obra de Coulanges visava criticar algumas idéias sobre a antiguidade clássica de certos socialistas e democratas radicais que viam na democracia grega e no politeísmo helênico, exemplos para as sociedades modernas. Contudo, não fica claro qual a posição política de seus interlocutores, partidários das mais diversas concepções buscaram legitimidade política nos modelos clássicos. Há de se ressaltar que a história das instituições e do direito abordadas por Coulanges, obviamente, dizem respeito ao universo das aristocracias greco-latinas.¹⁰

Encontramos alguns traços essenciais da mentalidade antiga nas memórias de Bento Santiago. Esse espelhamento histórico pode ser visto como um dos artifícios da oligarquia senhorial para saciar a avidez pela legitimação de sua superioridade e assegurar a base moral de seu domínio. Minha hipótese é a de que Machado viu nesta imitação um elemento de *farsa* e, em certos momentos, de *perturbação* mental de seus atores.

Pietà.

Em *Dom Casmurro* as referências à antiguidade clássica e ao patriarcalismo são notáveis. Mas, se em *Casa Velha* o culto do patriarca e a religião doméstica se explicitam através de um pequeno comentário do padre-narrador, no romance essas crenças se apresentam de forma mais integrada e diluída.

A personalidade de D. Glória é o primeiro indício do apego da família Santiago aos hábitos dos antigos. Ela ficara viúva aos trinta e um anos de idade e, ao invés de voltar para Itaguaí, “preferiu ficar perto da igreja” em que fora sepultado o marido. Tratou de vender a fazenda e os escravos, investindo em outros que pôs ao ganho ou alugou, comprou uma porção de prédios na corte, apólices e se instalou de vez na casa de Matacavalos, “onde

vivera os dois últimos anos de casada”, ou seja, entre 1844 e 1846. Em 1857, quando nos é apresentada pelo filho casmurro, D. Maria da Glória Fernandes Santiago contava quarenta e dois anos e, embora fosse ainda “bonita e moça”, teimava em ocultar o que escapara à ação do tempo. Escondia-se em um “eterno vestido escuro, sem adornos, com um xale preto” nos ombros dobrado em triângulo e seguro ao peito por um camafeu. Usava os cabelos, em bandós, presos sobre a nuca por um velho pente de tartaruga ou por uma touca branca de folhos. Andava pela casa com “sapatos de cordovão rasos e surdos”, de manhã até a noite, vigiando e orientando todos os serviços domésticos.¹¹

D. Glória age como uma eterna viúva, sua fidelidade, ao que parece, supera a morte do esposo. Representa ser uma mulher isenta de vontade própria, cumpre estritamente seus deveres domésticos e restringe sua vida ao lar e a igreja. Lembra, em seu exemplar conformismo, a Mariana do *Capítulo dos Chapéus*, com a grande diferença de que descende de uma família com um sobrenome digno de ser mencionado: “Era filha de uma senhora mineira, descendente de outra paulista, a família Fernandes”. Sendo assim, do ponto de vista da classe social, a mãe de Bentinho fraterniza mais adequadamente com D. Antônia, uma Quintanilha, filha de Minas Gerais com parentes em São Paulo. Por outro lado, no que diz respeito à veneração pelo esposo, é com a mãe de Brás Cubas que ela melhor se assemelha. Segundo Brás, sua mãe “era uma senhora fraca, de pouco cérebro e muito coração, assaz crédula, sinceramente piedosa, - caseira, apesar de bonita, e modesta, apesar de abastada; temente às trovoadas e ao marido. O marido era na Terra o seu deus.”¹²

As atitudes de D. Maria da Glória sugerem uma devoção mais intensa pelo seu deus doméstico, uma vez que passara pela provação da viuvez ainda jovem, condição que estendeu até o túmulo. No capítulo sobre a velha sege de seu pai, Santiago retrata com os devidos tons melancólicos o minucioso culto que sua mãe prestava à memória do esposo. A sege com duas rodas era velha e obsoleta, estreita e curta. Tinha a propriedade de não permitir às pessoas de fora que vissem quem vinha dentro, fechava-se na frente com duas cortinas de couro, cada qual com um óculo de vidro, o que deixava aos de dentro a opção e o prazer de “espiar para fora”. D. Glória a conservou o mais que pode, não sabemos se junto com o cocheiro, Pai João, velho escravo da família, “tão velho como a sege”. A carruagem se adequava tão bem “a vida recôndita” da mãe de Bento, que quando já não mais havia nenhuma outra na cidade, ela continuou seu uso. Ficara conhecida na rua e no

bairro pela “sege antiga”. Só mais tarde D. Glória a deixou de lado, “sem a vender logo”, vindo a abrir mão da relíquia quando “as despesas de cocheira a obrigaram a isso”.

“A razão de a guardar inútil foi exclusivamente sentimental; era a lembrança do marido. Tudo o que vinha de meu pai era conservado como um pedaço dele, um resto da pessoa, a mesma alma integral e pura. Mas o uso, esse era filho também do carrancismo que ela confessava aos amigos. Minha mãe exprimia bem a fidelidade aos velhos hábitos, velhas maneiras, velhas idéias, velhas modas. Tinha o seu museu de relíquias, pentes desusados, um trecho de mantilha, umas moedas de cobre datadas de 1824 e 1825, e, para que tudo fosse antigo, a si mesma se queria fazer velha; mas já deixei dito que, neste ponto, não alcançava tudo o que queria.”¹³

Ao tratar da autoridade na família antiga, Coulanges explica que todo o poder paterno provinha dos preceitos da religião doméstica. As crenças estabelecidas em torno do *lar*, ou seja, do altar doméstico que representava os ancestrais, teriam exercido profunda influência no modo de pensar e de agir dos gregos e romanos, determinando o lugar e a função de cada um dentro do círculo familiar. Basicamente, a família se compunha do pai, da mãe, dos filhos e dos escravos. Por mais restrito que fosse o grupo, ele derivava sua disciplina do culto dos antepassados. O pai era o primeiro junto ao *lar*, o sumo pontífice, ele o acendia e conservava, pois representava a cadeia dos descendentes. A família e o culto só se perpetuavam por seu intermédio. A mulher não se colocava em posição tão elevada porque sua religião não advinha do nascimento, sendo adquirida por meio do matrimônio. A oração que pronunciava junto ao *lar* aprendera de seu marido. Ela não pode representar os ancestrais porque não descende deles. Na vida e na morte a mulher sempre seria considerada parte integrante de seu esposo, mas nunca teria um *lar* para si, nunca seria chefe de um culto. Tanto as leis gregas como as romanas se pautavam pela mesma regra de ouro patriarcal, mencionada no capítulo anterior: a mulher nunca deve governar-se à sua vontade. Quando se tornava viúva, ela não podia voltar para sua própria família, pois renunciara, para sempre, ao *lar* de seu pai pelo casamento. A viúva devia se submeter aos seus próprios filhos, se os tivesse, na falta destes, ficava sob a tutela dos parentes mais próximos do marido.¹⁴

Se não se igualava ao homem em autoridade no culto doméstico, os antigos concediam à mulher, ao menos, igual dignidade. Latinos, gregos e hindus atribuíam às esposas títulos idênticos ao do marido. Na Roma antiga, por exemplo, dizia-se *paterfamilias* e *materfamilias*, é claro que a mulher perdia a denominação quando enviuvava. Contudo, a esposa tinha um papel fundamental na religião doméstica, era encarregada de vigiar para que o fogo sagrado não se extinguísse e devia zelar para que o mesmo se conservasse puro. O que certamente significava garantir filhos legítimos ao seu marido. O adultério era considerado o mais abominável dos crimes, pois quebrava a cadeia dos descendentes, profanava o culto, tornava o *lar* impuro e convertia toda oferenda aos antepassados em impiedade.¹⁵

É claro que os Santiago não reproduzem fielmente os preceitos antigos, mas não há como negar que se pautam por eles. John Gledson destacou vários detalhes que evidenciam que Machado concebeu a família de Bentinho como uma paródia da Sagrada Família, que acusa a subversão de valores considerados cristãos como a humildade, a compaixão e a caridade para com o próximo. Tal paródia já havia sido ensaiada em *Casa Velha*, onde D. Antônia e o padre-narrador fazem às vezes de uma “Virgem mãe” e de um padrasto que cooperam para o martírio e sacrifício do filho “para salvar, não a humanidade, mas os estreitos interesses de uma classe”.¹⁶ Um dos indícios que levam a mesma conclusão quanto ao romance seria o próprio nome de Maria da Glória, que remete à “Virgem coroada, rainha e triunfante”, “a legítima deidade católica”, segundo a visão de D. Antônia, oposta à “virgem foragida e caída nas palhas de um estábulo”.¹⁷ É certo que essa referência assinala igualmente a sujeição dos princípios altruístas a outros que pertenceriam, mais propriamente, à religião patriarcal. A imagem de D. Glória se assemelha a uma *Pietà* e, como tal, mistura traços do patriarcalismo ao do cristianismo, sintetizando bem a feição tradicional da Igreja romana. Maria da Glória imita o ideal da virgem que se dedica a amparar o filho no seu inevitável sacrifício e à devoção ao Pai eterno, realizado em seu próprio marido, cuja vontade é onipotente.¹⁸ As virtudes domésticas foram as mais valorizadas entre os antigos e a todas elas deram o nome de *pietade*. Entre os romanos, as principais eram a obediência do filho ao pai e o amor consagrado à mãe: *pietas erga parentes*; o afeto do pai pelo filho e a ternura da mãe: *pietas erga liberos*.¹⁹

O que mais revela a face antiga dos Santiago é o seu isolamento que, segundo Fustel de Coulanges, moldara na antiguidade uma moral acanhada, que excluía aqueles que eram estranhos ao *lar* e fazia pouco caso da caridade. A questão é que, na antiguidade, os sentimentos, afetos e obrigações morais estariam presos às crenças que faziam da religião uma instituição doméstica, daí o caráter sagrado e exclusivista da família.²⁰ Ao transportar tais características para o clã Santiago, Machado explicita uma perversão, uma vez que, a religião já não é mais restrita ao “pequeno mundo” doméstico e não deveria servir a interesses particulares e a manutenção de privilégios de classe.

A confusão dos valores religiosos está implícita no episódio em que o casmurro santifica a própria mãe. Com alguma dificuldade, Bento fez com que se gravasse na lápide da sepultura de D. Glória a inscrição: *Uma santa*, sem qualquer outra indicação de nome, filiação ou data. O pedido causara estranheza ao escultor e o administrador do cemitério tratou de consultar o vigário da paróquia. Este último chegou a ponderar que as santas ficavam “no altar e no céu”, ao que Santiago respondeu que ele não queria dizer que naquele túmulo repousava “uma canonizada”. Sua intenção era indicar com o termo “uma definição terrena de todas as virtudes que a finada possuiu em vida”. Tanto que não lhe escreveria o nome para conservar póstuma uma de suas qualidades, a modéstia. Além do mais, concluía Bento, “quem se importará com datas, filiação, nem nomes, depois que eu acabar?”²¹

Dentre as particularidades das crenças primitivas, Coulanges assinala a de que a morte não era vista como uma decomposição do ser, e sim como simples mudança de vida, sendo a sepultura a nova morada. Os gregos chamaram *demônios*, ou *heróis*, as almas humanas divinizadas pela morte, enquanto os latinos as denominaram *lares*, *manes*, *gênios* e *penates*. Estes santos antigos se diferenciam dos santos cristãos precisamente porque seu altar não era público e sua habitação eterna era o próprio túmulo. O culto era reservado aos que estavam unidos pelos laços de sangue ou que haviam penetrado no seio familiar segundo os ritos da adoção.²² Nesta religião doméstica, não se invocava a divindade em favor dos outros, as preces estavam sempre voltadas para si e para os seus. Como vestígio deste isolamento das famílias na oração, Coulanges destaca um antigo provérbio grego, ainda usado no tempo de Plutarco para repreender ao egoísta: “Tu sacrificas no lar”. O que

significava: “Afaste-te dos teus concidadãos, não tens amigos, os teus semelhantes não são para ti coisa alguma, tu só vives para ti e para os teus”.²³

O principal aspecto que aproxima os Santiago da mentalidade antiga é o cultivo dos valores dimanados das crenças da aristocracia greco-latina. A intenção de Machado ao recorrer a este suporte histórico, provavelmente era caracterizar o ambiente egoísta e o estreito horizonte moral e afetivo em que Bentinho fora criado. Encontramos, assim, as raízes profundas da *casmurice* do narrador, na misantropia de seu pequeno círculo doméstico.

O Lar e as franjas.

Um elemento que ajuda a ampliar as implicações da perspectiva proposta acima, é o *lar* doméstico dos Santiago. Nas memórias do Casmurro, a casa da família é de importância vital. Reconstruída conforme as lembranças do narrador, ela simboliza a tentativa de reviver o passado, “atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência”. O prédio assobradado é feito de forma a reproduzir em tudo, “aspecto e economia”, o antigo de Matacavalos. Na sala principal, as mesmas pinturas no teto e nas paredes ajudam a “reconstituir os tempos idos” - grinaldas de flores miúdas com grandes pássaros a levá-las em seus bicos, as figuras das estações nos quatro cantos e, ao centro de cada parede, os medalhões de César, Augusto, Nero e Massinissa.²⁴

Qual o motivo desta obsessão pela antiga casa paterna, recuperar o paraíso perdido da infância? Recorro, mais uma vez, à obra de Coulanges em busca de auxílio para tentar compreender as esquisitices do velho Santiago. O historiador observa que a casa, para os antigos, era ao mesmo tempo templo e túmulo. Nela celebravam seu culto e encontravam seus deuses, através dela se perpetuava sua família.

“O seu lar é um deus, do mesmo modo que as paredes, as portas e a soleira são deuses, e ainda deuses são os marcos que rodeiam seu campo. O túmulo é altar e os seus antepassados são seres divinos”.²⁵

Sendo a propriedade inerente à religião doméstica, e vice-versa, ela se encontrava de tal forma incorporada à família que o patrimônio foi considerado inalienável. A

interdição da venda das terras é recorrente nas leis antigas e é mencionada em texto de Platão e Aristóteles.²⁶ Coulanges ressalva que tais crenças não diziam respeito aos pobres. O culto dos antepassados refletiria especialmente a mentalidade da aristocracia. Em Roma são os patrícios, homens nobres, ricos e poderosos que imersos na religião do *lar* atribuíam a muitos atos de sua vida cotidiana um sentido místico, o que os tornava particularmente supersticiosos. Iniciados na ciência augural, consultavam seus deuses domésticos para se aconselharem e lhes conhecer a vontade.

No princípio, a plebe formava uma classe bem distinta, pois não compartilhava da crença dos patrícios. Por isso foi considerada inferior aos clientes, que participavam do culto familiar de seus patronos e estavam submetidos às suas regras.²⁷ Nos relatos antigos os patrícios censuravam os plebeus por não terem religião, uma vez que, não tendo antepassados reconhecidos e admitidos legalmente, não possuíam um *lar*. Disto resultava que não se atribuía à família plebéia um caráter sagrado. Para os patrícios os plebeus eram aqueles que não tinham pais e nem família, porque não se admitia entre seus ascendentes um chefe religioso, um *pater*. Sendo assim, o casamento plebeu era visto como uma união irregular, dizia-se: *Connubia promiscua habent more ferarum*.²⁸

Quanto ao direito de propriedade, este também fora vedado à plebe por séculos. Nos primeiros tempos de Roma, só o cidadão podia exercer tal direito. Caso um plebeu chegasse a possuir alguma terra, esta era considerada profana e não admitia demarcação. Toda propriedade, a princípio, deveria ser estabelecida e consagrada pelos elementos do culto doméstico, ou seja, por um *lar*, por um túmulo e pelos deuses termos.²⁹ Destas crenças, que tornavam os antepassados deuses ou heróis, é que derivava a importância e o caráter sagrado da genealogia na antiguidade, o que parece ser a fonte de inspiração para o cultivo das ascendências e sobrenomes ilustres da aristocracia moderna.³⁰

Mais adiante veremos como os preconceitos dos patrícios em relação à plebe ecoam na descrição que Bento faz de Capitu e sua gente. No momento, essas considerações jogam alguma luz sobre certos trejeitos da família Santiago, e nos auxiliam na tarefa de levantar a máscara antiga que esconde o rosto da oligarquia brasileira. O próprio Casmurro nos induz a refletir sobre seu esforço de reconstrução em um dos últimos capítulos de suas memórias. Segundo o narrador, os leitores o deveriam ter questionado, ainda no princípio de sua história, sobre a razão que o levava a construir a réplica do Engenho Novo, uma vez que

possuía “a própria casa velha, na mesma rua antiga”. Santiago explica que, quando morrera sua mãe, pensou em se mudar para a casa e fez uma visita de alguns dias, para inspecionar. A casa toda o desconheceu, o quintal, as árvores, o poço, a caçamba e o lavadouro nada sabiam dele. Ao fundo, o tronco da casuarina tinha “um ar de ponto de interrogação”. Nada lhe suscitou um pensamento ou uma lembrança sequer. A ramagem parecia sussurrar “a cantiga das manhãs novas” e o grunhir dos porcos acompanhava a música, “sonora e jovial”, numa “espécie de troça concentrada e filosófica”. Tendo tudo lhe parecido “estranho e adverso”, deixou que a demolissem.³¹

Como se pode compreender tal disparate? Se a residência original nada mais significava, por que razão a reconstruir? A justificativa mais razoável para a demolição seria alegar “despesas de cocheira”, como no caso da velha sege de D. Glória. Mas isso não explicaria o desejo de restaurar. Só se atribuímos à casa de Matacavalos as qualidades do *lar familiae Pater* dos antigos romanos, é que a obsessão de Bento ganha um forte propósito. Seu objetivo seria reconstruir o antigo templo familiar.

Sendo corretas tais suposições, a demolição indica a derradeira desgraça dos Santiago. Simbolicamente destruiu-se o santuário doméstico e o filho alienou o túmulo de seus pais. Por outro lado, a mudança para o Engenho Novo parece significar uma decadência econômica considerável – “Vivo só, com um criado”, “distrações raras”, “como bem e não durmo mal”.³² A réplica da antiga casa revela não só a perturbação de seu dono mas uma farsa grosseira. O fracasso da reconstituição é evidente, a nova casa só lembra a outra, “mais por efeito de comparação e reflexão que de sentimento”.³³ A pintura do teto e das paredes é “mais ou menos igual”, e o próprio casmurro confessa: “não consegui recompor o que foi nem o que fui. Em tudo se o rosto é igual, a fisionomia é diferente”. O que se apresenta é semelhante à tintura que rejuvenesce barbas e cabelos e “apenas conserva o hábito externo”, pois, conforme se dizia nas autópsias; “o interno não agüenta tinta”.³⁴

Não obstante, o resultado da aproximação entre a velha casa de Matacavalos e o antigo *Lar* patriarcal assemelha-se a uma espécie de paródia trágica e, a meu ver, desempenha no romance o mesmo papel da genealogia dos Cubas nas *Memórias Póstumas*, denunciar o embuste. A diferença entre o simulacro dos Santiago e a história do tanoeiro

Damião é de tonalidade. O primeiro instila as sensações lúgubres e melancólicas da ópera casmurra, a segunda tem um ar de zombaria picaresca.³⁵

A residência de Matacavalos não é a propriedade original do clã Santiago. A fazenda em Itaguaí teria predicados mais adequados à função de *lar*. Porém, ela é vista com desprezo pelo filho herdeiro e, ao que tudo indica, pelo resto dos familiares. Como já foi dito, assim que o pai falecera, a mãe de Bento tratou de vender a “fazendola” e os escravos, convertendo o capital em investimentos que fixaram a família de uma vez por todas na corte, para desfrutar das “serenas funções do capitalismo”.³⁶ Os motivos alegados pela *vestal* dos Santiago são os mais comoventes, segundo a mentalidade antiga: ficar próximo ao túmulo do marido e viver *o resto de seus dias* na mesma casa em que vivera os dois últimos anos de casada. Será necessário lembrar que, na ficção machadiana, os motivos declarados pelas personagens quase nunca correspondem às suas intenções íntimas? É preciso que se leve em consideração os benefícios que uma mulher, vivendo sob a estrita vigilância de um regime patriarcal, poderia obter residindo na corte, o que já foi sugerido no capítulo anterior.

Thomas Ewbank, que visitou o Rio de Janeiro em 1846, deixou algumas observações, em seu relato de viagem, sobre as viúvas da capital do império. Comenta o viajante que elas jamais abandonavam os sinais de luto, a não ser que se casassem novamente. Até aquela época era considerado escandaloso que elas dançassem, mesmo que o marido tivesse morrido há muitos anos. Os mais velhos sempre tratavam de lembrar um antigo provérbio: “As viúvas devem sempre chorar seu primeiro amor e nunca aceitar um segundo”. Reclamavam da degenerescência dos costumes e do desaparecimento da “velha virtude portuguesa”. Enquanto os mais jovens contestavam afirmando que, se naqueles tempos as viúvas se casavam logo, o mesmo acontecia antigamente, tal como indicava o adágio: “Viúva rica casada fica”. Mostraram ao viajante umas flores púrpuras, chamadas “lágrimas de viúva”, as quais desabrochavam em pequenos cachos, uma vez ao ano, e logo secavam completamente.³⁷

Algumas histórias chamaram a atenção de Ewbank, que ficara hospedado em casa de seu irmão casado com uma brasileira, residentes na rua do Catete. Contaram-lhe que uma senhora da vizinhança enviuvara há pouco tempo e, por estímulo de seu novo pretendente, induzira o único filho, um rapaz de dezoito anos, a entrar para uma ordem

religiosa, sob o pretexto de tê-lo prometido a Deus quando era criança e que, cumprindo a promessa, ele poderia livrar a alma de seu pai do Purgatório. O jovem acabou entrando para um convento e sua mãe e o amante teriam se entregado ao gozo das riquezas do falecido e do filho. Uma velha senhora, que pareceu a Ewbank “conhecer bem as coisas”, assegurava que o véu do luto escondia muitas vezes sorrisos, tanto quanto lágrimas, asseverando que algumas viúvas não tinham qualquer motivo para chorar, pois sua perda não constituía perda alguma.³⁸ Não sei dizer até onde se pode dar crédito a tais historietas e qual sua difusão, mas não há razão para duvidar de que nos fornecem alguma substância dos costumes da época e de que faziam parte das crônicas da cidade, aquelas que eram tecidas “entre vizinhas” e que Machado sabia bem apreciar.

Não chegaria a afirmar que, sob o véu do dedicado luto consagrado à memória do esposo, D. Maria da Glória andasse a *rezar missas atrás das portas*. Mas não censuro aos que acreditam que uma bonita, jovem, rica e beata viúva sempre tem mais mistérios do que possa desconfiar a maldade alheia. Para àqueles que gostam de imaginar, há uma passagem em especial que dá margem a cogitações. Quando Bentinho finalmente sai do seminário com pouco mais de dezessete anos, “idade em que a metade do homem e a do menino formam um só curioso”. Ele se sentia *curiosíssimo* no que dizia respeito a suas emoções, ou seja, seus desejos sexuais.

“Posto que filho do seminário e de minha mãe, sentia já, debaixo do recolhimento casto, uns assomos de petulância e de atrevimento; eram do sangue, mas eram também das moças que na rua ou da janela, não me deixavam viver sossegado. Achavam-me lindo, e diziam-mo; algumas queriam mirar de mais perto a minha beleza, e a vaidade é um princípio de corrupção.”³⁹

Há duas possibilidades de compreensão deste trecho. A primeira explica a violência dos “assomos de petulância e atrevimento” pelo conflito entre os ímpetos da idade e a educação rígida, casta e religiosa ministrada pela mãe e pelo seminário. Uma segunda possibilidade sugere que, por debaixo de todo “recolhimento casto”, comportamento austero e instituições severas, escondem-se arrebatamentos irresistíveis. O que lança sombras de dúvidas sobre a vida assexuada de D. Glória e mesmo sobre o ambiente religioso do seminário. A tensão entre a religiosidade e a sexualidade foi tema muito

explorado pela literatura. Padres, beatas e seminaristas não ficaram famosos em romances por serem exemplos das virtudes que proclamavam. É de se imaginar que as leitoras e leitores da época no mínimo se recordassem d’*O crime do Padre Amaro*. Machado também não desconsideraria, no capítulo sobre a “sege antiga”, uma possível lembrança do episódio em que Emma Bovary e o estudante Léon, depois de uma visita mortificante à catedral da Notre-Dame de Rouen, desfrutam dos serviços de um fiacre durante toda uma tarde, tal como se fazia em Paris.

“No cais, entre fardos e barricadas, nas ruas, paradas às portas, as pessoas abriam muito os olhos ante aquela coisa tão extraordinária na província: uma carruagem, com as cortinas descidas, e que reaparecia continuamente, mais fechada que um túmulo e balançando como se fosse um navio.”⁴⁰

Como outras suposições a respeito das personagens de *Dom Casmurro*, as suspeitas sobre a triste fidelidade da senhora Santiago ao seu falecido não podem ser aferidas com o rigor exigido pelos mais céticos. Mas, tais conjecturas dão certo colorido ao lance obscuro das lágrimas vertidas por D. Glória, quando ela fora questionada sobre sua promessa de tornar o filho padre. A justificativa do choro seria o terror de separar-se de Bentinho.⁴¹ Quando o menino relata a Capitu o evento da *denúncia* de José Dias, ela explode em “palavras furiosas”, xingando a viúva de *beata, carola e papa-missas*. Impropérios que, para Santiago, sugerem a falsidade dos “costumes religiosos” e da estima da menina por sua mãe. Mais calma, Capitu pediria a Bentinho explicações e detalhes miúdos; suas atenções repousam particularmente sobre as lágrimas da viúva.

“[...] não acabava de entendê-las. Em meio disto, confessou que certamente não era por mal que minha mãe me queria fazer padre; era a promessa antiga, que ela, temente a Deus, não podia deixar de cumprir. Fiquei tão satisfeito de ver que assim espontaneamente reparava as injúrias que lhe saíram do peito, pouco antes, que peguei da mão dela e apertei-a muito, Capitu deixou-se ir, rindo; depois a conversa entrou a cochilar e dormir.”⁴²

Não só Capitu não conseguira compreender o choro como todos os outros que presenciaram a cena. Muitos capítulos depois, o Casmurro volta a repassar toda a história da promessa que a mãe fizera, reforçando o temor a Deus, a fé pura e as práticas religiosas.

“A promessa, feita com fervor, aceita com misericórdia, foi guardada por ela, com alegria, no mais íntimo do coração. Penso que lhe senti o sabor da felicidade no leite que me deu a mamar.”⁴³

Pedro de Albuquerque Santiago morrera ignorando o compromisso com Deus assumido pela esposa. D. Glória só confiou seus projetos aos parentes depois que enviuvou, “para o fim de apertar o vínculo moral da obrigação”. Bento comenta que se o pai fosse vivo, era possível que alterasse os planos, encaminhando-o para a política. Segundo o Casmurro, sua mãe especulou com o Altíssimo, protelando sua dívida, até não poder mais, isto é, até que o agregado entrou a falar da necessidade do pagamento.

“Ora, nesse mesmo capítulo, verteu ela umas lágrimas, que enxugou sem explicar, e que nenhum dos presentes, nem tio Cosme, nem prima Justina, nem o agregado José Dias entendeu absolutamente; eu, que estava atrás da porta, não as entendi mais que eles. Bem examinadas, apesar da distância, vê-se que eram saudades prévias, a mágoa da separação, - e pode ser também (é o princípio do ponto), pode ser que arrependimento da promessa. Católica e devota, sentia muito bem que as promessas se cumprem; a questão é se era oportuno e adequado fazê-las todas, e naturalmente se inclinava à negativa.”⁴⁴

Essas lágrimas deveriam entrar para a lista dos mistérios inacessíveis à razão. Afinal, nem José Dias, nem prima Justina, nem tio Cosme e nem Capitu, ou seja, todas as malícias do mundo reunidas, conseguiram desvendar o enigma. A piedosa retórica do filho não explica nada. Aliás, se esclarece alguma coisa, é que D. Glória não cumpria as obrigações fervorosamente assumidas com sua religião. Como católica e devota ela subordinava as promessas e os pagamentos a uma *questão de forma adequada e oportunidade*. Tal habilidade faria dela uma excelente estadista do Império, pois foi exatamente com esse raciocínio que, segundo Joaquim Nabuco, em 1867, o governo brasileiro assumira, “solenemente perante a Europa”, o compromisso “claro e terminante”

de abolir a escravidão no país. A resposta elaborada pelo ministro da justiça, Martim Francisco, ao famoso apelo da sociedade abolicionista francesa foi escrita nos seguintes termos:

“A emancipação dos escravos, conseqüência necessária da abolição do tráfico, é *somente uma questão de forma e oportunidade*. Quando as penosas circunstâncias em que se acha o país o consentirem, o governo brasileiro considerará como objeto de primeira importância a realização do que o espírito do cristianismo desde há muito reclama do mundo civilizado.”⁴⁵

Mais adiante voltarei a essa afinidade entre a moral privada e a pública. Agora, quanto ao temor a Deus e a pura fé da mãe de Bentinho, tudo nos leva à descrença absoluta. O suposto conflito de D. Glória, que se martiriza entre o compromisso religioso e a “mágoa da separação”, não convence. Por que Bentinho se tornando padre não iria conviver com sua mãe? Ela mesma afirmara ao filho, quando este tentou alegar falta de vocação para a carreira eclesiástica, que ser padre era “bom e santo” – “você conhece muitos, como o padre Cabral, que vive tão feliz com a irmã”.⁴⁶ Se um padre podia viver com a irmã, por que não poderia com a mãe? Com certa influência e algum empenho, não seria difícil conseguir encaixar Bentinho em alguma igreja próxima de sua querida casa.

Outro ponto que torna ainda mais inconsistente a alegação das “saudades prévias” é que, ao se ver livre do seminário, Santiago seguiu para São Paulo, onde passou cinco anos estudando Direito. Ainda que visitasse a mãe algumas vezes neste período, jamais seria com a mesma freqüência de quando estudava no seminário de São José. O Casmurro não relata nenhuma cena dramática de despedida quando partiu para a faculdade.⁴⁷

O que se observa é que, no pequeno mundo governado por D. Glória, sempre se encontram fortes indícios de farsa. Assim como a residência de Matacavalos não resiste a uma comparação com o *Lar* dos antigos, pesa sobre a *vestal* dos Santiago terríveis suspeitas a propósito de sua conduta e pureza de intenções. Qualquer que seja a religião dos familiares de Bento, a doméstica patriarcal ou a católica cristã, o certo é que as virtudes proclamadas têm mais franjas de tecido grosseiro que manto de veludo ou seda.⁴⁸

Mula-sem-cabeça.

Tal como a agiotagem beata de D. Glória, a figura do padre Cabral sugere uma fina sintonia entre a moral privada do clã Santiago e a moral pública, uma vez que o clérigo é um representante legítimo da religião oficial do Império. A observação de seu caráter ajuda ainda a compor melhor o ambiente religioso em que se formou o nosso Casmurro.

O professor de primeiras letras, latim e doutrina de Bentinho é descrito com uma porção de pequenos vícios, sendo o primeiro deles a queda pelo jogo. Cabral era velho amigo do tio Cosme e tinha o hábito de ir às noites jogar o *voltarete* na casa dos Santiago.⁴⁹ A amizade acusa certa simpatia do clérigo pelos divertimentos e paixões mundanas. Cosme, que fora partidário exaltado na mocidade, não só gostava do jogo como de namorar, o que para ele “era velho costume e necessidade”. Só com o avanço da idade é que perdera “o mais do ardor político e sexual”, a inclinação para a preguiça e para a gula, acrescentando-lhe farta gordura, terminou “com o resto de idéias públicas e específicas”.⁵⁰ Contudo, a língua do tio Cosme ainda se exercitava segundo os velhos hábitos que o tempo e a obesidade sufocaram: “uma ou outra vez dizia pilhérias”, tendo oportunidade, cedia “a antigos rancores político” e, sem nenhum constrangimento diante da irmã devota, equiparava práticas religiosas e sexuais – “Quanto ao pequeno, se tem que ser padre, realmente é melhor que não comece a dizer missa atrás das portas.”⁵¹

Além de manter uma amizade um tanto quanto inconveniente ao seu ofício, o padre Cabral era propenso a ignorar na doutrina cristã a compaixão pelo próximo. Ao menos é isso o que se entrevê em seu comentário sobre a desventura de Pádua. Ao citar a *lição de Elifaz a Jó*: “Não despreze a correção do Senhor; Ele fere e cura”, o sacerdote mostra clara preferência por um Deus arbitrário e caprichoso. Esquecendo que, no final do livro bíblico, o Senhor repreende Elifaz e seus amigos por não terem falado corretamente Dele, como o fizera Jó, mesmo em sua desgraça. Somente em consideração ao paciente servo é que Deus deixa de infligir *ignomínias* aos linguarudos que, como observou um filósofo, nem sequer uma gota de sopa ofereceram ao infeliz em seu infortúnio.⁵²

Quando recebe o título de protonotário apostólico, padre Cabral se deixa levar pelas asas do orgulho e da vaidade até o ridículo. Faz questão de ressaltar, aos maravilhados Santiagos, que não era propriamente o cargo da cúria, “mas as honras dele”. Deleita-se com a repetição do título, cuja extensão “como que lhe dobrava a magnificência”. E explica aos

seus convivas que para o uso comum, protonotário Cabral bastava, só nos casos de maior formalidade é que se devia empregar a denominação completa. O eclesiástico juntava, ainda, ao amor da glória, a paixão pela boa comida; único defeito assinalado pelo seu aluno de doutrina.

“Era um velho magro, sereno, dotado de qualidades boas. Alguns defeitos tinha; o mais excelso deles era ser guloso, não propriamente glutão; comia pouco, mas estimava o fino e o raro, e a nossa cozinha, se era simples, era menos pobre que a dele. Assim, quando minha mãe lhe disse que viesse jantar, a fim de se lhe fazer uma saúde, os olhos com que aceitou seriam de protonotário, mas não eram apostólicos. E para agradar a minha mãe novamente pegou em mim, descrevendo o meu futuro eclesiástico, e queria saber se ia para o seminário agora, no próximo ano, e oferecia-se a falar ao ‘senhor bispo’, tudo marchetado do ‘protonotário Santiago.’”⁵³

Ao que parece, o sacerdote ficara tão excitado com a magnitude de seu título e com o apetite estimulado pelo convite do jantar, que quis compartilhar o arrebatamento de seus sentidos com D. Glória, apalpando-lhe a cria e transferindo-lhe as “honras do cargo”. Mas não tenhamos pressa em julgar o padre, porque os costumes mudam com o tempo e, talvez, Cabral não fosse uma exceção ao seu meio.

O mesmo viajante que anotou alguns comentários sobre as viúvas deixou outros sobre padres. Ewbank observou que o rapé e o baralho eram apetrechos comuns aos clérigos no Brasil, os quais eram amigos do divertimento. Na opinião geral das pessoas com quem travou relações, os sacerdotes eram vistos como homens que sabiam aproveitar a vida e não dispensavam uma boa e farta refeição. Contaram-lhe que era comum que eles tivessem família e que quando eram vistos deixando a residência de suas esposas, ou amantes, quase sempre se referiam a elas como sobrinhas ou irmãs. Sobre a moral dos padres, Ewbank afirma que não pretendia dizer uma só palavra, mas que, considerando as coisas que ouvira, achou impossível não repeti-las. Segundo o viajante, a corrupção entre os servidores da Igreja não seria suspeitada por um estrangeiro, a menos que lhe abrissem os olhos. Um de seus informantes assegurava que só nas igrejas os padres pareciam respeitáveis e devotos, pois seus crimes secretos haviam tornado a cidade uma Sodoma. Outro, velho habitante do Rio, confirmava as palavras do primeiro e acrescentava que entre

os párocos do interior o concubinato era a regra, sendo eles piores ainda que as “coroas sagradas” da corte. Um terceiro dizia que, com raras exceções, os clérigos eram “certamente a parte mais licenciosa e libertina da comunidade” e que, embora o celibato fosse um dogma da igreja, quase todos tinham famílias. Poucos dias depois, Ewbank soube de um casamento em que os nubentes eram filhos de padre. O noivo era filho do vigário da paróquia de São José, famoso por ter uma “numerosa prole” e pela “virtude de não negar sua família”.⁵⁴

Conta o viajante que, quase um ano antes de sua visita ao Rio, o Convento de Santo Antônio havia sido cenário de uma tragédia. Uma mulher “de reputação duvidosa”, que era visitada por diversos monges, foi secretamente introduzida no mosteiro. Alguns dias depois, quando tudo se tornou público, a polícia interferiu e encontrou a jovem agonizante em uma das celas. Segundo Ewbank, as mulheres constituíam a parte principal dos encargos da Igreja e eram ensinadas a acreditar que os crimes de um padre não afetavam sua condição e sacerdócio e nem o dever que elas tinham de se confessarem com ele.⁵⁵

Ainda que os comentários tendam a algum exagero, eles enunciam um cenário bem distinto da rigidez que estamos acostumados a imaginar sobre os costumes eclesiásticos da época. A informação mais importante no caso é a que talvez menos se possa colocar em dúvida. Não só era comum como aceito, ainda que com reservas, que os padres tivessem uma família, ou mulheres, as quais chamavam de irmãs, sobrinhas, filhas etc. Ewbank lembra que o regente Feijó, provavelmente para moralizar o clero, fora a favor de que se abolissem os conventos e se adotasse no Brasil o sistema da igreja grega, que exigia o casamento de todos os padres, com exceção dos bispos.⁵⁶

Se o relato do viajante é suspeito por ser ele educado no protestantismo, podemos recorrer a uma fonte mais próxima da mentalidade dos Santiago. Ferreira de Rezende em suas recordações, ao falar dos cuidados que o governo doméstico exigia para preservar a dignidade e a pureza do lar, conta que era inevitável a reclusão e o isolamento da família dos fazendeiros do interior de Minas. A propriedade assumia ares “de um castelo medieval e ao mesmo tempo da casa de um turco”. No recatado interior da residência quase nenhum estranho penetrava que usasse calças, a não ser que se tratasse de um parente muito próximo e que, de preferência, fosse muito velho ou muito criança. A máxima predominante entre os senhores das fortalezas domésticas era que nada se devia vigiar tanto

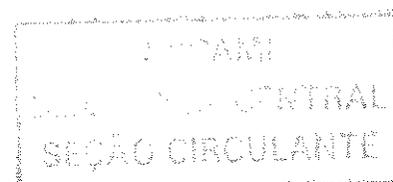
quanto os três Pês, isto é, os *primos*, os *patos* e os *padres*, porque eram sempre eles que borravam a casa.⁵⁷

Apesar de tudo, Ferreira de Rezende afirma que uma das maiores ambições de todas as famílias da época, isto é da década de 1840 e 1850, era ter um filho padre. O caráter do eclesiástico era de tal forma considerado sagrado que a menor falta ou mancha era vista como “um imenso sacrilégio ou um pecado verdadeiramente horrendo”. Segundo Rezende, o povo encontrou uma forma engenhosa de conciliar a santidade imaculada dos padres com suas fraquezas humanas, aplicando a célebre máxima das monarquias constitucionais, a de que o rei nunca pode fazer o mal. Sendo assim, se um padre pecava, o culpado não poderia ser ele e sim quem o fizera cometer o erro. Conforme a credence popular, o clérigo não só tinha poderes para enviar a pessoa que o fizera cair em tentação direto para o inferno como ela seria condenada a vagar pela terra em forma de mula-sem-cabeça. Ferreira de Rezende acreditava ainda que, com a difusão da idéia, entre os populares e as mulheres, de que o celibato não era uma instituição divina, e nem sequer essencial à religião, essa espécie de monstro “infecundo e inteiramente desnaturado” tenderia a desaparecer.⁵⁸

Em certo sentido, a história da crença popular do interior de Minas, que imputava toda culpa às mulheres que induziam os padres a pecar contra o celibato, transformando-as em mula-sem-cabeça, harmoniza com as observações de Ewbank a respeito das opiniões femininas na corte, que acreditavam que os pecados de um clérigo não perturbavam sua condição e sacerdócio. Do mesmo modo, sustentam a afirmação de que era comum entre eclesiásticos o habitar com irmãs, sobrinhas, e outras parentas, que não fossem as próprias mães. Isto nos ajuda a entender a influência de personagens como a do padre Cabral sobre famílias como a dos Santiago. Seus vícios não eram vistos como tais e sua amizade e comensalidade pareciam estimular, entre os mais abastados, uma sensação de intimidade com o Altíssimo.

Levando-se em conta estas peculiaridades, as palavras de D. Glória sobre a felicidade do padre Cabral, que morava com a irmã, assumem outra feição. Será concebível que a família de Bentinho ignorasse tais costumes? E o Casmurro, já experimentado nas malícias da vida, não conheceria bem os hábitos religiosos com os quais praticou?

Capitu é a única que demonstra diretamente consciência da hipocrisia religiosa e particular do protonotário. Depois que Cabral, estufado das glórias mundanas, dispensa



Bentinho das aulas de latim, o menino corre à casa da amiga. Em sua cabeça agitada, só ocorrem idéias para “dar à língua mística do *Cântico* um sentido direto e natural”.⁵⁹ No capítulo que segue a essas idéias sem ação, Bentinho troca algumas palavras com Capitu sobre as lições de latim e o apoio empolgado do padre à sua carreira eclesiástica.

“Expliquei-lhe o motivo das férias. Contei-lhe também que o padre Cabral falara da minha entrada no seminário, apoiando a resolução de minha mãe, e disse dele coisas feias e duras. Capitu refletiu algum tempo, e acabou perguntando-me se podia ir cumprimentar o padre, à tarde, em minha casa.

- Papai naturalmente, há de querer ir também, mas é melhor que ele vá à casa do padre; é mais bonito. Eu não, que já sou meia moça, concluiu rindo.

O riso animou-me. As palavras pareciam ser uma troça consigo mesma, uma vez que, desde manhã, era mulher, como eu era homem. Achei-lhe graça, e, para dizer tudo, quis provar-lhe que era moça inteira. Peguei-lhe levemente na mão direita, depois na esquerda, e fiquei assim pasmado e trêmulo. Era a idéia com mãos. Quis puxar as de Capitu, para obrigá-la a vir atrás delas, mas ainda agora a ação não respondeu à intenção. Contudo, achei-me forte e atrevido. Não imitava ninguém; não vivia com rapazes, que me ensinassem anedotas de amor. Não conhecia a violação de Lucrecia.”⁶⁰

Bem se vê que a malícia do narrador casmurro contrasta de modo gritante com sua inocência perdida, que só respondia aos impulsos da puberdade. O caso aqui não é tanto o leitor perceber que o riso de Capitu faz troça da falsidade do protonotário, movimento que o menino, afogado na estupidez de sinhozinho, não tinha condições de interpretar. O cerne é a hipocrisia do taciturno Santiago que, já tendo convivido com seminaristas e bacharéis, decorado anedotas sobre o sexo, conhecido o sentido direto e natural dos *Cânticos* e estudado a violação de Lucrecia, ainda assim, simula ingenuidade.

Embora minimamente delineado, o caráter do padre Cabral sugere uma barriga moral imensa, como os olhos da gula. Ainda na primeira “hora das honras”, quando Capitu vai felicitá-lo pelo título, o sacerdote fala com entusiasmo da vocação manifesta de Bentinho. Em uma demonstração de retórica sofisticada, defende, contra o significado do conceito e a argumentação de José Dias, que a vocação podia ser adquirida com o hábito, citando o próprio exemplo. Ele havia nascido para a medicina e fora obrigado a ir para o

seminário, onde tomou “tal gosto aos estudos e à companhia dos padres”, que acabou seguindo a carreira.⁶¹

Imaginar que D. Glória corria sérios riscos de ser condenada a vagar às noites de sexta-feira pela terra como mula-sem-cabeça, seria extrapolar os termos do romance. Mas, concluir que a mãe de Bentinho e o padre Cabral tinham segredos que comprometiam com gravidade o caráter de ambos, é perfeitamente plausível. A questão moral, obviamente, não diz respeito à vida sexual de padres e de beatas, seria um contra-senso admitir que Machado tivesse uma opinião tão obtusa sobre o assunto. O problema está no *casuismo* com que cultivam valores ditos sagrados, que favorece a satisfação do ventre de uns em detrimento da fome de muitos. A intriga entre as duas personagens religiosas, a *Pietà* e o sacerdote cristão, repetem a da dupla de *Casa Velha*. A “Virgem coroada e o padre político” também se unem para satisfazer a vontade particular de Nhãtonha e os desejos obscuros de seu comparsa. O clérigo do conto igualmente abusa de sua influência junto à família, aliás, a maneira como se insinua sobre o destino do filho herdeiro possui fortes conotações sexuais. Conforme mostrou Gledson, o padre-narrador teria simbolicamente violentado Félix ao interferir em sua vida e impedir a realização de seu amor por Lalau.⁶²

Em *Dom Casmurro*, o padre e a mãe perpetram uma violência mais extensa e com implicações psicológicas mais profundas. Considerando-se que eles são os principais responsáveis pela formação moral de Bentinho, arquitetos e promotores do sombrio “projeto eclesiástico”, é razoável afirmar que, sob a capa da santidade, violaram toda a infância do menino. É certo que os outros devotos da igreja doméstica de Matacavalos, que praticavam com desenvoltura a doutrina do bandulho físico e moral, deram importante contribuição. Plagiando Brás Cubas, pode-se dizer que dessa terra e desse estreme é que nasceu a flor cinzenta e melancólica dos Santiago.

Todavia, sabendo que, na ficção de Machado de Assis, os fios que compõem a história íntima e familiar se entrelaçam aos da história política, devemos procurar nas tramas deste tecido um significado mais amplo para seus desenhos.

Vamos atrás da cabeça de D. Glória.

Projetos eclesiásticos.

As personalidades de D. Glória e D. Antônia se diferenciam principalmente quanto à determinação, a senhora Santiago não demonstra o mesmo ímpeto de Nhãtonia diante da ameaça de uma aliança indigna de seu filho. Quando o padre-narrador insiste em pressionar a “imperatriz da Casa Velha” sobre a razão que impedia o amor entre Lalau e Félix, ela responde como alguém que se acostumara a *governar* seu mundo “sem contraste nem advertência”:

“ – Realmente, não sei que idéias entraram por aqui depois de 31. São ainda lembranças do Padre Feijó. Parece mesmo achaque de padres. Quer ouvir por que razão não podem casar? porque não podem. Não lhe nego nada a respeito dela; é muito boa menina, dei-lhe a educação que pude, não sei se mais do que convinha, mas, enfim, está criada e pronta para fazer a felicidade de algum homem. Que mais há de ser? Nós não vivemos no mundo da lua, Reverendíssimo. Meu filho é meu filho, e, além desta razão, que é forte, precisa de alguma aliança de família. Isto não é novela de príncipes que acabam casando com roceiras, ou de princesas encantadas. Faça-me o favor de dizer com que cara daria eu semelhante notícia aos nossos parentes de Minas e São Paulo?”⁶³

Palavras como essas não quadrariam bem a D. Glória. Ao ser informada por José Dias do perigo que corria sua promessa de entregar o filho a Deus, ou seja, do risco de Bentinho e Capitu pegarem de namoro, a viúva mostra grande hesitação. Inicialmente ela contesta o agregado, depois consulta o irmão Cosme, que parece não crer em promessas e requisita a opinião de prima Justina, antes de qualquer veredicto final, a mulher se entrega às lágrimas.⁶⁴ Enfim, a atitude é completamente oposta a de Nhãtonia. A diferença talvez se explique pelo fato das duas viúvas estarem atuando em momentos históricos distintos. Se a reação de D. Antônia em 1839 corresponde ao princípio da *regresso*, a da mãe de Bentinho em 1857 se ajusta ao período da *conciliação*, daí seu caráter sugerir brandura, incerteza e moderação.⁶⁵

A linhagem das duas senhoras, ambas descendentes de famílias mineiras e paulistas com ilustres sobrenomes, sinaliza um vínculo expressivo com a classe que dominou o Segundo Reinado. É necessário lembrar que o *regresso* se consolidou a partir do triunfo conservador sobre os liberais em Minas e São Paulo no ano de 1842. Contando com o predomínio nestas províncias e na do Rio de Janeiro, os *saquaremas* não tiveram maiores

dificuldades em estabelecer sua hegemonia. Neste sentido, não deve ser visto como um acaso, o fato de Machado datar de 1841 os “projetos eclesiásticos” de D. Glória. É de se presumir que a história da promessa corresponda à história da centralização política empreendida pela oligarquia senhorial.

A mãe de Bentinho o havia prometido a Deus desde o tempo de sua concepção, isto é, o ano anterior ao seu nascimento em 1842 – “história velha; datava de dezesseis anos”. Tendo-lhe nascido morto o primeiro filho, ela jurou que se o segundo vingasse o tornaria padre. Como sabemos, Bentinho sentiu no leite materno a felicidade de D. Glória, que conservou, no mais íntimo de seu coração, a promessa “feita com fervor” e “aceita com misericórdia”.⁶⁶ A mãe não confiara seus planos ao pai, só depois de enviudar é que os tornou público, ou seja, o projeto permanecera em segredo até o ano de 1846. Por essa época é que padre Cabral passa a freqüentar a casa com regularidade para ministrar suas lições. Assim, a partir dos 4 ou 5 anos, é que reforçam no menino os nutrientes recebidos do leite materno, para melhor afeiçoá-lo à idéia da igreja – “brincos de criança, livros devotos, imagens de santos, conversações de casa”, tudo convergia para o altar. Quando assistia às missas, diziam-lhe sempre que era para aprender a ser padre, que prestasse atenção no padre, não tirasse os olhos do padre. Em casa, brincava de missa, meio às escondidas, porque sua mãe dizia que missa não era coisa para brincadeira. Capitu e ele arranjavam um altar, e enquanto celebrava o culto, fazendo de hóstia alguns doces, ela servia de sacristão.⁶⁷

Os projetos de Maria da Glória a aproximam novamente da mentalidade exclusivista de D. Antônia, ainda que a exagere ao extremo. Já não se pensa em “alianças de família” e sim num consórcio eterno com o Poder, divino e absoluto. O ano da *promessa* é o ano da ressurreição do Conselho de Estado e da famosa Lei de 3 de dezembro de 1841, assinada pelo futuro visconde do Uruguai, então ministro da justiça, que reformou o Código de Processo Civil e foi um dos principais instrumentos da centralização política. A lei substituía os juízes de paz eletivos, consagrados no período da regência, pelos chefes de polícia, que passavam a ser os agentes ativos da justiça criminal, e cuja nomeação era de responsabilidade do próprio ministro da justiça. Admitia a prisão antes da culpa formada e atribuía aos delegados de polícia a formação do processo, a concessão de fiança e a

faculdade de julgar. A justificativa dos regressistas para a elaboração e aprovação desta lei fora a urgente necessidade de armar o governo contra o perigo de revolução e anarquia.

A reforma do código de processo prestou-se a especiais arranjos com outras determinações do *regresso*, que favoreciam enormemente a ação dos gabinetes durante as eleições. O cônego José Antônio Marinho aponta a lei de 3 de dezembro como um mecanismo vital na implementação da política regressista, cujo princípio feriu a independência dos poderes e transformou o judiciário em máquina de opressão a serviço dos conservadores.

Conta Antônio Marinho que a estratégia montada pelo ministério de 23 de março de 1841, composto por destacados líderes da reação, principiara com a dissolução prévia da futura câmara de 1842, sob alegação de sérias irregularidades no processo eleitoral.⁶⁸ O gabinete servira-se ainda da lei que criou o Conselho de Estado que, embora confeccionada e discutida de maneira útil e correta, entrou no cálculo para cercar o monarca de pessoas ligadas às causas da oligarquia, “de sorte que o Imperado não visse, não ouvisse, senão pelos ouvidos de um Partido”.

“...a dissolução da Câmara futura foi convinda, e os meios dum completo triunfo eleitoral foram excogitados. Tirar então a independência constitucional ao Poder Judiciário; fazer dele um instrumento do Executivo, pondo na dependência deste os próprios magistrados de segunda instância; sacrificar os artigos mais preciosos da Constituição às ambições; colocar, enfim, todo o País na dependência duma polícia, criatura do Governo...”⁶⁹

Dissolvida a câmara por decreto de 1 de maio de 1842, convocou-se novo pleito, que deveria ser realizado sob novas instruções. Dentre as mudanças estabelecidas para as eleições estava a formação de uma junta eleitoral composta pelo juiz de paz, pelo pároco e por um subdelegado de polícia. Com os poderes já instituídos pela lei de dezembro de 1841, o ministério conseguiria sintetizar a fórmula das *câmaras unânimes*, utilizando-se da atribuição de nomear e remover os agentes de polícia. Diante das hostilidades e perseguições promovidas pelo gabinete de Araújo Viana, os liberais de São Paulo e Minas se insurgiram. Segundo o cônego Marinho, na sua história do movimento político de 1842, nestas duas províncias é que mais diretamente pesara o “braço de ferro do Poder” exercido

pela *oligarquia*. É claro que o lado liberal contara igualmente com o apoio de “ricos proprietários, fazendeiros abastados, grossos negociantes, fortes capitalistas”, porém, o que importa ressaltar é que a derrota que deu nome aos *luzias* marcou o início da hegemonia *saquarema* e a consolidação de um sistema político de exclusão das opiniões que não harmonizassem com as da oligarquia escravocrata.⁷⁰ A centralização política e administrativa, tal como fora montada, garantia que a pirâmide do poder se assentasse sobre seu vértice, sendo esse, não a vontade do imperador, como queriam alguns, mas a da classe senhorial. Quando as reformas políticas ofenderam as expectativas e os interesses dessa classe é que a base de sustentação do regime monárquico começou a se movimentar rumo à república.

Deste modo, a história da concepção e nascimento de Bentinho, enredada na obscura promessa de sua mãe, que representa o exclusivismo da família “aristocrática” e o egoísmo de seus membros, está associada aos princípios da política do *regresso*. Em apoio a esta proposição, podemos lembrar que os liberais atribuíram aos chefes saquaremas apelidos que remetiam à ordem eclesiástica. Machado de Assis recordaria, em duas ocasiões, que Francisco Otaviano, quando jornalista no *Correio Mercantil*, cunhara a célebre definição do núcleo do partido conservador: o **consistório**. Eusébio era o *papa*, Itaboraí, Uruguai, Saião Lobato e os outros eram *cardeais*.⁷¹ Os três primeiros ficaram conhecidos ainda como a *trindade saquarema*. Não parece inadequado concluir que Machado tenha concebido os “projetos eclesiásticos” de D. Glória como expressão da doutrina política da igreja conservadora.

As pinturas nas paredes da sala da casa de Matacavalos também ajudam a ponderar sobre a relação entre o *regresso* conservador e a família Santiago. Gledson observou que os medalhões dos três imperadores e de Massinissa parecem indicar o principal “arranjo político do Império”, cuja feição geral seria dada pelo termo “Conciliação”.⁷² Entretanto, se pensarmos na casa como simulacro do antigo *lar* patriarcal romano, as pinturas revelam ainda outro significado. Os bustos fazem as vezes dos deuses tutelares do clã Santiago, sugerindo uma genealogia fantástica e, principalmente, mostrando a afinidade entre o universo íntimo e a esfera pública. Não são simples figuras decorativas porque cumprem a função de conselheiros, lamentam-se da incapacidade de reconstituírem “os tempos idos” e incitam o Casmurro a aplicar-se na arte de iludir, ou de narrar.⁷³

Encontramos abundantes referências à antiguidade no *Ensaio sobre direito administrativo* do visconde do Uruguai, como em tantos outros textos e discursos políticos da época. Contudo, no capítulo dedicado à centralização política e administrativa, Paulino de Sousa faz uma digressão histórica curiosa. A princípio o autor anuncia que o assunto é muito complexo e que só pode ser esclarecido “pelo estudo das instituições dos diferentes povos, das diferentes épocas, da educação, gênio e hábitos nacionais”. Logo em seguida, Uruguai situa a origem histórica da centralização política no Império Romano, que teria legado ao futuro “três grandes fatos sociais”: “um poder central único”, mantido durante a Realeza, a República e o Império; “a administração das províncias romanas por delegados do poder central”; e o regime das municipalidades.⁷⁴

Este poder central soberano e sua “vigorosa organização e centralização, base principal da grandeza do Império”, sucumbiria às invasões bárbaras, lançando a sociedade nas “obscuras profundezas da anarquia da Idade Média”. Uruguai comenta, então, que somente no século décimo é que se começaria a reconstrução da unidade do poder e da centralização, qualidades essenciais da “civilização moderna”. A realeza prestaria enorme serviço “aos povos e à causa da civilização” ao concentrarem o poder absoluto em suas mãos. A Revolução Francesa seria a reação contra os excessos do absolutismo e sua maior contribuição fora a divisão dos poderes, para resguardar a sociedade dos abusos cometidos pelos reis.⁷⁵

Considerando esse pequeno intróito em seu teor retórico, que visa legitimar a centralização e responder às críticas liberais à ordem instaurada pelos conservadores. Verifica-se que o visconde associa, claramente, a política *saquarema* às grandezas do império romano, ao absolutismo e à civilização, bem como os *luzias* ficam sendo os defensores das “misérias” do feudalismo e da “anarquia” da revolução francesa. Tais paridades soam tão deslocadas como a decoração da sala principal de Matacavalos que, seguindo o gosto da época, metia “sabor clássico e figuras antigas em pinturas americanas”.⁷⁶ Não há como afirmar que Machado tenha se inspirado no proêmio histórico de Uruguai para adornar a residência dos Santiago, mas, pode-se entrever, nas referências à antiguidade clássica no romance, a mesma máscara retórica da oligarquia. Como a eloquência das histórias antigas e da tribuna parlamentar, a decoração do nobre salão de Matacavalos tem a intenção de intimidar pela reverência à tradição e à história. Com um

pouco de ceticismo e desrespeito tais ornatos revelam sua fragilidade e a hipocrisia de seus arautos. Sob essa perspectiva, o episódio em que Bento ensaia um suicídio como o de Catão, é bastante significativo. A afetação eloqüente de Santiago, que busca imitar o “belo” e o “trágico” aprendido no estudo da história romana, também expõe o aspecto teatral da melancolia, que nem por isso deixa de ser patológica, uma vez que a fantasia e a simulação são características essenciais deste mal.⁷⁷

A diferença entre os sexos.

O Casmurro inicia suas lembranças evocando uma tarde de novembro de 1857, dentre muitas outras, melhores e piores, aquela ficara gravada para sempre em seu espírito. O acontecimento daquele dia é tratado como uma denúncia. José Dias entra a dizer a D. Glória que, se ainda persistia na idéia de colocar seu filho em um seminário, poderia encontrar sérias dificuldades.

“- Há algum tempo estou para lhe dizer isto, mas não me atrevia. Não me parece bonito que o nosso Bentinho ande metido nos cantos com a filha do *Tartaruga*, e esta é a dificuldade, porque se eles pegam de namoro, a senhora terá muito que lutar para separá-los

- Não acho. Metido nos cantos?

- É um modo de falar. Em segredinhos, sempre juntos. Bentinho quase que não sai de lá. A pequena é uma desmiolada; o pai faz que não vê; tomara ele que as coisas corresse de maneira, que... Compreendo o seu gesto; a senhora não crê em tais cálculos, parece-lhe que todos têm a alma cândida...”⁷⁸

A princípio se pensa que a denúncia fora feita a D. Glória, porém, sete capítulos à frente, o narrador explica: “...a denúncia de José Dias, meu caro leitor, foi dada principalmente a mim. A mim é que ele me denunciou.”⁷⁹ Essa delação de si mesmo é o estopim de uma crise. Bentinho sente-se atordoado, com as pernas bambas e o coração parecendo querer sair-lhe pela boca fora. Em sua cabeça, vozes confusas repetiam continuamente as palavras do agregado:

“Tijolos que pisei e repisei naquela tarde, colunas amareladas que me passaste à direita ou à esquerda, segundo eu ia ou vinha, em vós me ficou a melhor parte da crise, a sensação de um gozo novo, que me envolvia em mim mesmo, e logo me dispersava, e me trazia arrepios, e me derramava não sei que bálsamo interior. Às vezes dava por mim, sorrindo, um ar de riso de satisfação, que me desmentia a abominação do meu pecado. E as vozes repetiam-se confusas:

‘Em segredinhos...’

‘Sempre juntos...’

‘Se eles pegam de namoro...’

Um coqueiro, vendo-me inquieto e adivinhando a causa, murmurou de cima de si que não era feio que os meninos de quinze anos andassem nos cantos com as meninas de quatorze; ao contrário os adolescentes daquela idade não tinham outro ofício, nem os cantos outra utilidade. Era um coqueiro velho, e eu cria nos coqueiros velhos mais ainda que nos velhos livros. Pássaros, borboletas, uma cigarra que ensaiava o estio, toda a gente viva do ar era da mesma opinião.”⁸⁰

Bentinho chega a conclusão de que amava Capitu, e de que ela correspondia com o mesmo sentimento. Era para ele o “primeiro palpitar da seiva”, a “revelação da consciência a si própria”, o que nunca mais esqueceu, e nem achou qualquer outra sensação que lhe fosse comparável. Até então, não tinha a consciência da diferença dos sexos, não sabia as regras do amar e nem imaginava o que meninos de quinze anos faziam pelos cantos com meninas de quatorze.⁸¹ Percebe-se na crise o conflito em torno do desejo despertado um pouco tardiamente. Ora a consciência religiosa, cultivada desde a mais tenra infância, acusa a abominação e o pecado, ora os sentidos confirmam, em harmonia com a natureza, que o “palpitar da seiva” não era mais que a própria realização da vida.

Se os “projetos eclesiásticos” apontam para o período de consolidação da política do *regresso*, a revelação da diferença entre os sexos no ano de 1857 indica mudanças de rumo. O tempo em que Bentinho se descobre amando Capitu é o tempo da *conciliação*. A obra de Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*, é o grande índice dos debates ocorridos nos decênios que envolvem a *conciliação* e a posterior tentativa de reedição dessa política com a formação da *liga progressista*. Para além da defesa da atuação de seu pai, que seria uma das figuras mais comprometidas com o congraçamento das opiniões ditas moderadas, Nabuco inventaria quase todos os temas centrais da política e aborda as principais

transformações ocorridas naquele período. Um dos aspectos mais interessantes de sua obra, para os propósitos deste estudo, é a evidência de que as décadas de 1850 e 1860 foram palco das tentativas de administrar os conflitos entre os partidos imperiais contemplando parte das reformas reivindicadas pelos liberais, mas sem o comprometimento da supremacia do então denominado *princípio da autoridade*. Vale sublinhar que a interpretação de Nabuco cristaliza a visão mais moderada sobre a época da *transação*, que tende a valorizar o processo de abertura política. Além disso, sua abordagem se torna adequada, em nosso caso, porque ela é contemporânea ao romance de Machado de Assis.

A conciliação foi, antes de tudo, o programa do ministério formado em 6 de setembro de 1853 e chefiado pelo marquês de Paraná, que se apressara em justificar que os ministros não abandonariam seus princípios e que não se tencionava criar novo partido, seu intuito principal era imprimir à política “aquele caráter de moderação que é consentâneo com as opiniões conservadoras”. O chefe de gabinete era, naquele momento, uma das figuras mais poderosas de seu partido, e os membros do ministério eram quase todos pertencentes ao quadro conservador, excetuava-se apenas Limpo de Abreu, para quem, segundo Joaquim Nabuco, a política havia se tornado uma “disponibilidade ativa”, “objeto de estudo, de análise, de sátira”.⁸²

O programa do gabinete contava com o total assentimento do imperador, sendo qualificado posteriormente de *pensamento augusto* pelo marquês de Olinda, quando este assumiu a chefia do ministério após a morte de Paraná. Chegou-se até a acusação de que a coroa teria intencionalmente concebido tal política para confundir e anular os antigos partidos, corrompendo suas tradições. Mas, os significados e as interpretações sobre o período continuariam sempre controversos, nunca chegando a uma unidade.

“Com a conciliação viu-se uma e outra coisa: não só ela foi uma palavra que teve tantos sentidos diferentes quantos os intérpretes, como também determinou, pelo encontro inesperado e confuso dos antigos partidos, uma babel em que ninguém se entendia. Com tudo isso, foi visivelmente uma época de renascimento, de expansão, de recomeço, em que se renovou o antigo sistema político decrépito, em que se criou o aparelho moderno de governo, e se dilatou extensivamente, não para a classe política somente, mas para todas as classes, o horizonte que as comprimia.”⁸³

Joaquim Nabuco observa em uma nota que a palavra *conciliação* figurara em quase todos os programas ministeriais anteriores ao 6 de setembro de 1853. Os gabinetes de 5 de maio de 1846 e o de 8 de março de 1848, tidos por liberais, utilizaram-se desse princípio para acobertar a sustentação saquarema; já os ministérios liberais apoiados por Aureliano, alegaram-no para justificar o apoio da facção áulica, assim, Saturnino – irmão de Aureliano – chamaria *conciliadores* os gabinetes de 22 de maio de 1847 e até o 2 de fevereiro de 1844. Porém, só com Paraná a conciliação se constitui em uma política de gabinete que iria determinar a desagregação dos antigos elementos partidários e a formação de combinações futuras, como a da liga progressista.⁸⁴

Apesar das controvérsias sobre seus significados, a orientação empreendida pelo gabinete de 6 de setembro, dirigida pelo braço forte de Carneiro Leão com os incentivos e aprovação de um imperador já considerado em sua maturidade política, isto é, liberto da tutela e influência dos cortesãos e da camarilha, realizará mudanças significativas, como a da reforma eleitoral, implementada pela lei dos círculos.

“Essa reforma eleitoral, disse mais tarde um jornalista do Norte, Feitosa, era dominada pelo princípio oposto ao que predominava no projeto de reformas do sr. ministro da Justiça [Nabuco de Araújo], pois enquanto este reforçava o país oficial e dava uma ação mais decidida ao que ele chamou *princípio da autoridade*, aquela pelo contrário reforçava o país real, dá vigor ao princípio territorial, e descentralizando a ação do poder é diametralmente adverso ao tal *princípio da autoridade*.

Foi uma batalha imensa e majestosa, na qual se viram de um lado o sr. marquês de Olinda, o sr. Eusébio e outros, e do outro o sr. marquês de Paraná com os defensores da causa territorial. O sr. marquês de Paraná, auxiliado com a égide imperial, com o prestígio do poder e desenvolvendo toda a força de sua vontade, triunfou, e com ele triunfou a causa territorial contra o entrincheiramento à beira-mar do velho regímen. A Câmara temporária, filha quase toda do sistema de compressão, quis revolver-se, mas uma palavra forte do presidente do Conselho a fez entrar no exame de sua situação e a grande lei passou. É fácil de ver o terreno que perdeu o velho regímen e quanto adiantou-se a monarquia para a causa nacional.”⁸⁵

A apreciação de Feitosa afirma uma das principais linhas de interpretação sobre os efeitos das reformas realizadas pelo ministério Paraná. Seria o início da derrocada do

domínio saquarema, o “velho regímen”, e de uma tentativa de descentralização política, com a inauguração de uma época de abertura, resultado das concessões feitas às reivindicações liberais. Contudo, o fato curioso é que as reformas tenham sido realizadas pelos conservadores, num momento em que a oposição de fato estava completamente derrotada.

“A *conciliação* era uma idéia que estava sendo advogada com muito aplauso na imprensa e no Parlamento, principalmente pelos Liberais. O desastre da revolução de Pernambuco, aniquilando esse partido na sua forma revolucionária e tendo fechado o período das revoluções, havia criado um desejo geral de paz e tranqüilidade. Os partidos estavam preparados para fazer e receber propostas de concórdia e a opinião impunha moderação aos vencedores, senhores absolutos do campo.”⁸⁶

O comentário acima encerra aparentemente um paradoxo, se os conservadores eram senhores da situação por que razão, afinal, fariam concessões aos vencidos que advogavam o conagraamento das opiniões? Tal contradição é que torna difícil compreender a mudança de rumo na política do império na década de 1850. Há algumas pistas, na própria obra de Joaquim Nabuco, a respeito das inquietações mais agudas dos conservadores, que ajudam a desfazer o contra-senso da moderação despropositada dos *senhores absolutos do campo*.

Ao escrever sobre a época em que o pai exercera a presidência da província de São Paulo de 1851 a 1852, sob a tutela dos gabinetes saquaremas presididos por Eusébio de Queirós e depois por Rodrigues Torres, Nabuco relata um dos episódios que provocara “não pequenos dissabores” e que até ameaçara interromper a carreira de seu pai, que naquele tempo era também deputado por Pernambuco. Nabuco de Araújo questionara a recomendação do visconde de Monte Alegre, então presidente do Conselho, de apoiar a candidatura de Pimenta Bueno ao senado. O visconde escreveu-lhe para reafirmar que o governo queria que se fizesse a eleição dos dois senadores que faltavam por São Paulo e que para tanto se devia utilizar “toda a influência legítima que lhe dão o poder e a opinião”. Desejava-se, ainda, que a oposição não conseguisse nenhuma das vagas e repudiava o apoio a Joaquim José Pacheco, tido por principal adversário, pois viria guerreando o governo dentro de suas próprias fileiras.

O caso é que Nabuco de Araújo resistira à imposição da candidatura de Pimenta Bueno porque ele era visto como inimigo pelos chefes do partido conservador em São Paulo, que apoiavam justamente a José Pacheco. Monte Alegre retornou ao presidente dizendo ter o governo ciência da situação na província e concluindo:

“Os partidos em nossa terra não podem coisa alguma contra a vontade do governo, e só a fraqueza do poder e a pouca vontade de os sujeitar à disciplina é que traz as derrotas, quando as tem havido.”⁸⁷

Nabuco tentou justificar-se alegando que não achava prudente incitar a animosidade das influências locais que pertenciam ao lado conservador, o que poderia ocasionar até uma identidade destes com a oposição e provocar o isolamento do governo.

“O princípio da autoridade vale tudo no Brasil, pode muito aqui, mas V. Exa. [Monte Alegre] há de concordar comigo que não é tão absoluto esse pressuposto que chegue até à imposição e exclusivismo, até o ponto de alienar-se o governo de todos, de prescindir de todos. Esse princípio vale tudo e pode muito e por isso a eleição do Pimenta e a exclusão do Pacheco são possíveis e talvez prováveis, mas são difíceis, principalmente porque, pondo-se em luta o princípio da autoridade com os dois partidos militantes na província, o governo carece de esforços dobrados e de uma ostentação que não de comprometer a sua força moral...”⁸⁸

As considerações do presidente da província não convenceram seus superiores que aparentavam contar também com o empenho da vontade imperial. A eleição correu de acordo com os desejos do governo e a Nabuco de Araújo restou defender-se das acusações de interferência no processo eletivo e de imposição de uma candidatura oficial. Passada a turbulência, o escaldado Nabuco escreveria a Rodrigues Torres reconsiderando suas precauções e convergindo com a opinião expressa por Monte Alegre.

“Força é dizer, que o pensamento do sr. visconde de Monte Alegre e do governo imperial era o que mais convinha à situação da província de São Paulo, em relação à política, para dominar e disciplinar a esses chefes, que querem impor ao governo, que

entendem o ente partido como onipotente, exclusivo, superior à autoridade, e esta como dependente dele.”⁸⁹

Essa confissão pode apenas ser uma forma de prestar deferência ao credo conservador perante um de seus cardeais, mas as preocupações de Nabuco de Araújo quanto à força moral que o governo deveria ter perante as influências políticas das províncias apontavam para uma das fraquezas da orientação do *regresso*. A imagem do domínio saquarema prende-se à sua capacidade de sufocar as tentativas de revolução lideradas pelos liberais, à imposição da ordem pública pela força material e ao exercício de um poder exclusivista e despótico. Nabuco de Araújo alertava justamente para o perigo de desgaste e isolamento causado pela interferência excessiva do poder central nas disputas que envolviam rivalidades locais, sem se atentar para os interesses das forças que se colocavam ao lado dos conservadores.

O desgaste moral da autoridade política representada pelos saquaremas seria um dos motes da conciliação, anunciado até pela maneira como Eusébio de Queirós justificara sua saída do 29 de setembro, alegando cansaço em maio de 1852, o que foi imitado por Rodrigues Torres em setembro de 1853, acometido pela mesma fadiga.

Quando esboça o panorama político do ano de 1853, Joaquim Nabuco destaca os elementos que indicavam a necessidade de mudanças na orientação do governo do Estado: os velhos políticos de 1837 já tinham quase todos deixado a Câmara ou estavam para deixá-la, a reação conservadora perdera a força e muito da razão de ser, pois o espírito revolucionário se extinguiu após a revolução de Pernambuco, e a supressão do tráfico revitalizara e animara outras atividades impulsionando a economia numa direção que exigia transformações sociais e políticas. À frente do governo encontravam-se Rodrigues Torres e Paulino de Souza: “o espírito conservador estava consolidado, uniforme, homogêneo na administração.”⁹⁰ A câmara tinha tal unanimidade que Nabuco de Araújo, novamente ele, alertara para os riscos de tal situação, iniciando o que se chamou de oposição parlamentar devido à ausência de uma oposição de fato, e que congregaria os conservadores moderados.⁹¹ Em 6 de julho de 1853, Nabuco faria seu famoso discurso conhecido como a “ponte de ouro”, tido por marco da conciliação, em que sintetiza a fórmula que se repetirá como o evangelho do período que se anunciava.

“...e em verdade vos digo, senhores, se é possível, como eu entendo, sem desdizer os princípios característicos do partido Conservador, sem fazer a menor transação sobre o princípio da autoridade, que é o primeiro de nossos princípios; se é possível, digo, fazer alguma concessão ao espírito de reforma para chamar a nós os homens honestos, inteligentes e moderados do partido adverso, eu estou pronto a concorrer para o meu voto para este fim.

Eu entendo que é preciso fazer alguma concessão no sentido que o progresso e a experiência reclamam, (...) A conciliação como coalizão e fusão dos partidos, para que se confundam os princípios, para que se oblitarem as tradições, é impraticável, e mesmo perigosa, e por todos os princípios inadmissível: porque destruídas as barreiras do antagonismo político que as opiniões se opõe reciprocamente, postas em comum as idéias conservadoras e as exageradas, estas hão de absorver aquelas; as idéias exageradas hão de triunfar sobre as idéias conservadoras; as idéias exageradas têm por si o entusiasmo, as idéias conservadoras somente a reflexão; o entusiasmo é do maior número, a reflexão é de poucos; aquelas seduzem e coagem, estas somente convencem.”⁹²

Nabuco de Araújo defendia a idéia de que a conciliação devia ser obra do governo e que em nenhuma hipótese poderia ser deixada a cargo dos partidos, porque se estes a fizessem por si mesmos seria em “ódio e despeito ao governo, e a transação, versando sobre o princípio da autoridade, não pode deixar de ser funestíssima à ordem pública e ao futuro do país.” Como se vê as palavras de Nabuco traduziam o receio que as autoridades constituídas tinham das mudanças inevitáveis e a desconfiança de que estas poderiam acabar por favorecer a oposição liberal se os conservadores não as manobrassem em seu próprio favor. “Se a idéia é boa, o governo não deve consentir que outros se aproveitem dela em seu prejuízo”, a autoridade deveria dirigir os acontecimentos e não se deixar surpreender.

Mas quais seriam as influências tidas por exageradas a quem o governo deveria se antecipar? Nabuco de Araújo é incrivelmente claro e objetivo na distinção destes supostos inimigos ao tratar da situação política em Pernambuco, criada pelo desfecho da revolução de 1848 e pelas prevenções que tomara o partido da ordem naquela província.

“Quais são essas influências que se têm como exageradas, intolerantes e perniciosas? Essas influências, senhores, são os homens que, pela sua riqueza, pela sua posição, pela sua propriedade, são interessados na ordem pública e estão identificados com a monarquia e com as instituições do país; são os homens que por seus serviços e tradições deviam merecer do governo imperial toda a consideração. Senhores, essas influências são exageradas? Pois bem, corrigi, neutralizai, refreai as suas tendências, incompatíveis com as condições da sociedade civil, mas vede bem: nesta relação convém não olhar somente para Pernambuco, ou para esse partido [o praieiro]; estendei as vossas vistas para todo o Brasil, porque em todo o interior dele há potentados mais ou menos fortes, que assoberbam a autoridade e querem dominá-la, é um vício geral e de organização; convém por consequência adotar uma série de medidas que, restabelecendo o princípio da autoridade, revogue esses potentados às condições da sociedade civil; convém, entre outras medidas radicais, que os magistrados deixem de ser políticos.”⁹³

Esse trecho do discurso se presta a uma série de observações, mas a principal é o temor de que as tentativas fracassadas das revoluções liberais tenham fendido a unidade da classe senhorial, devido à forte repressão a esses movimentos empreendida sob a direção saquarema. Cabe notar que com a abolição do tráfico por meio da lei Eusébio, feita sob pressão inglesa, os chefes do regresso se viram em uma situação de atrito perante a classe que tão bem representavam, pois a principal instituição com a qual estavam comprometidas os grandes proprietários e os “potentados mais ou menos fortes” do interior do país não era a monarquia, mas sim a escravidão. Dessa forma, a política a ser seguida era clara, deveria se restabelecer e reforçar, onde havia sido abalada, a unidade de interesses entre a classe dos grandes proprietários e seus representantes.

“Senhores, a missão do governo, e principalmente do governo que representa o princípio conservador, não é guerrear e exterminar famílias, antipatizar com nomes, destruir influências que se fundam na grande propriedade, na riqueza, nas importâncias sociais; a missão de um governo conservador deve ser aproveitar essas influências no interesse público, identificá-las com a monarquia e com as instituições, dando-lhes prova de confiança para que possa dominá-las, dirigi-las e neutralizar as suas exagerações. Se representais o princípio conservador, como quereis destruir a influência que se funda na grande propriedade?”⁹⁴

Assim, a conciliação não significava um rompimento com a política conservadora, era uma prevenção contra o desgaste que sofrera a autoridade do governo imperial sob administração saquarema. É o próprio Nabuco de Araújo quem assinala a continuidade e a necessidade de uma mudança de estratégia para firmar em terreno sólido o domínio conservador. A política conservadora era um “princípio complexo”, não visava só o presente, mas também o futuro, “não se refere somente à defesa, mas também a reorganização”.⁹⁵ Ao desenvolver seus argumentos, Nabuco ressaltava ainda a ameaça de que os “elementos de dissolução” que corroíam a base moral do *princípio da autoridade*, ícone do governo imperial sustentado pelos regressistas, apresentavam para a seguridade futura. E concluía: “Que importa que esses elementos não estejam em ação, se de um momento para o outro eles podem por qualquer circunstância produzir uma explosão? Eu tenho, senhores, mais medo da anarquia surda, dessa desinteligência, dessa desconfiança, desse ceticismo que aí reinam, que dos pronunciamentos.”⁹⁶

A conciliação promovida pelo gabinete Paraná se explicava, em grande parte, pela prevenção contra o isolamento do governo imperial, cuja excessiva centralização levava a um estado de esterilidade, daí o imperativo de cooptar os elementos *moderados* do partido adverso como forma de “alargar o círculo” de influências da autoridade “sem substituí-lo”, para citar a imagem corrente na época.⁹⁷

Esse panorama permite estabelecer alguns paralelos entre a política implementada na década de 1850 e as mudanças no universo doméstico de Bentinho. Parece-me bastante razoável aproximar a fadiga do *princípio da autoridade* à infecundidade da família Santiago. A residência de Matacavalos era “a casa dos três viúvos” e o único herdeiro, que poderia dar continuidade à linhagem, estava destinado ao celibato.⁹⁸ Mesmo o patrimônio familiar podia ser considerado improdutivo, o capital acumulado na fazenda e na inevitável participação no tráfico de africanos havia se “imobilizado” na especulação imobiliária e no aluguel de escravos, o que fatalmente levou ao declínio da fortuna. Compare-se a estagnação econômica dos Santiago com a ascensão social de Escobar, cuja paixão era o comércio.⁹⁹

Outro ponto de contato é a ampliação do círculo familiar e a tímida “abertura política” promovida pela *transação*. A partir da tarde de novembro de 1857, Bentinho

admitirá em seu estreito horizonte afetivo um espaço para Capitu e, logo em seguida, para Escobar. A tomada de consciência da diferença entre os sexos relaciona-se à aceitação de uma alteridade, o que na linguagem política equivaleria a reconhecer a necessidade de uma oposição. Sob esse ponto de vista, a atitude de Bentinho ao assumir a direção de sua vida, trabalhando contra o projeto materno e buscando a realização de suas vontades, parece refletir a maturidade do próprio imperador, que se libertara da influência da camarilha e do partido saquarema. No livro de Tito Franco de Almeida, publicado em 1867, D. Pedro II responderia às acusações de “imperialismo” durante o advento da Maioridade com a seguinte nota.

“Se Imperialismo não é o imperador; mas o partido que se serviu da inexperiência dele, concordarei, embora cumpra recordar os erros cometidos pelo ministério da Maioridade, ou antes, por alguns de seus membros, e as discussões que houve antes de ser dissolvida a primeira Câmara da Maioridade.”¹⁰⁰

Em parte, esta nota relativiza a visão de vítima dos liberais, mas também confirma que os *regressistas* abusaram da inocência do jovem rei no comando do império. Continuando seus ataques, Tito Franco classificava a *conciliação* como o “reinado oficial do egoísmo, das paixões mesquinhas, da sede das riquezas, do aviltamento das almas, do afrouxamento dos laços sociais, do naufrágio das virtudes cívicas”, tudo devido à execução do pensamento “sublime” da coroa. O programa seria levado a cabo, segundo Tito Franco, pela coação dos chefes conservadores e pela sedução dos liberais “com promessas de levantar-lhes a excomunhão do poder”. Tais acusações são extremamente tendenciosas e repercutem o desgosto dos chefes políticos, de ambos os lados, que se sentiram ofendidos, ou desprestigiados pelo monarca. Contudo, elas revelam uma avaliação que bem poderia representar os desgostos da classe que mais tinha a perder com as mudanças. Afinal, quais eram as “virtudes cívicas” e os “laços sociais” que deveriam ser preservados?

Tito Franco reproduzia ainda, em seu panfleto, a mesma opinião dos líderes da oligarquia ao acusar a lei dos círculos eleitorais de ter aniquilado os partidos e aumentado a força do imperador. Em suas notas de leitura, Pedro II assinalava que a conciliação fora fruto da exaustão dos partidos, que ele advertira sempre ao marquês de Paraná sobre o que

não lhe parecia coerente com o programa e que, após a reforma eleitoral, “não houve só *patrulhas*; mas minorias”, querendo dizer que se quebrara a hegemonia saquarema.¹⁰¹

O detalhe que mais evidencia a similitude entre a maturidade de Bentinho e a mudança de rumo promovida pela conciliação é a nova atitude do menino junto a José Dias. Capitu é quem o ensina a exigir o empenho do agregado para contrariar os planos de D. Glória – “Não lhe fale acanhado. Tudo é que você não tenha medo, mostre que há de vir a ser dono da casa, mostre que quer e que pode. Dê-lhe bem a entender que não é favor. Faça-lhe também elogios; ele gosta muito de ser elogiado”, “peça, mande”, “como quem pede um copo de água à pessoa que tem obrigação de o trazer”.¹⁰² Quando o jovem Santiago, motivado pelos conselhos, toma coragem e marca a conversa com José Dias, seus sentimentos acusam-lhe uma nova alma.

“O tom não me saíra tão imperativo como eu receava, mas as palavras o eram, e o não interrogar, não pedir, não hesitar, como era próprio da criança e do meu estilo habitual, certamente lhe deu idéia de uma pessoa nova e de uma nova situação.”¹⁰³

José Dias parece compreender a transformação, sem perguntar nada sobre o assunto admite por antecipação que se tratava de “matéria grave e pura”.¹⁰⁴ Já no dia seguinte, caminhando pelo passeio público, Bentinho fala com receio ao agregado, pedindo um favor. Ao que José Dias responde prontamente: “- Um favor? Mande, ordene, que é?” Depois de explicar “aos pedaços, mastigado, em voz um pouco surda e tímida” que não queria ser padre e que contava com o agregado para salvá-lo, Bento se sente outro.

“Os olhos do agregado escancararam-se, as sobrancelhas arquearam-se, e o prazer que eu contava dar-lhe com a escolha da proteção não se mostrou em nenhum dos músculos. Toda a cara dele era pouca para a estupefação. Realmente, a matéria do discurso revelara em mim uma alma nova; eu próprio não me conhecia. Mas a palavra final é que trouxe um vigor único. José Dias ficou aturdido.”¹⁰⁵

O paralelo entre a tarde de 1857 e a *conciliação* se completa quando aproximamos a atitude de José Dias à do marquês de Olinda na época. Pedro de Araújo Lima foi um dos principais críticos do gabinete Paraná, porém, com a inesperada morte de Carneiro Leão,

ele acabou por assumir a chefia do ministério em 1857. Em sua fala como novo presidente do conselho, Olinda se comprometeu a dar continuidade à política “proclamada do alto do trono”, fazendo com que os espíritos tendessem para “a concórdia e a moderação”. Essa orientação viria de encontro às suas “próprias convicções” e “conformava-se plenamente com o pensamento augusto”.¹⁰⁶ Tito Franco acusa Araújo Lima de ser o exemplo dos que rendiam “obediência passiva” ao “imperialismo”, reproduzindo em seu livro as opiniões desfavoráveis ao marquês, que parece ter ficado conhecido por suas contradições e falta de coerência política. Um deputado teria afirmado, em sessão da câmara de 5 de julho de 1866, que o dogma de Olinda, desde o tempo da regência, era: “não há em política justo nem injusto; tudo depende da mobilidade das circunstâncias; a transação é a única lei moral política...”¹⁰⁷ Cristiano Ottoni foi outro que pintou a fisionomia do marquês com cores semelhantes. Para o parlamentar do clã liberal, Araújo Lima fora injustamente acusado por diversas vezes de contraditório. Estudando seus atos e suas idéias, reconhecia-se que o marquês sempre agira de acordo com o artigo da constituição que afirmava que “a coroa governa pelo poder que delega a seus ministros”.¹⁰⁸

Depois de casados, Bento e Capitu dariam risadas de José Dias – “que conspirou nossa desunião, e acabou festejando o nosso consórcio”.¹⁰⁹ Já quando soube da inevitável aliança, o agregado se apressara em se desculpar com Santiago por ter confundido os “modos de criança com expressões de caráter”, Capitu seria uma verdadeira “benção do céu”, “um *anjíssimo*”.¹¹⁰ Como serviçal exemplar, José Dias só atua em sintonia com a vontade de seus senhores, tal parece ser o raciocínio do marquês de Olinda, segundo seus críticos. Entretanto, aqui caberia a mesma precaução tomada no final do capítulo dois desta tese, quando se tratou do barrigudo casmurro e de Justiniano José da Rocha. Machado não reduziria seu personagem a uma determinada personalidade política da época. Os traços caricatos de José Dias sintetizam, em minha opinião, as características essenciais dos parlamentares do império. O uso dos superlativos parece ser a norma mais respeitada entre os *excelentíssimos* da nação. Além do mais, o principal talento de José Dias, admitido por ele próprio e observado por tio Cosme, “o talento de saber o que é bom e digno de admiração e apreço”, nunca foi talento raro no meio político, podendo ser tomado como a aptidão necessária para a sobrevivência da espécie. Para concluir, podemos destacar o elogio de Pádua a José Dias. Bentinho comenta com o agregado que ouvira o pai de Capitu

dizer a outro sujeito que o considerava “um homem de capacidade” que “sabia falar como um deputado nas câmaras”.¹¹¹ Levando em consideração a animosidade entre os dois, o mais provável é que o Tartaruga estivesse avacalhando com o parasita.

A sulamita e o canto de Saturno.

As relações entre o universo doméstico dos Santiago e a história do Segundo Reinado, nos levam a pensar no significado da figura de Capitu. A oposição entre a família de Bentinho e a gente do Pádua reflete o antagonismo entre o mundo da ordem e do ócio e o mundo do caos e do trabalho. O Casmurro mobiliza em sua narrativa uma série de preconceitos que refletem o juízo dos antigos patrícios sobre os plebeus. O primeiro deles é insinuado quando Bento descreve a reação furiosa de Capitu ao saber dos “projetos eclesiásticos”. Como já foi sublinhado, os improperios proferidos contra a mãe de Bentinho – beata, carola e papa-missas – dão a entender a falsidade dos costumes religiosos da menina, que também ia a missas e chegara a acompanhar D. Glória quatro vezes na “velha sege”. O contraste entre a santa senhora Santiago, de reputação acima de qualquer suspeita, e a obliqua e dissimulada Capitu que, logo depois do acesso, “espontaneamente reparava as injúrias que lhe saíram do peito”, serve para confirmar que a filha do Tartaruga não tinha religião.¹¹²

A suspeição sobre a impiedade de Capitu será ativada quando ela disser suas últimas palavras de defesa a propósito da acusação de adultério.

“- Sei a razão disto; é a casualidade da semelhança... A vontade de Deus explicará tudo... Ri-se? É natural; apesar do seminário, não acredita em Deus; eu creio... Mas não falemos nisto; não nos fica bem dizer mais nada.”¹¹³

No capítulo seguinte, o arremate do Casmurro:

“Palavra que estive a pique de crer que era vítima de uma grande ilusão, uma fantasmagoria de alucinado; mas a entrada repentina de Ezequiel, gritando: - ‘Mamãe! Mamãe! é hora da missa!’ restituiu-me à consciência da realidade. Capitu e eu, involuntariamente, olhamos para a fotografia de Escobar, e depois um para o outro. Desta

vez a confusão dela fez-se confissão pura. Este era aquele; havia por força alguma fotografia de Escobar pequeno que seria o nosso pequeno Ezequiel. De boca, porém, não confessou nada; repetiu as últimas palavras, puxou do filho e saíram para a missa.”¹¹⁴

Há igualmente uma oposição inscrita nos nomes das personagens. Maria da Glória, como já foi mencionado, é a virgem coroada, a verdadeira mãe da religião oficial do Cristo rei. A igreja do outeiro, onde a santa era cultuada, tinha uma forte ligação com a família imperial, sendo a primeira imperatriz muito devota de Nossa Senhora da Glória. Contava-se que, certa vez, quando D. Pedro I veio à missa junto com a esposa, na subida do outeiro seu cavalo se assustou, derrubando-o ao chão. Assim que percebera o perigo, a imperatriz invocara Nossa Senhora para que amparasse o marido. A Virgem teria intercedido e o imperador saíra ileso da queda. Em agradecimento ao milagre, D. Leopoldina deu o nome da padroeira à sua primogênita, que se tornou rainha de Portugal, e mandou pintar um quadro para ficar exposto naquela igreja lembrando a graça concedida. D. Pedro II e suas irmãs, logo após o nascimento, teriam sido levados ao altar do outeiro para que contemplassem a imagem da protetora da família.¹¹⁵

O nome Fortunata, da mãe de Capitu, sugere a condição daqueles que estão entregues à sorte. A fortuna é ambígua e tanto indica o bem quanto o mal, a ventura e a desventura, a boa sorte e a má sorte. Contrariamente à condição daqueles que são protegidos e amparados pelas forças terrenas e sobrenaturais, os que vivem sob o signo da fortuna estão submetidos a uma condição precária, vítimas do acaso e do destino.

Bento, obviamente, indica aquele que é bendito e protegido, ou que foi abençoado segundo as cerimônias próprias da Igreja. Contudo, as freqüentes referências à religião no romance, nos encorajam a imaginar alguma relação entre o Casmurro e a ordem beneditina. O mosteiro de São Bento era famoso por sua aparente simplicidade, vasta biblioteca de tomos latinos dos patriarcas, direito canônico, lendas da Igreja, livros dos santos, volumes in-fólio sobre a Antiguidade greco-latina etc, e seus negócios com a escravidão. O viajante que venho citando neste capítulo, deixou um comentário a respeito da conhecida riqueza do mosteiro.

“Este mosteiro é considerado aqui como o mais rico do mundo. Além da maior parte de algumas ruas, e da totalidade de outras onde lojas e armazéns lhes rendem os

melhores aluguéis, os padres têm propriedades territoriais em todas as dezoito divisões do Império. Suas principais terras situam-se nas Províncias do Rio, Bahia e Pernambuco. Em algumas fazendas chegam a empregar mil escravos. Na Ilha do Governador, a maior de todas da baía, têm eles um grande estabelecimento rural, dirigido por frades. Há lá, também, numerosa criação de meninos e meninas negros, que são cuidados até atingirem a idade de serem mandados trabalhar nas propriedades da Ordem no interior do país.”¹¹⁶

Ewbank notou, em um de seus passeios pela cidade, que as paredes de uma casa de comércio de escravos, provavelmente de algum traficante, eram ornadas com louvores a Nossa Senhora e a imagem de um santo negro com querubins hotentotes, uma inscrição identificava o padroeiro: “O Milagroso São Bento, Protetor de Angola”.¹¹⁷ As anotações do viajante aguçam mais nossa imaginação, quando, em outra parte de seu relato, ele transcreve a opinião de seus informantes sobre a riqueza dos traficantes negreiros.

“J. diz que as maiores fortunas aqui feitas, com poucas exceções, são produto do tráfico de escravos. Passando recentemente por uma construção semelhante a um castelo, em Matacavalos, J. observou: ‘Foi o sangue dos negros que construiu isso!’ Uma senhora brasileira observou mais de uma vez para mim que os grandes mercadores de escravos não prosperam por muito tempo, e jamais terminam seus dias conservando sua riqueza. ‘Morrem cedo, ou sua riqueza os abandonada; vivem infelizes e raramente deixam filhos. Para eles, os lucros são bons, mas derretem-se depressa, como gelo’.”¹¹⁸

Não tenho como confirmar que Machado pensara nessas implicações ao escolher o nome de Bento e a rua de Matacavalos para a residência dos Santiago. Mas, não se pode negar que o bruxo do Cosme Velho atribuía muita importância aos pequenos detalhes. Vale lembrar que ele também fez da família de Brás Cubas uma feliz proprietária de uma casa em Matacavalos.¹¹⁹

O nome de Capitu, diminutivo de Capitolina, faz menção direta à colina romana em que fora construído o templo a Júpiter. O que reforça a ambigüidade da personagem, pois junto ao templo, em que eram coroados os que triunfavam, encontrava-se a rocha Tarpéia, da qual se precipitavam os traidores. Todavia, o que torna mais significativo a alusão ao monte do Capitólio é que ele se liga à história da plebe romana.

“A urbe dos patrícios e de seus clientes é a mesma que Rômulo fundou, conforme os ritos, sobre o planalto do Palatino. O domicílio da plebe é o Asilo, espécie de recinto fechado situado na encosta do monte Capitolino e onde o primeiro rei admitiu as pessoas que não tinham eira nem beira e que Rômulo não podia fazer compartilhar da urbe. Mais tarde, quando chegaram a Roma novos plebeus, como fossem estranhos à religião da cidade, estabeleceram-nos no Aventino, isto é, fora do *promoerium* e da urbe religiosa.”¹²⁰

Outros aspectos destacados pelo Casmurro contribuem para condenar a família de Capitu segundo os preconceitos dos antigos. A casa de Pádua só fora adquirida graças à sorte grande tirada em um “meio bilhete de loteria” e ao bom senso de sua esposa, que pediu auxílio a D. Glória para convencer o marido a comprar a casa e a guardar o resto para necessidades futuras.¹²¹ É expressivo encontrar entre os sonhos de consumo do sortudo Pádua – um cavalo do Cabo, jóias para a mulher e pássaros da Europa – o desejo de possuir uma sepultura perpétua para a família. Em meio aos luxos, que apontam para os anseios de ostentar algum status, a sepultura também parece indicar a necessidade de estabelecer um *lar* conforme as crenças patriarcais. Contudo, além do pai de Capitu mostrar muito pouca habilidade em lidar com o dinheiro, ele não possui qualquer traço de um *paterfamilia*. Pádua confia a Bentinho que quando se casou fora vítima de intrigas, que depois se desfizeram – “Deus é grande e descobre a verdade”.¹²² Esse detalhe, junto à *esquisita semelhança* entre sua filha e a falecida esposa de Gurgel, pai de Sancha, insinua que a gente do Pádua é promíscua.¹²³ Acrescente-se a isso a despreocupação que aparentam os pais de Capitu com sua *honra e dignidade*. Santiago relata repetidas situações em que se encontrava a sós com a menina. Sua despedida entre “a luz e o fusco”, “antes do ascender das velas”, sugere algo mais que a conjunção das “bocas amorosas”. O próprio narrador faz questão de excitar a malícia dos leitores ao condenar-lhes a “cabeça perversa” e afirmar a pureza do casal de adolescentes.¹²⁴

O gravíssimo crime de Capitu contra a ordem e a moral patriarcais é demonstrar que se governa segundo a sua própria vontade. Quando Bentinho, tomado pelos impulsos da puberdade, tenta consubstanciar suas idéias “sem pernas” e “sem braços”, provando à menina que ela “era moça inteira”. Capitu se atreve a opor resistência às vontades de um sinhozinho que já se sentia “forte e atrevido”. Porém, ao ouvir a aproximação do pai, que

adentrara a casa, a menina desvela sua alma misteriosa – “fez um gesto inesperado, pousou a boca na minha boca, e deu de vontade o que estava a recusar à força. Repito, a alma é cheia de mistérios”.¹²⁵

Para terminar esta breve análise da figura de Capitu, podemos sugerir a analogia entre sua condição de esposa e a de escrava doméstica. Depois de casada, Santiago nos conta que sua mulher gostava de rir e divertir-se, nos primeiros tempos, quando saíam a passeio ou iam a algum espetáculo, Capitu era “como um pássaro que saísse da gaiola”.¹²⁶ No capítulo sobre suas núpcias na Tijuca, Santiago se limita a fazer duas alusões às Sagradas Escrituras. Uma delas é ao terceiro capítulo da primeira epístola de São Pedro, que trata de instruir aos casados. O versículo citado aconselha as mulheres a se sujeitarem a seus maridos e a observarem uma vida casta e reservada. O que chama a atenção é que, no texto bíblico, o conselho às esposas principia remetendo às instruções dadas no capítulo anterior, destinadas aos servos. Estes, por sua vez, deveriam render obediência “com todo o temor” aos seus senhores, tanto aos bons e moderados como aos maus e de caráter difícil.

“20. Porque que glória é, se pecando vós, tendes sofrimento ainda sendo esbofeteados? Mas se fazendo o bem, sofreis com paciência: Isto é que é agradável diante de Deus.

21. Porque para isto é que vós fostes chamados: Posto que Cristo padeceu também por vós, deixando-vos exemplo para que sigais suas pegadas.”¹²⁷

Tendo em mente tais recomendações, pode-se compreender melhor o recado dado no capítulo terceiro da mesma epístola - “Igualmente as mulheres sejam também sujeitas a seus maridos...”¹²⁸. Ao que parece, na cabeça religiosa do Casmurro, esposas e escravas eram sinônimas.

A outra referência bíblica de Santiago é mencionada mais de uma vez em suas memórias, quando fala de sua amiga de infância: o *Cântico dos Cânticos*. A recorrência nos permite fazer uma aproximação entre Salomão e Santiago, Capitu e a Sulamita. Se for este o caso, o resultado da sobreposição é significativo. A esposa no poema nupcial é descrita como uma pastora “trigueira, mas formosa”, “assim como as tendas de Cedar”. Nas notas do texto bíblico, segue o comentário: “Tendas de Cedar – metáfora de fácil compreensão. Estas tendas Árabes ou Semitas eram feitas com peles de cabra, que são quase sempre

escuras”.¹²⁹ Quanto a Salomão, atribui-se a ele a autoria do *Eclesiastes*, que pode ser considerado um dos mais antigos lamentos sobre a melancolia. A impotência das vaidades humanas diante do império de Saturno é o tema do livro bíblico e a causa da aflição de Santiago. Suas memórias são a tentativa derradeira e desesperada de lutar contra o deus que tudo iguala. Capitu, que não tinha essa vaidade doentia, aproveitou o que pôde, riu e divertiu-se como se brincasse o carnaval, que é o reino iluminado do mesmo Saturno.

¹ Machado de Assis, *A Semana*, 7 de janeiro de 1894. In *Obras Completas*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. Vol. III, p. 597.

² Machado de Assis. *Casa Velha. Outros Contos*. In *Obras Completas*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. Vol. II, p. 1001.

³ Gledson, John. Machado de Assis: ficção e história. - São Paulo: Paz e Terra, 1986. Capítulo 1 – Casa Velha. Ver também, Machado de Assis: impostura e realismo. - São Paulo: Cia das Letras - 1991, pp. 57-65 e pp.92-102. A expressão em itálico é de Bernardo Pereira de Vasconcelos.

⁴ Gledson, John. Machado de Assis: ficção e história. - São Paulo: Paz e Terra, 1986. Capítulo 1 – Casa Velha, p. 46.

⁵ *Casa Velha*. Cap. I, p. 1002.

⁶ Fustel de Coulanges. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 1998. Livro I, cap. IV, pp. 30-1. A citação de Coulanges é tirada da *Helena* de Eurípedes.

⁷ Schwarz, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades - 1981, p. 151. Gledson, John. Machado de Assis: impostura e realismo. - São Paulo: Cia das Letras - 1991. Cap. 2, pp. 57-65.

⁸ Fustel de Coulanges. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 1998. Introdução, pp. 1 e 2.

⁹ Vidal-Naquet, Pierre. La démocratie grecque vue d'ailleurs: essais d'historiographie ancienne et moderne. Champs/Flammarion, 1990. Cap. VIII – *La place de la Grèce dans l'imaginaire des hommes de la Révolution*. Vidal-Naquet lembra que a denúncia desta *imitatio perversa* da antiguidade fora feita também por Rousseau, na sua nona *Lettres écrites de la montagne* de 1764, e ainda por Marx n' *A Sagrada Família*, texto de 1845, em que o autor reprovava a visão equivocada de Robespierre e Saint-Just sobre a antiguidade, pois confundiriam a república antiga, realista e democrática, baseada nos fundamentos do regime escravista, com o Estado representativo moderno, espiritualista e democrático, que repousava sobre a escravidão emancipada, a sociedade burguesa.

¹⁰ Vidal-Naquet, Pierre. La démocratie grecque vue d'ailleurs: essais d'historiographie ancienne et moderne. Champs/Flammarion, 1990. Ver Cap. VII – *La formation de l'Athènes bourgeoise*, Cap. VIII – *La place de la Grèce dans l'imaginaire des hommes de la Révolution*. Cap. IX – *Paris-Athènes et retour* e Cap. X – *Renan et le miracle grec*. Ver também Hartog F., Lê XIXe Siècle et l'histoire. Lê cas de Fustel de Coulanges. PUF, 1988.

¹¹ DC, Cap. VII.

¹² BC, Cap. XI.

¹³ DC, Cap. LXXXVII.

¹⁴ Fustel de Coulanges. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 1998. Livro segundo, caps. 8 e 9.

¹⁵ Fustel de Coulanges. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 1998. Livro segundo, caps. 8 e 9.

¹⁶ Gledson, John. Machado de Assis: ficção e história. - São Paulo: Paz e Terra, 1986. Capítulo 1 – Casa Velha, p. 50.

¹⁷ Gledson, John. Machado de Assis: impostura e realismo. - São Paulo: Cia das Letras - 1991, Cap. 4, pp. 168-72. A citação é de *Casa Velha*, cap. V, p. 1023.

¹⁸ Gledson também conclui que o celibato e o culto da Virgem Maria são elementos do catolicismo que contribuem para ressaltar o exclusivismo familiar dos Santiago. A idéia de sacrifício é ressaltada pela comparação entre a promessa de D. Glória e o episódio em que Deus teria testado a fidelidade de Abraão, exigindo em holocausto seu filho Isaac, o que foi impedido, no último momento, pelo anjo do Senhor. DC, cap. LXXX.

- ¹⁹ Ver Fustel de Coulanges. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 1998. Livro segundo, cap. 9, p.100.
- ²⁰ Fustel de Coulanges. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 1998. Livro segundo, cap. 9, pp. 95-102.
- ²¹ DC, cap. CXLII.
- ²² Fustel de Coulanges. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 1998. Livro primeiro, caps. 1 ao 4.
- ²³ Fustel de Coulanges. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 1998. Livro segundo, cap. 9, p. 96.
- ²⁴ DC, cap. II.
- ²⁵ Fustel de Coulanges. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 1998. Livro terceiro, cap. 17, p. 236.
- ²⁶ Fustel de Coulanges. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 1998. Livro segundo, cap. VI, pp. 66-8.
- ²⁷ Fustel de Coulanges. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 1998. Livro quarto, cap. VI, pp. 289-96.
- ²⁸ Ver Fustel de Coulanges. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 1998. Livro quarto, cap. II, pp. 260-6.
- ²⁹ Fustel de Coulanges. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 1998. Livro quarto, cap. II, pp. 260-6.
- ³⁰ Fustel de Coulanges. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 1998. Livro segundo, cap. 10 e Livro terceiro, cap. 17.
- ³¹ DC, cap. CXLIV.
- ³² DC, cap. II.
- ³³ DC, cap. CXLIV.
- ³⁴ DC, cap. II.
- ³⁵ Sobre a genealogia dos Cubas ver BC, cap. III.
- ³⁶ A expressão diz respeito ao tio Cosme. DC, cap. VI.
- ³⁷ Ewbank, Thomas. A vida no Brasil: Diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia – São Paulo: Edusp, 1976. Cap. VI, p. 60.
- ³⁸ Ewbank, Thomas. A vida no Brasil: Diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia – São Paulo: Edusp, 1976. Cap. VI, p. 60.
- ³⁹ DC, cap. XCVII.
- ⁴⁰ Flaubert, Gustave. Madame Bovary. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural. 2002. Terceira Parte, cap. 1, p. 290.
- ⁴¹ DC, cap. III.
- ⁴² DC, cap. XVIII.
- ⁴³ DC, cap. LXXX.
- ⁴⁴ DC, cap. LXXX.
- ⁴⁵ Apud. Joaquim Nabuco. O Abolicionismo. São Paulo: Nova Fronteira, 2000. Cap. VII, pp.43-4. Ver também, Robert Conrad. The destruction of Brazilian slavery: 1850-1888. Berkley: University of Califórnia Press, 1972. Cap. 5.
- ⁴⁶ DC, cap. XLI.
- ⁴⁷ DC, cap. XVIII.
- ⁴⁸ As franjas e o manto são termos do conto A Igreja do Diabo. Machado de Assis. Histórias sem data. In Obras Completas, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. Vol. II, p. 369.
- ⁴⁹ DC, caps. XI e XXXV.
- ⁵⁰ DC, cap. VI.
- ⁵¹ DC, caps. VI e III.
- ⁵² DC, cap. XVII. Ver Voltaire. Dicionário Filosófico. Coleção os pensadores. São Paulo – Abril Cultural, 1973. Ver o verbete Jô, p. 233.
- ⁵³ DC, cap. XXXV.
- ⁵⁴ Ewbank, Thomas. A vida no Brasil: Diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia – São Paulo: Edusp, 1976. Cap. VII, p. 67 e cap. XI, pp. 103, 106, 110-1.
- ⁵⁵ Ewbank, Thomas. A vida no Brasil: Diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia – São Paulo: Edusp, 1976. Cap. XI, pp. 103, 106, 110-1.

⁵⁶ Ewbank, Thomas. A vida no Brasil: Diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia – São Paulo: Edusp, 1976. Cap. XI, pp.110-1.

⁵⁷ Ferreira de Rezende, Francisco de Paula. Minhas recordações. Belo Horizonte – Itatiaia; São Paulo – Ed. USP, 1988. Cap. XX, p. 178.

⁵⁸ Ferreira de Rezende, Francisco de Paula. Minhas recordações. Belo Horizonte – Itatiaia; São Paulo – Ed. USP, 1988. Cap. X, pp. 96-7.

⁵⁹ DC, cap. XXXVI.

⁶⁰ DC, cap. XXXVII.

⁶¹ DC, cap. XXXIX. Conferir também a sombra de Cabral sobre o destino eclesiástico de Bentinho nos capítulos XLI – “A audiência secreta” e L – “Um meio-termo”. Neste último, o clérigo propõe um meio-termo a D. Glória, experimentar a vocação do filho por dois anos, se não a revelasse neste período, seguiria outra carreira - “Era uma concessão do padre. Dava a minha mãe um perdão antecipado, fazendo vir do credor a relevação da dívida. Os olhos dela brilharam, mas a boca disse que não”.

⁶² A “Virgem coroada e o padre político” é definição de Gledson para a dupla do conto. Ver Gledson, John. Machado de Assis: ficção e história. - São Paulo: Paz e Terra, 1986. Capítulo 1 – Casa Velha, pp. 30-33 e 50.

⁶³ Casa Velha, cap. V, p. 1022. In Obras Completas, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

⁶⁴ DC, cap. III.

⁶⁵ Gledson também considera a diferença entre os dois momentos históricos específicos. O crítico sugere que a norma patriarcal do exclusivismo familiar, retratada por Machado, sofreria uma adaptação com o desenvolvimento dos grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro na década de 1850. Sua conclusão a esse respeito é a seguinte: “Em *Dom Casmurro* eles se casam, mas o casamento se destrói em virtude de sua própria origem e natureza. O poder de exclusão, tão claramente eficaz em *Casa Velha*, age de novo aqui, mas de modo menos direto, menos por meio da ação do que pelas idéias e atitudes das personagens.” Gledson, John. Machado de Assis: impostura e realismo. - São Paulo: Cia das Letras - 1991, Cap. 2, p. 65. Sem discordar do crítico, meu objetivo aqui é relacionar a diferença entre as atitudes das famílias da oligarquia senhorial mais diretamente com as mudanças na política conservadora do regresso.

⁶⁶ DC, cap. LXXX.

⁶⁷ DC, cap. XI.

⁶⁸ O relatório em que se apoiou a dissolução da câmara dos deputados em 1 de maio de 1842 está reproduzido em: Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no império. 3ª ed., Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, pp. 84-5.

⁶⁹ Marinho, Cônego José Antônio. História do Movimento Político de 1842. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia – São Paulo: Edusp, 1977, pp. 68.

⁷⁰ Marinho, Cônego José Antônio. História do Movimento Político de 1842. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia – São Paulo: Edusp, 1977, pp. 69, 85-6 e 125.

⁷¹ Machado de Assis. O Velho Senado. In Obras Completas, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. Vol. II, p. 636. Ver também A semana de 30 de outubro de 1892. Obras Completas. Vol. III, p. 555.

⁷² Gledson, John. Machado de Assis: impostura e realismo. - São Paulo: Cia das Letras - 1991, Cap. 3, p. 137-41.

⁷³ DC, cap. II.

⁷⁴ Visconde do Uruguai, Ensaio sobre o direito administrativo. In Coleção Formadores do Brasil, organização e introdução de José Murilo de Carvalho – São Paulo: Ed. 34, 2002. Cap. 30, p. 426.

⁷⁵ A conclusão de Paulino de Sousa a favor dos benefícios do absolutismo é a seguinte: “talvez tirânico em muitos países e épocas, porém preferível ao poder também absoluto e tirânico de muitos tiranetes. O poder tirânico que está perto é mais insuportável do que o que está longe.” Visconde do Uruguai, op. cit., p. 428.

⁷⁶ DC, cap. II.

⁷⁷ Ver os capítulos: CXXX – “Um dia...” até o CXXXVII – “Segundo impulso”. Pode-se observar nesta seqüência que Capitu tem consciência do mal que corrói as entranhas e a mente de seu marido. Além disso, as alucinações de Santiago ganham contornos bastante acentuados e levam a conclusão de que a morte do amigo Escobar é o principal motivo do agravamento de sua melancolia. A opinião de Machado sobre os artifícios da história antiga está bem clara na famosa crônica d’A semana, intitulada o “Punhal de Martinha”, de 5 de agosto de 1894. Ver Obras Completas, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. Vol. III, p. 615. Sobre a oratória e a eloqüência parlamentar o escritor deixou uma breve observação no prefácio que escreveu em 1887 para uma edição de O Guarani. “Se o talento da palavra é a primeira condição do parlamentar, no dizer de Macaulay, - que escreveu essa espécie de truismo, suponha, para acrescentar sarcasticamente que a oratória tem a

vantagem de dispensar qualquer outra faculdade, e pode muita vez cobrir a ignorância, a fraqueza, a temeridade e os mais graves e fatais erros, [...]” In *Obras Completas*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. Vol. III, p. 925.

⁷⁸ DC, cap. III.

⁷⁹ DC, cap. X.

⁸⁰ DC, cap. XII.

⁸¹ DC, caps. XII e XXXIII.

⁸² “A política tinha-se tornado para ele [Limpo de Abreu] uma disponibilidade ativa, da qual apreciava somente o privilégio de dar o seu voto em conselho de ministros ou no Conselho de Estado, fazendo sentir a autoridade da sua experiência às novas gerações de estadistas.” Nabuco, Joaquim. *Um Estadista do Império*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975, pp.160-61.

⁸³ Nabuco, Joaquim. Op. Cit., p. 163.

⁸⁴ Nabuco, Joaquim. Op. Cit., ver nota da pg. 163.

⁸⁵ Apud. Nabuco, Joaquim. Op. Cit., p. 188.

⁸⁶ Nabuco, Joaquim. Op. Cit., p. 161.

⁸⁷ Apud. Nabuco, Joaquim. Op. Cit., p. 129.

⁸⁸ Apud. Nabuco, Joaquim. Op. Cit., p. 129.

⁸⁹ Apud. Nabuco, Joaquim. Op. Cit., p. 135.

⁹⁰ Nabuco, Joaquim. Op. Cit., p. 140.

⁹¹ “...Eu entendo que sendo, como é verdade, que o único elemento da influência que há no país, com pouca exceções, é a autoridade, porque não há outros interesses que a possam sotopor, organizado como está o país, e dominando como domina o ceticismo, era do interesse do governo insinuar, apoiar mesmo a eleição de oposicionistas esclarecidos e moderados, porque desta maneira se dava um passo para a aproximação e conciliação dos partidos; desta maneira se colocava o país nas verdadeiras condições do sistema representativo que não pode deixar de morrer, se ficar falseado pela unanimidade. A Câmara sente bem os perigos da unanimidade, sente que não é de pequena monta o mal que dela pode provir, porque em verdade, além de tudo o mais, quando não tivermos o inimigo em frente naquelas cadeiras, havemos de dilacerar-nos e dar um triste espetáculo à oposição.” Apud. Nabuco, Joaquim. Op. Cit., p. 140.

⁹² Apud. Nabuco, Joaquim. Op. Cit., pp. 143-44.

⁹³ Apud. Nabuco, Joaquim. Op. Cit., pp. 144-45.

⁹⁴ Apud. Nabuco, Joaquim. Op. Cit., p. 145.

⁹⁵ “Não basta que a ordem pública esteja restabelecida materialmente, é preciso que desapareça o receio de que ela alguma vez seja comprometida. Não basta que as instituições estejam salvas do perigo que correram, é preciso que sejam desenvolvidas pelas leis essenciais à sua existência, e firmadas pela reforma daquelas que lhe são prejudiciais e incongruentes. Não podemos, pois, desligar-nos do vínculo político sem preenchermos os compromissos que temos com o país. (...) Senhores, há segurança no país, todavia não vejo seguridade, e segurança e seguridade não são a mesma coisa; a segurança é relativamente à atualidade, é material; a seguridade é do futuro, é moral, é a ausência de receios.” Apud. Nabuco, Joaquim. Op. Cit., p. 146.

⁹⁶ Apud. Nabuco, Joaquim. Op. Cit., pp. 146-7.

⁹⁷ Como os conservadores buscavam uma aliança com os liberais moderados a política da transação encontraria barreiras principalmente em Minas onde pesava mais a influência *luzia*. Em carta a Nabuco de Araújo, então ministro da justiça do 6 de setembro, o conselheiro Luís Antônio Barbosa relatava que o partido Conservador aceitara a Conciliação em diversos lugares onde tinha predominância, admitindo os indivíduos do outro lado; quanto ao partido *Luzia* “aonde influi não transige, cerra as fileiras, repele a Conciliação.” Ver Nabuco, Joaquim. Op. Cit., p.308.

⁹⁸ DC, VI.

⁹⁹ DC, XCVI.

¹⁰⁰ Almeida, Tito Franco de. *O conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea*. São Paulo – Cia Ed. Nacional, 1944. Nota 15, p. 30.

¹⁰¹ Almeida, Tito Franco de. *O conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea*. São Paulo – Cia Ed. Nacional, 1944. Notas 30-4, p. 73-4.

¹⁰² DC, cap. XVIII.

¹⁰³ DC, cap. XXIII.

¹⁰⁴ DC, cap. XXIII.

¹⁰⁵ DC, cap. XXV.

¹⁰⁶ Apud. Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no império. 3ª ed., Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 117.

¹⁰⁷ Apud. Almeida, Tito Franco de. O conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea. São Paulo – Cia Ed. Nacional, 1944. Ver nota da pg. 76.

¹⁰⁸ Cristiano Ottoni ilustrava a posição de Olinda apresentando-o como S. Ex. Programa, que aceitava presidir qualquer ministério: “Aqui me tendes capaz de organizar um ministério só composto de deputados, ou somente de senadores, ou formada de pessoas estranhas ao parlamento!... Aqui me tendes, capaz de organizar um ministério liberal, um ministério conservador, um ministério misto, um ministério sem cor política, um ministério que solva, que adie, que iluda qualquer crise, quaisquer embaraços, um ministério para qualquer situação imaginável”. Apud. Almeida, Tito Franco de. O conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea. São Paulo – Cia Ed. Nacional, 1944. Pp. 77-80.

¹⁰⁹ DC, cap. CII.

¹¹⁰ DC, cap. C.

¹¹¹ DC, cap. XXV.

¹¹² DC, cap. XVIII.

¹¹³ DC, cap. CXXXVIII.

¹¹⁴ DC, cap. CXXXIX.

¹¹⁵ Ewbank, Thomas. A vida no Brasil: Diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia – São Paulo: Edusp, 1976. Cap. XVII, pp.156-7.

¹¹⁶ Ewbank, Thomas. A vida no Brasil ou Diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. Cap. X, pp.127-29. Em algumas citações utilizei-me da tradução da edição Conquista, quando achei mais adequada que a da Itatiaia.

¹¹⁷ Ewbank, Thomas. A vida no Brasil: Diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia – São Paulo: Edusp, 1976. Cap. XXXI, p.263.

¹¹⁸ Ewbank, Thomas. A vida no Brasil ou Diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. Cap. X, pp.127-29.

¹¹⁹ Uma pesquisa mais insistente, talvez, conseguisse descobrir o proprietário do palacete de Matacavalos mencionado por Ewbank. No momento, o que interessa observar é que a rua dos Santiagos e dos Cubas é uma das mais elegantes da corte. Consultando alguns números do Almanaque Laemmert, apurei que dentre os proprietários contavam personalidades da política como Limpo de Abreu, o barão de Cayru e Eusébio de Queirós. Ao que parece a casa de Santiago deveria se destacar em relação às outras, Ewbank informa que quase não se encontrava poços na cidade do Rio de Janeiro. Ver Ewbank, Thomas, A vida no Brasil: Diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia – São Paulo: Edusp, 1976. Cap. VIII, p.75. Ver também Graham, Sandra L.. Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Cia das Letras, 1992, pp. 36-7.

¹²⁰ Fustel de Coulanges. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 1998. Livro quarto, cap. II, pp. 262.

¹²¹ DC, cap. XVI.

¹²² DC, cap. LII.

¹²³ DC, cap. LXXXIII.

¹²⁴ DC, cap. LI.

¹²⁵ DC, cap. XXXVII.

¹²⁶ DC, cap. CV.

¹²⁷ Bíblia Sagrada, contendo o Velho e o Novo Testamento, traduzida em português segundo a vulgata latina por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Livraria Moderna, 1902. Primeira Epístola de São Pedro, cap. 2, vers. 20 e 21.

¹²⁸ Bíblia Sagrada, contendo o Velho e o Novo Testamento, traduzida em português segundo a vulgata latina por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Livraria Moderna, 1902. Primeira Epístola de São Pedro, cap. 3, vers. 1.

¹²⁹ Bíblia Sagrada, contendo o Velho e o Novo Testamento, traduzida em português segundo a vulgata latina por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Livraria Moderna, 1902. O Cântico dos Cânticos, cap. 1, nota 3.

Periódicos.

A Atualidade.

Correio Mercantil.

Diário do Rio de Janeiro.

O Espelho, 1859-1860.

Jornal do Commercio.

O Jornal do Povo.

A Marmota.

O Regenerador.

Obras de Machado de Assis.

Obra completa, ed. Afrânio Coutinho, 3 vols. (Rio de Janeiro: Aguilar, 1959).

Obras completas, 31 vols. (Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1957).

Outras edições.

- organizadas por Raymundo Magalhães Júnior

(Rio de Janeiro: Edições de Ouro)

Contos avulsos, ed. de 1969.

Contos esparsos, ed. de 1966.

Contos esquecidos, ed. de 1966.

Contos recolhidos, ed. de 1966.

Contos sem data, ed. de 1966.

Crônicas de Lélío, (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958) - contém muitas “Balas de estalo” de 1883 e 1886.

Diálogos e reflexões de um relojoeiro, (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956).

Contos e crônicas, (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958) - contém crônicas do “Diário do Rio de Janeiro”, e várias da “Semana Ilustrada” de 1866 a 1873 que são atribuídas a Machado por Magalhães Júnior).

Bons dias!, ed. John Gledson (São Paulo: Huicítec, 1989)

A Semana, ed. John Gledson (São Paulo: Huicitec, 1996)

Bibliografias

Massa, Jean-Michel, *Bibliographie descriptive analytique et critique de Machado de Assis* (Rio de Janeiro: São José, 1965).

Souza, José Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis* (Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1955).

___, *Fontes para o estudo de Machado de Assis* (Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958).

A Biblioteca de Machado de Assis. Org. José Luís Jobim. Rio de Janeiro – ABL/Topbooks, 2001.

Obras de referência.

Bíblia Sagrada: contendo o Velho e o Novo Testamento, traduzida em português segundo a vulgata latina por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Livraria Moderna, 1902.

Blake, A. V. A. Sacramento. Diccionario Bibliographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902.

Caldas Aulet, Francisco Júlio. Diccionario Contemporâneo da Língua Portuguesa. 1^a ed. Lisboa, 1881.

Corominas, Joan e (colab.) José A. Pascual. Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispânico. Madrid, 1991.

Cortesão, A. Augusto. Subsídios para um dicionário completo histórico-etimológico da Língua Portuguesa. 1900.

Dicionário do Brasil Imperial. Org. Ronaldo Vainfas, Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

Faria, Eduardo de. Novo Diccionario da língua portugueza. 4^a ed., Rio de Janeiro, 1859.

Larousse, Pierre (org.) *Grand Dictionnaire Universel du XIXe Siècle*. Paris: Administration du Grand Dictionnaire Universel, 1866-1876.

Machado, José Pedro. Diccionario etimológico da língua portuguesa. Lisboa: Editorial Confluência, 1954.

Moraes Silva, A. de. Diccionario da Língua Portuguesa [...] 2^a ed., Lisboa, 1813.

Mascarenhas Valdez, M. do C. e Castro. Diccionario Espanhol-Português. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.

Nascentes, Antenor. Diccionario etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro, 1932.

Vieira, Frei Domingos. Grande Diccionario Portuquez ou Thesouro da Lingua Portuqueza. Porto, 1871-4.

Viterbo, Joaquim de Sta Rosa de. Elucidatário das palavras, termos e frases [...] 1ª ed. 1798-9, 2ª ed. 1865.

Obras literárias.

Alencar, José de. Obras Completas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1960.

Allan Pöe, Edgar. Histórias Extraordinárias. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

_____, A filosofia da composição. Edgar Allan Pöe: Poemas e Ensaios. Trad. Oscar Mendes e Milton Amado, 3ª ed. revista. São Paulo: Ed. Globo, 1999.

Diderot, Denis. Suplemento à viagem de Bougainville. Diderot: Obras II – Estética, poética e contos. Trad. J. Guinsburg, São Paulo: Perspectiva, 2000.

Flaubert, Gustave. Madame Bovary. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

Gogol, Nikolai. Almas mortas. Trad. Tatiana Belinky. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

Macedo, Joaquim Manuel de. Memórias do Sobrinho de Meu Tio, org. Flora Süssekind - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____, As vítimas-algozes. Quadros da escravidão. Rio de Janeiro, Typ. Americana, 1869, 2 volumes.

Oeuvres Complètes d'Hippocrate. Amsterdam, E. Littré. Adolf M. Hakkert, 1962, v. 9.

Scott, Walter. Ivanhoé. Trad. Roberto N. Witaker. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

Sterne, Laurence. A vida e as opiniões do cavalheiro Tristram Shandy. Trad. José Paulo Paes. 2ª ed. Corrig.- São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Voltaire. Diccionario Filosófico. Coleção os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

Bibliografia.

Almeida, Tito Franco de. O conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1944.

- Auerbach, Erich. Mimesis: la realidad en la literatura. México: Fondo de Cultura Económica, 1950.
- Bakhtin, Mikhail. L'Oeuvre de François Rabelais et la Culture Populaire au Moyen Age et sous la Renaissance. Paris: Gallimard, 1970.
- Bethell, Leslie. A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. São Paulo: Edusp, 1976.
- Brayner, Sônia. Machado de Assis: um cronista de quatro décadas, in A Crônica - O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas-SP: ed. Unicamp, 1992.
- Brito Broca. Machado de Assis e a política e mais outros estudos. Rio de Janeiro: Ed. Org. Simões, 1957.
- Caldwell, Helen. The Brazilian Othello of Machado de Assis: Berkeley: University of California Press, 1960.
- Carvalho, José Murilo. A formação das almas. Tiradentes: um herói para a república. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- Chalhoub, Sidney. Machado de Assis: historiador. São Paulo, Cia das Letras, 2003.
- _____. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo, Cia das Letras, 1990.
- Conrad, Robert. The destruction of Brazilian slavery: 1850-1888. Berkley: University of Califórnia Press, 1972.
- Davis, David Brion. O problema da escravidão na cultura Ocidental. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Ewbank, Thomas. A vida no Brasil: Diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia – São Paulo: Edusp, 1976.
- Faoro, Raimundo. Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.
- Ferreira de Rezende, Francisco de Paula. Minhas recordações. Belo Horizonte: Itatiaia - São Paulo: Ed. USP, 1988.
- Fields, Barbara Jeanne. Slavery and freedom on the Middle Ground: Maryland during the nineteenth century. Londres/New Haven – Yale University Press, 1985.
- Frye, Northrop. Anatomy of Criticism: Four essays. Princeton: Princeton University Press, 1957.

Fustel Coulanges, Numa-Denis. A cidade antiga: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. 4ª ed., São Paulo – Martins Fontes, 1998.

Gledson, John. Machado de Assis: ficção e história. - São Paulo: Paz e Terra, 1986.

_____, Machado de Assis: impostura e realismo. - São Paulo: Cia das Letras - 1991.

Gomes, Eugênio. Machado de Assis. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958,

Goldin, Claudia. Urban slavery in the American South, 1820-1860: a quantitative history. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

Graham, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro – UFRJ, 1997.

Graham, Sandra L.. Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

Guinzburg, Carlo. Nenhuma ilha é uma ilha: Quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

Hartog, F.. Lê XIXe Siècle et l'hitoire. Lê cãs de Fustel de Coulanges. PUF, 1988.

Holanda, Sérgio Buarque de. Do Império à República; História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo: DIFEL, 4a ed. vol. 5.

Lisboa, João Francisco. Crônica política do Império. Introdução e seleção de Hildo Rocha, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

Magalhães Jr., Raimundo. Três Panfletários do Segundo Reinado. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.

_____, Vida e Obra de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

Marinho de Azevedo, Célia. Irmão ou Inimigo: O escravo no imaginário abolicionista dos EUA e do Brasil. Revista USP - São Paulo, número 28, Dezembro/Feveireiro 95/96.

Marinho, Cônego José Antônio. História do Movimento Político de 1842. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia – São Paulo: Edusp, 1977.

Massa, J.-M.. A juventude de Machado de Assis (1839- 1870): Ensaio de biografia intelectual - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

Mattos, Ilmar R.. O Tempo Saquarema: a formação do estado imperial. São Paulo: Huicitec, 1990.

McClintock, Anne. Imperial leather: race, gender and sexuality in the colonial contest. New York: Routledge, 1995.

- Meyer, Marlyse. Folhetim. Uma História. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- _____, Voláteis e Versáteis. De variedades e folhetins se fez a crônica. In A Crônica - O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- Nabuco, Joaquim. O Abolicionismo. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.
- _____, Um Estadista do Império. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975.
- _____, Minha Formação. 10ª ed. – Brasília: Ed. UNB, 1981.
- Newman, Louise Michele. White Women's Rights. The racial origins of feminism in the United States. New York: Oxford University Press, 1999.
- Oehler, Dolf. O velho mundo desce aos infernos: auto-análise da modernidade após o trauma de junho de 1848 em Paris. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- _____, Quadros parisienses: estética antiburguesa em Baudelaire, Daumier e Heine. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- Otoni, Teófilo Benedito. *Circular dedicada aos Srs. eleitores de senadores...* in Textos políticos da história do Brasil, org. Paulo Bonavides e Roberto Amaral; ed. Senado Federal, 1996.
- Pereira, Astrojildo. Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos. São Paulo: Oficina de Livros, 1991.
- Rosanvalon, Pierre. Le moment Guizot. Paris: Gallimard, 1985.
- Sá Rego, Enylton José de. O calundu e a panacéia: Machado de Assis, a sátira menipéia e a tradição luciânica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- Salvador de Mendonça. “Cousas do Meu Tempo”; *Revista do Livro*, XX - Rio de Janeiro, 1960.
- Schwarz, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- _____, Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- _____, “Quien me dice que este personaje no sea el Brasil?”, Prólogo a Machado de Assis, Quincas Borba, trad. Juan Garcia Gayo. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979.
- _____, “A novidade das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*” in Machado de Assis – uma revisão. Org. A. C. Secchin, J. G. de Almeida e Ronaldo de Melo e Souza, p. 60.
- _____, Duas meninas. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- Silva, Silvia C. M. de Souza e. “Idéias encenadas: uma interpretação de *O demônio familiar*, de José de Alencar”, dissertação de mestrado em História, Unicamp, 1996.
- Souza, Francisco Belizário de. O sistema eleitoral no Império. (com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-89). Brasília: Senado Federal, 1979 (1ª ed. 1872).
- Souza, Otávio Tarquínio de. Fatos e personagens em torno de um regime. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- Vidal-Naquet, Pierre. La démocratie grecque vue d’ailleurs: essais d’historiographie ancienne et moderne. Champs/Flammarion, 1990.
- Visconde do Uruguai. Ensaio sobre o Direito Administrativo. Org. e introdução José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- Waden, Richard. Slavery in the cities: the south, 1820 –1860. Londres/Nova York: Oxford University Press, 1964.
- Walkowitz, Judith. Prostitution and Victorian Society. Women, class, and the state. New York: Cambridge University Press, 1980.